

RI Relatório Integrado 2024

JOSÉ DE MELLO

ÍNDICE

Sobre este relatório 03

01 O GRUPO JOSÉ DE MELLO

1.1 O Compromisso da nossa liderança 05
1.2 Destaques do ano 10
1.3 Quem somos 15
1.4 A nossa história 15
1.5 O que nos guia 18
1.6 O nosso portefólio 19
1.7 Onde estamos 21

02 A NOSSA ESTRATÉGIA

2.1 Como criamos valor 25
2.2 Sustentabilidade Financeira e Remuneração Acionista 26
2.3 Resiliência das operações – Gestão de Riscos e Oportunidades 27

03 O NOSSO DESEMPENHO

3.1 Desempenho Financeiro e Operacional 33
3.2 Situação Económica e Financeira Individual 39
3.3 Declaração de Conformidade 40
3.4 Perspetivas 2025 40
3.5 Proposta de aplicação de resultados 41

04 DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

4.1 Divulgações Gerais 43
4.2 Informação Ambiental 55
4.3 Informação Social 62
4.4 Informação de Governação 68

05 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS 77

06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 125

07 ANEXOS

7.1 Posições Acionistas 217
7.2 Tabela GRI 218

Sobre este relatório

GRI 2-2, GRI 2-3, GRI 2-5, GRI 2-14

Este é o terceiro exercício de reporte integrado de informação financeira e de sustentabilidade da José de Mello Capital, S.A., de agora em diante mencionada como "José de Mello", "José de Mello Capital", "JdM" ou "sociedade-mãe". Ao longo do relatório, é apresentada a consolidação da informação económica, ambiental, social e de *governance*, considerada como mais relevante para o Grupo José de Mello – José de Mello Capital e respetivas empresas participadas – e para os seus *stakeholders*.

Considerando o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, o relatório reflete a consolidação dos dados das seguintes empresas participadas: CUF, S.A.; Bondalti Capital, S.A. e WineStone, S.A.. Sempre que se verifique qualquer exceção, será devidamente assinalada.

O documento foi preparado em conformidade com as normas do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), da *Value Reporting Foundation*, para a elaboração de relatórios integrados e segundo as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), *framework* internacional para o reporte de sustentabilidade. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas segundo o normativo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia.

Simultaneamente, a José de Mello está a trabalhar para adaptar o seu reporte às exigências decorrentes da regulamentação da União Europeia, nomeadamente no que concerne ao alinhamento com a Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (*Corporate Sustainability Reporting Directive* – CSRD).

A auscultação de *stakeholders* e a análise de materialidade realizadas em 2022 contribuíram para a definição da estrutura do presente relatório, que espelha os principais impactos decorrentes da atividade da José de Mello e das suas participadas e os potenciais desafios de criação de valor. Adicionalmente, e no âmbito do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, são apontados os contributos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, bem como para a Agenda de Sustentabilidade da José de Mello, que identifica os seus principais compromissos, metas e ações.

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esta deliberação, reflete a convicção de que estes documentos retratam de forma realista e transparente a situação financeira do Grupo, fornecendo uma visão abrangente e verdadeira das suas práticas de gestão e resultados operacionais, de acordo com as normas e diretrizes assumidas.

As demonstrações financeiras, anexas a este documento foram sujeitas a verificação por parte de uma entidade externa independente, a RSM & Associados – SROC, Lda., alinhada com cada "Certificação Legal das Contas".

Qualquer pedido de esclarecimento referente às informações reportadas poderá ser remetido via e-mail para:

info@josedemello.pt ou comunicacao@josedemello.pt



O GRUPO JOSÉ DE MELLO

1.1 O Compromisso da nossa liderança **5**
1.2 Destaques do ano **10**
1.3 Quem somos **15**
1.4 A nossa história **15**
1.5 O que nos guia **18**
1.6 O nosso portefólio **19**
1.7 Onde estamos **21**

1.1 O Compromisso da nossa liderança

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

GRI 2-22



O ano de 2024 e o início de 2025 foram marcados por um contexto global complexo, com desenvolvimentos macroeconómicos e geopolíticos que testaram a resiliência das economias, instituições, empresas e famílias, continuando a influenciar as decisões a todos os níveis.

O cenário económico global é, por isso, de grande complexidade. Embora existam sinais de estabilização em algumas regiões, os riscos permanecem significativos e imprevisíveis.

A desaceleração da inflação, resultado de políticas monetárias restritivas dos bancos centrais, trouxe algum alívio. No entanto, as taxas de juro, apesar de reduzidas em 2024, continuam elevadas, impactando diretamente os custos de financiamento e as decisões de investimento e consumo.

Simultaneamente, o contexto geopolítico continua instável. Os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, além de devastadores humanitariamente, aumentam a incerteza global e pressionam cadeias de abastecimento, mercados energéticos e fluxos comerciais. As novas tarifas comerciais dos EUA reacendem tensões, contribuindo para uma crescente fragmentação económica e riscos relevantes.

Este cenário afeta diretamente a Europa, que enfrenta desafios como a necessidade de reforçar a sua base industrial e autonomia energética, além de fortalecer as capacidades de defesa.

A União Europeia lida com pressões migratórias, tensões políticas e o impacto das mudanças climáticas, que exigem respostas coordenadas. Os sinais de capacidade de resposta política são positivos, mas é essencial que os compromissos se traduzam em medidas concretas e ágeis.

Em Portugal, o país apresenta um crescimento económico moderado, ainda que superior à média europeia, mas insuficiente face às necessidades estruturais.

As empresas enfrentam desafios operacionais, num ambiente onde a inovação e a capacidade de adaptação ao contexto regulatório, tecnológico e concorrencial são cruciais para a sustentabilidade. A taxa de emprego, embora melhore progressivamente, é pressionada por fatores demográficos e falta de qualificações em alguns setores. A imigração tem sido uma alavanca importante para o desenvolvimento, mas traz também desafios sociais.

Este é um tempo que exige das organizações visão de longo prazo, adaptabilidade e compromisso com princípios éticos e de governança sólida.

Apesar das dificuldades, a força empresarial portuguesa tem demonstrado notável capacidade de adaptação, investindo em soluções inovadoras e procurando novos caminhos de crescimento.

Ainda assim, persistem entraves estruturais que limitam o investimento e comprometem a competitividade a longo prazo. Os elevados custos de financiamento, a carga fiscal, a instabilidade política e o envelhecimento demográfico dificultam o investimento e a atração de talento qualificado, especialmente em setores de maior valor acrescentado.

A ausência de uma agenda política coerente e a incerteza regulatória prejudicam a confiança dos investidores e dificultam a execução de reformas essenciais.

Perante este cenário, torna-se essencial reforçar a ambição coletiva e mobilizar todos os agentes económicos em torno de um propósito comum. Num contexto de incerteza, será a visão, aliada à coragem de decidir e ao sentido de responsabilidade, que distinguirá os líderes da transformação. Este deve ser o compromisso para a ação concertada de empresas, órgãos governamentais e sociedade.

No Grupo José de Mello, enfrentámos os desafios globais com determinação e responsabilidade. As nossas empresas demonstraram, em 2024, uma capacidade de adaptação notável, refletida em resultados sólidos.

Reafirmámos o compromisso com o desenvolvimento da economia nacional e a promoção da sustentabilidade das comunidades onde operamos, em Portugal e além-fronteiras.

Com ambição de crescimento, e contando sempre com o profissionalismo e dedicação das nossas Pessoas, seguimos confiantes para o futuro, preparados para construir valor e responder com solidez aos desafios de um mundo em transformação.

Vasco de Mello

Abril de 2025

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

GRI 2-22



O início de 2025 mantém o cenário de incerteza e volatilidade que marcou 2024, com a persistência dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, onde a destruição e a instabilidade continuam, apesar das tentativas de negociação em curso. Paralelamente, as relações comerciais globais enfrentam uma crescente pressão, impulsionada, em grande parte, pela política tarifária dos Estados Unidos, cujo impacto nas dinâmicas do comércio internacional é ainda difícil de prever, mas que se vislumbra fortemente negativo.

A Europa vive tempos decisivos de afirmação à escala global. Perante um cenário internacional cada vez mais exigente, impõe-se uma Europa mais coesa, mais forte e mais competitiva, com capacidade para reforçar a sua autonomia estratégica e afirmar-se nos domínios da indústria, inovação e investimento. As empresas terão um papel central neste caminho, mas é essencial que o enquadramento europeu seja mais favorável ao crescimento e à ambição económica.

Em Portugal, a economia tem revelado resiliência, embora o contexto político e parlamentar continue a limitar a transformação estrutural de que o País necessita.

Devemos ambicionar maior crescimento e maior competitividade para termos um Portugal mais próspero. É crucial que os agentes políticos e as empresas assumam um papel ativo na busca de soluções, trabalhando em conjunto para implementar reformas que promovam a competitividade do país.

Apesar do contexto de grande complexidade e incerteza, o Grupo José de Mello tem prosseguido com determinação a sua estratégia de crescimento e de impacto.

Em 2024, as nossas empresas evidenciaram a sua capacidade de crescimento e registaram um desempenho positivo, refletido num Resultado Líquido consolidado de 81 milhões de euros.

O investimento global ascendeu a 256 milhões de euros, repartido entre as principais empresas do Grupo — Bondalti, Brisa, CUF e WineStone — reforçando, assim, o nosso posicionamento tanto no plano nacional como internacional. Este crescimento foi sustentado por uma estrutura financeira sólida, com os capitais próprios consolidados a atingirem os 1.116 milhões de euros.

Este desempenho reflete a qualidade dos nossos ativos e, sobretudo, o compromisso e profissionalismo das nossas Pessoas, cujo contributo é essencial para prosseguirmos a nossa ambição e a nossa estratégia de crescimento.

A **Bondalti**, num contexto europeu de desaceleração e desafios impostos ao setor químico, conseguiu manter níveis de produção elevados e conquistar quota de mercado, compensando a pressão sobre os preços.

Destaco o lançamento da Oferta Pública de Aquisição sobre a Ercros, um passo estratégico relevante para a criação de um grupo industrial mais forte, com maior pendor internacional e preparado para crescer e enfrentar os desafios do setor à escala europeia. Apesar do ritmo mais lento do que inicialmente previsto, continuamos a acompanhar de perto o processo.

Uma referência ainda para a continuação dos esforços de descarbonização no *site* de Estarreja. Em 2024, foram estabelecidos acordos com grande impacto para o objetivo estabelecido pela Bondalti, de consumir 100% de energia elétrica renovável até 2030: com a Greenvolt, para a instalação de mais de 24.700 painéis solares fotovoltaicos, e com a EDP, para um projeto pioneiro em Portugal de armazenamento de energia renovável para autoconsumo.

No setor da saúde, a **CUF** manteve em 2024 uma forte trajetória de crescimento tanto orgânico como por via de aquisições.

A expansão da rede avançou com a aquisição do Grupo Arrifana de Sousa e das clínicas miMed – para a criação de unidades de cuidados de proximidade - bem como com o anúncio da construção de um novo hospital em Braga. Já em 2025, foi assinado um acordo de parceria para a aquisição de 75% do Grupo HPA Saúde - constituído por cinco hospitais e 17 clínicas no Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira – que aguarda parecer da Autoridade da Concorrência.

A aquisição, em 2024, da atividade de prestação de soluções residenciais e de reabilitação para a terceira idade à José de Mello Residências e Serviços e ao Grupo Ageas Portugal, representou mais um passo no caminho que tem vindo a ser percorrido pela CUF, de disponibilizar às famílias portuguesas o acompanhamento em todas as fases da sua jornada de saúde.

No âmbito da saúde ocupacional, foi lançada a marca Preveris, dedicada à Saúde e Segurança no Trabalho.

Em 2024, a **Brisa** manteve uma trajetória de crescimento positivo, impulsionada pelo forte aumento do tráfego e pela evolução dos seus negócios de mobilidade. A Via Verde e a Controlauto destacaram-se não só pelo crescimento sustentado, mas também pela sua expansão internacional, reforçando a presença da marca Brisa em novos mercados.

A **WineStone** focou-se na integração operacional das quintas e marcas adquiridas nos últimos dois anos. Num ano desafiante para o setor do vinho, alcançou um nível estável de vendas e manteve a visão de crescimento sustentado para o futuro.

Ainda em 2024, a decisão de investimento num Pólo Logístico e de Engarrafamento de larga escala, em Vendas Novas – com início de operação previsto para o próximo ano - representou um passo estratégico que reforçará a competitividade e posicionamento da empresa.

Este percurso foi assinalado com a distinção de Empresa do Ano nos *Prémios Grandes Escolhas*, um reconhecimento do trabalho e dedicação de toda a equipa na afirmação da WineStone como uma referência no mercado.

Paralelamente, demos continuidade ao projeto da **Lifthium Energy**, que, já em 2025, foi reconhecido como um Projeto Estratégico pela Comissão Europeia para o fornecimento seguro, sustentável e diversificado de matérias-primas críticas à Europa.

No que respeita à Sustentabilidade, Inovação e Gestão de Talento, prosseguimos em 2024 as nossas prioridades estratégicas, com iniciativas que ilustram esse caminho.

No domínio da **Sustentabilidade**, destaca-se a atuação da José de Mello nos eixos da Educação e Empreendedorismo, através de novas parcerias com a TUMO Lisboa, Teach For Portugal e Unicorn Factory Lisboa. No tema da transição climática assinalámos uma evolução muito positiva; a Bondalti foi reconhecida pelo quarto ano consecutivo com a medalha de platina do EcoVadis, enquanto a CUF implementou projetos de descarbonização inovadores relacionados com o funcionamento dos blocos operatórios.

No que diz respeito ao eixo da **Inovação**, o programa Grow continuou a estreitar relações com *startups* de base tecnológica, investidores e outros parceiros do ecossistema empreendedor. A incorporação de soluções de ponta – exemplificada pela adoção de robôs cirúrgicos na CUF e pela implementação de sistemas de inteligência artificial na Bondalti – evidencia o nosso compromisso com a transformação digital e a competitividade.

O talento e a valorização das nossas **Pessoas** são o ponto de partida e o motor de tudo o que fazemos. Em 2024, reforçámos este compromisso, promovendo uma gestão ativa de talento e novas iniciativas de crescimento profissional, como o Programa de Mentoria e o Programa de Mobilidade Interna, que criam oportunidades de evolução dentro do Grupo e fomentam uma cultura de aprendizagem e crescimento partilhado.

A capacitação das nossas lideranças foi também uma prioridade, com a segunda edição do Advanced Leadership Program, uma iniciativa de formação organizada em parceria com duas prestigiadas instituições, a Católica Lisbon School of Business and Economics e a Kellogg School of Management.

Para terminar, é com grande satisfação que destaco o reconhecimento do Grupo José de Mello com o IMD Global Family Business Award 2024, uma distinção que reconhece a solidez, impacto e visão de futuro do Grupo, enquanto Grupo Familiar.

A trajetória de crescimento sustentável do Grupo José de Mello é, acima de tudo, reflexo do talento, da dedicação e do profissionalismo das nossas Pessoas, às quais expresso o meu reconhecimento. O empenho de todos – e de cada um – tem sido essencial para os resultados alcançados e para a criação de valor nas comunidades onde atuamos.

Estou certo de que a qualidade das nossas empresas e das nossas equipas continuará a impulsionar a nossa ambição de crescimento, promovendo a prosperidade e o desenvolvimento sustentável, dentro e fora de Portugal. Confio no compromisso de todos para, juntos, continuarmos a construir o futuro.

Salvador de Mello

Abril de 2025

1.2 Destaques do ano

1 487 M€
Proveitos

81 M€
Resultado Líquido

196 M€
EBITDA

173 M€
Investimento

0
Não conformidades com leis e regulamentos

5
Membros independentes do Conselho de Administração

TOP 4 - estudo RepScore
Na categoria "Holdings"

CRIAÇÃO DE VALOR

101 $ktCO_2e$
emissões de âmbito 1 e 2 *(Market-based)*

3,8 M GJ
de energia consumida

3,6 M m^3
de água captada

PLANETA

8 853
Colaboradores

76 %
Mulheres

188 mil
Horas de formação

3 M€
Donativos

EFR
certificação

PESSOAS

O ano de 2024 foi um período particularmente exigente para o Grupo José de Mello, num contexto global marcado por incertezas económicas, tensões geopolíticas, desafios energéticos e a crescente exigência regulatória no âmbito ESG. Estes fatores testaram a capacidade de resiliência da José de Mello e das suas participadas, enquanto reforçaram a importância de uma gestão ágil e estratégica.

Apesar deste cenário desafiador, 2024 foi também um ano de importantes concretizações, refletindo o compromisso e a capacidade de execução da José de Mello e das várias empresas do seu portefólio.

Nesta secção, apresentam-se as principais iniciativas desenvolvidas ao longo do ano de 2024, estruturadas segundo os três eixos estratégicos da José de Mello e os nove temas materiais definidos no processo de materialidade de 2022, que permanecem em vigor no âmbito da sua Agenda de Sustentabilidade.

Adicionalmente, as ações específicas das empresas participadas, cujos temas materiais apresentam particularidades próprias, foram igualmente organizadas com base nestes eixos estratégicos, garantindo coerência, alinhamento e uma visão integrada de desenvolvimento sustentável.

A CRIAÇÃO DE VALOR

1. Investimento responsável
2. Desempenho económico e eficiência operacional
3. Ética, transparência e integridade
4. Gestão da marca e da reputação
5. Inovação

B PLANETA

6. Alterações Climáticas

C PESSOAS

7. Atração, retenção e desenvolvimento de capital humano
8. Diversidade e inclusão
9. Envolvimento com a sociedade

JANEIRO

C 8 Nova edição do programa “Braço Direito”, da Junior Achievement Portugal, juntou 29 jovens do ensino secundário que acompanharam um dia de trabalho de colaboradores do **Grupo José de Mello**

A 2 **WineStone** adquire Quinta de Pancas, herdade localizada no concelho de Alenquer

A 2 **CUF** conclui aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa e reforça presença no norte do país

A 4 **Lifthium Energy** torna-se membro do IPCEI EuBaTin, o maior consórcio europeu de desenvolvimento de baterias elétricas



FEVEREIRO

C 7 **José de Mello** renova a sua certificação de “Entidade Familiarmente Responsável” (efr)

C 7 **CUF** e **Grupo José de Mello** distinguidas pela excelência na Gestão de Pessoas na 8ª edição do “Índice da Excelência”

A 4 **Lifthium Energy** junta-se à Associação Internacional do Lítio (ILiA)

B **BONDALTI** subscreve a "Declaração de Antuérpia para um Pacto Industrial Europeu", no âmbito da cimeira europeia da indústria que reuniu líderes de vários setores



MARÇO

A 4 **José de Mello** e StartUp Lisboa estabelecem parceria para apoiar o empreendedorismo jovem

C 8 “Ser Solidário”, iniciativa transversal do **Grupo José de Mello**, entrega apoios monetários no valor de 15 mil euros à Associação Vale de Acór, Associação Cais e Associação Vida Norte

A 2 **Bondalti** lança OPA sobre a Ercros, Grupo industrial químico líder em Espanha

B **Bondalti** obtém a Certificação Internacional de Sustentabilidade e Certificação de Carbono (ISCC) Plus para a unidade industrial de Estarreja



ABRIL

C 7 Conclusão da 20ª edição do PAGE (Programa Avançado de Gestão) do **Grupo José de Mello**, com a entrega de diplomas a 28 participantes

C 7 **Grupo José de Mello** lança Programa de Mobilidade Interna, que reconhece e valoriza o talento e proporciona oportunidades de crescimento pessoal e profissional

A 3 **CUF** reeleita vice-presidente do GRACE - Empresas Responsáveis, Associação que promove uma cultura empresarial sustentável



MAIO

A 4 Encontro “Inovar4 – uma viagem pela transformação dos negócios” reúne empresas do **Grupo José de Mello** para celebrar uma cultura de inovação com impacto e valorizar o papel das pessoas nos processos de transformação

A 3 **Grupo José de Mello** elege Inês Caldeira e Luísa Delgado para membros do Conselho de Administração

C 7 36 quadros do **Grupo José de Mello,** participam no Advanced Leadership Program, desenvolvido em parceria pela Universidade Católica Portuguesa e pela Kellog School of Management

A 4 **CUF** vence quatro das sete categorias a concurso nos European Private Hospital Awards 2024

B **Bondalti** integra a Science Based Targets Iniciative, organização que reúne empresas que assumem um papel ativo no combate à crise climática

A 2 **CUF** lança oferta pública de subscrição de obrigações ligadas a sustentabilidade, no valor total de 93,5 milhões de euros



JUNHO

A 5 Nasce a Preveris, nova marca da **CUF** para o mercado da saúde ocupacional, que resulta da fusão entre a Sagies e a Atlanticare

A 4 O Krohn Vintage 2017 da **WineStone** alcança a distinção “Best in Show” no Decanter World Wine Awards, uma das mais prestigiadas competições mundiais

preveris
prevenção, saúde
e bem-estar nas empresas

JULHO

C 8 **José de Mello** celebra parceria com o TUMO Lisboa – Centro de tecnologias criativas, para apoiar a implementação deste programa educativo inovador que visa garantir igualdade de oportunidades e mobilidade social a jovens entre os 12 e os 18 anos

B Pelo quarto ano consecutivo**, Bondalti** recebe a medalha de platina da EcoVadis, a mais elevada atribuída por esta organização mundial que avalia a sustentabilidade das empresas

A 2 Novas instalações da **Bondalti Water**, em Sintra, entram em pleno funcionamento



AGOSTO

A 4 Unidades de Cuidados Paliativos da **CUF** distinguidas com a mais alta acreditação europeia pela European Society for Medical Oncology (ESMO)



SETEMBRO

A 4 Grow by **José de Mello** visita três dos principais centros de inovação em Portugal para reforçar a relação com o ecossistema de empreendedorismo e sensibilizar as *startups* para o potencial das parcerias com grandes empresas

A 5 **CUF** organiza "Born - Encontros de Inovação: 1.º matchmaking Testbed ITeCS" dirigidos a *startups* e PME´s com soluções tecnológicas na área da saúde

A 4 **CUF** distinguida nos International Hospital Federation Awards, a CUF destacou-se entre mais de 500 candidaturas de 37 países com o projeto inovador "Centro de Esterlização Hospitalar – um novo paradigma de sustentabilidade hídrica"

A 2 **CUF** anuncia a construção de um novo hospital em Braga, com abertura prevista para 2027



OUTUBRO

A 5 **Grupo José de Mello** vence IMD Global Family Business Award 2024, prestigiado prémio internacional atribuído pela primeira vez em Portugal

C 8 Celebração do Dia do Voluntário do **Grupo José de Mello**, dedicado à partilha de experiências de voluntários e entidades parceiras

A 5 **Bondalti Water** lança uma nova linha de negócios para fornecimento de soluções completas para a produção de biogás

A 3 **Bondalti** galardoada com quatro prémios na 10.ª Edição do "Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade" promovido pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial

A 2 Pelo terceiro ano consecutivo, a **CUF** é destacada como líder no ranking de reputação no setor da saúde em Portugal pelo estudo "Merco Empresas Portugal 2024"



NOVEMBRO

C 8 **José de Mello** celebra parceria com a Teach for Portugal, organização cujo objetivo é diminuir a desigualdade educativa e proporcionar às crianças de meios mais desfavorecidos a oportunidade de atingirem o seu máximo potencial

A 4 Grow by **José de Mello** organiza a terceira edição do "Grow by the River" na semana do Web Summit com a presença de mais de 200 participantes

A 2 **CUF** anuncia a criação de unidades de cuidados de proximidade na sequência de um acordo com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos para a aquisição da rede de 13 clínicas miMed



DEZEMBRO

C 8 "Árvore do Apadrinhamento", iniciativa transversal do **Grupo José de Mello**, abrange 1.964 crianças carenciadas oriundas de 36 instituições localizadas em várias zonas do país

C 7 Cerimónia de atribuição de bolsas de estudo a filhos de colaboradores do **Grupo José de Mello**, com o apoio da Fundação Amélia de Mello

A 2 **CUF** celebra acordo com a José de Mello Residências e Serviços e o Grupo Ageas Portugal e integra residências sénior Domus Vida

A 4 **CUF** eleita melhor empresa para trabalhar na área da saúde na estreia do "Merco Talento Universitário Portugal 2024"

A 3 **Bondalti** é distinguida com três galardões dos prémios "Responsible Care Awards 2024", promovidos pelo Conselho Europeu da Indústria Química

B **Ravasqueira** recebe certificação no Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola



1.3 Quem somos

O Grupo José de Mello é um grupo empresarial português, com mais de 125 anos de história marcados pela resiliência, capacidade de empreendedorismo e pela confiança no futuro.

Reconhecido como um dos maiores grupos económicos de Portugal, com uma estrutura acionista estável e de base nacional, o Grupo José de Mello tem um impacto diversificado na economia, detendo participações empresariais num portefólio diversificado, em diferentes setores da economia, e de âmbito nacional e internacional como cuidados de saúde, indústria química e tratamento de águas, refinação de lítio, gestão de infraestruturas rodoviárias e mobilidade, serviços e soluções para seniores além da produção e comercialização de vinhos de origem portuguesa.

A sua presença e atuação nos vários setores é sustentada por uma cultura organizacional distinta e de valores sólidos que norteiam todas as empresas do Grupo: o Desenvolvimento Humano, a Inovação, a Competência e a Integridade.

Colocando a dignidade das Pessoas no centro das suas operações, o Grupo promove e investe no desenvolvimento das capacidades individuais de cada colaborador e no seu potencial, incentivando a autonomia e a aprendizagem contínua. Além disso, fomenta e incentiva uma mentalidade empreendedora, em constante procura por novas soluções e oportunidades para criar valor e impulsionar o crescimento sustentável.

Com uma visão estratégica de longo prazo, o Grupo José de Mello aspira à excelência e à consistência em todas as suas atividades, promovendo a responsabilidade individual e o trabalho em equipa.

O Grupo assume ainda um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhando crescimento económico, impacto social e responsabilidade ambiental.

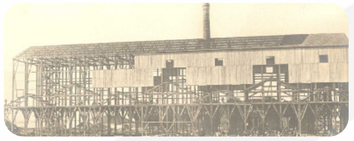
1.4 A nossa história

FUNDAÇÃO

1898
Fundação por Alfredo da Silva, ao assumir o estatuto de acionista e líder da CUF



1908
Inauguração das primeiras fábricas da CUF no Barreiro



1920
Entrada na Casa José Henriques Totta



1927
Criação da Tabaqueira



EXPANSÃO

1942
Criação da Companhia de Seguros Império



1945
Inauguração do Hospital da CUF (Infante Santo)



1961
Fundação da Lisnave



1964
Criação da Fundação Amélia de Mello



1975
Nacionalização do Grupo CUF

No auge da sua atividade, o Grupo CUF era o maior grupo privado português com 110.000 empregados e representava 5% do PIB

RECONSTRUÇÃO

1979-1998
1979 - Início da reconstrução do Grupo com a aquisição da Uniteca

1988 - Constituição da holding José de Mello

1991 - Criação do Banco Mello

1995 - Aquisição da União de Bancos e início da PPP no Hospital Fernando da Fonseca

Aquisições: **1992** - Império, **1993** - Soponata, **1997** - Quimigal

1998 - Constituição da José de Mello Saúde



2000-2001
Fusão do Banco Mello e seguradora Império com o BCP, o maior banco privado português

Alienação da Lisnave

Entrada na Brisa

Inauguração do Hospital CUF Descobertas



Capítulos
01
02
03
04
05
06
07

JOSÉ DE MELLO

RESILIÊNCIA E RECUPERAÇÃO

2004-2008

Alienação da Soponata e Finertec

Alienação do BCP

Alienação do negócio dos adubos

Cessão da PPP do Hospital Fernando da Fonseca

Inauguração do Instituto CUF Porto



2012

OPA sobre a Brisa



2009-2011

Início da PPP do futuro Hospital de Braga

Expansão do Pólo Químico de Estarreja

Criação do Programa de Voluntariado, que conta atualmente com 254 voluntários

Início da PPP do Hospital de Vila Franca de Xira



2017-2019

Criação do programa Grow

Negócio dos químicos industriais com nova marca Bondalti e nova fábrica em Espanha

Expansão da rede de hospitais e clínicas CUF

JOSÉ DE MELLO GROW connect & accelerate

AMBIÇÃO E CRESCIMENTO

2020-2022

CUF passa a marca única na saúde

Grupo José de Mello vende 40% da Brisa

Alteração na liderança executiva do Grupo, definição do Propósito e de uma estratégia de crescimento

Bondalti investe na área de negócio de tratamento de águas



2023

Bondalti apresenta uma nova identidade visual

CUF prossegue plano de expansão da sua rede e chega à Ilha de São Miguel com a aquisição do Hospital Internacional dos Açores, que passa a designar-se Hospital CUF Açores

Criação da WineStone, para gerir ativos no setor dos vinhos, e da Lifthium Energy, para desenvolver um projeto de refinação de lítio

WINESTONE GROUP

2024

Bondalti lança OPA sobre a Ercros Grupo industrial químico líder em Espanha

CUF expande rede nacional: aquisição do Grupo Arrifana de Sousa (Tâmega e Sousa) e das clínicas MiMed (Grande Lisboa), e anuncia a construção de um novo hospital em Braga

Nasce a Preveris, operadora líder de mercado no setor da saúde ocupacional em Portugal.



1.5 O que nos guia

GRI 2-22

O Grupo José de Mello é um dos principais grupos empresariais portugueses, com presença diversificada em setores estratégicos da economia portuguesa e internacional. Atua com uma visão de longo prazo, promovendo o crescimento económico e a criação de valor sustentado.

Comprometido com a excelência, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável, procura criar valor duradouro e promover o crescimento económico, ao mesmo tempo que mantém o compromisso com os limites do desenvolvimento sustentável.





A José de Mello aposta numa visão global e holística para todo o grupo económico, não se limitando ao exercício das suas responsabilidades enquanto acionista, mas procurando, de forma diligente, fomentar a convergência e a partilha comum de valores e princípios comuns entre as entidades que a compõem. Esta matriz de governação não só sustenta a robustez do Grupo, como pretende imprimir uma diretriz consolidada tanto nas operações diárias, como nos projetos de expansão ou aquisição, reforçando o compromisso do Grupo com a construção de um futuro estável, mas dinâmico, sustentável e competitivo.

1.6 O nosso portefólio

GRI 2-6

O Grupo José de Mello distingue-se pelo seu know-how industrial e de gestão, acumulado ao longo da sua história. Com uma presença consolidada em setores estratégicos da economia portuguesa e internacional, o Grupo tem demonstrado uma forte capacidade de adaptação, inovação e criação de valor, posicionando-se como um parceiro de referência na gestão e desenvolvimento de negócios competitivos e sustentáveis.

A sua trajetória reflete um compromisso contínuo com a excelência, combinando uma gestão sólida e rigorosa com uma visão estratégica orientada para o futuro. Neste contexto, a José de Mello tem procurado ao longo dos anos captar novos investimentos, como forma de reforçar o seu portefólio em áreas emergentes como tecnologias inovadoras, energias alternativas e setores de elevado potencial de crescimento. Esta abordagem visa não só potenciar o crescimento sustentável do Grupo, como também contribuir para a modernização e competitividade da economia portuguesa.

Como qualquer grande grupo económico, a José de Mello está exposta a um conjunto de riscos estratégicos, operacionais e financeiros, que podem impactar o desempenho das suas participadas e a criação de valor a longo prazo. Para mitigar estes desafios é adotada uma gestão de riscos estruturada e proativa.

Neste contexto, a diversificação de portefólio do Grupo, permite mitigar, em parte, os riscos existentes, e reforçar a resiliência face aos desafios do próprio mercado e de contexto.

Adicionalmente, como forma de mitigar os riscos identificados, a José de Mello procura adotar uma abordagem estratégica e estruturada que assegure, continuamente, o alinhamento da estrutura de capital com o perfil de risco definido. A José de Mello concentra-se na execução eficaz de planos de negócios das participadas, com o objetivo de maximizar oportunidades de eficiência operacionais e otimizar a estrutura de capitais.

Para além disso, a estratégia de diversificação do Grupo é gerida de forma rigorosa e transparente, sendo os novos investimentos avaliados através de um processo de gestão de risco, conduzido pelo Comité de Investimento, garantindo desta forma decisões mais alinhadas com a sustentabilidade e desenvolvimento do negócio/diversificação do portefólio.

Iniciativas em destaque

No âmbito da sua estratégia de crescimento e internacionalização, em 2024, a **Bondalti** lançou uma OPA à Ercros, uma empresa química espanhola de referência, com mais de 200 anos de história e um forte posicionamento no setor europeu, especializada na produção e venda de produtos químicos e farmacêuticos.

Em 2024, a **Lifthium Energy**, integrou o IPCEI EuBaTin (*Important Project of Common European Interest - European Battery Innovation*), tornando-se a única empresa portuguesa com um projeto de conversão de lítio verde a participar neste consórcio europeu. A tecnologia desenvolvida pela Lifthium, que envolve o refinamento de lítio através de eletrólise alimentada por energia renovável, desempenhou um papel decisivo na sua inclusão no IPCEI EuBaTin.

No âmbito da sua estratégia de especialização e otimização de sinergias, em 2024, a **José de Mello** concretizou a decisão de integração da José de Mello Residências e Serviços na CUF, passando a CUF a integrar no seu portefolio também soluções residenciais para a terceira idade, programas assistenciais e serviços de recuperação e reabilitação.

BONDALTI **Participação: 100%**

Com presença nacional e internacional, a Bondalti é o principal grupo privado português do setor da indústria química. As suas atividades produtivas são essencialmente focadas na cadeia de valor de cloro-álcalis (PCA), no segmento dos químicos inorgânicos, e, no segmento dos químicos orgânicos, na cadeia de valor da anilina e derivados (PAD). Ocupa atualmente uma posição competitiva nestes mercados, sendo líder ibérica na produção de cloro e hipoclorito, líder europeia em vendas de anilina e mononitrobenzeno (MNB), bem como um dos principais produtores mundiais não-integrados de anilina.

O seu modelo de negócio estende-se, também, à conceção de soluções e à execução de projetos e serviços no âmbito do Ciclo Integral da Água, não só no mercado ibérico, mas também internacional.

Para mais informações sobre a Bondalti e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2024.

Produção de químicos e tratamento de águas

70,8 M€ de EBITDA

41,1 M€ de resultado líquido

1 763 mil t produtos químicos industriais produzidos

1 485 $ktCO_2e$ emissões (âmbito 1, 2[1] e 3)

787 colaboradores

58 mil horas de formação

+2 M€ investidos na comunidade

[1]Market-based

CUF

Participação: 65,85%

Líder na prestação privada de cuidados de saúde de qualidade em Portugal, a CUF procura diariamente promover uma oferta de serviços com os mais elevados níveis de qualidade e conhecimento, respeitando o primado da vida, sem descurar os seus impactos ambientais.

Para uma prestação de cuidados de saúde adaptada às necessidades individuais de cada pessoa, a CUF desenvolve a sua atividade de forma integrada e abrangente, aliando uma rede de 30 hospitais e clínicas, ferramentas digitais e novas formas de prestação de cuidados de proximidade.

Desde o início, promove a evolução constante da Medicina, participando no desenvolvimento do País, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias com as principais instituições universitárias e científicas. A par disto, aposta no desenvolvimento de programas de ensino, formação e investigação, que promovem a permanente atualização e inovação dos seus profissionais e da comunidade científica e médica.

Para mais informações sobre a CUF e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2024.

148 M€ de EBITDA

43,4 M€ de resultado líquido

30 Hospitais e clínicas

3,3 M de consultas

68 mil cirurgias

4,6 mil partos

192 $ktCO_2e$ emissões (âmbito 1, 2[1] e 3)

16 839* colaboradores

+120 mil horas de formação

657 mil € investidos na comunidade

Prestação de cuidados de saúde

[1]Market-based. * inclui trabalhadores que não são empregados mas cujo trabalho é controlado pela organização

Grupo Brisa

Participação: 16,73%

A Brisa é um operador de mobilidade com uma forte experiência nacional e internacional na operação de infraestruturas rodoviárias. Com uma base sólida no desenvolvimento e gestão de serviços de mobilidade, sob a marca comercial Via Verde, tem desempenhado um papel chave no financiamento, definição, construção e operação de uma rede de autoestradas que abrange os principais eixos rodoviários de Portugal, cobrindo o país de norte a sul e de este a oeste.

Para mais informações sobre a Brisa e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos website e/ou o Relatório Integrado 2024.

817 M€ de EBITDA

310 M€ de resultado líquido

1 549 km concessionados

9,5 M Km patrulhados

31 unidades Colibri Via Verde

2,3 M de inspeções

5,2 M€ de veículos equipados com identificadores Via Verde

3 003 colaboradores

9,8 $ktCO_2e$ emissões (âmbito 1 e 2[1])

Infraestruturas rodoviárias e mobilidade

A Brisa não integra o perímetro de consolidação do Grupo José de Mello.

[1]Market-based

WINESTONE GROUP

Participação: 100%

A WineStone, fundada em 2023 a partir do desempenho da Ravasqueira Vinhos na última década, gere agora ativos não apenas na região do Alentejo, mas também no Douro, Vinhos Verdes e em Lisboa. Possui um portfólio alargado de marcas, que integra a Ravasqueira, Quinta do Retiro Novo, Krohn, Quinta do Côtto, Paço do Teixeiró e Quinta de Pancas. Com um posicionamento centrado na preservação do património vitivinícola natural e humano do passado, a empresa está atualmente empenhada em executar um plano de desenvolvimento para levar as marcas mais admiradas de Portugal para o mercado global.

Para mais informações sobre a WineStone e o seu desempenho, por favor, consulte o website.

3,0 M€ de EBITDA

0,58 M€ de resultado líquido

1,7 mil t de uva processada

13 $ktCO_2e$ emissões (âmbito 1, 2[1] e 3)

112 colaboradores

Produção comercialização e distribuição de produtos vinícolas

[1]Market-based

Lifthium

Participação: 100% [2]

A Lifthium é uma empresa, em fase de projeto, dedicada à refinação de lítio. tem a ambição de se tornar um protagonista europeu na refinação de lítio, contribuindo para a eletrificação da mobilidade por meio de fontes de energia renováveis e processos avançados com baixa pegada de carbono.

Para mais informações sobre a Lifthium e o seu desempenho, por favor, consulte o website.

Produção de hidróxido de lítio

[2] 85% participação direta, 15% de participação indireta através da Bondalti.

1.7 Onde estamos

GRI 2-1

BONDALTI

Barcelona
Logroño
Pontevedra
Madrid
Sevilha
Luanda
Matosinhos
Algarve
Oeiras
Sintra

Alfaro
Torrelavega
Luanda
Estarreja
Sintra

Aveiro
Barreiro



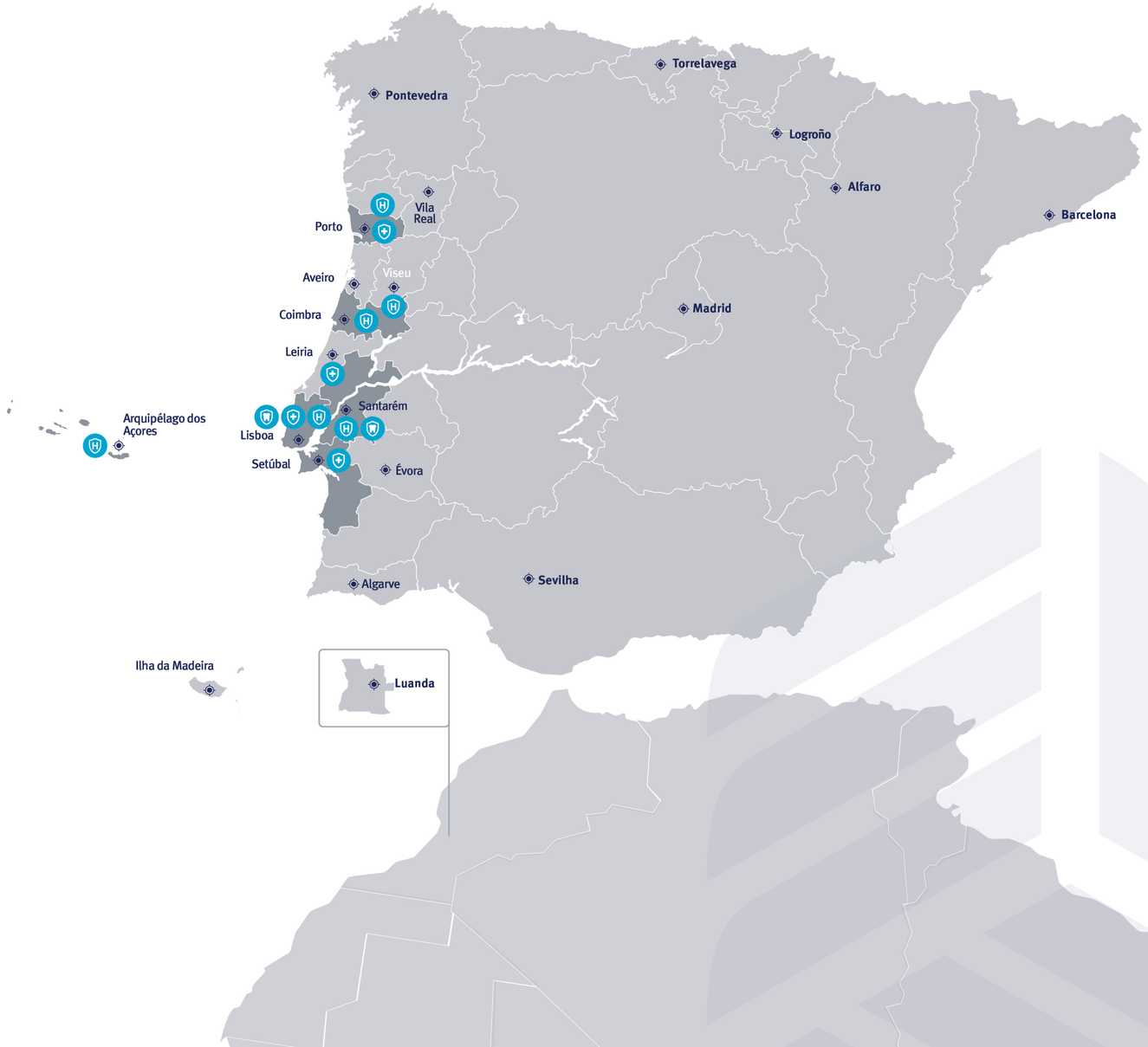
Escritórios Unidades produtivas Logística

cuf

Porto
Trindade
Arrifana de Sousa
Viseu
Coimbra
Santarém
Torres Vedras
Sintra
Cascais
Tejo
Descobertas
Açores

Penafiel
Paredes
Lousada
Marco de Canaveses
S.João da Madeira
Mafra
S.Domingos de Rana
Nova SBE
Belém
Miraflores
Alvalade
Almada
Montijo
Barreiro

Santarém
Lisboa



Para reforçar a sua presença junto das populações e proporcionar um acompanhamento ainda mais próximo da saúde dos portugueses a CUF adquiriu a rede de clínicas miMed, para a criação de unidades de cuidados de proximidade. Localizadas na Grande Lisboa, foram projetadas para prestar cuidados de saúde para toda a família, ao disponibilizarem consultas de várias especialidades médicas e técnicas e, igualmente, cuidados de Enfermagem, tratamentos, análises clínicas e outros exames essenciais, garantindo conveniência e a qualidade CUF.

Hospitais Clínicas Clínicas Dentárias

WINESTONE
GROUP

1. Ravasqueira
   Évora
2. Quinta do Côtto
   Vila Real
3. Paço de Teixeiró
   Porto
4. Quinta de Pancas
   Alenquer
5. Sede Winestone
   Carnaxide
6. Quinta do Retiro Novo
   Viseu



JOSÉ DE MELLO

2

A NOSSA ESTRATÉGIA

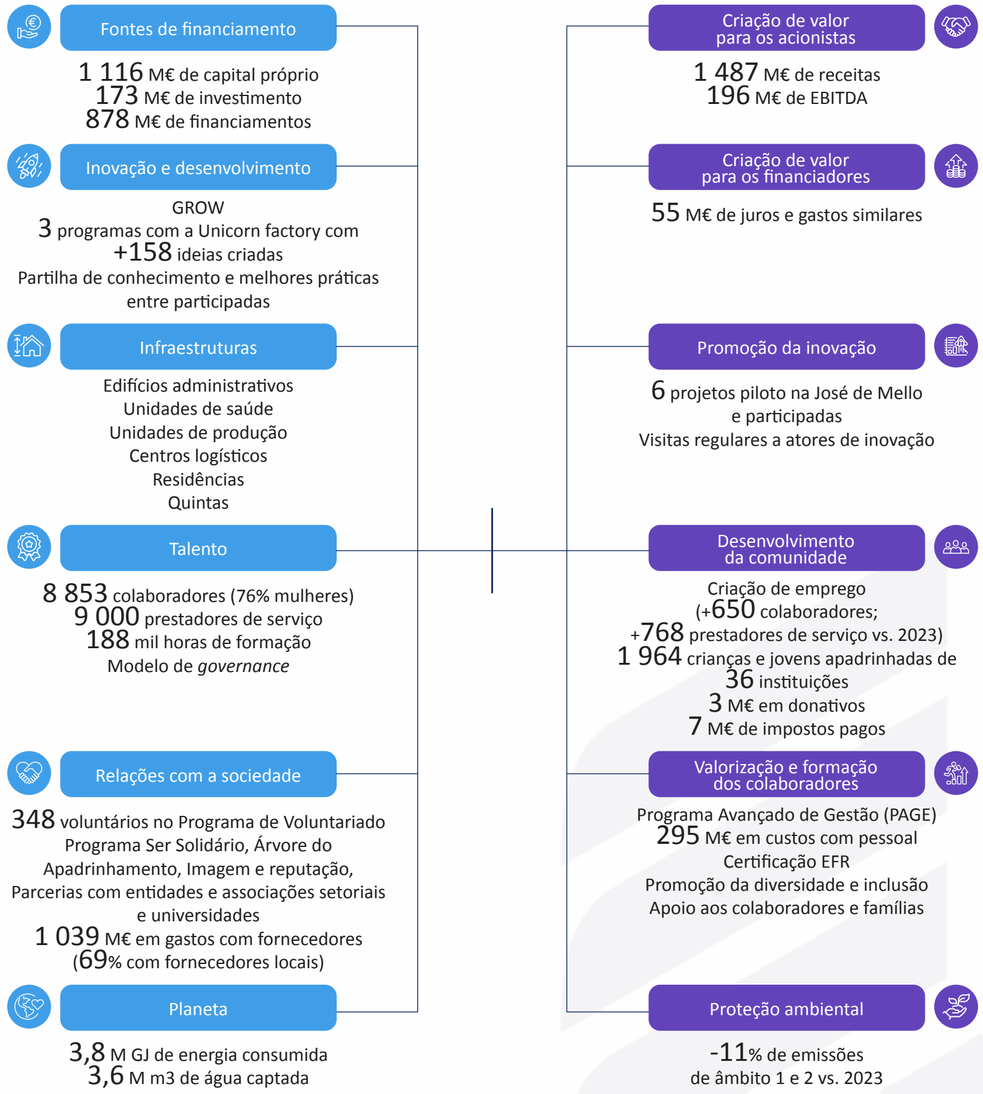
2.1 Como criamos valor **25**
2.2 Sustentabilidade Financeira e Remuneração Acionista **26**
2.3 Resiliência das operações – Gestão de Riscos e Oportunidades **27**

2.1 Como criamos valor

A José de Mello estrutura o seu modelo de negócios através da gestão de um portefólio diversificado de empresas, cujas atividades e operações são desempenhadas por equipas qualificadas e comprometidos em criar valor para todos os seus *stakeholders*.

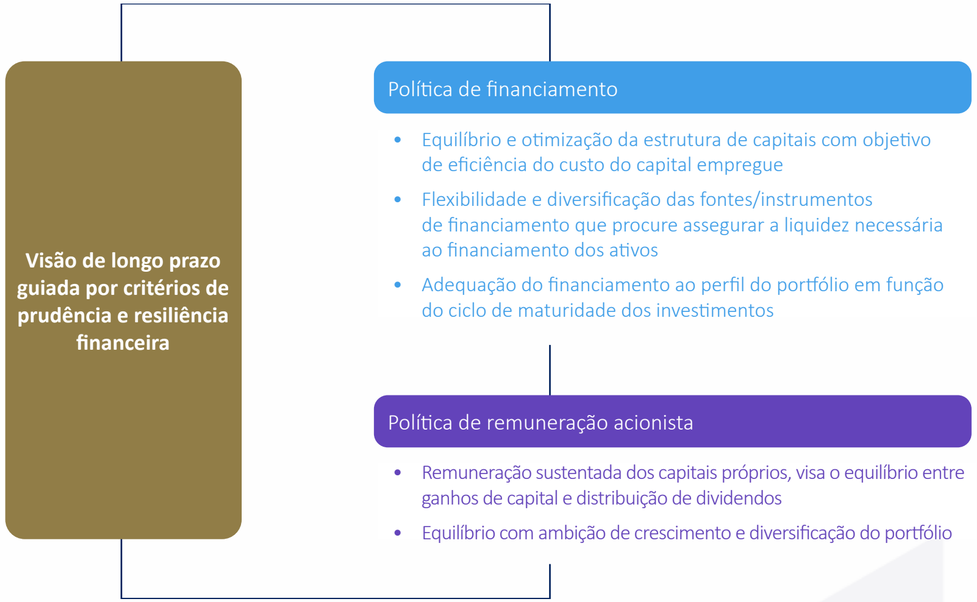
Inserida num contexto competitivo nacional e internacional, a José de Mello também aposta na expansão estratégica do seu portefólio, assegurando um crescimento sustentável e alinhado com as dinâmicas do mercado. Com um legado sólido e um conjunto de empresas de referência, combina a experiência com uma visão estratégica de longo prazo, ao mesmo tempo que pretende ter um portefólio robusto, preparado para os desafios futuros e orientado para a criação de valor sustentável para as próximas gerações.

A sua gestão assenta na promoção do desenvolvimento e respeito pelas Pessoas, na minimização do impacto dos seus negócios no ambiente, e numa abordagem baseada na integridade, competência e inovação na gestão dos seus ativos.



2.2 Sustentabilidade Financeira e Remuneração Acionista

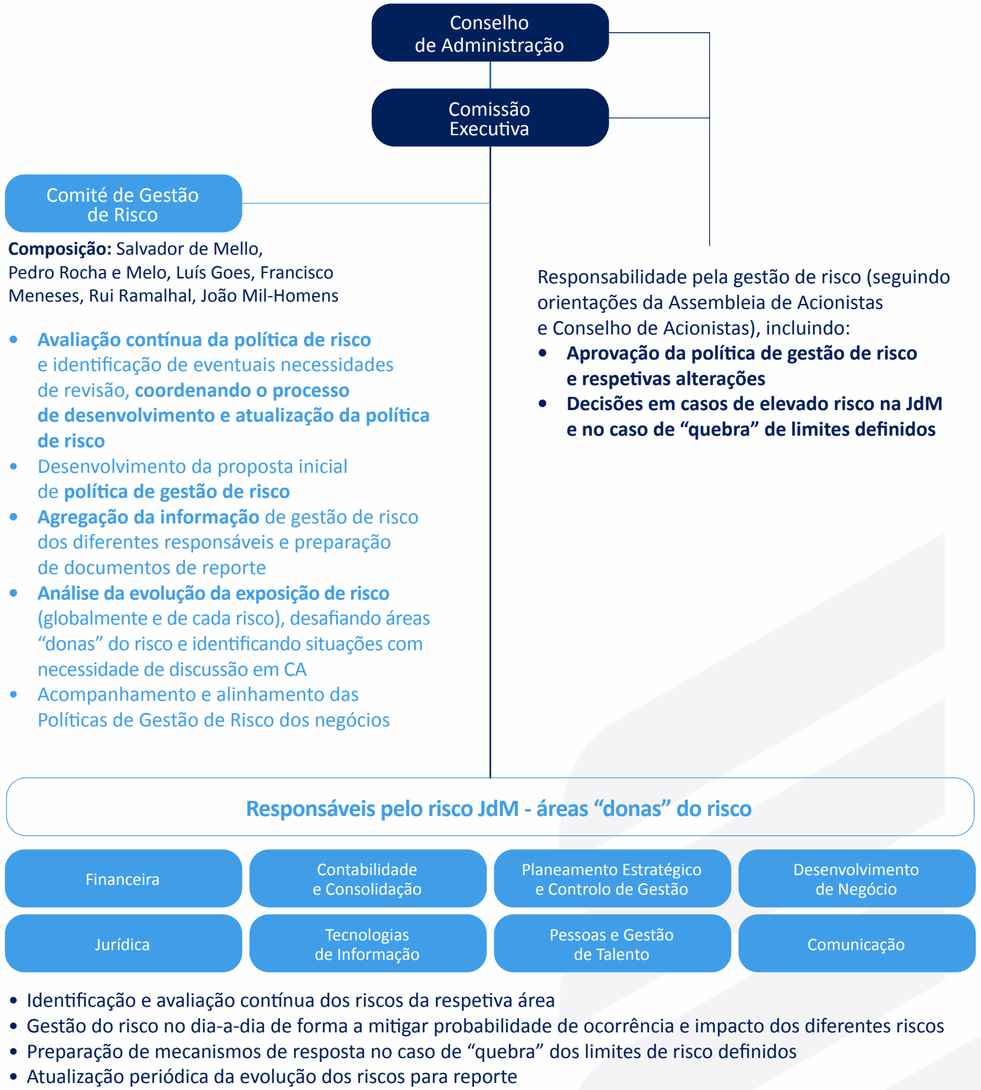
Para apoiar a estratégia de financiamento e viabilizar a sua ambição de crescimento, a José de Mello adota uma abordagem financeira prudente, querendo assegurar o equilíbrio e a resiliência do seu portefólio. Neste contexto, como forma de garantir uma gestão eficiente do capital investido e a criação de valor sustentável, rege-se por um conjunto de princípios financeiros sólidos, refletidos na sua Política de Financiamento e Política de Remuneração Acionista, devidamente alinhadas e estrategicamente articuladas entre si.



2.3 Resiliência das operações – Gestão de Riscos e Oportunidades

GRI 2-24, GRI 2-25

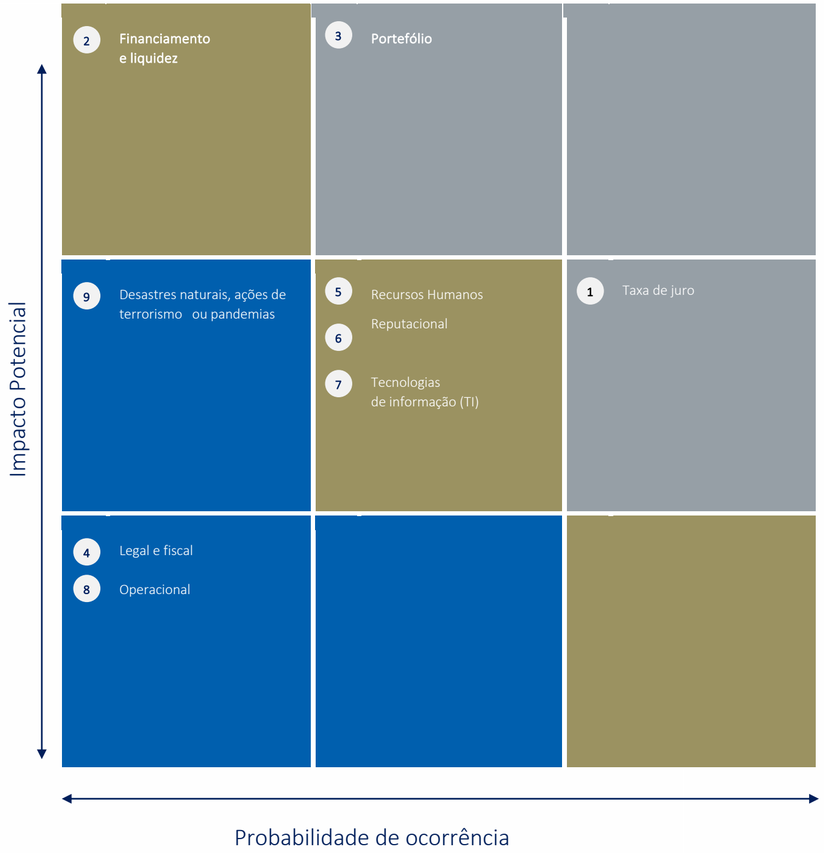
Na José de Mello, o modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão de risco encontra-se ajustado à estrutura do Grupo, estando definidos na sua Política de Gestão de Riscos os focos de atuação e atribuição de responsabilidades, bem como o processo de identificação de riscos. Desta forma, apesar de ser promovido um clima de autonomia e responsabilização de cada empresa participada, pretende-se fomentar o enraizamento de uma cultura de gestão de riscos comum na organização, em especial nas primeiras linhas de resposta. Assim, a concretização desta Política é executada por um conjunto de intervenientes multidisciplinares, com distintos focos de atuação e responsabilidades.



Assim, em situação de escalada de risco, a resposta da José de Mello segue as seguintes etapas:

	01 Identificação e reporte do risco	02 Avaliação da situação e definição de plano de resposta	03 Desenvolvimento de plano de mitigação / correção	04 Discussão em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração
Timing	Contínuo	Imediato	Dependente da decisão tomada na etapa 2. (Avaliação da situação)	Dependente da decisão tomada na etapa 2. (Avaliação da situação)
Descrição	• Identificação de situação de elevado risco (colocando em causa a tolerância ou limites definidos) • Comunicação entre responsáveis do risco e equipa de gestão de risco	Dependendo do risco, decidir sobre: • Necessidade de comunicação à Comissão Executiva e/ou ao Conselho de Administração (incluindo timing para discussão) no imediato • Tempo para preparação do plano de mitigação / correção	• No caso de elevada probabilidade de o risco se materializar, preparação de plano de mitigação da ocorrência ou impacto do risco • Preparação de plano de resposta no caso de materialização do risco	Discussão e aprovação em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração
Responsável	Áreas responsáveis pelo risco ou equipa de gestão de risco	Equipa de gestão de risco em conjunto com responsáveis do risco (e Administrador com Pelouro)	Áreas responsáveis pelo risco com apoio da equipa de gestão de risco	Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração

MATRIZ DE RISCO



Legenda:
- Elevado
- Médio
- Limitado

Legenda

A. Atração, retenção e desenvolvimento de capital humano
B. Investimento responsável
C. Inovação
D. Desempenho económico e eficiência operaciona
E. Ética, transparência e integridade
F. Gestão da marca e da reputação
G. Alterações Climáticas
H. Envolvimento com a Sociedade
I. Diversidade e inclusão

Para cada risco identificado na matriz, apresentam-se de seguida as respetivas **ações de mitigação**, de forma não exaustiva.

1 Taxa de juro

Descrição

- Aumento do indexante devido a alterações macroeconómicas e das políticas monetárias, com reflexo no custo da dívida com taxa variável ou em novos financiamentos
- Aumento do spread da dívida da José de Mello em novos financiamentos

Probabilidade de ocorrência: Elevada
Correlação com Riscos: 2, 3
Materialidade: B, D

Ações de Mitigação

- Analisar o impacto das taxas de referência nos custos financeiros e nos dividendos recebidos pela José de Mello influenciados pelo impacto das taxas de juro / inflação nos negócios do portefólio do Grupo
- Analisar continuamente a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e variável, em função do perfil de portefólio da José de Mello
- Garantir uma gestão financeira ativa e prudente para assegurar custos de dívida competitivos em cada financiamento

2 Financiamento e liquidez

Descrição

- Redução de dividendos dos negócios ou agravamento de outros fluxos previstos (entre recebimentos e pagamentos) que impactem a gestão de caixa da José de Mello
- Incapacidade de serviço da dívida e de outras responsabilidades por falta de liquidez
- Endividamento excessivo
- Incapacidade de acesso a capital para executar a estratégia de portefólio definida, provocada pela situação do Grupo ou pelo contexto externo e regulatório dos mercados financeiros e da economia

Probabilidade de ocorrência: Limitada
Correlação com Riscos: 1, 3
Materialidade: B, D, F

Ações de Mitigação

- Acompanhar a evolução e projeção dos indicadores relevantes para os covenants dos financiamentos para antever e agir previamente sobre eventuais desvios
- Acompanhar a execução dos planos de negócio e da política de dividendos pelas participadas
- Acompanhar a evolução dos orçamentos anuais
- Assegurar a cada momento a liquidez suficiente para servir as necessidades operacionais e estratégicas da José de Mello

3 Portefólio

Descrição

- Alterações macroeconómicas (crescimento económico, inflação, política monetária, entre outras) com impacto no desempenho, geração de caixa e valor dos negócios e da José de Mello
- Risco de flutuações no valor de cada ativo implicarem flutuações fortes nos resultados e capitais próprios económicos do Grupo
- Concentração geográfica e setorial
- Execução de novos investimentos, quer na avaliação de entrada quer no desempenho dos novos ativos
- Relação com os diferentes parceiros acionistas e operacionais

Probabilidade de ocorrência: Elevada
Correlação com Riscos: 1, 2
Materialidade: B, C, D, E, F, G

Ações de Mitigação

- Garantir o alinhamento entre a estrutura de capital da José de Mello e o perfil de risco definido
- Continuar a executar os planos de negócios das participadas, permitindo capturar oportunidades de eficiência, reduzir riscos e melhorar a estrutura de capitais
- Continuar a diversificar portefólio de ativos, de acordo com a estratégia definida
- Assegurar o funcionamento do comité de investimentos e aplicação do manual de investimentos (critérios, *governance*, responsabilidades, entre outros), para mitigar riscos de execução de novos investimentos
- Gerir ativamente e de forma transparente a relação com parceiros acionistas

4 Legal e fiscal

Descrição

- Incumprimento da legislação e obrigações de *compliance*
- Responsabilidades fiscais referentes a ações tomadas no passado contestadas pela Autoridade Tributária ou outros organismos do Estado
- Alterações legislativas e regulatórias
- Incumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)

Probabilidade de ocorrência: Limitada
Correlação com Riscos: 2, 6
Materialidade: B, E, F

Ações de Mitigação

- Assegurar a avaliação detalhada das potenciais implicações legais das decisões adotadas seguindo uma lógica prudente
- Garantir a existência de uma equipa legal e contabilística capacitadas, recorrendo a apoio externo quando necessário, quer a propósito das decisões adotadas em relação aos seus impactos legais e/ou fiscais, quer das alterações legislativas
- Para situações de maior risco e/ou complexidade, garantir a fundamentação formal (documentada) por parte de entidades externas
- Divulgação das alterações legislativas e das normas publicadas com maior relevância

5 Recursos Humanos

Descrição

- Capacidade de atração e retenção de talento
- Dependência de recursos chave
- Inexistência de competências adequadas na organização
- Acidentes laborais

Probabilidade de ocorrência: Média
Correlação com Riscos: 3, 6
Materialidade: A, C, D, E, F, H, I

Ações de Mitigação

- Assegurar a robustez da marca empregadora (*employer branding*) e enriquecer a proposta de valor para colaboradores (*employee value* proposition)
- Capacitar e desenvolver as equipas, nomeadamente através da formação
- Desenvolver e estruturar planos de sucessão para recursos chave

6 Reputacional

Descrição

- Danos na imagem da José de Mello como resultado da operação e ações da José de Mello, das participadas ou por parceiros do Grupo

Probabilidade de ocorrência: Média
Correlação com Riscos: 1, 2, 3, 5
Materialidade: A, D, E, F, H, I

Ações de Mitigação

- Acompanhar relatórios de comunicação, aplicando uma abordagem preventiva aos temas mais críticos
- Promover e acompanhar relatórios anuais de reputação
- Manter um diálogo permanente com os responsáveis de comunicação dos negócios do portefólio do Grupo
- Acompanhar artigos na imprensa e desenvolvimentos nas redes sociais sobre os negócios do Grupo e sobre a José de Mello, com desenvolvimento de planos de resposta internos ou externos caso necessário

7 Tecnologias de Informação

Descrição

- Ciberataques provocados por comportamentos de risco dos colaboradores ou pela utilização de sistemas de informação desadequados, colocando em causa a privacidade e segurança dos dados e a continuidade da operação
- Falhas na performance dos sistemas e infraestrutura de IT

Probabilidade de ocorrência: Média
Correlação com Riscos: 6
Materialidade: C, D, F

Ações de Mitigação

- Realizar atualizações regulares da infraestrutura e softwares de segurança, assegurando que em caso de latência de implementação existe um patching virtual dinâmico
- Assegurar a gestão de identidades
- Implementar um sistema de análise comportamental
- Formar os utilizadores em cibersegurança
- Efetuar testes de penetração internos e externos
- Periodicamente, realizar auditorias de segurança

8 Operacional

Descrição

- Processos desadequados na José de Mello ou de incumprimento dos processos definidos
- Ocorrência de ações fraudulentas provocadas por Pessoas internas ou externas à organização

Probabilidade de ocorrência: Limitada
Correlação com Riscos: 6
Materialidade: B, C, E, F

Ações de Mitigação

- Assegurar que todos os colaboradores têm conhecimentos sobre o Código de Conduta
- Garantir que o canal de denúncia da José de Mello está de acordo com a legislação de whistleblowing
- Informar e capacitar os novos colaboradores para processos gerais e para aqueles relativos à sua área específica

9 Desastres naturais, ações de terrorismo ou pandemias

Descrição

- Ocorrência de desastres, ações de terrorismo ou pandemias que coloquem em causa a segurança dos colaboradores, os ativos do Grupo e/ou a operação do Grupo

Probabilidade de ocorrência: Limitada
Correlação com Riscos: 2, 3, 5
Materialidade: D, G

Ações de Mitigação

- Seguir as recomendações das autoridades de saúde, segurança e proteção civil
- Definir um plano de emergência para cada situação
- Garantir que as participadas mapeiam o risco e identificam e desenvolvem ações de mitigação

Em 2024, apesar do contexto dinâmico político e económico nacional e internacional, ter exigido um acompanhamento contínuo dos fatores com impacto na atividade do Grupo, não foram identificados quaisquer novos riscos face ao ano de 2023. No entanto, em coordenação com a área de gestão de risco, foram implementadas novas medidas de mitigação, uma vez que são regularmente revistas e atualizadas, em função da evolução do cenário de risco.
Estes processos são devidamente acompanhados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.



O NOSSO DESEMPENHO

3.1 Desempenho Financeiro e Operacional **33**
3.2 Situação Económica e Financeira Individual **39**
3.3 Declaração de Conformidade **40**
3.4 Perspetivas 2025 **40**
3.5 Proposta de aplicação de resultados **41**

3.1 Desempenho Financeiro e Operacional

GRI 3-3, GRI 201-1

O ano de 2024 foi marcado por desafios económicos persistentes, com a inflação global a manter-se em níveis elevados, embora tenha registado uma desaceleração em comparação com os picos atingidos em 2022.

Os custos elevados da energia, a instabilidade geopolítica, nomeadamente a guerra na Ucrânia e o confronto no Médio Oriente, as políticas monetárias restritivas e o valor elevado das taxas de juro, foram os fatores que condicionaram o crescimento das diversas economias.

O crescimento económico mundial foi moderado, ficou próximo de 3% em 2024 (ligeiramente abaixo dos 3,1% registados em 2023), com os blocos económicos, EUA, Zona Euro e China com diferentes velocidades e a apresentarem crescimentos de 2,8%, 0,8% e 4,8%, respetivamente. As economias emergentes como a China e várias nações da Ásia continuaram a apresentar um desempenho superior ao das economias desenvolvidas, refletindo a recuperação pós-pandemia e uma maior adaptação às novas dinâmicas globais.

A inflação global reduziu, de 6,7% em 2023, para cerca de 5,7% em 2024, com as pressões sobre os preços de bens e serviços a manterem-se. A expectativa é que, a partir de 2025, a inflação venha a desacelerar para níveis mais próximos das metas dos bancos centrais, à medida que os custos energéticos se estabilizem e as taxas de juro nas economias mais avançadas possam começar a diminuir.

O crescimento da economia portuguesa situou-se em 1,7% em 2024. O mercado de trabalho manteve-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

O rácio da dívida pública manteve uma trajetória descendente e a dívida pública em percentagem do PIB continuou a diminuir.

O rendimento per capita cresceu a um ritmo mais moderado do que o do PIB, refletindo o aumento da população. Este aumento da população resultou de saldos migratórios positivos e significativos que mais que compensaram o saldo natural negativo-os imigrantes têm tido um efeito positivo sobre a economia portuguesa, em particular mitigando a escassez de mão-de-obra nalguns sectores.

Neste contexto, o Grupo José de Mello manteve a sua trajetória de crescimento e alcançou resultados e indicadores muito positivos.

No final de 2024, os rendimentos operacionais consolidados totalizaram 1 487 milhões de euros, o que representou um crescimento de 13% face a 2023, o EBITDA consolidado ascendeu a 196 milhões de euros e o resultado líquido consolidado foi de 81 milhões de euros.

Os Gastos Operacionais, excluindo Amortizações, Depreciações, Ajustamentos e Provisões, atingiram os 1 291 milhões de euros em 2024, registando-se um aumento de 16% face ao período homólogo.

O Grupo José de Mello tem mantido o foco na sua resiliência operacional, implementando medidas de otimização e racionalização da sua estrutura de custos. Contudo, a evolução dos gastos operacionais suplantou o crescimento de atividade das várias unidades de negócio, aumentando 176 milhões de euros, contribuindo, assim, para uma deterioração do Resultado Operacional (EBITDA), para 196 milhões de euros, tendo, naturalmente, a margem EBITDA registado uma diminuição de 2,3pp para 13,2%.

A rubrica de amortizações, imparidades e provisões, líquida de reversões, totalizou 87 milhões de euros (+12% face a 2023), dando origem a um EBIT consolidado de 109 milhões de euros.

Tal como em 2023, os resultados financeiros foram negativos, em 5,1 milhões de euros; contudo, o aumento das taxas de remuneração aliado a uma gestão eficiente da tesouraria, permitiu uma evolução favorável deste indicador, em 0,4 milhões de euros, face ao período homólogo.

O Resultado Antes de Imposto (EBT consolidado) ascendeu a 104 milhões de euros e o resultado líquido situou-se nos 81 milhões de euros, apurado com base num imposto sobre o rendimento

de 7 milhões de euros e em interesses sem controlo de 15 milhões de euros. O resultado por ação foi de 16,3 euros, como consequência da referida evolução da atividade do Grupo.

Em dezembro de 2024 o ativo era de 2 630 milhões de euros, constituído essencialmente pelos ativos fixos tangíveis, pelo *goodwill*, pelos investimentos financeiros e por depósitos bancários, que representam, no seu conjunto, 80% dos ativos consolidados do Grupo.

Ao longo de 2024 o investimento superou os 173 milhões de euros, mantendo assim a aposta do Grupo no reforço das tecnologias de informação, da cibersegurança e da transformação digital, a par da substituição de equipamentos fabris e clínicos, que irão permitir a modernização dos meios tecnológicos disponíveis e reforçar a capacidade produtiva, a par de uma aposta na descarbonização. Do total do investimento realizado, 138 milhões de euros representam dispêndios em capital fixo, tendo o remanescente sido canalizado para a aquisição de novas unidades de negócio, essencialmente constituídas por hospitais e clínicas.

A aposta do Grupo no investimento e o fortalecimento da posição de caixa e depósitos bancários, refletiram-se no incremento do seu passivo financeiro, tendo aumentado quer a dívida bruta quer a dívida líquida em 48 milhões de euros e 38 milhões de euros, respetivamente.

O capital próprio mantém-se acima dos mil milhões de euros, com um aumento de 72 milhões de euros face ao exercício anterior, para o qual contribuiu, apesar da distribuição de dividendos e gratificação de balanço aos colaboradores (sobre a forma de distribuição de resultados transitados) de 22 milhões de euros, o resultado líquido consolidado do exercício.

Indicadores consolidados

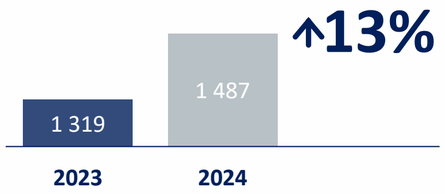
(milhões de euros)	2023	2024	Variação
Proveitos Operacionais	1 319	1 487	13%
EBITDA	204	196	-4%
Margem EBITDA, %	15,5%	13,2%	-2,3 p.p.
EBIT	126	109	-14%
Margem EBIT, %	9,6%	7,3%	-2,3 p.p.
Resultado Líquido	**95**	**81**	**-14%**
Investimento	169	173	2%
Ativo Líquido	2 471	2 630	6%
Capitais Próprios	1 045	1 116	7%
Dívida Líquida	721	759	5%

CONTRIBUTO POR NEGÓCIO

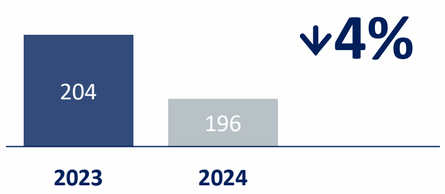
	Consolidado		Bondalti		CUF		WineStone		Outros [1]	
(milhões de euros)	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**
Rendimentos Operacionais	1 319	1 487	525	555	756	891	24,0	24,1	15	16
EBITDA	204	196	97	71	120	148	2,7	3,0	-16	-26
Margem EBITDA, %	*15,5%*	*13,2%*	*18,5%*	*12,8%*	*15,9%*	*16,6%*	*11,1%*	*12,4%*	*n.a.*	*n.a.*
EBIT	126	109	70	42	73	92	2,4	1,5	-19	-27
Margem EBIT, %	*9,6%*	*7,3%*	*13,3%*	*7,6%*	*9,6%*	*10,3%*	*10,2%*	*6,4%*	*n.a.*	*n.a.*
Resultado Líquido	**95**	**81**	**51**	**41**	**38**	**43**	**1,67**	**0,58**	**5**	**-4**
Dívida Líquida	721	759	46	67	503	526	5,9	5,9	165	160
Investimento	169	173	36	46	103	107	28,6	5,9	1	14

[1] Inclui Sociedades Instrumentais (José de Mello Capital e José de Mello Investimentos), Pequenas Plataformas (M Dados, Grupo Lifthium e José de Mello Imobiliaria) e anulação de saldos e transações intra-grupo

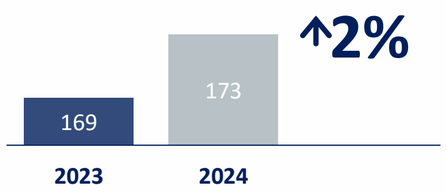
RENDIMENTOS OPERACIONAIS (M€)



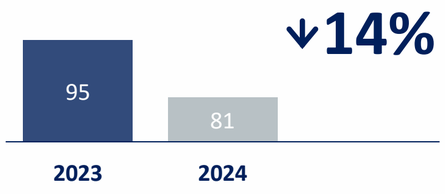
EBITDA (M€)



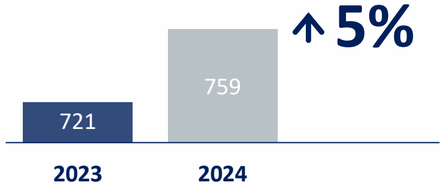
INVESTIMENTO (M€)



RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



O desempenho da Bondalti

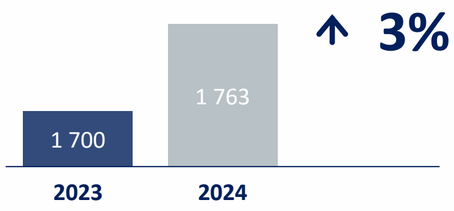
Desempenho Operacional

Em 2024, a Bondalti alcançou resultados muito positivos, com uma atividade isenta de acidentes industriais graves e com fiabilidade na operação, em linha com a trajetória positiva dos últimos anos.

Na Bondalti Chemistry, o ano de 2024 ficou marcado pelo recorde de quantidades produzidas, com destaque para anilina, nitrobenzeno e ácido nítrico. O processo de preparação da paragem geral de manutenção do *site* de Estarreja em 2025 exigiu mais de 4000 horas de trabalho para assegurar o cumprimento de todas as etapas. Foi ainda dado seguimento ao investimento relevante de modernização dos eletrolisadores de salmoura, em Estarreja, por outros energeticamente mais eficientes e com menores custos de operação, processo que ficará concluído em 2025. Foram também realizados investimentos que contribuem para a descarbonização do *site* de Estarreja, que continuarão a ser executados ao longo de 2025.

A Bondalti Water Solutions registou em 2024 um volume de negócios recorde e uma melhoria das margens operacionais. No âmbito da sua estratégia de crescimento, a Bondalti Water levou a cabo, em Portugal e Espanha, diversos projetos de grande dimensão em vários setores de atividade (agroindustrial, farmacêutico, pasta de papel e energia).

PRODUÇÃO DE QUÍMICOS INDUSTRIAIS (mil t)



Desempenho Financeiro

2024 foi um ano de normalização dos resultados, com redução dos preços de venda e aumento dos custos de energia. Ainda assim, a Bondalti continuou a apresentar uma situação económico-financeira bastante sólida.

Os **proveitos operacionais** foram de **555 milhões de euros**, o que representa um aumento de 6% face a 2023.

O **EBITDA** alcançou um valor de 71 milhões de euros, inferior em 27% ao valor registado em 2023, com uma margem EBITDA de 12,8%.

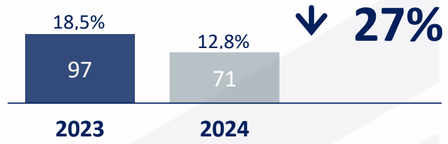
O **resultado líquido** foi de **41 milhões de euros**, com uma deterioração de 19% face a 2023.

Durante 2024, a Bondalti investiu **46 milhões de euros**, e consequentemente aumentou a **dívida líquida** em 21 milhões de euros, atingindo um valor de **67 milhões de euros**.

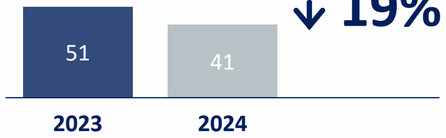
PROVEITOS OPERACIONAIS (M€)



EBITDA (M€) *MARGEM %*



RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



INVESTIMENTO (M€)



O desempenho da CUF

Desempenho Operacional

CONSULTAS (milhares)



URGÊNCIAS (milhares)



CIRURGIAS (milhares)



DIAS DE INTERNAMENTO (milhares)



No exercício de 2024, a CUF manteve o crescimento sustentado da sua atividade assistencial, tendo-se verificado uma evolução positiva nos indicadores assistenciais face aos períodos homólogos, o que demonstra a confiança da população na rede CUF.

Destacam-se as Consultas com aumento de 15% face a 2023, seguindo-se as Cirurgias (+6%), os serviços de Urgências (+3%) e dias de Internamento (+3%).

Os indicadores atingidos em 2024, bem como a evolução verificada face ao período homólogo, demonstram a relevância crescente da rede CUF, que durante o ano aumentou a sua capacidade com a aquisição do Hospital e Clínicas Arrifana de Sousa, no norte do país, e das Clínicas miMed, que operam na área da Grande Lisboa, reforçando assim a oferta de cuidados de saúde à população portuguesa.

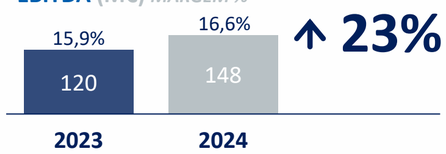
Ao longo do ano, foi também anunciado o regresso à região do Minho com a construção de um novo Hospital em Braga, com conclusão prevista para 2027, e foi lançada a marca Preveris, que visa tornar-se uma marca de referência nacional no setor da saúde ocupacional.

Desempenho Financeiro

PROVEITOS OPERACIONAIS (M€)



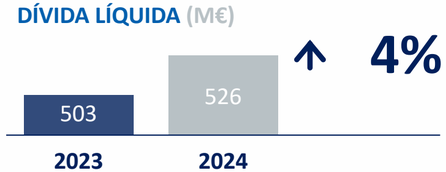
EBITDA (M€) *MARGEM %*



RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



INVESTIMENTO (M€)



No exercício de 2024, a CUF atingiu **proveitos operacionais de 891 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 18% face a 2023.

Atingiu um **EBITDA de 148 milhões de euros** e uma **margem EBITDA de 16,6%**, crescimentos de 23% e de 0,7p.p., respetivamente, face ao período homólogo, refletindo assim performance positiva ao nível da prestação dos serviços de saúde.

O **resultado líquido** foi **de 43 milhões de euros**, tendo apresentado um aumento de 6 milhões de euros face a 2023.

O **investimento** realizado em 2024 foi de **107 milhões de euros**, incluindo-se no mesmo o valor de aquisição do Hospital e Clínicas Arrifana de Sousa e das Clínicas miMed. Verificou-se um **aumento da dívida líquida** em 22 milhões de euros para **526 milhões**, com uma melhoria dos rácios financeiros por via da melhoria do EBITDA.

O desempenho da Winestone

Desempenho Operacional

Em 2024 a WineStone concretizou a aquisição da Quinta de Pancas, tendo sido um ano de integração das operações das quintas adquiridas desde 2023, com a reformulação e lançamento dos portefólios, concretização de vindimas com sucesso e respetiva integração no plano de produção. Este último exercício foi também um ano de estabilização da estrutura central da Winestone, com investimentos significativos (destacando-se a nova linha de enchimento), uma nova sede, novas equipas e um novo modelo de *governance*.

No final de 2024, a WineStone tinha 173 hectares de vinha e processou 1,7 mil toneladas de uva.

UVA (mil ton)



ÁREA DE VINHA (ha)

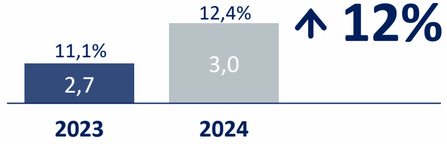


Desempenho Financeiro

PROVEITOS OPERACIONAIS (M€)



EBITDA (M€) *MARGEM %*



RESULTADO LÍQUIDO (M€)



DÍVIDA LÍQUIDA (M€)



INVESTIMENTO (M€)



[1]Maioritariamente inclui a incorporação da Ravasqueira Vinhos na José de Mello Capital .

Os **proveitos operacionais** foram de **24 milhões de euros**, aproximadamente iguais a 2023.

A WineStone alcançou um EBITDA de **3,0 milhões de euros**, com uma margem de 12,4% e um **resultado líquido** de **0,6 milhões de euros**.

Em 2024, a WineStone investiu 5,9 **milhões de euros**, com uma **dívida líquida** de **5,9 milhões de euros**.

3.2 Situação Económica e Financeira Individual

Os investimentos financeiros da Sociedade apresentam, no final de 2024, um total de 687 milhões de euros (601 milhões de euros, em 2023), refletindo, sobretudo, o efeito da mensuração das participações financeiras detidas pelo método de equivalência patrimonial.

O total do ativo, no montante de 1 342 milhões de euros reflete um aumento de cerca de 75 milhões de euros face ao ano anterior, justificado, sobretudo, pelas variações positivas da aplicação do método de equivalência patrimonial e reforço de capital social, suprimentos e prestações acessórias realizados em participadas. Estas variações positivas, assim como o aumento em ativos fixos tangíveis, superaram a variação negativa nas disponibilidades, decorrente de lucros distribuídos aos acionistas e do investimento realizado no projeto de renovação da Sede. O aumento do passivo, de 223 milhões de euros para 225 milhões de euros, decorre, essencialmente, da constituição de provisão para perdas em participada, apesar da redução dos empréstimos obtidos e do saldo de outros credores.

O capital próprio totaliza 1 117 milhões de euros e o seu aumento face ao exercício anterior (1 044 milhões de euros, em 2023) decorre, essencialmente, do resultado apurado no exercício e dos ajustamentos de partes de capital resultantes da valorização das suas participadas. Contribui, também, para esta variação o pagamento de dividendos aos Acionistas e gratificações aos colaboradores no montante global de 22 milhões de euros.

Os custos do exercício totalizam 37,6 milhões de euros, dos quais se destacam 13,2 milhões de euros de gastos com o pessoal, 10,9 milhões de euros de provisões, 7,5 milhões de euros de gastos de financiamento, 3 milhões de euros de fornecimentos e serviços externos e 1,1 milhões de euros de outros gastos e perdas. Os rendimentos ascendem a 120 milhões de euros e são provenientes, essencialmente, de ganhos imputados a empresas do Grupo resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras, no montante de 104 milhões de euros, de juros obtidos no montante de 3,6 milhões de euros e serviços prestados de 2,9 milhões de euros.

Do exposto, o exercício encerrou com um resultado positivo no montante de 82,5 milhões de euros.

Considera-se que a Sociedade dispõe de recursos adequados para dar continuidade à sua atividade de prestação de serviços e cumprir integralmente com as suas obrigações.

Em cumprimento do disposto na legislação em vigor, declara-se que, à data do balanço, não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem existem dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora.

3.3 Declaração de Conformidade

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos acionistas as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o relatório de gestão referentes ao exercício de 2024, na firme convicção de que, tanto quanto é do seu conhecimento, i) a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da José de Mello Capital e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação; ii) expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da José de Mello e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a José de Mello Capital se defronta na sua atividade.

3.4 Perspetivas 2025

Decorridos cinco anos sobre o início da pandemia, que esteve na origem dos desequilíbrios e desafios que a economia internacional tem vindo a enfrentar desde então, a esperança é a de que em 2025 se poderá assistir a um regresso a uma certa normalidade no comportamento do ciclo económico global.

A dimensão dos desafios estruturais é ainda maior se se considerar que terão de ser enfrentados num ambiente sujeito a elevada incerteza, tanto devido ao aumento tendencial do risco geopolítico como aos efeitos do processo de transformação das relações comerciais globais, com as cadeias de fornecimentos a tornarem-se mais regionalizadas e o mundo novamente dividido em blocos.

Apesar do contexto económico e político difícil, com a intensificação das disputas aduaneiras, com reflexo nos preços das matérias-primas, as perspetivas são otimistas graças a uma economia global em crescimento, com taxas de inflação em queda e uma aceleração da atividade económica que se poderá traduzir num crescimento anual do PIB de 2,3% em Portugal.

Com este enquadramento, o Grupo José de Mello irá continuar a monitorizar os desenvolvimentos e os impactos na sua cadeia de valor, não sendo expectáveis impactos significativos na sua performance financeira.

3.5 Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício de 2024 foi de 82 515 296,49 euros, propondo-se a sua aplicação em Resultados Transitados.

Para efeitos de distribuição aos Acionistas e atendendo à existência de resultados acumulados disponíveis, propõe-se a distribuição a título de Resultados Transitados, reportados a 31 de dezembro de 2024, do montante de 23 570 000 euros.

Lisboa, 15 de maio de 2025

O Conselho de Administração

Vasco Maria Guimarães José de Mello
Presidente

Pedro Maria Guimarães José de Mello
Vice-Presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello
Vice-Presidente

António Mota de Sousa Horta Osório

Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

João Maria Guimarães José de Mello

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Luísa Deplazes de Andrade Delgado

Maria Inês Lopes Caldeira

Pablo Arturo Forero Calderon

Raúl Catarino Galamba de Oliveira

Rui Alexandre Pires Diniz



DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

4.1 Divulgações Gerais **43**
4.2 Informação Ambiental **55**
4.3 Informação Social **62**
4.4 Informação de Governação **68**

4.1 Divulgações Gerais

O presente relatório integra a reflexão estratégica e a definição dos temas materialmente relevantes, que resultaram em compromissos com objetivos e metas concretas nos planos de ação e roteiros não só da José de Mello, como das suas empresas participadas.

4.1.1 Base de elaboração

A José de Mello apresenta o seu Relato de Sustentabilidade, estruturado como "Demonstração de Sustentabilidade" ("Demonstração"), em conformidade com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI 2021) - apresentando-se no Cap. 7.2. a tabela GRI.

Esta Demonstração apresenta uma aproximação aos requisitos das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), estabelecidas pelo Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão Europeia, de 31 de julho de 2023 (retificado em 19 de abril de 2024, pelo Regulamento Delegado (UE) 2024/90241), estando estruturada da seguinte forma:

- Divulgações Gerais, que incluem informações relativas à base de elaboração, e à governação, com vista a um enquadramento metodológico e aos princípios orientadores deste reporte; estratégia e modelo de negócio, através do qual se apresenta o modelo de negócio e a integração da sustentabilidade na estratégia corporativa; e tópicos materiais.

- Informações Ambientais, que visa incluir a identificação de riscos e oportunidades materiais, as políticas e metas da José de Mello e de forma desagregada, das suas Participadas; como dar resposta aos requisitos da Taxonomia da União Europeia;

- Informações Sociais, relativas aos seus colaboradores e impactos da atividade das empresas do grupo na comunidade e que inclui informação relativa à responsabilidade social corporativa, e

- Informações de governação, englobando cultura organizacional, investimento responsável e inovação.

A estrutura adotada permite a articulação com a análise de dupla materialidade já realizada anteriormente pela José de Mello, visando garantir que os temas reportados refletem os impactos mais relevantes para o negócio e para os seus *stakeholders* e estão de acordo com a sua Agenda de Sustentabilidade, que identifica os seus principais compromissos, metas e ações.

Neste contexto, cumpre referir que, o âmbito de consolidação da informação apresentada inclui as empresas CUF, Bondalti e Winestone. Relativamente aos dados da Lifthium, foram apenas integrados nas divulgações sociais, uma vez que esta se encontra em fase projeto.

Por fim, cada subcapítulo do presente relatório materializa os tópicos materiais conjuntos e por segmento, através da apresentação de iniciativas selecionadas, - Iniciativas em destaque - implementadas durante o ano de 2024 tanto pela *holding*, como pelas unidades de negócio. Contudo, estes exemplos, embora representativos, não pretendem representar a totalidade das ações desenvolvidas.

A informação apresentada retrata de forma realista e transparente a situação financeira do Grupo, e também oferece uma visão abrangente e autêntica das suas políticas, procedimentos, gestão, práticas e resultados operacionais, em estrita conformidade com as normas e diretrizes adotadas.

A presente Demonstração de Sustentabilidade cumpre as diretrizes da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) relativas a demonstrações de sustentabilidade, bem como os requisitos do ainda em vigor Decreto-Lei n.° 89/2017, assegurando a divulgação rigorosa de informação não financeira e de diversidade, em linha com as obrigações aplicáveis a grandes empresas e grupos.

4.1.2 Governação

GRI 2-9, GRI 2-10, GRI 2-11, GRI2-12, GRI 2-13, GRI 2-17, GRI 405-1

O modelo de governo da José de Mello foi projetado para apoiar a concretização do seu Propósito, garantindo a excelência na gestão, ética e integridade do seu portefólio e respetivas atividades, respeitando as melhores práticas de governo no seu setor de atividade.

O funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a conduta dos seus membros são regidos por requisitos legais, pelos Estatutos, pelo Código de Conduta e pelos respetivos Regulamentos. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a lei e os Estatutos. A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração de acordo com os Estatutos e o respetivo Regulamento. Os mandatos em vigor a 31 de dezembro de 2024, referem-se ao período 2024-2026.

Conselho de Administração

Vasco de Mello (presidente)
Pedro de Mello (vice-presidente)
Salvador de Mello (vice-presidente)
António Horta Osório
Gonçalo de Mello
Inês Caldeira
João de Mello
João Azevedo Coutinho
Pedro Rocha e Melo
Luís Brito de Goes
Luisa Delgado
Pablo Forero
Raúl Galamba de Oliveira
Rui Diniz

Comissão Executiva

Salvador de Mello (presidente)
João de Mello
Pedro Rocha e Melo
Luís Brito de Goes
Rui Diniz

Secretária da Sociedade e Compliance
Leonor Sampaio Santos

Direções

Administrativa
Duarte Meirelles

Desenvolvimento de Negócio
Vasco Luís de Mello
Bárbara Santos

Comunicação
Fernando Marques[1]

Contabilidade e Consolidação de Contas
Paula Quintas
Teresa Moutinho

Financeira
Francisco Meneses

Inovação e Sustentabilidade
João Mil-Homens
Ana Lopes

Jurídica
Rui Ramalhal
Maria Ana Manoel

Pessoas e Gestão de Talento
Luís Wissmann
Susana Brito

Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão
Francisco Meneses
Nuno Cochito de Sousa

Tecnologias de Informação
Rui Gil

[1] até 19 de novembro de 2024; a partir desta data, e até 31 de dezembro de 2024, a responsabilidade pelos processos relacionados com a área de Comunicação foram assumidos transitoriamente por Cláudia Bernardo

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Constituição	Competências
Presidente Leonor Sampaio Santos Secretário Rute Dias Salgueiro	Compete à Mesa da Assembleia Geral, através do seu presidente, convocar e dirigir as reuniões da Assembleia Geral dos acionistas da sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Constituição	Competências
Presidente Vasco Maria Guimarães José de Mello Vice-Presidentes Pedro Maria Guimarães José de Mello Salvador Maria Guimarães José de Mello Vogais João Maria Guimarães José de Mello João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho João Pedro Stilwell Rocha e Melo Luís Eduardo Brito Freixial de Goes Rui Alexandre Pires Diniz Gonçalo Maria Guimarães José de Mello António Horta Osório Independente Luísa Deplazes de Andrade Delgado Independente Maria Inês Lopes Caldeira Independente Pablo Forero Independente Raúl Catarino Galamba de Oliveira Independente	A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por catorze membros, eleito pelos acionistas em Assembleia Geral. Este órgão é responsável pela gestão dos negócios da sociedade e pela definição e acompanhamento das suas orientações estratégicas. Cabe-lhe, ainda, deliberar sobre todas as matérias que, por lei, não são delegáveis na Comissão Executiva.



VASCO MARIA GUIMARÃES JOSÉ DE MELLO

É presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e da Brisa e também presidente da direção da Fundação Amélia de Mello e da Associação Business Roundtable Portugal, para além de presidente da Assembleia Geral da COTEC Portugal.

Iniciou o seu percurso profissional no Citigroup em Nova Iorque, quando frequentou, em 1978 e 1979, o *training program* desta instituição, após o que foi desafiado pelo pai, José Manuel de Mello, para participar, em Portugal, no processo de reconstrução do grupo empresarial, ficando sobretudo com responsabilidades na área financeira. Entre 1992 e 2000, foi presidente do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, tendo desempenhado, em parte desse período, funções de membro do Conselho de Administração da SIC. Na sequência da reconfiguração do Grupo José de Mello em 2000, após a fusão dos ativos financeiros no Banco Comercial Português, assumiu funções de vice-presidente da José de Mello, a que passou a presidir em 2004. Foi também vice-presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português (2000 a 2007), membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP e membro dos conselhos de administração da ONI e da concessionária espanhola Abertis.

É licenciado em Gestão de Empresas pelo American College, na Suíça.



PEDRO MARIA GUIMARÃES JOSÉ DE MELLO

É vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da Sociedade Agrícola D. Diniz e da Sociedade Agrícola do Vale de Perditos.

Iniciou o seu percurso profissional no início da década de 80, no setor têxtil, nos Estados Unidos da América e na Suíça, após o que regressou a Portugal, para assumir funções de administração executiva em diversas empresas do mesmo setor no Porto. Assumiu depois inúmeros cargos de gestão em diferentes empresas participadas do Grupo José de Mello, nomeadamente na Soponata, Lis Sado, Efacec e M Dados, como presidente do Conselho de Administração, e Lisnave, CUF e Bondalti Capital, como vice-presidente do Conselho de Administração. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrogal.

É licenciado em Engenharia Têxtil pela Universidade de Barcelona.



SALVADOR MARIA GUIMARÃES JOSÉ DE MELLO

É vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente da Comissão Executiva desde janeiro de 2021, no contexto de uma nova etapa de desenvolvimento do Grupo José de Mello. É também presidente do Conselho de Administração da CUF.

Iniciou a sua atividade profissional na Lisnave, tendo sido administrador da empresa entre 1992 e 1995, após o que assumiu funções de administrador executivo da José de Mello Capital. Em 2001, passou a desempenhar funções de presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da José de Mello Saúde (atual CUF), tendo sido responsável por uma forte dinâmica de crescimento, resultando na expansão da empresa a uma rede de duas dezenas de hospitais e clínicas, afirmando-a como a líder na prestação de cuidados de saúde privados em Portugal e posicionando-a como a marca de saúde mais reconhecida pelos portugueses. Foi também Presidente do Health Cluster Portugal entre 2017 e 2021.

É licenciado em Ciências Económicas e Administração de Empresas na Universidade de Neuchâtel, na Suíça.



ANTÓNIO MOTA DE SOUSA HORTA OSÓRIO

É administrador não executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração da BIAL. É também administrador não executivo da Fundação Champalimaud e da Stichting/Enable INPAR e da Teya Holdings Ltd., para além de Senior Advisor na Mediobanca e Cerberus, entre outras empresas.

Com mais de 30 anos de experiência na indústria dos serviços financeiros, desenvolveu uma carreira internacional de sucesso. Em 2021, foi condecorado "Cavaleiro" pela rainha Elizabeth II pelo seu trabalho na banca no Reino Unido e pelos serviços voluntários nas áreas da saúde mental e da cultura. Foi presidente do Conselho de Administração do Grupo Credit Suisse, entre maio de 2021 e janeiro de 2022, tendo sido previamente Chief Executive Officer do Lloyds Banking Group, a convite do governo britânico, tendo conseguido devolver o banco à esfera privada, com o reembolso total do dinheiro dos contribuintes. Antes de ingressar no Lloyds, ocupou várias funções de gestão no Grupo Santander, em particular como Chief Executive Officer em Portugal, no Brasil e no Reino Unido, onde fundiu vários bancos no Santander UK. Foi também administrador não executivo do Banco de Inglaterra, a título pessoal, entre 2009 e 2011, e trabalhou para o Citibank e a Goldman Sachs, entre 1987 e 1993.

É licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, possui um MBA pelo INSEAD e um Advanced Management Program pela Harvard Business School. É Doutor Honoris Causa pela Universidade de Edimburgo, Universidade de Bath, Universidade de Warwick, Universidade de Birmingham e Universidade Católica Portuguesa.



GONÇALO MARIA GUIMARÃES JOSÉ DE MELLO

É administrador não executivo da José de Mello Capital e sócio fundador da Menlo Capital.

Desenvolveu a sua carreira no Grupo José de Mello durante mais de 15 anos, passando pela área financeira, na M Fiduciária, e pela área química, tendo sido, entre outras funções, administrador da Quimitécnica e da Fisipe. Em 2012, fundou a sua própria empresa de private equity, a Menlo Capital, na qual tem desenvolvido a sua atividade profissional, sendo administrador de várias empresas participadas pelos fundos e veículos geridos pela empresa.

É licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade de Lausanne (HEC) e MSc em Gestão pela Universidade de Stanford.



JOÃO MARIA GUIMARÃES JOSÉ DE MELLO

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Bondalti Capital.

Com mais de 30 anos de experiência profissional no setor químico, integra o Conselho Geral da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação, em representação da Bondalti Capital, e é vice-presidente da Assembleia Geral da Associação da Indústria Portuguesa. Foi presidente da Direção e da Assembleia Geral da APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação.

Com formação em Gestão de Empresas pela École d'Administration et de Direction d'Entreprises, na Suíça, concluiu posteriormente os estudos universitários em Técnicas Têxteis Industriais na Universidade Católica de Lovaina, em Tournai, tendo ainda realizado formação em várias áreas de gestão e completado o programa Liderança para Top Managers, no International Institute for Management Development (IMD), na Suíça.



JOÃO PEDRO RIBEIRO DE AZEVEDO COUTINHO

É administrador não executivo da José de Mello Capital, e da Bondalti Capital.

Com mais de 35 anos de experiência profissional, iniciou a sua carreira na Coopers & Lybrand, tendo sido depois diretor da área de banca de investimento do Deutsche Bank em Portugal. Foi também administrador executivo do Banco Mello de Investimento e da Brisa, na qual detinha o pelouro financeiro e responsabilidades por diversas áreas e empresas subsidiárias. Foi ainda administrador e posteriormente presidente do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias, no Brasil.

É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, completou o Programa de Formação em Gestão de Liderança para Top Managers no IMD International, na Suíça, e o Advanced Management Program na Harvard Business School, nos Estados Unidos da América.



JOÃO PEDRO STILWELL ROCHA E MELO

É administrador executivo da José de Mello Capital, vice-presidente não executivo da CUF e administrador não executivo da Bondalti Capital.

Iniciou o seu percurso profissional na área da banca de investimentos, tendo sido presidente da Comissão Executiva do Banco Mello de Investimentos, administrador do Banco Mello, da Companhia de Seguros Império e da Mello Valores. Foi também vice-presidente executivo da Brisa, entre 2002 e 2020, e presidente da Via Verde Portugal, entre 2003 e 2008. Foi ainda vice-presidente da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, entre 2015 e 2022, e membro da direção da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre 2006 e 2019.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.



LUÍS EDUARDO BRITO FREIXIAL DE GOES

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da MGI Capital, da Winestone, José de Mello Imobiliária, José de Mello Investimentos, Comitur Imobiliária e Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo e Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária. É também administrador não executivo da Brisa e da BCR, S.A.

Com mais de 30 anos de experiência profissional, Luís Brito de Goes iniciou o seu percurso profissional na Deloitte, tendo sido depois especialista nas áreas de corporate e financeira na sociedade de advogados Vieira de Almeida. Ingressou na José de Mello em 2000, como diretor Jurídico, tendo assumido, ao longo dos anos, inúmeras funções de gestão em diferentes áreas e empresas participadas do Grupo José de Mello.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa e participou no Programa AMP de Kellogg.



LUÍSA DEPLAZES DE ANDRADE DELGADO

É administradora não executiva da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração da SWAROVSKI International Holding AG, Vice-Presidente do Barclays Bank (Suisse) SA. e administradora não executiva da INGKA-IKEA/Holanda, do Grupo DIA/Espanha e presidente da sua comissão de nomeações e retribuições, da Telie/Suécia, e da Fortum/Finlândia. É também ativa em investimentos de Private Equity como senior advisor e co-investor, nomeadamente como Lead Operating Director na Schleich GmbH e investidora e co-empreendedora independente.

Com mais de 30 anos de experiência executiva global em FMCG, no Luxo, na Distribuição e Tecnologia, foi até 2018 CEO do Grupo Safilo, líder mundial no desenho e na produção e distribuição de óculos de luxo cotado na bolsa de Milão, e antes membro do conselho executivo da SAP SE na Alemanha. Anteriormente esteve durante mais de 21 anos na Procter & Gamble, no final como CEO local da região Nordic na Suécia, e antes como Chief HR Officer regional da Europa na Suíça, e também ocupou outros lugares de gestão locais e regionais no Reino Unido, na Bélgica, e em Portugal, onde começou a sua carreira.

É membro do Corporate Governance Council do INSEAD e Mentor no Chair Mentoring International CMi, e para start ups e futuras conselheiras não-executivas. É licenciada em Direito pela Universidade de Genève, tem um LLM do King's College da Universidade de Londres, um Diploma de pós-graduação em Estudos Europeus da Universidade Lusíada, e o Diploma de "Non Executive Director" do Financial Times. É Suíça por nascimento, Portuguesa por casamento e vive na Suíça.



MARIA INÊS LOPES CALDEIRA

É administradora não executiva da José de Mello Capital e Diretora Geral Adjunta no Grupo L'Oreal, na área de Produtos de Grande Consumo.

Com mais de 23 anos de experiência profissional no líder mundial de Beleza, trabalhou em diversas geografias europeias e asiáticas, tendo desempenhado cargos locais, regionais e globais.

Baseada em Paris, é atualmente responsável pela estratégia e *go to market* nos países emergentes.

É atualmente *chairwoman* para a diversidade no ESSEC, em França.

É licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.



PABLO ARTURO FORERO CALDERON

É administrador não executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração da Caixabank Asset Management SGIIC e administrador independente do banco HSBC Europe.

Com mais de 40 anos de experiência profissional, iniciou o seu percurso na Arthur Andersen, tendo sido depois responsável pelas áreas de tesouraria e mercado de capitais do Manufacturers Hannover Bank, Chief Investment Officer da J P Morgan Asset Management, onde foi também administrador executivo. Foi ainda administrador executivo do Banco Caixabank e presidente da Comissão Executiva do Banco BPI, em Portugal.

É licenciado em Economia e Macroeconomia pela Universidad Autonoma de Madrid.



RAÚL CATARINO GALAMBA DE OLIVEIRA

É administrador não executivo da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e da CUF.

Foi senior partner na McKinsey, desenvolvendo a sua atividade de serviço a clientes no sector financeiro (bancos, seguradoras e operadores de pagamentos) na Europa, América do Sul e Médio Oriente.
Ao longo da sua carreira, desempenhou diversas responsabilidades de gestão na McKinsey, incluindo managing partner de Portugal e Espanha, managing partner da prática de global risk management e membro do Board of Directors global.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, onde concluiu também um Master em Sistemas, e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.



RUI DINIZ

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente Executivo da CUF. É também Presidente do Conselho de Administração da Fundação Alfredo de Sousa e membro da direção da ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Iniciou a sua atividade profissional na McKinsey, onde esteve durante 14 anos, tendo desempenhado funções como consultor, senior partner e office manager do escritório da consultora em Portugal.
Foi ainda vice-presidente executivo da Efacec e administrador não executivo da Brisa durante 10 anos, além de ser promotor e fundador do Inclusive Community Forum da Nova SBE, uma iniciativa que tem como missão estruturar e desenvolver iniciativas orientadas a uma melhor inclusão de pessoas com deficiência na comunidade.

É licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

COMISSÃO EXECUTIVA

Constituição	Competências
Presidente Salvador Maria Guimarães José de Mello Vogais João Maria Guimarães José de Mello João Pedro Stilwell Rocha e Melo Luís Eduardo Brito Freixial de Goes Rui Alexandre Pires Diniz	A Comissão Executiva exerce a gestão corrente da atividade da sociedade, no âmbito da delegação de poderes que lhe foi conferida pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe, designadamente, a coordenação e acompanhamento permanente da gestão e dos projetos desenvolvidos pelas suas participadas.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Constituição	Competências
Leonor Sampaio Santos Suplente Rute Dias Salgueiro	O Secretário da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade da sua atuação com a legislação aplicável, com os estatutos da sociedade e com os seus regulamentos internos.

FISCAL ÚNICO

Constituição	Competências
RSM e Associados – SROC, Lda. Suplente António José Lino do Patrocínio Santos	O Fiscal Único tem como principal competência a fiscalização da atividade da sociedade.

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Constituição	Competências
Presidente Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins Vogais Maria Luísa Guimarães José de Mello do Amaral Cabral Pedro Norton de Matos Pedro Maria Guimarães José de Mello Vasco Maria Guimarães José de Mello	Cabe à Comissão de Remunerações elaborar e propor para aprovação da Assembleia Geral da Sociedade a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como fixar a sua remuneração.

No que diz respeito ao ***governance* de sustentabilidade**, por serem negócios de âmbitos muito específicos e por vezes distintos, cada participada apresenta a sua própria estrutura, no entanto, ao nível da José de Mello, a responsabilidade pelos temas ESG e impactos relacionados é, na sua mais alta instância, do Administrador com o pelouro. Em algumas circunstâncias, este delega a gestão destes impactos na **Direção de Inovação e Sustentabilidade**.

No primeiro trimestre de cada ano, a Direção de Inovação e Sustentabilidade apresenta o ponto de situação relativamente à execução da Agenda de Sustentabilidade à Comissão Executiva. O Conselho de Administração é igualmente informado de forma regular sobre o grau de execução das metas e ações previstas. Adicionalmente, de forma extraordinária, são comunicados a este órgão os desenvolvimentos neste âmbito, sempre que se verifique necessário.

4.1.3 Estratégia e modelo de negócio

GRI 2-6, GRI 2-24, GRI 2-25, GRI 201-4

A abordagem aos temas ESG no Grupo José de Mello é conduzida em todas as empresas do Grupo. Os impactos, riscos e oportunidades associados aos temas materiais são considerados nas estratégias, desde a análise de novas oportunidades de negócio e investimentos até à gestão quotidiana das operações e das suas Pessoas.

Para garantir a sustentabilidade da sua atividade, conforme estabelecido no seu Propósito, de forma eficiente e eficaz, a José de Mello definiu uma Agenda de Sustentabilidade baseada nos temas materiais da empresa, relevantes para a sua capacidade de gerar impacto económico, ambiental ou social, para si mesma, para os seus parceiros e para a sociedade em geral, tendo em consideração os riscos e oportunidades que lhes estão associados.

A Agenda de Sustentabilidade, que se encontra em execução, foi elaborada pela Direção de Inovação e Sustentabilidade (DIS) em estreita colaboração com todas as direções da empresa, e aprovada pelo Conselho de Administração. Esta integra o compromisso da José de Mello em três eixos estratégicos - **Criação de Valor, Planeta, e Pessoas** - que por sua vez agregam **nove temas considerados materiais**, que sustentam a importância das Pessoas no centro da estratégia, o foco na criação de vantagens competitivas e a responsabilidade de contribuir para o combate às alterações climáticas.

Agenda e Roteiro de Sustentabilidade

EIXOS E TEMAS MATERIAIS

A operacionalização da Agenda é consolidada num Roteiro de Sustentabilidade, estruturado em torno dos três eixos estratégicos e dos nove temas materiais, que abrange 17 compromissos, 44 metas e 103 ações concretas, cada uma com responsáveis, indicadores e prazos associados. A sua monitorização é realizada trimestralmente em reuniões promovidas pela DIS com as várias direções da empresa.



ROTEIRO DE SUSTENTABILIDADE

Compromissos por eixo

Criação de valor

1. Apostar no investimento responsável como promotor do crescimento sustentável dos negócios e da geração de valor a longo prazo
2. Promover o desempenho financeiro favorecendo a implementação de estratégias que potenciem a eficiência das operações, a agilidade interna e a rentabilidade da José de Mello
3. Garantir a conformidade legal dos processos, operações, políticas e regulamentos internos
4. Fortalecer práticas de gestão transparentes e éticas
5. Reforçar o envolvimento com associações setoriais e outros organismos
6. Comunicar periodicamente, a nível interno e externo, os compromissos, metas e desempenho na área da sustentabilidade
7. Acompanhar e gerir a reputação da José de Mello
8. Reforçar uma cultura que valorize o papel da inovação como veículo para a promoção dos negócios e novos investimento

Planeta

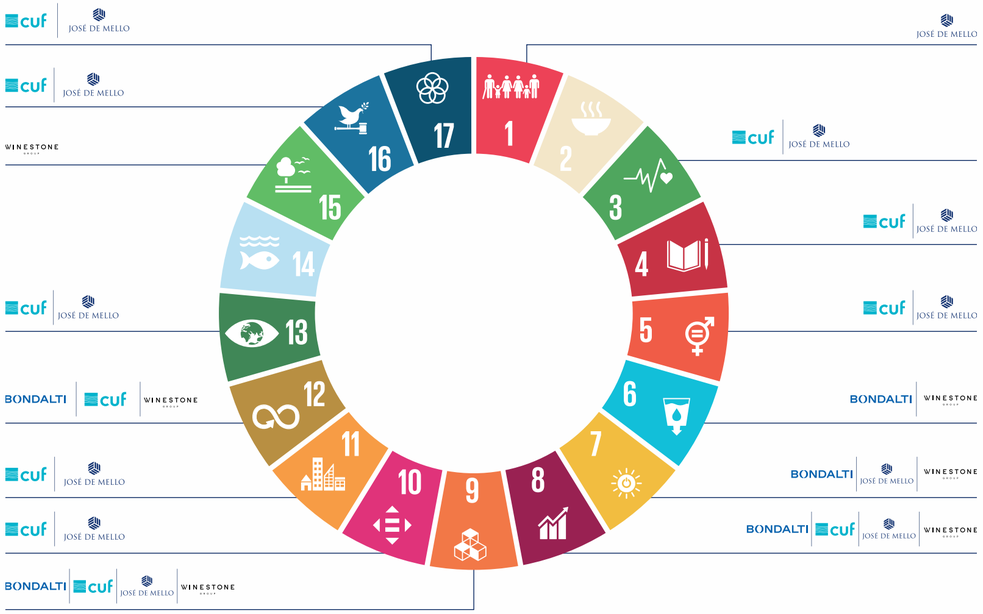
1. Contribuir para o cumprimento das metas de redução de emissões através da descarbonização do Grupo

Pessoas

1. Fortalecer o sentimento de pertença dos colaboradores
2. Contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores
3. Reforçar uma cultura organizacional que promova a atração e retenção de talento
4. Assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar dos colaboradores
5. Sensibilizar colaboradores para a temática da sustentabilidade
6. Assegurar uma política retributiva competitiva no mercado
7. Promover uma cultura inclusiva, integradora e diversa, em que todos são bem-vindos, cada um é valorizado e pode concretizar o seu potencial
8. Contribuir para o desenvolvimento da sociedade

COMPROMISSO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Tendo em conta a ação das empresas do grupo, verificam-se contribuições positivas para 15 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, nomeadamente os relacionados com a saúde, a água, as energias renováveis, a inovação, o trabalho digno e o crescimento económico. Por sua vez, o contributo direto da José de Mello recai sobre 12 ODS, em decorrência de ações concretas espelhadas na sua Agenda de Sustentabilidade, nomeadamente no que concerne aos impactos relacionados com o seu desempenho financeiro, gestão de recursos humanos, preservação ambiental e envolvimento com as comunidades.



No que diz respeito ao cumprimento do ODS 17 “Parcerias para a implementação dos ODS”, as empresas do Grupo José de Mello têm vindo a estabelecer diversas parcerias, a assumir um conjunto de compromissos, a implementar certificações e a integrar entidades privadas, públicas e sociais, que têm como objeto a maximização da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

JOSÉ DE MELLO

BONDALTI

cuf

WINESTONE GROUP





4.1.4 Tópicos Materiais

GRI 2-12, GRI 2-14, GRI 3-1, GRI 3-2

Em 2022, a José de Mello realizou uma análise de materialidade com o intuito de identificar os temas ESG mais relevantes numa ótica de riscos, oportunidade e impactos. Este exercício, permitiu compreender as áreas com impactos mais significativos da empresa e na sociedade em geral, e vice-versa.

Este processo, teve como base uma auscultação de *stakeholders*, seguiu as diretrizes das normas GRI e foi desenvolvido com base num racional de dupla materialidade, previsto nas normas da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa da União Europeia.

Este exercício decorreu em seis fases (conforme apresentado na figura ao lado), tendo resultado na identificação de nove temas materiais, que constituem a base da Agenda de Sustentabilidade da José de Mello.

Face ao alinhamento do reporte da José de Mello com a diretiva de reporte CSRD, em 2025, o exercício de avaliação da dupla materialidade será realizado de forma a aportar valor acrescentado ao reporte atualizando a sua abordagem metodológica, permitindo a consolidação de todos os negócios.

Materialidade de Impacto	Relevância, atendendo aos impactos das questões ESG no potencial de criação de valor da José de Mello
Materialidade Financeira	Relevância, tendo em consideração os impactos nas Pessoas, no ambiente e na economia, decorrentes da atividade da José de Mello

1. Análise de *benchmark* e identificação de temas potencialmente materiais
2. Mapeamento de grupos de *stakeholders*
3. Levantamento de entidades e contactos a auscultar
4. Validação do mapeamento de *stakeholders* com a gestão de topo
5. Auscultação aos *stakeholders*
6. Discussão interna e validação com a Comissão Executiva

A. INVESTIMENTO RESPONSÁVEL

A José de Mello acredita que a integração de estratégias e práticas ambientais, sociais e de *governance* (ESG) nas decisões de investimento e na gestão dos ativos adicionará valor ao Grupo.

Ver índice 4.4 Informação de Governação

B. DESEMPENHO ECONÓMICO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A José de Mello coloca como prioridade a promoção de estratégias que potenciem a eficiência das operações e do desempenho financeiro dos negócios.

Ver índice 3.1 Desempenho Financeiro e Operacional

C. ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

É essencial para a organização assegurar uma conduta ética sustentada em boas práticas de gestão corporativa e no bom funcionamento de órgãos de fiscalização e controlo.

Ver índice 4.1 Divulgações Gerais

D. GESTÃO DA MARCA E DA REPUTAÇÃO

A reputação da empresa perante os seus *stakeholders* deve ser preservada, por esta razão, são implementadas estratégias e ferramentas de comunicação corporativa, para avaliar a perceção da marca José de Mello.

Ver índice 4.4 Informação de Governação

E. INOVAÇÃO

Faz parte da cultura do Grupo desenvolver iniciativas potenciadas pela inovação, valorizando o risco e a exploração de novas ideias e parcerias.

Ver índice 4.4 Informação de Governação

F. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Porque a preservação do capital natural é essencial para a sobrevivência do negócio do Grupo, é promovida a mitigação das alterações climáticas, através da gestão das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia, bem como a promoção da adaptação e resiliência.

Ver índice 4.2 Informação Ambiental

G. ATRAÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS

Porque trará valor humano à José de Mello, é prioritária a implementação de estratégias e iniciativas que consideram a importância das pessoas, assim como a definição de orientações para a melhoria das competências e da atuação da gestão.

Ver índice 4.3 Informação Social

H. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

É crucial promover a diversidade e a inclusão, entendidas como reconhecimento, respeito e valorização das diferenças entre as pessoas.

Ver índice 4.3 Informação Social

I. ENVOLVIMENTO COM A SOCIEDADE

A José de Mello está, desde sempre, ligada a entidades que contribuem para o desenvolvimento da sociedade e implementação de ações com impacto social, que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Ver índice 4.3 Informação Social

Temas de *governace* · Temas ambientais · Temas sociais

4.2 Informação Ambiental

4.2.1 Taxonomia Ambiental

A Taxonomia Ambiental Europeia é um sistema de classificação que visa promover investimentos sustentáveis, ao estabelecer critérios claros para determinar se uma atividade económica é ambientalmente sustentável. Este sistema foi formalizado pelo Regulamento (UE) 2020/852, adotado a 18 de junho de 2020.

O Regulamento da Taxonomia da UE define seis objetivos ambientais: 1) mitigação das alterações climáticas; 2) adaptação às alterações climáticas; 3) proteção da água e dos recursos hídricos; 4) transição para uma economia circular; 5) prevenção e controle da poluição; 6) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas. Para que uma atividade económica seja considerada sustentável, esta deve cumprir critérios técnicos específicos que avaliam a contribuição substancial das atividades para um ou mais objetivos ambientais e que garantem que não prejudicam significativamente nenhum dos restantes objetivos ambientais. Além destes dois critérios técnicos, necessitam igualmente de cumprir com as salvaguardas mínimas sociais, com critérios no âmbito dos Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa.

Para respeitar os termos da Taxonomia em relação às atividades económicas elegíveis, critérios técnicos e requisitos das salvaguardas mínimas sociais, é necessário verificar os seguintes Atos Delegados:

- Mitigação e adaptação às alterações climáticas são reguladas pelos Atos Delegados do Clima:
  - Regulamento Delegado (UE) 2021/2139
  - Ato Delegado Complementar (Regulamento Delegado (UE) 2022/1214), focado em atividades específicas nos setores do gás e nuclear
- Restantes objetivos são abordados no Ato Delegado Ambiental:
  - Regulamento Delegado (UE) 2023/2486

No Grupo José de Mello foi realizado trabalho no âmbito da Taxonomia desde 2022, tendo havido desenvolvimentos consideráveis. O Grupo manter-se-á igualmente atento aos desenvolvimentos do Regulamento da Taxonomia e às alterações trazidas pelo novo pacote Omnibus apresentado pela Comissão Europeia.

Relativamente ao ano fiscal 2024, a Grupo apresenta nesta seção o resultado da sua análise de elegibilidade e alinhamento efetuada.

Análise de elegibilidade

Após avaliar os termos dos Atos Delegados da Taxonomia do Clima, Complementar e Ambiental, a José de Mello identificou, as seguintes atividades económicas como elegíveis, para as diferentes empresas do Grupo (Bondalti, CUF, José de Mello e WineStone):

Atividades Elegíveis *	Empresa	Descrição da atividade
MAC 3.10 Produção de hidrogénio	Bondalti	A Bondalti produz hidrogénio verde através do processo produtivo cloro-álcalis nas unidades industriais de Estarreja e Cantábria. Os processos têm na sua base energia obtida a partir de fontes renováveis.
MAC 3.13 Produção de cloro	Bondalti	A Bondalti produz cloro no processo produtivo cloro-álcalis nas unidades industriais de Estarreja e Cantábria.
MAC 3.16 Produção de ácido nítrico	Bondalti	A Bondalti produz ácido nítrico na unidade industrial de Estarreja.
MAC 4.1 Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	Bondalti	A Bondalti possui dois parques fotovoltaicos, na unidade industrial de Estarreja, e contratualizou, em 2024, a instalação de mais 24 720 painéis solares fotovoltaicos, em ambos os casos destinados a autoconsumo.
MAC 5.3 Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	Bondalti WineStone	A Bondalti explora sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais na unidade industrial de Estarreja, e desenha, instala e realiza a operação e/ou manutenção de estações de tratamento de águas residuais, particularmente para clientes industriais. A WineStone também explora este tipo de instalações.
MAC 6.5 Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	WineStone José de Mello CUF Bondalti	A WineStone adquiriu frota própria de veículos ligeiros em 2024. A José de Mello alugou viaturas a diesel, elétricas e híbridos plug-in no ano de 2024. A CUF realizou investimentos ao nível da frota própria, que se encontra maioritariamente em regime contratual de leasing. A frota da CUF é composta maioritariamente por veículos ligeiros de passageiros e mercadorias, de tecnologia convencional, híbrida e elétrica. A Bondalti tem veículos da frota própria, e em 2024, apresentou despesas associadas ao aluguer de viaturas para os seus colaboradores.
MAC 7.1 Construção de edifícios novos	CUF	Durante 2024, a CUF procedeu à realização de obras de construção de edifícios novos.
MAC 7.2 Renovação de edifícios existentes	José de Mello CUF	Renovação do Edifício Sede da José de Mello. A CUF realizou investimentos para a expansão e renovação de edifícios seus já existentes.
MAC 7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	CUF	A CUF realizou atividades de manutenção e instalação de equipamentos associados a eficiência energética, nomeadamente ao nível da iluminação e de sistemas de ar condicionado.
MAC 7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	José de Mello CUF Bondalti	Instalação de postos de carregamento de veículos elétricos no Edifício Sede da José de Mello. A CUF realizou investimentos de manutenção em carregadores para veículos elétricos para os seus colaboradores. A Bondalti investiu em postos de carregamento de veículos elétricos no *site* de Estarreja e nas instalações de Campo Raso.
MAC 7.5 Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	CUF	A CUF realizou atividades de manutenção de sistemas de monitorização e automação do consumo de energia instalação de equipamentos para medição do consumo como sensores de movimento e de luz diurna e contadores.

Atividades Elegíveis *	Empresa	Descrição da atividade
MAC 7.6 Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	WineStone CUF	A WineStone realizou manutenção corretiva dos painéis fotovoltaicos. Atividades de manutenção e beneficiação de coletores solares térmicos instalados nas unidades CUF.
MAC 7.7 Aquisição e propriedade de edifícios	CUF	Rendas recebidas e associadas ao aluguer de espaços nos edifícios onde a CUF opera.
MAC 8.1 Tratamento de dados, alojamento de informação e atividades conexas	WineStone CUF	Instalação de *datacenter*, em Lisboa, para servir todo o grupo WineStone. Atividades de manutenção e realização de investimentos com o *data center* da CUF. A CUF trabalha com entidades externas para regular e assegurar as condições do espaço para o bom funcionamento da *hardware* pertencente à CUF.
MAC 9.3 Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	CUF	Serviços de gestão e monitorização de energia e água.
AAC 8.4. Software que permite a gestão de riscos físicos associados ao clima e a adaptação aos mesmos	Bondalti	Em 2024, a Bondalti teve custos associados à implementação de um *software* para identificação e análise de riscos climáticos.
AAC 9.3 Consultoria para a gestão de riscos físicos associados ao clima e a adaptação aos mesmos	Bondalti	Em 2024, a Bondalti teve custos associados a serviços de consultoria para apoiar na identificação e análise de riscos climáticos.
ACC 14.1 Serviços de Emergência	CUF	O Hospital CUF Açores prestou serviços de apoio e emergência aos utentes internados do Hospital de Ponta Delgada quando este, em 2024, se viu obrigado a transferir todos os seus doentes internados para outros hospitais na sequência de um incêndio em larga escala nas suas instalações.
BIO 1.1 Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	WineStone	A WineStone instalou de abrigos para morcegos, para controlo de pragas na vinha e como medida de conservação da biodiversidade.

* Acrónimos: MAC: Objetivo Mitigação das Alterações Climáticas; AAC: Objetivo Adaptação às Alterações Climáticas; BIO: Objetivo Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas

Análise de alinhamento

Para uma atividade económica estar alinhada com a Taxonomia da União Europeia, é necessário avaliar os critérios técnicos de cada uma, sendo estes a Contribuição Substancial (CS) para um ou mais dos objetivos ambientais e Não Prejudicar Significativamente (NPS) nenhum dos outros.

No Grupo José de Mello foram identificadas 19 atividades económicas como elegíveis, tendo de seguida sido avaliado, segundo os critérios presentes no Ato Delegado Clima e Ambiental, o alinhamento das mesmas, de acordo com a sua melhor interpretação dos critérios. Para a José de Mello, WineStone e Bondalti, não foi possível demonstrar o alinhamento das suas atividades. No caso da CUF foi possível demonstrar alinhamento para com atividades associadas a eficiência energética (MAC 7.3), postos de carregamento de veículos elétricos (MAC 7.4), medição, regulação e monitorização do desempenho energético de edifícios (MAC 7.5) e tecnologias de energia de fontes renováveis (MAC 7.6).

4.2.2 Alterações Climáticas

GRI 3-3, GRI 302-1, GRI 303-3, GRI 305-1, GRI 305-2, GRI 305-3

As alterações climáticas são um tema material transversal a todas as empresas do Grupo José de Mello, como tal no caso da José de Mello, em 2023 foi desenvolvido um Plano de Transição Climática com identificação de eixos de atuação, instrumentos e ações para reduzir o seu impacto no clima, tendo este por base o exercício de cálculo da Pegada de Carbono, e uma avaliação de riscos e oportunidades climáticas.

Também a CUF e a Bondalti, estão a trabalhar os seus Planos de Transição Climática, tendo igualmente avaliado, em conformidade com as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), a sua resiliência às alterações climáticas. No caso da JdM, da sua análise de resiliência climática, resultaram os seguintes riscos:

Tipo de Risco	Caracterização do Risco e Potencial Impacto Financeiro
Risco de Transição – Desvalorização de Ativos devido a novas regulamentações	Queda no valor de ativos, dificuldades de acesso a crédito e redução de receitas
Risco de Transição – Não Conformidade Legal	Restrições no acesso a financiamento devido ao não alinhamento com a Taxonomia da UE
Risco de Transição – Preço do Carbono	Aumento dos custos operacionais devido à regulamentação e à aquisição de energia
Risco Físico – Eventos Climáticos Extremos	Aumento dos custos (seguros, materiais, água, energia) e interrupção operacional
Risco Físico – Escassez de Água	Risco crítico para a continuidade das operações, especialmente nos setores da saúde, indústria química e agricultura

Por outro lado, identificaram-se também algumas oportunidades para a JdM no âmbito da mitigação das alterações climáticas, nomeadamente:

Oportunidade	Caracterização da Oportunidade e Potencial Impacto Financeiro
Investimento em fontes renováveis de energia	• Maior acesso a capital, no contexto da Taxonomia • Redução dos custos operacionais devido a um menor preço da energia
Novos produtos e serviços	• Aumento das receitas devido ao maior aumento da procura • Aumento das receitas pelo acesso a novos mercados e consumidores
Financiamento verde	• Maior acesso a capital
Antecipação da estratégia de neutralidade carbónica	• Maior acesso a capital público e privado • Aumento das receitas devido ao aumento na procura • Redução dos custos operacionais

Ações

As diversas empresas do Grupo têm adotado medidas concretas para a mitigação das alterações climáticas, com especial enfoque na melhoria da eficiência energética, na promoção da eletrificação e na redução da pegada de carbono.

Em 2024, a **José de Mello** implementou diversas iniciativas para reduzir o consumo de eletricidade no seu edifício-sede, destacando-se a substituição dos sistemas de ar condicionado, iluminação e caixilharias por soluções mais eficientes.

No que concerne a produção de eletricidade para autoconsumo, no caso da **WineStone**, em 2022, foi instalada uma unidade de produção no Monte da Ravasqueira com uma potência de 130,64 kWp, tendo esta gerado em 2024 aproximadamente 27% da energia consumida localmente, evitando-se a emissão de 172,91 toneladas de CO_2 equivalente desde a sua instalação. No caso da CUF prevê-se a expansão das suas unidades de produção de energia renovável até 2025, com o objetivo de reduzir anualmente 1,44 GWh do consumo de eletricidade proveniente da rede elétrica pública.

A eletrificação progressiva da frota automóvel é outra medida transversal a **várias participadas** do Grupo. Foi adotada uma estratégia de não incluir veículos exclusivamente a combustão nas opções de frota, disponibilizando aos colaboradores apenas viaturas híbridas e elétricas. Destaca-se, ainda, a implementação de uma plataforma de gestão de veículos elétricos e a realização de ações de formação em condução ecoeficiente, reforçando o compromisso com uma mobilidade mais sustentável.

No que diz respeito à gestão ambiental, a **Bondalti** avançou com algumas iniciativas relevantes. Em 2024 lançou uma plataforma conjunta de gestão de resíduos para os seus *sites* de Estarreja e Cantábria, garantindo a conformidade com os requisitos legais e permitindo uma análise integrada de indicadores ambientais. É também importante destacar a conclusão do projeto Earth, que permite conhecer a forma como ocorreu, ao longo dos anos, a dispersão de eventuais contaminantes do solo consolidando a informação proveniente da monitorização ambiental através de um sistema de alerta integrado num *dashboard* de indicadores. Adicionalmente, a empresa iniciou investimentos para a redução do ruído ambiental gerado pelas suas unidades produtivas.

Relativamente à gestão sustentável dos recursos hídricos, a **WineStone** mantém o seu compromisso com o tema, reconhecendo a sua importância crítica para a continuidade do negócio.

Em 2024, foram efetuados ajustes operacionais nas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) da **WineStone** no Monte da Ravasqueira e da Quinta do Retiro Novo e implementadas ações de sensibilização para a redução do consumo de água. Na unidade da Ravasqueira, o consumo específico de água atingiu 0,92 litros por litro de vinho engarrafado, evidenciando ganhos de eficiência contínuos desde 2022. A empresa está, ainda, a avaliar a viabilidade da reutilização de águas residuais para operações não críticas, como a limpeza de pisos e tanques, e tem reforçado a formação dos colaboradores para otimizar os procedimentos de gestão hídrica.

Metas

O Grupo José de Mello está comprometido com a mitigação das alterações climáticas. Dada a diversidade de setores em que opera, as suas participadas têm vindo a estabelecer objetivos alinhados com as suas prioridades estratégicas.

Em 2024, foram definidas metas de redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa para a **José de Mello**. Assumiu-se uma redução das emissões de âmbito 1 e 2 para 63% para 2035 e de 84% para 2050. A redução das emissões na empresa far-se-á tendo em conta as medidas de eletrificação da frota automóvel, as medidas de eficiência energética no edifício da José de Mello e a integração de energia renovável no mix energético nacional.

A **CUF**, por sua vez, tem vindo a definir metas para a redução do consumo de energia e gás natural, contribuindo para a minimização do impacto ambiental da sua atividade, estando a desenvolver a sua estratégia de descarbonização.

No caso da **Bondalti** a empresa avançou, em 2024, com a submissão do seu compromisso à Science Based Targets Iniciative (SBTi). No seguimento deste processo, encontra-se também a desenvolver um trabalho de revisão e definição das metas de curto prazo consistentes com a ambição de limitar o aquecimento global a 1,5°C no caso das emissões de âmbito 1 e 2, e bem abaixo de 2°C nas emissões de âmbito 3.

Neste contexto, a Bondalti está a rever de forma abrangente a sua Estratégia de Transição Climática, prevendo a apresentação de novas metas de redução das suas emissões, e principais iniciativas de descarbonização alinhadas com estes objetivos, sujeitas à aprovação pela SBTi.

Desta forma, o Grupo José de Mello reforça o seu compromisso com a sustentabilidade, contribuindo ativamente para a descarbonização e para a construção de um futuro mais sustentável.

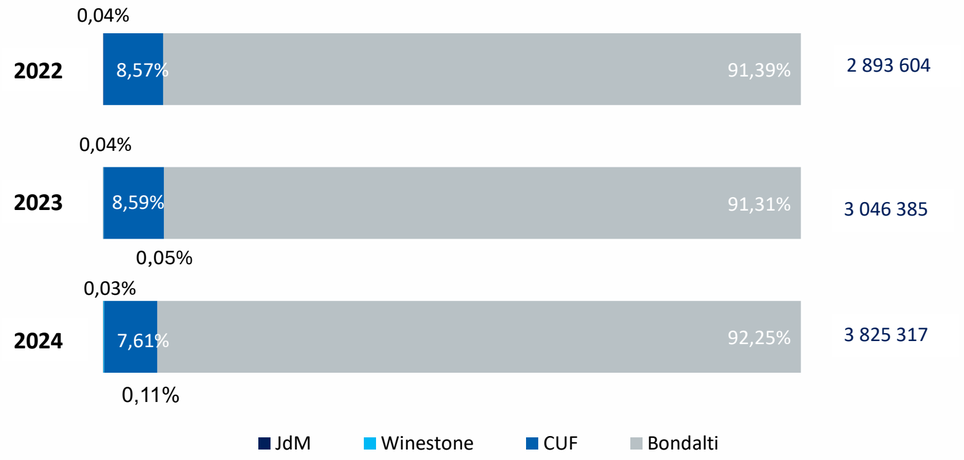
Métricas

CONSUMO DE ENERGIA

O consumo absoluto de energia no Grupo aumentou nos últimos 3 anos em cerca de 30%, sendo que o consumo de energia renovável atingiu os 20% em 2024.

Pelo setor onde atua, a participada que apresenta maior representatividade no consumo de energia é a Bondalti.

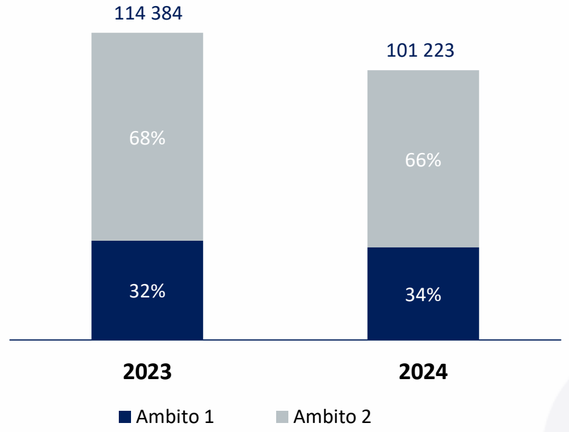
CONSUMO DE ENERGIA (GJ)



EMISSÕES

Entre 2023 e 2024 as emissões de âmbito 1 e 2 do Grupo José de Mello registaram uma redução de 11%, evidenciando o impacto das várias iniciativas implementadas. Este decréscimo foi impulsionado, sobretudo, pela diminuição das emissões de âmbito 2, resultado do investimento em UPACs, nas diferentes empresas do Grupo, assim como os esforços realizados no sentido da eficiência energética.

EMISSÕES SCOPE 1+2 (tCO_2e)



↓ 11%

Legenda: Emissões âmbito 2 market-based
Para efeitos de comparação, encontra-se excluída de 2023 a JMRS, uma vez que já não integra o perímetro de 2024 e a sua inclusão iria enviesar os resultados, apresentando uma redução de emissões maior do que a real.

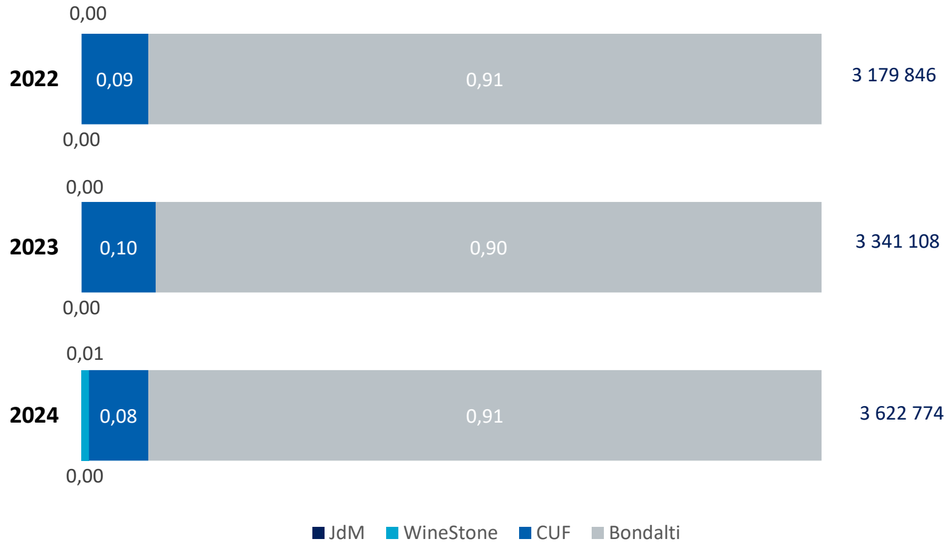
CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Nos últimos anos tem-se verificado uma tendência de redução de captação de água no Grupo. Aproximadamente 90% da água captada e, consequentemente, consumida pelo Grupo está associada à atividade da Bondalti, cuja operação se insere no setor industrial. A Bondalti tem vindo a priorizar a diminuição do consumo específico de água (consumo por tonelada de produto), adotando uma estratégia centrada na eficiência e no reaproveitamento deste recurso. No negócio dos Químicos Industriais, os efluentes gerados nas torres de arrefecimento são reincorporados noutros processos produtivos, promovendo a circularidade da água. Em alguns desses processos, a água surge como subproduto e, após purificação, é reutilizada, por exemplo, na geração de vapor.

Apesar do aumento da captação e consequente consumo de água em termos absolutos, uma análise deste indicador em termos específicos, por receita, mostra uma redução de 5% face a 2022.

Também as iniciativas de melhoria da eficiência hídrica implementadas pela WineStone, cuja atividade se insere num setor particularmente sensível à escassez de água, contribuíram para a redução deste indicador o consumo específico de água no Grupo é neste momento de 2,4 m3/M€.

INTENSIDADE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA (ÁGUA CAPTADA (m^3)/RECEITA OPERACIONAL (M€))



Para efeitos de comparação, encontra-se excluída dos dados de 2023 e 2022 a JMRS, uma vez que já não integra o perímetro de 2024 e a sua inclusão iria enviesar a análise.

4.3 Informação Social

4.3.1 Mão de Obra Própria

GRI 2-7, GRI 2-8, GRI 3-3, GRI 401-1, GRI 401-2, GRI 401-3, GRI 403-9, GRI 403-10, GRI 404-1, GRI 405-1, GRI 406-1

O Grupo José de Mello adota de forma transversal um compromisso com a melhoria das condições de trabalho, focando-se na segurança, saúde, bem-estar e no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos seus colaboradores. Embora partilhem valores e objetivos, cada empresa implementa iniciativas específicas adaptadas às suas realidades.

Condições de Trabalho

BEM-ESTAR E SAÚDE OCUPACIONAL

O bem-estar dos colaboradores é uma prioridade para todas as empresas do Grupo, refletido em diversas iniciativas:

- **Seguro de Saúde:** Disponibilizado por todas as empresas do Grupo
- **Acompanhamento Médico e Psicossocial:** Todas as empresas do Grupo oferecem programas de apoio psicológico e social. A José de Mello e a CUF têm também programas estruturados de acompanhamento médico
- **Monitorização de Riscos e Segurança Ocupacional:** A CUF dispõe de um Serviço de Saúde Ocupacional que previne doenças profissionais e mitiga riscos psicossociais. A WineStone realiza auditorias semestrais de SST e revisita periodicamente as análises de risco.
- **Prevenção e Bem-estar:** Programas como fisioterapia laboral, nutrição e podologia são oferecidos pela Bondalti e CUF, reforçando a preocupação com a saúde física e mental. A CUF também realiza *webinars* sobre prevenção e bem-estar, como por exemplo gestão de conflitos e de stress ou burnout.

EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E A VIDA PRIVADA

As empresas do Grupo mantêm um compromisso firme com a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, sendo a José de Mello, Bondalti[1] e CUF reconhecidas como **Entidades Familiarmente Responsáveis** (efr) pela Fundação Másfamilia. Esta certificação internacional reforça a aposta contínua em políticas de flexibilidade, bem-estar e apoio aos colaboradores, alinhadas com as melhores práticas de conciliação.

Em especial, a José de Mello desenvolve as suas iniciativas em cinco pilares estratégicos:

- Apoio à família
- Desenvolvimento profissional e pessoal
- Flexibilidade temporal e espacial
- Igualdade de oportunidades
- Qualidade no local de trabalho

Atualmente, a empresa implementa 38 medidas para garantir o bem-estar físico, emocional, social, profissional e financeiro dos colaboradores. Destacam-se as consultas de Medicina Geral

[1] Certificação aplica-se para o negócio dos Químicos Industriais

e Nutrição, a dispensa para acompanhamento de pais ou ascendentes diretos e o **Programa de Voluntariado** do Grupo José de Mello.

Em 2024, a equipa efr da José de Mello intensificou a divulgação das suas medidas, através de blocos informativos, e lançou o programa "**4ª há conversa!**", focado na gestão da mudança e no fortalecimento da cultura organizacional. Este programa, composto por sete sessões com participação de líderes da empresa, incluindo o Presidente da Comissão Executiva, promoveu o desenvolvimento de competências e a proximidade entre a Administração e os colaboradores. Outras iniciativas incluem a celebração de dias comemorativos, como o Dia da Família e o Dia da Criança, a oferta de apoio psicológico, fiscal, legal e social, e a realização de inquéritos regulares para recolha de opiniões e sugestões. Estas ações reforçam o compromisso da José de Mello em proporcionar um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

Através da Certificação efr, a José de Mello, a Bondalti e a CUF reforçam o seu compromisso em criar ambientes de trabalho equilibrados e adaptados às necessidades pessoais e familiares dos colaboradores, promovendo uma cultura organizacional que valoriza o bem-estar e a conciliação como pilares estratégicos para o sucesso e a sustentabilidade a longo prazo.

Embora não certificada, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é também uma área de importância para a WineStone. Neste sentido, é desenvolvido um conjunto de iniciativas de atribuição de **benefícios** com o objetivo de promover o bem-estar e a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar de todos os seus colaboradores. É cedida a toda a empresa, por exmeplo, tolerância de ponto na terça-feira de carnaval, véspera de Natal e véspera de Ano Novo.

IGUALDADE DE TRATAMENTO E OPORTUNIDADES

Defendendo uma cultura inclusiva, integradora e diversa, as empresas do Grupo são espaços onde todas as Pessoas são bem-vindas, e onde é promovido um ambiente de trabalho permanentemente atento ao seu bem-estar, saúde e segurança, proporcionando condições que contribuem ativamente para a sua motivação e produtividade. Esta abordagem é consolidada no compromisso formal de promoção da diversidade e inclusão, assumido pelo Grupo José de Mello. A operacionalização das medidas associadas a este compromisso é da responsabilidade da equipa de trabalho de Diversidade e Inclusão, apoiada, sempre que necessário, por áreas ou direções específicas da José de Mello. A aprovação e monitorização das mesmas, por sua vez, é da responsabilidade do Comité de Diversidade, Inclusão, Equidade e Conciliação, recentemente nomeado. Ao longo do ano de 2024 o Comité desenvolveu a **política de Diversidade, Inclusão, Equidade e Conciliação** da José de Mello, a ser aprovada em 2025.

No âmbito do pilar geracional, em particular na valorização dos profissionais sénior qualificados, assente em valores de cooperação, em objetivos comuns, e no compromisso de transformar contextos, mentalidades e atitudes, a José de Mello é parceiro promotor da **Associação dNovo**. No que concerne à atração de **talento Jovem**, a José de Mello é uma das empresas signatárias do "Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens", uma iniciativa da Fundação José Neves (FJN), com o Alto Patrocínio do Presidente da República, que promove a contratação, retenção e melhoria das condições do emprego jovem, garantindo-lhes emprego de qualidade e com salários adequados. Por outro lado, a Bondalti desenvolveu um **Plano de Rejuvenescimento** que visa atrair e reter talentos das gerações mais jovens, com especial foco na integração dos *Millennials* e na atração da Geração Z.

A inclusão de pessoas com deficiência é uma prioridade partilhada por várias empresas do Grupo. Para melhor assegurar um ambiente de trabalho saudável e cómodo, promotor do trabalho em equipa, do sentimento de pertença e do bem-estar dos colaboradores, foi implementado o projeto de workplace strategy, na remodelação do edifício sede do Grupo José de Mello na Avenida 24 de Julho. Deste modo, foram potenciadas novas formas de organização do trabalho, tendo em conta as exigências e necessidades atuais das Pessoas da empresa, bem como assegurando as alterações de acessibilidade necessárias ao devido acolhimento e integração de pessoas com deficiência motora. Também a CUF adaptou postos de trabalho para garantir acessibilidade e autonomia, permitindo uma integração plena e produtiva. Por sua vez, a Bondalti mantém parcerias com instituições como a Fundação Eurofirms para facilitar o recrutamento e a integração destes colaboradores.

No ano 2024 a Quinta do Côtto, foi distinguida pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE, pelas suas boas práticas na promoção da Igualdade Remuneratória entre Mulheres e Homens por trabalho igual ou de igual valor, com o "Selo da Igualdade Salarial" 2024.

FORMAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O Grupo continua a investir no desenvolvimento e retenção dos seus talentos. Os *assessments* aplicados em 2022 a todos os colaboradores C-Level e primeiras linhas, permitiram apurar o *gap* de competências face ao perfil de liderança do Grupo. Estes resultados foram analisados em duas

sessões do Comité de Talento. Para colmatar as lacunas identificadas, foi desenvolvido um Programa de Liderança "**Advanced Leadership Program**" em parceria com a Universidade Católica e a Kellogg School of Management.

Paralelamente, e com o propósito de reforçar as capacidades de liderança do Grupo, foi dado seguimento à formação do "**Leader as a Coach**" para um primeiro grupo de Primeiras Linhas e em simultâneo foi promovido um programa de Mentoria interno, do qual foi realizada a edição piloto no decorrer de 2024.

À semelhança dos anos anteriores, foi promovida mais uma edição do **Programa Avançado de Gestão para Executivos - PAGE** para os quadros do Grupo.

Sendo a Comunicação uma competência essencial, numa parceria com a *Way beyhond* foi iniciado um ciclo de formação onde participaram cerca de 16 quadros.

As empresas participadas do Grupo José de Mello atuam em diversas áreas, desta forma, identificam as suas próprias necessidades de formação, tendo em conta o setor em que atuam. Em 2024, destacam-se as seguintes abordagens à formação nas diversas empresas:

Destaques dos negócios

Na **CUF** foram promovidos programas de *upskilling* e *reskilling* com a CUF Academic Center, de forma a garantir que todos os seus colaboradores estão preparados para as exigências do setor da saúde. As ações de formação incluíram desde formações obrigatórias por Grupo Profissional, definidas estrategicamente de acordo com os valores e estratégia da CUF ou de obrigatoriedade legal. Para além da formação obrigatória, os colaboradores da CUF têm acesso a diversos programas de desenvolvimento e incentivos que promovem a melhoria contínua das suas competências técnicas e pessoais. Para o ano de 2025 está prevista a criação de uma Academia de Liderança com o propósito de consolidar e agilizar o acesso a experiências formativas para a capacitação consistente das chefias intermédias da CUF, incluindo enfermagem.

A **Bondalti** promove uma abordagem dinâmica e personalizada onde os colaboradores podem identificar as suas necessidades de formação através da metodologia *self-proposed training*. As propostas são integradas no plano anual de formação, juntamente com ações de formação em competências transversais, como línguas, segurança e ferramentas digitais. Para além disso, os resultados das avaliações de desempenho são considerados para a criação de planos de desenvolvimento individual ajustados às necessidades específicas de cada colaborador.

Durante o ano de 2024, a **WineStone** realizou o levantamento das necessidades de formação dos seus colaboradores para o período de 2024-2026. À semelhança de anos anteriores, em 2024, os colaboradores e colaboradores subcontratados da WineStone receberam formação em matéria de Saúde e Segurança no Trabalho. Adicionalmente foi também realizada uma formação sobre sustentabilidade e três formações em vinhos (WSET 2). Para 2025 está previsto um programa de formação transversal a toda a organização que engloba temas de inteligência artificial e cibersegurança, para além da formação dos colaboradores das Quintas da WineStone em Food Fraud e Food Defense.

Todos os colaboradores da WineStone participaram num processo de avaliação de desempenho, baseado na performance e competências individuais assim como na concretização dos objetivos transversais e específicos de cada área.

4.3.2 Comunidades Afetadas

GRI 3-3, GRI 203-2, GRI 413-1

O Grupo José de Mello sempre atribuiu, desde a sua fundação, grande relevância ao envolvimento com a Sociedade, implementando iniciativas que espelham a sua cultura e Valores. Ao adotar esta abordagem na sua estratégia de sustentabilidade, o Grupo reafirma o seu papel enquanto agente de mudança positiva e, para isso, procura soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais enfrentados pelas comunidades onde se insere.

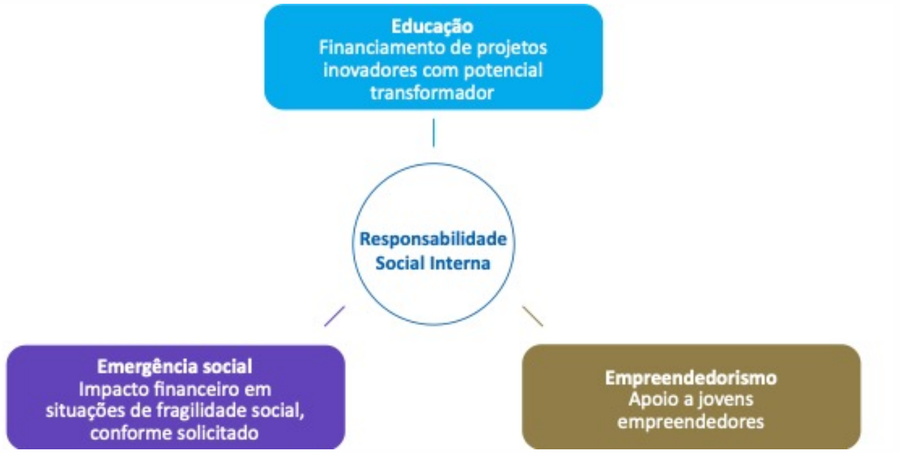
Em 2022, este compromisso foi reforçado pela José de Mello, tendo sido destacado como um tema material durante o processo de auscultação aos *stakeholders* para a elaboração da Agenda de Sustentabilidade, e foi posteriormente integrado no respetivo Roteiro de Sustentabilidade.

Estratégia de Investimento de Impacto

Durante o ano de 2023, a José de Mello promoveu uma reflexão profunda sobre o seu impacto na comunidade, resultando na aprovação da sua Estratégia de Investimento de Impacto, através

da qual, a José de Mello se comprometeu a contribuir de forma significativa para a transformação de Portugal, através da sua atuação nas áreas da Educação e Empreendedorismo.

Esta Estratégia identifica 4 pilares e 10 temas de atuação, que abrangem 13 objetivos e mais de 50 ações concretas.



Como resultado das ações desenvolvidas foram distribuidos diversos donativos. Em concreto, a José de Mello contribuiu com cerca de **642k€** de donativos para organizações sociais em 2024.

Em 2024, as várias empresas do Grupo José de Mello, através das suas próprias estratégias, desenvolveram múltiplas iniciativas de envolvimento e impacto na comunidade (apresentadas de seguida). Estas ações, embora integradas nas prioridades específicas de cada empresa, alinham-se com os pilares de atuação definidos pela holding, refletindo uma visão comum para gerar impacto positivo na sociedade.

EDUCAÇÃO

No âmbito da ação no pilar da educação, durante o ano de 2024 a José de Mello concretizou duas novas parcerias a 4 anos:

- *Teach4Portugal*, uma associação portuguesa sem fins lucrativos que pretende diminuir a desigualdade educativa, proporcionando a crianças de meios mais desfavorecidos a oportunidade de atingirem o seu máximo potencial;
- TUMO Lisboa, um programa educativo que combina tecnologia com criatividade e que através de modelos pedagógicos inovadores promove o desenvolvimento educativo, criativo, cultural e tecnológico das camadas mais jovens da população.

Teach for Portugal	
Mentores	120
Alunos	11 mil
Escolas	80
Municípios	40
TUMO Lisboa	
Estudantes	751
% Escolas públicas	77%
% Escolas TEIP	17%
% Alunos ASE	19%

Destaques dos negócios

Durante o ano de 2024 a **Bondalti** assinalou avanços significativos na implementação da nova estratégia de responsabilidade social e investimento de impacto Together Matters. Um dos cinco pilares de atuação definidos é a Educação e Cidadania. Nesse âmbito, a Bondalti investiu em programas de educação desde o ensino pré-escolar, passando pelo ensino secundário e profissional até ao ensino universitário. Estes programas focam-se na inclusão de minorias e incluem a formação em temas ESG de crianças e jovens.

A **CUF** promoveu ações de Literacia em Saúde, tendo sido lecionadas 369 horas de formação gratuita em saúde junto das comunidades em que se insere, ao longo do ano.

Em 2024, a **WineStone** alargou o seu âmbito geográfico passando a produzir vinhos nas quatro principais regiões demarcadas de Portugal: Alentejo, Douro, Lisboa e Verdes. Conscientes

da responsabilidade que o alargamento geográfico implica, a WineStone procurou desenvolver em um plano de impacto na comunidade.

Para isso, celebrou uma parceria com a Fundação Amélia de Mello, com o objetivo de criar linhas de intervenção social com diversas iniciativas na área da educação, de modo a incentivar a aposta no ensino na área vitivinícola, através da atribuição de bolsas ou prémios de mérito, ou pela concessão de donativos.

EMPREENDEDORISMO

No contexto estratégico do pilar de empreendedorismo, a José de Mello estabeleceu um Protocolo com a Unicorn Factory para o desenvolvimento de um Programa de Capacitação de jovens para o empreendedorismo. Os indicadores relativos a este projeto podem ser consultados no capítulo 4.4.5 Inovação.

A **Bondalti** investiu em projetos de inovação sustentável através do financiamento de bolsas e estágios para jovens universitários e apoio de projetos que premeiem jovens empreendedores. Foram ainda implementados programas STEAM, focados em Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática. Estes investimentos foram enquadrados no âmbito da estratégia de responsabilidade social da Bondalti - Together Matters no pilar do Empreendedorismo e Trabalho Digno.

A **CUF** tem também estabelecidas duas parcerias com instituições relevantes para a capacitação em gestão de organizações sociais:

- Com a Fundação Ageas através do ÍMPARES, programa de aceleração para soluções de impacto com foco na escalabilidade e preparação para investimento.
- Com a Fundação Manuel Violante através do Miles, programa de capacitação em gestão de entidades da economia social nas comunidades em que a CUF exerce a sua atividade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA E EMERGÊNCIA SOCIAL

Ao longo do ano, mantiveram-se as iniciativas de Responsabilidade Social Interna até agora existentes no Grupo, como o Programa de Voluntariado, a Árvore do Apadrinhamento e o Programa Ser Solidário.

Para além disso, os colaboradores da José de Mello tiveram a oportunidade de apoiar organizações sociais escolhidas por si, através da utilização da aplicação Passo-a-Passo, que mede a atividade física diária dos colaboradores da José de Mello e converte o movimento em euros.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

O Programa de Voluntariado tem como propósito fortalecer os laços comunitários promovendo a ação voluntária e crescimento pessoal e profissional dos participantes. Todos os anos, é realizada uma avaliação do programa por meio de um inquérito aos colaboradores e instituições.

A José de Mello conta ainda com uma bolsa de voluntariado disponível para a realização de ações pontuais.

348 voluntários
20 instituições parceiras

PROGRAMA SER SOLIDÁRIO

Programa que prevê o apoio, por parte dos colaboradores, a instituições de solidariedade social. Cada colaborador tem a opção de contribuir voluntariamente com um valor mínimo de 1 euro, descontado mensalmente do seu salário. No final do ano, cada empresa do Grupo contribui com uma quantia complementar. As instituições que serão beneficiadas com as doações são escolhidas pelos colaboradores por votação.

3 instituições apoiadas
15.000€ doados

ÁRVORE DO APADRINHAMENTO

Iniciativa criada para apoiar crianças em situação de vulnerabilidade na época de Natal. Os colaboradores do Grupo são convidados a oferecer um presente a uma criança que se encontra institucionalizada. Esta é uma iniciativa de grande relevância para as crianças e instituições envolvidas, que tem vindo a ganhar uma dimensão crescente no Grupo ao longo dos últimos anos.

36 instituições
1 964 crianças e jovens

PASSO A PASSO

Projeto inovador de duplo impacto: promover a saúde e o bem-estar dos colaboradores e contribuir para a concretização de projetos e iniciativas com impacto social em diferentes áreas de atuação. Andar, correr, subir e descer escadas ou pedalar, o movimento dos colaboradores da José de Mello é convetido em donativo monetário para organizações sociais.

12 instituições apoiadas
15 655€ de donativos

Destaques dos negócios

No âmbito do segundo pilar da iniciativa Together Matters (pilar "+Vida"), a **Bondalti** investiu durante o ano de 2024 em iniciativas para o bem-estar e inclusão social. Para isso, foram apoiadas pessoas com vulnerabilidade e doença prolongada proporcionando recursos e assistência para uma vida digna como por exemplo:

- Criação de uma equipa de andebol inclusivo em parceria com o Club Balonmano de Torrelavega
- Melhoria das condições de habitabilidade de pessoas com doenças oncológicas ou igualmente graves provenientes de famílias carenciadas
- Parceria com a Associação Capiti para facilitar o acesso a serviços médicos especializados a famílias carenciadas e que enfrentam perturbações de desenvolvimento e comportamento.

Por fim, a ação da **CUF** fez-se através do Programa CUF Inspira, que foi lançado em 2018 e que consolida um conjunto de iniciativas com impacto ambiental e social, reforçando o seu papel de agente ativo nas comunidades em que está presente. Durante o ano de 2024, foram colocadas em prática várias ações:

- Atribuição de mais de 8500 apoios de responsabilidade social interna a mais de 550 colaboradores de todas as categorias profissionais
- Investimento social superior a 650.000€, nomeadamente através de donativos e entidades da economia social
- Mais de 36 mil bens doados a 29 instituições sem fins lucrativos
- Voluntariado corporativo: 2340 horas em ações de voluntariado desenvolvidas pelos colaboradores da CUF em instituições sociais.

4.4 Informação de Governação

4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes

GRI 2-15, GRI 2-16, GRI 2-23, GRI 2-25, GRI 2-26, GRI 2-29, GRI 3-3, GRI 205-3

Num contexto empresarial cada vez mais global e regulamentado, o Grupo José de Mello adota um modelo de governação alinhado com as melhores práticas internacionais, assegurando transparência, ética e responsabilidade na sua atuação.

Uma *governance* societária robusta não é apenas um requisito regulatório, mas um fator crítico para a competitividade e resiliência empresarial. A ausência de mecanismos eficazes de governação pode expor as organizações a riscos reputacionais, financeiros e operacionais significativos, comprometendo a confiança dos investidores, a relação com os *stakeholders* e, por consequência, a própria sustentabilidade do negócio. Neste sentido, o Grupo José de Mello assume a sua função acionista e de influência estratégica junto das suas Participadas, com o objetivo de garantir que os princípios de integridade, *compliance* e responsabilidade social são transversais a todas as empresas participadas e que, por influência, que esta forma de atuação se prolongue ao longo da cadeia de valor.

A implementação de rigorosos mecanismos de *compliance*, que abrangem não apenas o cumprimento da legislação vigente, como a ética empresarial, reforça o compromisso do Grupo com uma cultura organizacional baseada na integridade e na equidade, tal como a sua história o comprova.

Assim, a organização pauta a sua atuação assente num modelo de governação que assegura o alinhamento de interesses entre os acionistas, os colaboradores e os restantes *stakeholders*, garantindo uma gestão prudente, mas arriscada, empreendedora, mas resiliente ao mesmo tempo.

A defesa de um ambiente concorrencial saudável constitui outro pilar essencial da atuação do Grupo José de Mello. Neste sentido, as empresas participadas comprometem-se a agir em conformidade com a legislação da concorrência, garantindo práticas empresariais justas e alinhadas com os princípios de lealdade e da equidade no mercado onde operam.

Atualmente, a proteção de dados pessoais e a cibersegurança também são consideradas prioridades estratégicas para o Grupo José de Mello, como para as suas participadas, nomeadamente no seguimento dos serviços de saúde, onde o risco é mais premente.

Neste ponto, procura-se assegurar e acautelar que a confidencialidade e a integridade da informação são preservadas em todas as operações e que a utilização responsável de tecnologias emergentes, nomeadamente da inteligência artificial, é incentivada, no entanto com responsabilidade e em conformidade com a legislação relativa a esta matéria e em sintonia com os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade digital e proteção dos direitos humanos.

O respeito pelos direitos humanos e, nomeadamente, laborais e a implementação de medidas eficazes de combate à corrupção são também princípios fundamentais do modelo de gestão do Grupo José de Mello e encontram-se formalizados em códigos, políticas e regulamentos internos. Estes instrumentos visam assegurar a coerência e constituir uma abrangência de forma a influenciar positivamente a atividade das empresas participadas, contribuindo para a consolidação de uma cultura empresarial assente na ética e na responsabilidade.

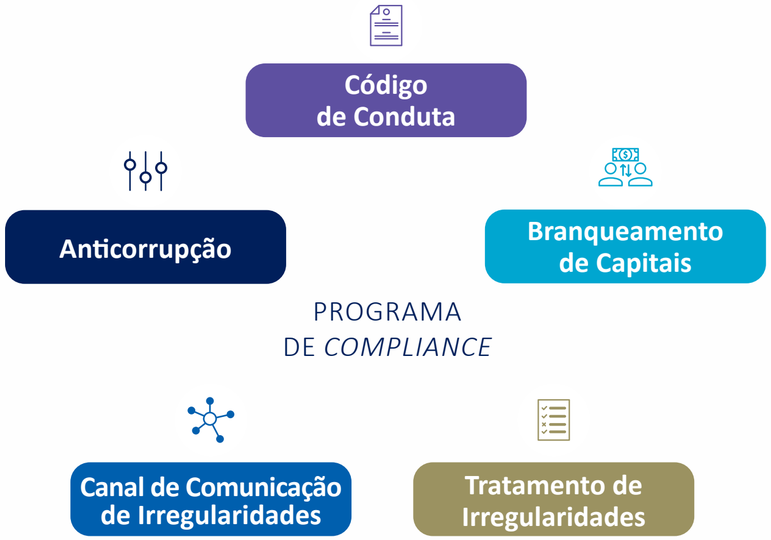
Ações

O bom nome e reputação do Grupo José de Mello são o resultado de uma atuação pautada por uma postura de transparência, rigor e ética, orientada pelos Valores do Desenvolvimento Humano, Inovação, Competência e Integridade, bem como uma abordagem à Sustentabilidade de forma transversal.

O Grupo José de Mello reconhece como fator de sucesso e crescimento do seu negócio a adoção de uma gestão responsável. Por este motivo, rege todas as atividades, próprias e das suas participadas, pelos mais exigentes princípios de ética. O Grupo reconhece também que cada stakeholder, em especial

as suas Pessoas, são um importante elemento nesta jornada de integridade e excelência e, como tal, abraça o desafio de transformar esta cultura numa missão coletiva.

Nesse sentido, a José de Mello implementou um Programa de Compliance Integrado, desenvolvido de acordo com as especificidades das suas atividades e áreas críticas, em conformidade com as mais recentes normas e regulamentos legais, sendo atualizado sempre que tal se justifique. Este Programa é composto pelas seguintes ferramentas estratégicas:



Código de Conduta

Estabelece os princípios que orientam a atividade da José de Mello, bem como as regras fundamentais de natureza ética e deontológica que devem nortear a conduta diária dos seus colaboradores e demais stakeholders.

Código de Conduta de Fornecedores

Visa assegurar que todos os Fornecedores da José de Mello Capital reconhecem os valores da Organização, garantindo que asseguram o cumprimento dos seus valores e princípios ao longo da relação contratual a estabelecer com esta Entidade.

Política de Diversidade, Inclusão, Equidade e Conciliação

Reforça a necessidade de cumprimento das normas e legislação aplicáveis em matéria de combate à discriminação em contexto profissional e destina-se também a reiterar a aplicação de valores éticos e práticas humanísticas na forma de estar e de trabalhar no seio da Organização.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

Identifica, analisa e classifica as situações e os riscos de corrupção e infrações conexas a que a organização poderá estar sujeita e desenvolve as medidas preventivas e corretivas de controlo e mitigação dos riscos identificados, que permitam diminuir, quer a probabilidade da sua ocorrência, quer o impacto dos seus efeitos nos termos da lei aplicável.

Regulamento Anticorrupção

Determina as regras e procedimentos para prevenção e combate à corrupção e crimes conexos, nomeadamente os comportamentos proibidos, prevenção de situações que possam suscitar conflitos de interesses e modo de regulação destas situações.

Regulamento sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Definição das regras e procedimentos internos para cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis à José de Mello em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Regulamento sobre Tratamento de Comunicação de Irregularidades

Regulamento de Tratamento de Comunicação de Irregularidades que estabelece os mecanismos e procedimentos de comunicação e reporte de irregularidades.

Canal de Comunicação de Irregularidades

Disponibilização de um canal de denúncia e comunicação de irregularidades, dirigido a todos os stakeholders, para que possa ser notificada qualquer violação efetiva, ou potencial, às regras do Código de Conduta, das políticas ou procedimentos com ele relacionados, ou de qualquer preceito legal. Este canal é gerido por uma Entidade Externa que oferece todas as garantias legais de proteção e confidencialidade dos denunciantes.

Os documentos acima indicados são aplicáveis a todos os stakeholders, sendo assegurada a sua comunicação, via e-mail ou intranet, e atualização sempre que necessário. Adicionalmente, são promovidos momentos de formação e sensibilização aos colaboradores, e informadas todas as entidades que estabelecem relação com o Grupo da sua existência e obrigatoriedade de cumprimento.

Neste contexto, é responsabilidade da José de Mello assegurar que não existem situações de retaliação de qualquer espécie, resultantes da comunicação de irregularidades por violação do disposto em documentos estratégicos, sendo este um motivo de justa causa de despedimento. Igualmente, qualquer pessoa que apresente um relatório de uma violação que se saiba ser falso ficará sujeito a medidas disciplinares, incluindo despedimento, quando apropriado.

Proteção de denunciantes

No âmbito da promoção de um ambiente organizacional seguro e transparente, o Grupo José de Mello implementou um canal de denúncias, em cumprimento da Lei nº 93/2021, de 20 de dezembro, que transpôs para a legislação nacional a Diretiva (UE) 2019/1937.

Em conformidade com este compromisso, todas as empresas do Grupo José de Mello implementaram igualmente este canal de denúncias, assegurando a uniformização das boas práticas no tratamento de denúncias e na proteção dos comunicadores. Adicionalmente, foi promovida formação específica para os colaboradores, permitindo-lhes conhecer os seus direitos e os procedimentos a adotar em caso de denúncia.

Esta iniciativa pretende não só garantir o cumprimento dos requisitos legais, como reforçar a consciencialização interna sobre a importância da integridade e da transparência na gestão corporativa e de operações.

Os direitos e garantias dos comunicadores encontram-se legalmente estabelecidos na legislação aplicável, bem como no Código de Conduta, e incluem a confidencialidade e o anonimato, o tratamento adequado dos dados pessoais ou a adoção de “medidas de proteção” eficazes. Entre as salvaguardas mais relevantes, destaca-se a proibição expressa de retaliação contra os comunicadores, impedindo qualquer prática ou omissão que, no contexto profissional e motivada pela denúncia, possa causar danos diretos ou indiretos ao denunciante.

4.4.2 Gestão de fornecedores

GRI 204-1

O Grupo José de Mello trabalha diariamente para estabelecer uma relação de proximidade e confiança com os seus fornecedores. Aposta numa gestão cuidada da cadeia de abastecimento, baseada nos princípios de ética, *compliance* e transparência, valorizando parceiros que tenham as mesmas preocupações, neste âmbito.

Nesse contexto, e consciente que esta é uma responsabilidade de ambas as partes, o Grupo José de Mello incentiva todos os seus fornecedores e parceiros a alinhar a sua atuação com os Valores e Propósito do Grupo, assumindo como sua esta missão estratégica, designadamente ao nível da adoção de práticas sustentáveis, na salvaguarda das melhores condições de trabalho e de uma gestão responsável dos temas ESG.

Em 2024, preparou-se a revisão do código de conduta de fornecedores da José de Mello, que clarifica os requisitos mínimos necessários para estabelecer uma relação comercial com a empresa. Este documento emana as preocupações de sustentabilidade da empresa, relativos aos pilares social, ambiental e de *governance*.

O Grupo José de Mello conta com uma central de negociação de produtos e serviços, a MDados, que apoia de forma transversal o negócio das empresas do Grupo, promovendo assim a centralização e eficiência deste processo. Neste sentido, a sua abordagem ao mercado visa a criação de valor substancial, sustentável e continuado no tempo, tendo por base cinco pilares fundamentais:

Economias de escala, obtidas através de uma **abordagem conjunta ao mercado**.

Acumulação de ***know-how***, **foco** e **experiência** nas áreas de atuação, beneficiando de múltiplos processos negociais nos últimos 20 anos para as diversas empresas do Grupo José de Mello, para além de outros clientes.

Trabalho em conjunto com os clientes, coordenando as suas diversas necessidades e promovendo a **partilha de informação** e das melhores práticas.

Parcerias sustentáveis e duradouras com os fornecedores numa lógica win-win, privilegiando uma **relação transparente e colaborativa**.

Conciliação de múltiplos objetivos, incluindo a obtenção das **melhores** condições financeiras, a **garantia** de standards de qualidade exigentes e uma **preocupação com a sustentabilidade em toda a cadeia de valor**.

O conhecimento profundo dos mercados de produtos e serviços negociados pela MDados permite antecipar tendências e acompanhar as dinâmicas de transformação dos seus clientes e fornecedores.

Processo de Consulta ao Mercado

A MDados implementou um processo de consulta e avaliação de propostas, garantindo assim que todas as normas e critérios são cumpridos, e que todos os fornecedores e parceiros se encontram alinhados com os seus objetivos estratégicos.

KICKOFF

Reunião entre a MDados e o cliente, para identificação das necessidades, objetivos, fornecedores a consultar, calendário e outros critérios a aplicar na aquisição, da qual resulta a validação do caderno de encargos.

CONSULTA

Consulta aos fornecedores, visitas às instalações (caso se verifique relevante), reuniões de esclarecimento, entrega de propostas e negociação.

ANÁLISE/ RECOMENDAÇÃO

Análise das propostas e apresentação de relatório de avaliação preliminar - que contempla o enquadramento de mercado; análise de fornecedores; análise de propostas; e avaliação – e, recomendação de adjudicação.

ADJUDICAÇÃO

Feedback do cliente relativo ao fornecedor a adjudicar e respetiva adjudicação, incluindo a transmissão detalhada dos elementos negociados.

A este propósito, são solicitadas evidências das boas práticas ESG implementadas, sendo realizado um *deep dive* ao setor, quando aplicável. Para tal, são integrados nos cadernos de encargos critérios de qualificação que refletem o compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas e o contributo dos fornecedores e parceiros para os ODS.

No que concerne ao desempenho social, os contratos incluem cláusulas relativas a temas do âmbito do direitos humanos e trabalho infantil, e da gestão do capital humano, designadamente através da análise dos Códigos de Conduta ou de certificações de referência. Complementarmente, são realizadas visitadas aos locais e instalações, reuniões com os responsáveis e conversas com os *stakeholders* de referência. Dependendo das categorias em negociação, podem, ainda, ser aplicados critérios de sustentabilidade no processo de avaliação.

4.4.3 Investimento Responsável

GRI 3-3

Em 2021, a José de Mello definiu uma nova Visão para o horizonte 2021/30 que aponta para a necessidade de realizar investimentos em novos sectores e empresas. Neste sentido, foi desenvolvida uma Política de Investimentos.

Qualquer nova oportunidade de investimento, seja ela dirigida à José de Mello ou a qualquer uma das empresas participadas, é sujeita a um processo de análise de investimentos, estabelecido em conformidade com os objetivos acionistas e com a ambição de crescimento do Grupo. Por esta via, a José de Mello procura agilizar a execução e a tomada de decisão, com recurso a um modelo de governo robusto, responsável por executar um processo de análise e seleção estruturado e coerente, composto por critérios, metodologias de avaliação e fases de aprovação pré-definidas, transversais a todos os investimentos.

O processo de análise de investimentos decorre em três etapas fundamentais: **preparação, execução e integração**.

A fase de preparação é concretizada pela definição da estratégia e da atualização da política de investimentos. Segue-se a fase de execução do potencial investimento, que compreende a análise e negociação do mesmo. A última etapa do processo, refere-se à integração do investimento no portefólio.

1 Preparação	Nesta fase, são identificadas oportunidades de investimento alinhadas com a estratégia de portefólio definida. Para o efeito, são considerados critérios de seleção referentes ao tipo de ativos, setor de atuação e equipa de gestão. • **Ativos** - com um posicionamento sólido no mercado e exposição internacional • **Setores** - com perspetivas de crescimento no longo-prazo, alinhados com macro tendências • **Gestão** - com experiência e boa reputação, alinhada com os Valores da José de Mello
2 Execução	A fase de execução permite prevenir ou mitigar impactos negativos e potenciar os positivos, seja pelo alinhamento com o Propósito e estratégia de portefólio, seja pela abordagem aos temas ESG e análises de rentabilidade, entre outros. Para tal, são analisados um conjunto de critérios face aos objetivos definidos em sede de comité de investimentos, o qual inclui um representante das diferentes áreas (estratégia, novos negócios, financeira, sustentabilidade, etc) sendo a decisão final baseada nas diversas dimensões, de forma integrada. Entendendo a abordagem aos **temas ESG** enquanto fator de competitividade, o Grupo José de Mello integra **na avaliação de novos negócios e investimentos** critérios referentes a estas matérias, de forma faseada, de acordo com a profundidade da avaliação. Numa fase inicial, de análise preliminar, com recurso à materialidade do setor, são identificados os temas ESG mais relevantes atendendo aos riscos e oportunidades do ativo. Posteriormente, aquando da realização de uma análise mais aprofundada do negócio ou investimento, são avaliadas, de forma qualitativa, as práticas de ESG do ativo, bem como o seu desempenho, se disponíveis dados quantitativos (por exemplo: emissões de GEE, investimento na comunidade, ou indicadores de diversidade).
3 Integração	Por último, na fase de integração, é definido um plano de criação de valor que explora potenciais sinergias com as restantes entidades do Grupo, a ser comunicado, monitorizado e implementado de forma eficaz. Para isso, o plano deve ser provido de modelos de governo estruturados, medidas de planeamento e controlo de gestão, para além de projetos de inovação e sustentabilidade, entre outros.

4.4.4 Gestão de marca e reputação

GRI 2-29, GRI 3-3

No Grupo José de Mello, o diálogo e a construção de relações de proximidade e parcerias com os seus *stakeholders* - internos e externos – são pilares essenciais para o sucesso da estratégia empresarial. Neste sentido, na José de Mello é promovida uma escuta ativa e contínua de opiniões, experiências, necessidades e expetativas de todos os interlocutores.

Deste modo, a relação estruturada entre a *holding*, as suas participadas e os diversos grupos de *stakeholders*, não só viabiliza a criação de valor a longo prazo, como permite antecipar riscos e oportunidades, alinhar os interesses dos *stakeholders* com a estratégia de negócio e de sustentabilidade, impulsionar a inovação, a criatividade e a melhoria continua, enquanto é capaz de gerar impacto económico, social e ambiental relevante, e fortalece a marca José de Mello.

Por forma a consolidar esta proximidade, a José de Mello utiliza diferentes canais de comunicação e envolvimento, adaptando-os às necessidades específicas de cada grupo de *stakeholders*. Complementarmente, dispõe de um conjunto de ferramentas, como as redes sociais, o *website* corporativo, eventos e relações com os media, ou o canal digital de comunicação de irregularidades, garantindo uma comunicação transparente e alinhada com os seus princípios de governação.

A José de Mello desenvolveu igualmente um conjunto de mecanismos de gestão dos principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a gestão da marca & reputação, nomeadamente:

- Participação regular da Direção de Comunicação, enquanto área funcional responsável pelos riscos reputacionais, na identificação, avaliação e ações de mitigação dos riscos reputacionais
- Monitorização diária de notícias sobre a José de Mello e empresas participadas
- Desenvolvimento de estudos de marca e de reputação
- Diálogo continuo com áreas de comunicação das empresas participadas e realização regular de Comités de Comunicação
- Elaboração de relatórios de comunicação, com o objetivo de avaliar noticias publicadas e identificar antecipadamente temas com potencial mediático e eventuais riscos relacionados

No que concerne à análise da perceção dos diferentes *stakeholders*, a José de Mello recorre, entre outros, a estudos de marca e reputação, e participa em iniciativas que permitem aferir a visão de investidores, agentes de avaliação de risco e sociedade em geral relativamente à sua posição reputacional no mercado.

Iniciativas em destaque

Em 2024, a José de Mello integrou mais uma edição do **estudo anual RepScore** - um dos principais estudos de reputação de marca em Portugal, conduzido pela consultora OnStrategy.

Os resultados desta avaliação refletem uma evolução positiva no índice global de reputação do Grupo, com o risco reputacional associado à marca a manter-se em nível "baixo". Pela primeira vez, todas as dimensões analisadas - racional, emocional, responsabilidade social e ESG – foram classificadas como "robustas", sendo que as dimensões ESG e Responsabilidade Social, apresentaram a maior subida comparativamente ao ano anterior, tendo permitido à José de Mello ocupar o Top 4, na categoria "Holdings".

No que concerne à presença nos media a estratégia de comunicação do Grupo José de Mello assenta na personalização dos contactos com *opinion makers* e media institucional, assegurando uma abordagem mais direcionada e objetiva. Acreditamos que esta relação seletiva fortalece a confiança com *stakeholders* estratégicos e contribui para uma narrativa consistente e de valor, promovendo o reconhecimento qualitativo da marca. Como resultado, o Grupo reforça a sua credibilidade e solidez no mercado, valorizando o *brand equity*.

4.4.5 Inovação

GRI 3-3

Com uma cultura orientada para a antecipação e adaptação às transformações globais, a inovação assume um papel central no posicionamento de todas as empresas do Grupo José de Mello. Mais do que um processo, representa um compromisso estratégico que se traduz na procura constante por novas oportunidades de gerar impacto e criar valor.

A José de Mello estruturou, em 2024, a sua Agenda de Inovação, assente em quatro eixos de atuação, e suportados por um plano de atividades anual.

A sua implementação é conduzida pela equipa de inovação, em estreita colaboração com as direções do Grupo e as equipas de inovação das empresas participadas, garantindo alinhamento estratégico e impacto transversal.

MINDSET	*EXPLOIT*	*EXPLORE*	*IMPACT*
Reforçar a capacidade de inovação através de novas formas de pensar e de estar, metodologias e ferramentas de inovação, que contribuam para o desenvolvimento do talento	Contribuir para o crescimento dos negócios existentes, fomentando uma cultura de inovação ao nível do Grupo, alavancando sinergias entre os negócios, promovendo a ligação ao ecossistema e desenvolvimento de parcerias	Contribuir para o crescimento do Grupo a partir de novas oportunidades de negócio, alavancando o conhecimento dos ecossistemas de inovação para identificar oportunidades e riscos de potenciais investimentos	Contribuir para a comunidade e a sociedade em temas específicos de impacto onde a José de Mello pretenda acelerar inovação social

Paralelamente, o **Comité de Inovação** do Grupo José de Mello reúne-se duas vezes por ano, juntando representantes das áreas de inovação de todas as empresas participadas, com o objetivo de reforçar a cultura de inovação do Grupo. A organização de iniciativas de inovação transversais ao Grupo contribui para a responsabilização de todos os colaboradores enquanto agentes de mudança.

Em 2024, este Comité, passou a integrar quatro membros externos, cujo objetivo é o de desafiar os negócios a explorar novas oportunidades em torno de temas relacionados com a transição digital, o empreendedorismo, a sustentabilidade, e a inovação organizacional.

Iniciativas em destaque

Em 2024, a equipa de inovação da José de Mello esteve focada na concretização de três objetivos estratégicos:

1) Fortalecer a cultura de inovação do Grupo

A José de Mello organizou mais uma edição do "Dia da Inovação", um evento que celebra a inovação enquanto valor transversal a todas as empresas do Grupo. Este ano, o encontro centrou-se na inovação social e no papel central das pessoas enquanto parte dos processos de transformação, reunindo cerca de 120 pessoas de diferentes áreas de negócio do Grupo, para partilhar histórias inspiradoras sobre o impacto da inovação enquanto agente de mudança.

2) Analisar os riscos e oportunidades associados à Inteligência Artificial

No âmbito da Inteligência Artificial (IA), a José de Mello promoveu uma reflexão conjunta sobre as oportunidades associadas à adoção de Inteligência Artificial pelos seus negócios. Desta análise, resultou na consolidação de todas as iniciativas em curso num catálogo de projetos com mais de 35 iniciativas.

Por sua vez, a Bondalti marcou a diferença ao avançar em 2024 com um ciclo de formações de IA. Durante as sessões, os participantes tiveram a oportunidade de explorar os fundamentos e a história da IA, desafiando as suas perceções sobre o que realmente constitui a inteligência artificial e como esta tem evoluído ao longo dos anos. Esta introdução serviu como base para uma discussão mais ampla sobre as tendências atuais e futuras da IA, incluindo a IA Generativa.

3) Fomentar a educação para o empreendedorismo

Em 2024 a José de Mello formalizou uma parceria com a Unicorn Factory de Lisboa, com o objetivo de promover o empreendedorimo jovem. Através de iniciativas como os programas *My First Startup*, a *Innovators Summer School* e o *Future Innovators*, onde jovens de 3 faixas etárias e mais de 15 nacionalidades tiveram a oportunidade de participar em programas de formação em inovação e empreendedorismo.

Unicorn Factory	
Estudantes	+2300
Mentores envolvidos	+75
Ideias Criadas	+158

JOSÉ DE MELLO GROW

O programa de inovação aberta **Grow** continua a ser um dos principais veículos de transformação do Grupo José de Mello, viabilizando parcerias com *startups* que permitem testar e validar novas soluções em ambiente real, através da infraestrutura e talento das várias empresas. Em 2024, foram lançados 6 novos pilotos com *startups*, alavancados por uma ampla rede de parcerias através do ecossistema de empreendedorismo. Para além disso, a José de Mello voltou a realizar um *roadshow* pelas principais incubadoras de *startups*, e marcou presença em múltiplos eventos de inovação nacionais como internacionais, dos quais se destacam o Health Tech Munich, e Deep Tech Summit em Barcelona.

Com o objetivo de reforçar o compromisso com a inovação aberta e colaboração estratégica, este ano também ficou marcado pela quarta edição do Grow by the River, um evento organizado durante a WebSummit, que juntou cerca de 200 pessoas para explorar o poder das parcerias entre *startups* e as empresas do Grupo JdM.

Destaques dos negócios

Cada empresa do Grupo tem a sua própria estratégia de inovação, ajustada às características do negócio e sector onde opera.

A **Bondalti** destaca-se pela sua forte aposta em Investigação e Desenvolvimento (I&D), desenvolvendo projetos de forma sistemática e contínua com o objetivo de melhorar a eficiência processual, ambiental e de segurança das áreas *core*, mas também o desenvolvimento de soluções que possam conduzir à neutralidade carbónica das suas operações. Durante o ano de 2024, a Bondalti investiu cerca de 3 milhões de euros em Inovação que permitiram financiar 21 projetos de inovação, um acréscimo de 6 face ao ano anterior.

A **CUF** assume uma aposta estratégica na inovação implementando soluções tecnológicas, com destaque para a Inteligência Artificial (IA), que otimiza processos, apoia decisões clínicas e melhora a qualidade dos cuidados de saúde. Destaca-se o acompanhamento pós-cirúrgico através de uma assistente virtual clínica que realiza chamadas de seguimento a doentes submetidos a cirurgia de ambulatório, e na área da imagiologia a aplicação de algoritmos no apoio à interpretação de raio-x, identificando fraturas, tumores e doenças pulmonares. Esta aposta contínua na inovação valeu à CUF a distinção de "*Best Health Project*", obtida na 9ª edição dos *Portugal Digital Awards*, pelo projeto LEAD – *Logistics Efficiency with Analytics Development*, uma solução inovadora que otimiza a gestão logística na área da saúde.

Para a **WineStone,** a inovação é um tema com importância crescente, focado essencialmente na eficiência da gestão e na introdução de novas soluções, quer ao nível do produto (com novos conceitos e formatos), quer ao nível da digitalização de processos, que se traduzem na produção e rentabilidade da empresa.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Capítulos

01
02
03
04
05
06
07

JOSÉ DE MELLO

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	4	2 914 012	3 449 503
Reversões de perdas por imparidade	5, 11	1 375 000	3 754 884
Reversões de provisões	6	-	71 693 060
Outros rendimentos operacionais	7	157 505	3 311 530
Total de rendimentos operacionais		**4 446 517**	**82 208 977**
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	8	(2 967 518)	(4 322 035)
Gastos com o pessoal	9	(13 245 572)	(14 802 824)
Amortizações e depreciações	10	(870 543)	(667 730)
Perdas por imparidade	11	(683 187)	(72 865 028)
Outros gastos operacionais	12	(979 221)	(708 360)
Total de gastos operacionais		**(18 746 041)**	**(93 365 977)**
Resultados operacionais		**(14 299 524)**	**(11 157 000)**
Gastos financeiros	13	(7 453 537)	(6 414 373)
Rendimentos financeiros	13	3 642 362	1 851 769
Resultados relativos a empresas associadas	13, 22	93 403 168	98 566 323
Resultados relativos a atividades de investimento	13, 23	(342 777)	52 949
Resultados financeiros		**89 249 216**	**94 056 669**
Resultados antes de impostos		**74 949 692**	**82 899 669**
Impostos sobre o rendimento	14	7 565 604	13 036 557
Resultado líquido do exercício		**82 515 296**	**95 936 226**
Resultado por ação:			
Básico	16	16,50	19,19
Diluído	16	16,50	19,19

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos não correntes:			
Goodwill	17	551 156 640	551 156 640
Ativos intangíveis	18	256 341	143 889
Direito de uso	19	546 680	481 268
Ativos fixos tangíveis	20	14 657 724	11 012 721
Propriedades de investimento	21	341 817	857 221
Investimentos em empresas subsidiárias	22	665 403 137	579 328 539
Outros investimentos	23	22 083 589	21 327 203
Outros devedores	25	-	-
Total de Ativos não correntes		**1 254 445 928**	**1 164 307 481**
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	24	551 169	291 921
Outros devedores	25	1 695 100	148 701
Estado e outros entes públicos	26	4 857 592	4 545 190
Outros ativos correntes	27	1 832 972	2 015 780
Caixa e equivalentes a caixa	28	78 140 172	95 765 454
Total de Ativos correntes		**87 077 004**	**102 767 047**
Ativos não correntes detidos para venda	21	491 476	-
Total do Ativo		**1 342 014 408**	**1 267 074 527**

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Capital próprio:			
Capital	29	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	30	5 000 000	5 000 000
Ajustamentos em ativos financeiros	30	381 533 797	305 422 541
Resultados transitados		622 972 712	612 746 370
Resultado líquido do exercício		82 515 296	95 936 226
Total do Capital próprio		**1 117 021 805**	**1 044 105 138**
Passivos não correntes:			
Empréstimos obtidos	31	195 346 819	202 011 619
Credores por locações financeiras	32	321 664	277 734
Provisões	6	10 866 651	-
Outros credores	34	2 191 464	2 174 980
Total de Passivos não correntes		**208 726 599**	**204 464 332**
Passivos correntes:			
Empréstimos obtidos	31	9 290 738	8 319 759
Credores por locações financeiras	32	231 190	211 238
Fornecedores e adiantamentos de clientes	33	634 517	1 090 721
Estado e outros entes públicos	26	498 084	561 941
Outros credores	34	390 873	4 199 704
Outros passivos correntes	35	5 220 604	4 121 694
Total de Passivos correntes		**16 266 004**	**18 505 057**
Total do Passivo		**224 992 603**	**222 969 390**
Total do Capital próprio e do Passivo		**1 342 014 408**	**1 267 074 527**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reserva legal	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**25 000 000**	**5 000 000**	**338 126 882**	**506 289 423**	**92 516 344**	**966 932 649**
Aplicação de resultado de 2022						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	92 516 344	(92 516 344)	-
Dividendos recebidos	-	-	(123 731 545)	123 731 545	-	-
Lucros não atribuídos	-	-	101 246 916	(101 245 062)	-	1 854
Variações decorrentes de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	(12 205 591)	50 000	-	(12 155 591)
Outras variações nos capitais próprios (reclassificações)	-	-	1 985 880	(1 985 880)	-	-
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	(6 610 000)	-	(6 610 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	95 936 226	95 936 226
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**25 000 000**	**5 000 000**	**305 422 541**	**612 746 370**	**95 936 226**	**1 044 105 138**
Aplicação de resultado de 2023						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	95 936 226	(95 936 226)	-
Dividendos recebidos	-	-	(38 217 250)	38 217 250	-	-
Lucros não atribuídos	-	-	102 228 516	(102 228 516)	-	-
Variações decorrentes de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	12 099 990	-	-	12 099 990
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	(21 698 618)	-	(21 698 618)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	82 515 296	82 515 296
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**25 000 000**	**5 000 000**	**381 533 797**	**622 972 712**	**82 515 296**	**1 117 021 805**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3 254 159	3 782 988
Pagamentos a fornecedores		(5 793 702)	(5 368 836)
Pagamentos ao pessoal		(11 959 858)	(11 035 083)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 245 642	13 113 524
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		2 355 378	3 497 142
Fluxos das atividades operacionais (1)		**(9 898 381)**	**3 989 734**
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	36	13 703	7 511 748
Ativos tangíveis		-	28 000
Dividendos	36	38 225 276	123 731 545
Outros		23 107 361	20 002 436
		61 346 340	151 273 729
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	36	(3 083 618)	(1 024 964)
Ativos tangíveis		(4 253 878)	(84 311)
Ativos intangíveis		(275 411)	(50 362)
Outros		(27 434 400)	(49 674 400)
		(35 047 307)	(50 834 037)
Fluxos das atividades de investimento (2)		**26 299 033**	**100 439 692**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2 415 759	33 933 122
		2 415 759	33 933 122
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(11 447 662)	(54 927 139)
Juros e gastos similares		(4 306 356)	(4 089 562)
Dividendos pagos e resultados distribuídos		(20 687 675)	(6 610 000)
		(36 441 694)	(65 626 701)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(34 025 935)**	**(31 693 579)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(17 625 283)	72 735 847
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		**95 765 454**	**23 029 608**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**28**	**78 140 172**	**95 765 454**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Notas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Capital, S.A. ("Sociedade" ou "JMCapital") foi constituída em 22 de outubro de 2001 e tem sede na Avenida 24 de Julho, 24 – 1200-480 Lisboa. Tem como objeto social as atividades de prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade, assessoria em recursos humanos, *marketing*, comunicação e imagem, a gestão de ativos próprios, bem como a realização de todas as atividades e operações conexas.

A Sociedade, de base maioritariamente familiar, consubstancia-se como um dos maiores grupos económicos portugueses.

Nos termos do artigo 68.º do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), tal como adotados pela União Europeia ("UE"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Quando a Sociedade efetua uma alteração de política contabilística, uma correção de um erro ou a reclassificação de um item, é apresentada uma demonstração da posição financeira adicional em referência ao início do exercício comparativo mais antigo apresentado.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no caso dos outros investimentos, que se encontram mensurados ao justo valor e os empréstimos obtidos, mensurados ao custo amortizado.

Os montantes apresentados são expressos em euros (EUR), salvo indicação em contrário.

2.2 Novas normas, interpretações e alterações a normas

2.2.1 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES OU INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2024

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("*endorsed*") pela UE as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos não correntes com "covenants" - Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	1 de janeiro de 2024

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgações) : Acordos de financiamento de fornecedores - as alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores, ou *reverse factoring*, para permitir: a) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e b) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 - Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação - Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.2.2 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES OU INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras aprovadas ("*endorsed*") pela UE:

a) Já endossadas pela União Europeia

Em 31 de dezembro de 2024, as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, já se encontravam aprovadas ("*endorsed*") pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2025:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade - A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.	1 de janeiro de 2025

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela UE, não foram adotadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela UE:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: i) ativos sem direito de recurso; ii) instrumentos contratualmente associados; e iii) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo ("ESG"); c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2026
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis - As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Por a sua geração estar dependente de condições naturais não controláveis, estes contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações incluem: a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio"; b) permissão de designação como instrumento de cobertura; c) novos requisitos de divulgação.	1 de janeiro de 2026
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras - A IFRS 18 substitui a IAS 1, e tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. A Demonstração dos resultados passa a ser apresentada em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento. Esta estrutura de apresentação por categorias, é assegurada pela obrigação de incluir subtotais como "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos". Adicionalmente, a IFRS 18 exige a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatórios e contas e comunicados efetuados e a reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações - A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas várias IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar, em geral, todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e (ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.	1 de janeiro de 2027
Melhorias Anuais – Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas e tem impacto nas seguintes normas: IAS 1 – Esta melhoria clarifica relativamente à contabilidade de cobertura, que as coberturas já existentes no GAAP anterior têm de ser elegíveis e de cumprir com os critérios de qualificação da IFRS 9 para serem mantidas. Caso contrário tem de ser registada a descontinuação da contabilidade de cobertura. IFRS 7 – Estas melhorias pretendem: a) O alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "*inputs* não observáveis" ; b) A clarificação de que o guia de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação d a IFRS 7. IFRS 9 – Estas melhorias referem-se: a) Clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo de locação, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; b) Eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa ao reconhecimento inicial de uma conta a receber, a qual deve ser registada ao valor estimado da IFRS 15 e não ao justo valor. IFRS 10 – Esta melhoria refere-se à simplificação da definição do "de facto agent". IAS 7 – Esta melhoria refere-se ao alinhamento de designação dos métodos de mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, com a IAS 27, eliminando a referência ao 'método do custo' ainda incluída na IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Sociedade ainda não concluiu o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não se espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.3 Principais políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras separadas a que se referem as presentes notas, a Sociedade adotou as IFRS, que são aplicáveis a exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2024.

Tendo por base o disposto nas IFRS, as principais políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade foram as seguintes:

a) Mensuração ao justo valor

A Sociedade valoriza os instrumentos financeiros derivados ao justo valor na data do balanço. As divulgações relativas ao justo valor estão resumidas nas seguintes notas:

- divulgações quanto ao método de avaliação, estimativas significativas e pressupostos: Nota 3;
- hierarquia do justo valor: Nota 2.3 a); e
- instrumentos financeiros (incluindo os mensurados ao custo amortizado) Nota 2.3 n).

O justo valor é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo, numa transação regular entre participantes de mercado na data de mensuração. A mensuração ao justo valor é baseada na presunção de que uma transação para vender um ativo ou transferir um passivo ocorre:

- no mercado principal para esse ativo ou passivo; ou
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse ativo e passivo.

A Sociedade tem de ter acesso a este mercado principal ou ao mercado mais vantajoso.

O justo valor de um ativo ou passivo é mensurado utilizando as assunções que os participantes de mercado usam quando definem o preço do ativo ou do passivo, assumindo que eles atuam no seu melhor interesse económico.

A mensuração de um ativo não corrente tem em conta a capacidade dos participantes de mercado de gerar benefícios económicos com esse ativo, na sua mais alta e melhor produtividade (“*highest and best use*”) ou vendendo esse ativo a outro participante de mercado que o usaria na sua mais alta e melhor produtividade.

A Sociedade utiliza técnicas de valorização, que são apropriadas às circunstâncias, e para as quais existe informação disponível suficiente para mensurar o justo valor, maximizando o uso dos *inputs* observáveis mais relevantes e minimizando o uso de *inputs* não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras, são categorizados na hierarquia do justo valor. Esta hierarquia é descrita como segue, baseada no nível de *inputs* mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- **Nível 1:** cotação de mercado (não ajustada) num mercado ativo para esse ativo ou passivo;
- **Nível 2:** técnicas de valorização para as quais o nível de *inputs* mais baixo que é significativo para mensurar o justo valor é direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de valorização para as quais o nível de *inputs* mais baixo que é significativo para mensurar o justo valor não é observável.

Para os ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre os níveis da hierarquia reavaliando a categorização (baseada no nível mais baixo de *inputs* que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de reporte.

Para efeitos das divulgações relativas ao justo valor, a Sociedade determina classes de ativos e passivos com base na sua natureza, características e riscos do ativo e do passivo e no nível da hierarquia de justo valor tal como explicados acima.

b) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- a quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada; e
- é provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade.

O rédito relativo a juros a receber é especializado e reconhecido pelo método do juro efetivo, de forma a ser reconhecido no exercício a que respeita, independentemente de ser, ou não, emitido o respetivo documento de suporte.

c) Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra refletido na rubrica Outros passivos correntes.

Com a publicação da Lei n.º 13/2023 de 3 de abril ficam suspensas as obrigações relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho ("FCT") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT"). As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, encontram-se reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas na demonstração dos resultados.

d) Encargos financiamento

Os encargos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente, e correspondentes a um investimento específico, são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

e) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é composto por imposto corrente e impostos diferidos.

e.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com a legislação fiscal em vigor.

Com efeitos a partir de 2014, a Sociedade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no respetivo código, sendo o resultado fiscal agregado apurado na JMCapital sociedade dominante. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada Sociedade é registada nas respetivas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

e.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os impostos diferidos ativos e passivos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Sociedade.

A Sociedade reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Os Ativos por impostos diferidos refletem:

- as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada; e
- perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente as seguintes condições:

- a Sociedade é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- é provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- é efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e
- reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data da demonstração da posição financeira, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe uma razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, considera-se a taxa de IRC de 20% e nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos diferidos ativos.

f) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Sociedade, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Sociedade (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras, e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, convertíveis em ações da Sociedade.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem e compreendem essencialmente programas de computador.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam por ela controlados, sejam identificáveis e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

g.1) Aquisição separada

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

g.2) Ativos gerados internamente

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos, sempre que num projeto interno não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento deste tipo de ativos intangíveis:

PROGRAMAS DE COMPUTADOR

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador, são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

g.3) Amortização de Ativos Intangíveis

As amortizações são calculadas por duodécimos, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para os ativos. Os ativos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros, são designados ativos intangíveis de vida útil indefinida. Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

A Sociedade determina a vida útil e o método de amortização dos seus ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados a este ativo.

Para um ativo com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

A imparidade dos ativos intangíveis é avaliada conforme se encontra divulgado na Nota 2.3 j).

h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Este custo inclui o custo apurado à data de transição para IFRS e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os gastos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como custo de aquisição / construção do ativo.

Com exceção dos terrenos e das obras de arte, que não são depreciáveis, os ativos fixos tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis, exceto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciação é reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica Amortizações e depreciações. Os gastos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda menos custos da venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais (Notas 7 e 12).

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que, comprovadamente, aumentem a vida útil dos ativos ou a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo, correspondendo o valor escriturado ao custo deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas nesta rubrica.

As vidas úteis estimadas para as propriedades de investimento são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 40

j) Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

A Sociedade avalia se existe qualquer indício de que um ativo possa estar com imparidade à data de reporte, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de algum indício, a Sociedade procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda de imparidade (a imparidade é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso).

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Sociedade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- as taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- a quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada; e

- existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

k) Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial ("MEP"), exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. O *goodwill* relacionado com a participada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

Os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

l) Outros investimentos

Os outros investimentos incluem instrumentos de capital próprio e encontram-se valorizados ao justo valor ou ao custo de aquisição, deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, quando respeitem a contribuições para o FCT (Nota 2.3 a)) ou a títulos de participação no capital de outras empresas, respetivamente.

m) Locações

Um contrato constituiu, ou contém, uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

SOCIEDADE COMO LOCATÁRIA

A Sociedade reconhece um direito de uso ou responsabilidades de locações, para todos os contratos de locação exceto para os contratos de curta duração e de baixo valor.

Direito de Uso

A Sociedade reconhece um direito de uso no momento em que o ativo se encontra disponível para uso. O direito de uso inclui os custos iniciais incorridos para colocar o ativo disponível.

O direito de uso é depreciado numa base duodecimal, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4 - 5

O direito de uso encontra-se valorizado pelo respetivo custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável.

Passivo de Locações
A Sociedade reconhece um passivo por locações mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto do exercício.

O passivo da locação é mensurado: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa.

Tendo em conta que os contratos de locação não apresentam uma taxa implícita, considerou-se, para o desconto das rendas, uma taxa de juro incremental que varia de acordo com a maturidade do contrato de locação da categoria identificada pela Sociedade - equipamento de transporte.

Contratos de curta duração e de baixo valor
A Sociedade adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, a Sociedade reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

SOCIEDADE COMO LOCADORA

As locações nas quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional.

As locações em que a Sociedade é locadora, respeitam ao arrendamento de imóveis destinados ao comércio e escritórios, classificados como propriedades de investimento.

n) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos, quando a Sociedade se torna parte na respetiva relação contratual. São desreconhecidos quando os direitos ou as obrigações subjacentes se extinguem pelo recebimento/pagamento, são canceladas ou expiram.

n.1) Ativos financeiros

Mensuração no reconhecimento inicial
Os ativos financeiros classificam-se, no momento inicial, como:

i. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
ii. Empréstimos e contas a receber; ou
iii. Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva.

No momento inicial todos são valorizados ao justo valor acrescidos dos custos atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro (com exceção dos ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de aquisição são reconhecidos como gastos do exercício).

Mensuração subsequente
A mensuração subsequente depende da classificação dos ativos. A Sociedade apenas tem ativos financeiros designados como ativos financeiros ao justo valor, empréstimos e contas a receber.

i. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados
Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial como ativos ao justo valor através de resultados.
Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados ao justo valor, de acordo com a hierarquia do justo valor descrita na Nota 2.3 a), com as variações de justo valor a serem reconhecidas como resultados do ano.

ii. Empréstimos e Contas a receber
Incluem-se nesta rubrica os saldos a receber de Clientes e Outros devedores.
As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo seu respetivo valor nominal, deduzido de perdas de realização estimadas. Quando existe evidência de que se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica Perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Imparidade de ativos financeiros - Devedores e Outros Ativos Financeiros
No final do ano, a Sociedade avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconheceu uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- significativa dificuldade financeira do devedor;
- quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- a Sociedade, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira; e
- informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito. A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

n.2) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Mensuração no reconhecimento inicial
Os passivos financeiros classificam-se, no momento inicial, como:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
ii. Empréstimos bancários e obrigacionistas;
iii. Contas a pagar; ou
iv. Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva.

No momento inicial todos são valorizados ao justo valor deduzidos dos custos atribuíveis à aquisição desse passivo financeiro (apenas no caso dos empréstimos e contas a pagar; nos outros casos os custos de aquisição são reconhecidos como gasto do exercício).

Mensuração subsequente
A mensuração subsequente depende da classificação dos passivos, como segue:

ii. Empréstimos bancários e obrigacionistas
Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.
Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente e não corrente (neste último caso quando a sua maturidade ultrapassa os 12 meses após a data da demonstração da posição financeira).

iii. Contas a pagar
Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja conhecido e significativo).

n.3) Instrumentos de Capital Próprio

Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Sociedade, após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

o) Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Na data de cada demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando-se a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data

da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração do resultado do exercício.

p) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira no passivo corrente.

q) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

r) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

s) Rubricas de Capital Próprio

s.1) Capital realizado

Em cumprimento do disposto no artigo 272.° do CSC o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Todo o capital está integralmente subscrito e realizado.

s.2) Reserva Legal

De acordo com o artigo 295.° do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. Por regra, a reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artigo 296.° do CSC).

s.3) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui os ajustamentos em investimentos registado pelo MEP, nomeadamente os lucros não atribuíveis e a proporção das variações verificadas nos capitais próprios das subsidiárias e associadas.

s.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados em exercícios anteriores e que estão disponíveis para distribuição.

t) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

i. existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
ii. seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
iii. o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Sociedade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade de saída de recursos para pagamento dos mesmos seja considerada remota.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, utilizando uma taxa antes de imposto, que reflete a avaliação de mercado para o período de desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisão. Considera-se existir um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não são possíveis evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sociedade sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha criado uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

u) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor contabilístico for essencialmente recuperado através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados ao menor valor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender. Os ativos com vida útil definida deixam de ser amortizados/depreciados desde a data da classificação como detidos para venda.

v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controlo da Sociedade. Estes ativos não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente surge quando existe uma possível obrigação resultante de acontecimentos passados, que se confirmará pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados. Estes passivos não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Contudo, são divulgados nas notas anexas, a menos que a probabilidade de saída de fundos seja remota.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data (acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos), são refletidos nas demonstrações financeiras, caso originem um impacto material.

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data (acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos), são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras.

3. JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS SIGNIFICATIVOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, a Administração da Sociedade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os pressupostos e as estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

a) Imparidade de ativos, exceto o *goodwill*

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser desencadeada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Sociedade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à mesma.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

b) Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição em relação aos Capitais Próprios identificáveis à data da aquisição ou da alteração de controlo. O *goodwill* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") para realização dos testes de imparidade.

O *goodwill* não é amortizado, sendo abatidas ao seu valor as respetivas perdas por imparidade, determinadas anualmente, na data de reporte, ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor (imparidade) é registada no resultado do período, e não pode ser revertida subsequentemente.

Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma UGC são calculados com inclusão do respetivo *goodwill*.

O valor do *goodwill* é testado anualmente, e sempre que se verifiquem circunstâncias que indiciem que o seu valor contabilístico possa estar em situação de imparidade. Os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada UGC e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspetivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que as participadas atuam, tendo sido elaboradas projeções a 5 anos dos *cash flows* futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2024 foram efetuadas avaliações das subsidiárias mais relevantes, que concluíram pela inexistência de indícios de imparidade em relação aos valores do *goodwill* que se encontram reconhecidos.

Pelo exposto, a Administração considera que o valor do *goodwill* evidenciado na demonstração da posição financeira se aproxima do respetivo valor recuperável, conforme relatado na Nota 17.

c) Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Continuidade das operações

O relatório e contas da Sociedade do exercício de 2024 foi preparado com base num cenário de continuidade das operações.

e) Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo de locação.

A Sociedade não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que a Sociedade teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer se seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições de financiamento. Com efeito, a Sociedade estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expetativa da gestão, em permanecer no contrato de locação. A Sociedade avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Equipamento de transporte – Este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

4. RÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o rédito das prestações de serviços tem a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Prestações de serviços:		
Mercado nacional	976 666	746 263
Mercado intracomunitário	1 937 346	2 703 240
	2 914 012	**3 449 503**

5. REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi revertida perda por imparidade no montante de 1 375 000 euros, na sequência do recebimento de parte de dívida de outros devedores, descrita na Nota 25.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram revertidas perdas por imparidade relacionadas com investimentos financeiros, no valor global de 3 754 884 euros. A perda por imparidade reconhecida em exercícios anteriores, para fazer face a perdas na participada Tecnocapital, SGPS, S.A. (atualmente JMCWSG, S.A.), no valor de 3 630 417 euros, foi revertida na totalidade, na sequência do reforço dos capitais próprios desta sociedade com a utilização de prestações acessórias para cobertura de prejuízos. Adicionalmente, a imparidade para fazer face a perdas no Grupo José de Mello Imobiliária foi ajustada, nesse exercício, através da reversão de parte do valor registado, no montante de 124 467 euros.

6. REVERSÕES DE PROVISÕES

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a Sociedade tinha constituída uma provisão de 152 milhões de euros, para fazer face à possibilidade de serem exercidas contra a Sociedade, dado o princípio de solidariedade acordado, as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A. e detidos por instituições de crédito, pelo que, num primeiro momento, a Sociedade poderia ter de assumir uma responsabilidade naquele montante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de venda sobre os referidos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis foram exercidas pelas instituições de crédito, tendo a Sociedade passado a deter Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A., no montante de 76 milhões de euros e um crédito sobre a outra entidade envolvida no acordo, no mesmo montante. Posteriormente, os referidos valores mobiliários foram convertidos em ações representativas de capital social da MGI Capital, S.A. e a sociedade Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. procedeu ao pagamento de parte da dívida. Na sequência das referidas operações, a provisão existente foi reduzida para 73,1 milhões de euros.

A manutenção da provisão criada em 2020 justificou-se pela prudência que o plano de pagamento definido com a outra entidade envolvida no acordo com as instituições de crédito, a muito longo prazo, exigia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a provisão apresentava o montante de 71,7 milhões de euros.

No exercício de 2023, o plano de pagamento da dívida não foi cumprido, pelo que a Sociedade, por prudência, entendeu registar a imparidade sobre a totalidade do crédito existente (Nota 25), acrescido dos juros aplicáveis (Nota 27). A Sociedade considera que o incumprimento se deve a circunstâncias extraordinárias e que o plano de pagamento acordado será retomado, conforme já se verificou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Nota 5), o que irá permitir, em exercícios futuros, o registo da reversão da imparidade registada. A par, a Sociedade procedeu à reversão da provisão que mantinha por prudência.

7. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Outros rendimentos operacionais tem o seguinte detalhe:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Cedência e aluguer de espaço	95 490	176 216
Reembolso IVA	10 994	21 332
Rendimentos suplementares	13 240	12 603
Descontos de pronto pagamento obtidos	3	-
Benefícios de penalidades contratuais (a.)	-	2 998 416
Ganhos obtidos na alienação e abate de tangíveis	-	20 000
Outros rendimentos operacionais	37 778	82 963
	157 505	**3 311 530**

(a.) A rubrica Benefícios de penalidades contratuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, respeita ao resultado, líquido de despesas incorridas em exercícios anteriores, da conciliação judicial de dois processos que envolveram uma participada da Sociedade, entretanto dissolvida.

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Fornecimentos e serviços externos tem a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Trabalhos especializados	1 481 800	2 971 456
Rendas e alugueres	266 674	386 818
Deslocações e estadas	243 372	136 392
Vigilância e segurança	213 685	122 803
Combustíveis	102 756	113 100
Conservação e reparação	101 776	89 626
Limpeza, higiene e conforto	81 593	86 276
Seguros	78 493	71 231
Outros fornecimentos	68 927	71 800
Comunicação	62 949	60 826
Eletricidade	58 325	20 513
Honorários	48 637	34 848
Artigos para oferta	38 336	44 021
Despesas de representação	26 080	14 953
Publicidade e propaganda	12 778	4 862
Material de escritório	8 762	11 354
Ferramentas e utensílios	8 177	4 921
Água	6 518	7 740
Comissões	1 021	1 021
Contencioso e notariado	909	2 624
Outros serviços	55 953	64 847
	2 967 518	**4 322 035**

9. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Remunerações dos órgãos sociais	5 528 214	8 120 000
Remunerações do pessoal	5 528 001	4 727 395
Encargos sobre remunerações	1 415 356	1 390 185
Formação	106 547	71 112
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	35 809	47 361
Indemnizações	30 000	-
Outros gastos com pessoal	601 644	446 771
	13 245 572	**14 802 824**

O número de colaboradores ao serviço da Sociedade, no final do exercício de 2024 foi de 86 (90, em 2023).

10. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A rubrica Amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, decompõe-se como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos intangíveis (Nota 18)	122 312	84 608
Direito de uso (Nota 19)	259 875	241 797
Ativos fixos tangíveis (Nota 20)	464 429	315 851
Propriedades de investimento (Nota 21)	23 928	25 474
	870 543	**667 730**

11. PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi o seguinte:

	Clientes (Nota 24)	Outros devedores (Nota 25)	Outros ativos (Nota 27)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**158 683**	**455 471**	**-**	**614 153**
Reforço	-	71 693 060	1 171 968	72 865 028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**158 683**	**72 148 531**	**1 171 968**	**73 479 182**
Reforço	-	-	683 187	683 187
Reversão	-	(658 069)	(716 931)	(1 375 000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**158 683**	**71 490 462**	**1 138 224**	**72 787 368**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi revertida parte da perda por imparidade relativa à parcela de dívida e respetivos juros recebidos, no valor global de 1 375 000 euros, conforme descrito na Nota 5. Por outro lado, numa ótica de prudência, foi registada perda por imparidade pelo valor dos juros a receber relativos ao exercício corrente.

12. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, decompõe-se como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Donativos	641 920	314 652
Impostos indiretos	233 224	274 859
Quotizações	77 982	72 902
Impostos diretos	12 968	13 097
Multas e penalidades	780	705
Taxas	-	93
Outros gastos	12 347	32 052
	979 221	**708 360**

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, têm a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Gastos financeiros:		
Juros suportados	7 331 650	6 385 219
Comissões e serviços bancários	98 963	28 958
Encargos com emissão de empréstimos obrigacionistas	22 924	196
	7 453 537	**6 414 373**
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	3 642 362	1 851 769
	3 642 362	**1 851 769**
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 22):		
Aplicação do método de equivalência patrimonial	104 261 824	102 247 445
Ganhos/(Perdas) na alienação de subsidiárias	42 500	1 150
Imparidades em subsidiárias	(34 505)	-
Provisões em subsidiárias	(10 866 651)	-
Outros resultados em subsidiárias	-	(3 682 271)
	93 403 168	**98 566 323**
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Ganhos/perdas em outros investimentos (Nota 23)	(342 777)	52 949
	(342 777)	**52 949**

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a IRC, à taxa nominal de 21% sobre a matéria coletável. A estes montantes poderá ser acrescida a Derrama Municipal até uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, quando aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 euros a 7 500 000 euros, de 5% entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros e 9% superior a 35 000 000 euros. Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a Sociedade encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

Conforme referido na alínea e.1) da Nota 2.3, acima, com efeitos a partir de 2014, a Sociedade passou a dominar um grupo de sociedades tributado em sede de IRC segundo o RETGS previsto no respetivo código. A estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas respetivas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	(161 339)	(124 562)
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	7 726 943	13 161 119
Encargo do exercício	**7 565 604**	**13 036 557**

A reconciliação numérica entre a taxa efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é indicada no quadro seguinte:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Resultados antes de impostos	74 949 692	82 899 669
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto sobre o lucro à taxa normal	**15 739 435**	**17 408 931**
Rendimentos não tributáveis	(151 760 354)	(314 743 792)
Gastos não dedutíveis	54 324 896	204 798 285
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	**(22 485 766)**	**(27 045 837)**
Reporte fiscal utilizado	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto calculado	**-**	**-**
Tributações autónomas	(161 339)	(124 562)
Excesso / (Insuficiência) de estimativa	7 726 943	13 161 119
Imposto corrente	**7 565 604**	**13 036 557**
Taxa efetiva de imposto	**10,09%**	**15,73%**

Em 31 de dezembro de 2024, existem diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis, no âmbito do RETGS, no montante global de 122 092 940 euros (137 752 604 euros em 2023) que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos de cerca de 24 418 588 euros (28 928 047 euros em 2023). Caso a Sociedade registasse ativos por impostos diferidos, a redução da taxa de IRC para 20% em 2025 resultaria numa diminuição desses ativos no montante de 1 220 929 euros.

No âmbito do RETGS, os prejuízos fiscais reportáveis decompõem-se do seguinte modo:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Gerados em 2014	10 013 574	10 013 574
Gerados em 2015	64 382 057	74 742 020
Gerados em 2021	47 697 309	52 997 011
	122 092 940	**137 752 604**

A Lei do Orçamento do Estado para 2023 ("OE 2023"), com entrada em vigor a 1 de janeiro, veio eliminar a limitação temporal de dedução de prejuízos fiscais em exercícios seguintes, quer para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de 2023 em diante, quer para os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores e cujo período de dedução ainda se encontre em curso. Ainda no âmbito do OE 2023, o limite anual da dedução ao lucro tributável foi reduzido para 65% a partir de 2023 (em vez de 70%, em vigor até essa data). A dedução a efetuar em cada um dos períodos de

tributação, limitada, até 2022, a 70% do respetivo lucro tributável, e a partir de 2023, a 65% do respetivo lucro tributável, pode ser incrementada em 10 p.p. quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, conforme previsto na Lei n.° 27 - A/2022, de 24 de julho (Orçamento Suplementar de 2021).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a Segurança Social).

Relativamente aos exercícios de 2024 e 2023, a Administração da Sociedade não prevê que venha a ser efetuada qualquer liquidação adicional de IRC, com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

15. DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação em Assembleia Geral de 9 de janeiro de 2024, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados aos acionistas no montante de 4 673 830 euros, tendo por base a demonstração da posição financeira a 31 de outubro de 2023.

Na sequência de deliberação em Assembleia Geral de 28 de maio de 2024, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados no montante de 17 024 788 euros, tendo por base a demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2023. O referido montante incluiu a atribuição de gratificações extraordinárias aos colaboradores, no montante de 1 024 788 euros.

A respeito do resultado do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. No entanto, será proposta a distribuição de resultados acumulados de exercícios anteriores, no montante de 23 570 000 euros. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar em maio de 2025.

16. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Resultado líquido do exercício	82 515 296	95 936 226
Número médio ponderado de ações	5 000 000	5 000 000
Resultado básico por ação	16,50	19,19
Resultado diluído por ação	16,50	19,19

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17. *GOODWILL*

Os valores registados no *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às operações de fusão por incorporação, das subsidiárias Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na José de Mello Capital, S.A..

No presente exercício de 2024, não existem indícios de imparidade em relação ao montante de *goodwill* que se encontra reconhecido.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido
Programas de computador	1 020 169	(774 899)	245 270	767 644	(652 587)	115 057
Ativos intangíveis em curso	11 071	-	11 071	28 832	-	28 832
	1 031 240	**(774 899)**	**256 341**	**796 476**	**(652 587)**	**143 889**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**677 273**	**71 708**	**748 980**
Aquisições	14 779	32 716	47 496
Transferências e abates	75 592	(75 592)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**767 644**	**28 832**	**796 476**
Aquisições	208 637	26 127	234 764
Transferências e abates	43 888	(43 888)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1 020 169**	**11 071**	**1 031 240**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**(567 979)**	**-**	**(567 979)**
Amortizações do período (Nota 10)	(84 608)	-	(84 608)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(652 587)**	**-**	**(652 587)**
Amortizações do período (Nota 10)	(122 312)	-	(122 312)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(774 899)**	**-**	**(774 899)**
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2023	**115 057**	**28 832**	**143 889**
Em 31 de dezembro de 2024	**245 270**	**11 071**	**256 341**

19. DIREITO DE USO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido
Equipamento de transporte	1 150 078	(603 398)	546 680	1 006 418	(525 151)	481 268
	1 150 078	**(603 398)**	**546 680**	**1 006 418**	**(525 151)**	**481 268**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento de transporte
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**892 636**
Adições	238 843
Alienações, abates e regularizações	(125 061)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1 006 418**
Adições	355 339
Alienações, abates e regularizações	(211 679)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1 150 078**
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**(408 414)**
Depreciação do período (Nota 10)	(241 797)
Alienações, abates e regularizações	125 061
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(525 151)**
Depreciação do período (Nota 10)	(259 875)
Alienações, abates e regularizações	181 628
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(603 398)**
Valor líquido:	
Em 31 de dezembro de 2023	**481 268**
Em 31 de dezembro de 2024	**546 680**

Não foram identificados indícios de imparidade relativamente aos ativos registados como direito de uso.

20. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2 344 473	-	2 344 473	2 344 473	-	2 344 473
Edifícios e outras construções	14 925 958	(6 290 441)	8 635 517	10 973 843	(5 939 906)	5 033 937
Equipamento básico	19 403	(10 196)	9 207	17 810	(6 781)	11 029
Equipamento de transporte	80 219	(80 219)	-	80 219	(80 219)	-
Equipamento administrativo	2 872 676	(2 279 961)	592 716	2 293 340	(2 173 277)	120 063
Outros ativos fixos tangíveis	3 087 967	(85 241)	3 002 726	3 110 843	(141 537)	2 969 306
Ativos fixos tangíveis em curso	73 085	-	73 085	533 913	-	533 913
	23 403 782	**(8 746 058)**	**14 657 724**	**19 354 440**	**(8 341 719)**	**11 012 721**

Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**2 344 473**	**10 947 258**	**7 288**	**146 460**	**2 247 252**	**3 110 843**	**105 464**	**18 909 038**
Aquisições	-	26 585	10 522	-	46 947	-	428 449	512 502
Alienações	-	-	-	(66 241)	(858)	-	-	(67 099)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2 344 473**	**10 973 843**	**17 810**	**80 219**	**2 293 340**	**3 110 843**	**533 913**	**19 354 440**
Aquisições	-	3 523 667	1 593	-	420 497	35 745	127 930	4 109 432
Transferências e abates	-	428 449	-	-	160 309	(58 620)	(588 758)	(58 620)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	(1 470)	-	-	(1 470)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2 344 473**	**14 925 958**	**19 403**	**80 219**	**2 872 676**	**3 087 967**	**73 085**	**23 403 782**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**-**	**(5 686 990)**	**(4 244)**	**(131 181)**	**(2 118 882)**	**(140 658)**	**-**	**(8 081 954)**
Depreciação do período (Nota 10)	-	(252 916)	(2 538)	(4 790)	(54 729)	(879)	-	(315 851)
Alienações	-	-	-	55 752	334	-	-	56 086
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(5 939 906)**	**(6 781)**	**(80 219)**	**(2 173 277)**	**(141 537)**	**-**	**(8 341 719)**
Depreciação do período (Nota 10)	-	(350 536)	(3 414)	-	(108 154)	(2 325)	-	(464 429)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	58 620	-	58 620
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	1 470	-	-	1 470
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(6 290 441)**	**(10 196)**	**(80 219)**	**(2 279 961)**	**(85 241)**	**-**	**(8 746 058)**
Valor líquido:								
Em 31 de dezembro de 2023	**2 344 473**	**5 033 937**	**11 029**	**-**	**120 063**	**2 969 306**	**533 913**	**11 012 721**
Em 31 de dezembro de 2024	**2 344 473**	**8 635 517**	**9 207**	**-**	**592 716**	**3 002 726**	**73 085**	**14 657 724**

21. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	118 611	-	118 611	285 793	-	285 793
Edifícios e outras construções	356 887	(133 680)	223 207	920 589	(349 161)	571 429
	475 497	**(133 680)**	**341 817**	**1 206 382**	**(349 161)**	**857 221**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**285 793**	**920 589**	**1 206 382**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**285 793**	**920 589**	**1 206 382**
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	(167 182)	(563 702)	(730 884)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**118 611**	**356 887**	**475 497**
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**-**	**(323 687)**	**(323 687)**
Depreciação do período (Nota 10)	-	(25 474)	(25 474)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(349 161)**	**(349 161)**
Depreciação do período (Nota 10)	-	(23 928)	(23 928)
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	-	239 408	239 408
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(133 680)**	**(133 680)**
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2023	**285 793**	**571 429**	**857 221**
Em 31 de dezembro de 2024	**118 611**	**223 207**	**341 817**

No final do exercício de 2024, estava em estado bastante avançado a negociação para a alienação de um imóvel detido pela Sociedade, concretamente, o 4.º piso do número 19 da Rua D. Luís I, na freguesia da Misericórdia, em Lisboa, razão pela qual a Sociedade transferiu este ativo de Propriedades de investimento para Ativos não correntes detidas para venda, pelo respetivo valor líquido contabilístico, no montante de 491 476 euros. No dia 15 de março de 2025, foi assinado o contrato promessa de compra e venda do imóvel, pelo valor de 2,5 milhões de euros.

22. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Subsidiárias - MEP	614 914 340	534 387 277
Subsidiárias - prestações acessórias	27 185 240	21 119 745
Subsidiárias - suprimentos	23 303 556	23 821 517
	665 403 137	**579 328 539**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade detinha as seguintes participações registadas pelo método de equivalência patrimonial:

			31 dez 2024				
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	Funchal	100,00%	341 393 911	125 091 154	216 302 757	34 037 444	216 302 757
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	431 653 372	234 414 127	197 239 245	41 101 363	214 915 732
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	1 145 380 975	897 610 362	247 770 614	43 362 717	165 135 842
JMCWSG, S.A.	Lisboa	100,00%	57 364 038	17 063 250	40 300 788	644 698	16 106 148
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Lisboa	62,99%	23 432 826	19 053 461	4 379 365	32 960	2 014 687
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	800 192	361 018	439 174	13 714	439 174
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	Lisboa	100,00%	20 567 686	15 105 120	5 462 567	(27 966)	-
Lifthium Energy Capital, S.à r.l. (a.)	Lisboa	85,00%	18 299 840	12 000	18 287 840	(12 160)	-
							614 914 340

			31 dez 2023				
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	Funchal	100,00%	327 915 517	138 420 755	189 494 762	24 956 691	189 494 762
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	420 008 493	248 713 846	171 294 647	50 696 004	188 865 303
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	1 007 402 458	796 877 690	210 524 769	37 817 963	140 391 740
JMCWSG, S.A.	Lisboa	100,00%	47 709 046	16 492 956	31 216 089	1 672 692	13 216 089
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Lisboa	62,99%	24 225 692	19 900 486	4 325 206	52 631	1 993 923
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	702 655	277 195	425 460	28 272	425 460
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	Lisboa	100,00%	18 163 119	12 673 802	5 489 317	131 005	-
Lifthium Energy S.A. (a)	Lisboa	85,00%	1 960 081	2 402 718	(442 637)	(1 392 637)	-
							534 387 277

(a.) No exercício de 2023, foi adquirida uma participação de 85% na sociedade Lifthium Energy, S.A., entidade que se dedica à refinação em larga escala de lítio verde e ao desenvolvimento de um ecossistema de refinação inovador, marcado pela elevada eficiência e pela adoção de tecnologias sustentáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade concretizou a troca de ações da Lifthium Energy, S.A., por ações da Lifthium Energy Capital, S.à r.l., detentora da totalidade do capital da Lifthium Energy, S.A., pelo valor nominal de 42 500 euros. O capital próprio das subsidiárias, evidenciado nos quadros, poderá incluir os interesses que não controlam.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as subsidiárias José de Mello Imobiliária, SGPS S.A., Lifthium Energy Capital, S.à r.l. e Lifthium Energy, S.A. apresentam capitais próprios negativos, se expurgados das prestações acessórias concedidas, situação que justifica a quantia escriturada nula.

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados relativos a participações em subsidiárias, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como se segue:

	31 dez 2024					
	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/(Perdas) na alienação (Nota 13)	Imparidade (Nota 13)	Provisões (Nota 13)	Outros (Nota 13)	Total
JMCWSG, S.A.	576 688	-	-	-	-	576 688
CUF, S.A.	28 554 349	-	-	-	-	28 554 349
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	-	-	(34 505)	-	-	(34 505)
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	20 765	-	-	-	-	20 765
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	13 714	-	-	-	-	13 714
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	34 037 444	-	-	-	-	34 037 444
Bondalti Capital, S.A.	41 101 363	-	-	-	-	41 101 363
Lifthium Energy, S.A.	-	42 500	-	-	-	42 500
Lifthium Energy Capital, S.à r.l.	(42 500)	-	-	(10 866 651)	-	(10 909 151)
	104 261 824	**42 500**	**(34 505)**	**(10 866 651)**	**-**	**93 403 168**

	31 dez 2023					
	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/(Perdas) na Alienação (Nota 13)	Imparidade (Nota 13)	Provisões (Nota 13)	Outros (Nota 13)	Total
JMCWSG, S.A.	1 672 692	-	-	-	(3 682 271)	(2 009 579)
CUF, S.A.	24 903 129	-	-	-	-	24 903 129
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	33 157	-	-	-	-	33 157
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	28 272	-	-	-	-	28 272
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	24 956 691	-	-	-	-	24 956 691
Bondalti Capital, S.A.	50 696 004	-	-	-	-	50 696 004
Lifthium Energy, S.A.	(42 500)	-	-	-	-	(42 500)
Outros	-	1 150	-	-	-	1 150
	102 247 445	**1 150**	**-**	**-**	**(3 682 271)**	**98 566 323**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade realizou a cobertura de prejuízos na Tecnocapital, SGPS, S.A., mediante a conversão de prestações acessórias, no montante de 3 682 271 euros. No mesmo exercício, a Tecnocapital, SGPS, S.A. alterou a sua denominação para JMCWSG, S.A., assumindo, a partir dessa data, o papel de *holding* da atividade vitivinícola do Grupo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as partes de capital detidas em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldo em 1 janeiro	**534 387 277**	**556 582 614**
Aplicação de equivalência patrimonial:		
Efeito em resultados	104 261 824	102 247 445
Efeito em capital próprio	12 099 990	(12 153 737)
Dividendos recebidos	(38 217 250)	(123 731 545)
Aquisições e aumentos	2 382 500	22 841 300
Alienações, abates e diminuições	-	(11 398 800)
Saldo em 31 de dezembro	**614 914 340**	**534 387 277**

As prestações acessórias e suprimentos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldo em 1 de janeiro	**44 941 262**	**26 391 685**
Reforços	16 314 400	41 674 400
Reduções	(10 732 361)	(26 879 707)
Reversões de perdas por imparidade (Nota 11)	-	3 754 884
Perdas por imparidade (Nota 13)	(34 505)	-
Saldo em 31 de dezembro	**50 488 797**	**44 941 262**

23. OUTROS INVESTIMENTOS

O detalhe dos investimentos em empresas associadas, entidades conjuntamente controladas e outras empresas, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Investimentos noutras empresas	5 057 228	4 420 842
Investimentos noutras empresas - prestações acessórias	17 026 360	16 906 360
	22 083 589	**21 327 203**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade detinha os seguintes investimentos, que incluem participações de capital, prestações acessórias e empréstimos de financiamento, em empresas associadas, entidades conjuntamente controladas e outras empresas:

			31 dez 2024				
	Sede	**Percentagem de participação**	**Ativo**	**Passivo**	**Capital próprio**	**Resultado líquido**	**Quantia escriturada**
Empresas associadas:							
Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.	Lisboa	32,00%		Informação não disponível			80 000
Entidades conjuntamente controladas:							
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%		Informação não disponível			-
Outras empresas:							
Guimarães de Mello, S.A.	Lisboa	10,00%	25 885 358	17 267 300	8 618 058	(699 360)	97 500
Fundo Bem Comum FCR (a.)	Lisboa	n/a		Informação não disponível			272 375
Fundo Shilling Founders Fund (b.) (c.)	Lisboa	0,91%	50 430 253	58 457	50 371 797	(301 739)	2 962 624
Fundo Faber Tech II (a.) (d.)	Lisboa	0,82%		Informação não disponível			381 774
Fundo Faber Tech III (a.) (e.)	Lisboa	2,88%		Informação não disponível			1 000 000
Faber Partners, SA (associação em participação) (a.) (f.)	Lisboa	n/a		Informação não aplicável			224 065
Fundo de Compensação do Trabalho	n/a	n/a		Informação não aplicável			38 891
							5 057 228

			31 dez 2023				
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Empresas associadas:							
Bem Comum, Sociedade Capital de Risco, S.A.	Lisboa	32,00%		Informação não disponível			80 000
Entidades conjuntamente controladas:							
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%	159 209	23 498 165	(23 338 956)	(570 778)	-
Outras empresas:							
Guimarães de Mello, S.A.	Lisboa	10,00%	26 424 576	17 107 158	9 317 418	6 409 204	97 500
Fundo Bem Comum FCR	Lisboa	n/a	860 505	19 912	840 694	(165 983)	500 000
Fundo Shilling Founders Fund	Lisboa	0,91%	50 718 743	45 208	50 673 535	(2 039 027)	3 128 871
Fundo Faber Tech II	Lisboa	n/a	41 572 529	31 331	41 541 198	1 522 154	337 037
Faber Partners, SA (associação em participação)	Lisboa	0,82%		Informação não aplicável			237 767
Fundo de Compensação do Trabalho	n/a	n/a		Informação não aplicável			39 667
							4 420 842

(a.) A quantia escriturada corresponde ao justo valor do investimento, tendo por base a informação financeira com referência a 30 de setembro de 2024.
(b.) Contas de 2024 não auditadas.
(c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade contratou o investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. Em 31 de dezembro de 2024, o capital por realizar ascende a 1 390 500 euros (Nota 34), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, calculado com referência a 30 de setembro de 2024.
(d.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade subscreveu 250 mil unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech II, no montante de 250 000 euros. Em 31 de dezembro de 2024, o capital por realizar ascende a 42 645 euros (Nota 34), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento.
(e.) No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade subscreveu 1 milhão de unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech III, no montante de 1 000 000 euros. Em 31 de dezembro de 2024, estava por realizar a totalidade do investimento subscrito pela Sociedade (Nota 34), correspondendo a quantia escriturada ao valor nominal do investimento.
(f.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para uma capital pool no montante global de 1 500 000 euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, S.A.. A quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzido dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em pro rata, aos investidores.

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados relativos a participações em associadas, entidades conjuntamente controladas e outras empresas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como se segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Fundo Bem Comum FCR	(227 625)	-
Fundo Shilling Founders Fund	(166 247)	38 871
Fundo Faber Tech II	51 872	12 653
Fundo de Compensação do Trabalho	(777)	1 425
	(342 777)	**52 949**

A rubrica Outros investimentos teve os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldo em 1 janeiro	**4 420 842**	**4 375 313**
Aquisições	1 000 000	57 327
Aumento de justo valor	51 872	-
Alienações e abates	(20 837)	-
Redução de justo valor	(394 648)	(11 798)
Saldo em 31 de dezembro	**5 057 228**	**4 420 842**

A variação ocorrida nestes exercícios respeita, essencialmente, a alterações no justo valor dos investimentos em fundos de capital de risco, com impacto, nos resultados financeiros, no montante negativo de 342 777 euros, em 2024 e positivo em 52 949 euros, em 2023.

As prestações acessórias tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldo em 1 de janeiro	**16 906 360**	**35 656 680**
Reforços	120 000	-
Reduções	-	(18 750 320)
Saldo em 31 de dezembro	**17 026 360**	**16 906 360**

24. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 11)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 11)	Valor líquido
Clientes - conta corrente	534 149	-	534 149	282 817	-	282 817
Clientes de cobrança duvidosa	158 683	(158 683)	-	158 683	(158 683)	-
Adiantamentos a fornecedores	17 020	-	17 020	9 104	-	9 104
Total	**709 851**	**(158 683)**	**551 169**	**450 604**	**(158 683)**	**291 921**

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade, as quais foram estimadas de acordo com uma análise dos riscos económicos associados à sua cobrança. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

25. OUTROS DEVEDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Outros devedores	6 116 492	65 532 657	4 690 396	67 606 591
Entidades relacionadas	1 529 467	-	-	-
Pessoal	6 945	-	246	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 11)	(5 957 805)	(65 532 657)	(4 541 940)	(67 606 591)
	1 695 100	**-**	**148 701**	**-**

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Outros devedores do ativo corrente e não corrente inclui os montantes de 5,5 milhões de euros e de 65,5 milhões de euros, respetivamente (4 milhões de euros e 67,6 milhares de euros, em 2023), relativos a um crédito resultante das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital. Conforme referido na Nota 6, no exercício de 2023, a Sociedade reverteu a provisão constituída em exercícios anteriores e reconheceu imparidade sobre o valor em dívida, uma vez que o plano de pagamento da mesma não está a ser cumprido pela entidade devedora.

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos com estas entidades eram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldos devedores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	4 667 436	4 130 351
Imposto sobre o Valor Acrescentado	190 155	414 839
	4 857 592	**4 545 190**

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	342 515	395 622
Contribuições para a Segurança Social	155 568	157 319
Outros impostos	-	9 000
	498 084	**561 941**

27. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	1 262 182	1 645 196
Outros acréscimos de rendimentos	1 304 050	1 287 943
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 11)	(1 138 224)	(1 171 968)
	1 428 008	**1 761 171**
Gastos diferidos		
Seguros	258 950	197 002
Quotizações	35 000	-
Hardware e *software*	45 905	20 718
Fornecimentos e serviços externos diversos	65 109	36 889
	404 964	**254 609**
	1 832 972	**2 015 780**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Juros a receber inclui os montantes 1 138 224 euros e 1 171 968 euros, respetivamente, que correspondem a juros da dívida resultantes da conversão das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade de igual valor (Nota 5).

28. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A rubrica caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Caixa	1 858	1 482
Depósitos à ordem	10 138 313	12 563 973
Depósitos a prazo	68 000 000	83 200 000
	78 140 172	**95 765 454**

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Depósitos à ordem inclui depósitos, no montante de 3 367 443 euros (3 239 317 euros em 2023), dados como penhor para fazer face a financiamentos contraídos junto de instituições financeiras (Nota 38).

29. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações nominativas, com o valor nominal de cinco euros por ação.

À data da demonstração da posição financeira não existem títulos emitidos que confiram aos seus detentores direitos especiais para além daqueles que se encontram consignados nos estatutos da Sociedade (caso das ações) e nas condições gerais de emissão dos empréstimos obrigacionistas (caso das obrigações).

30. RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO

RESERVA LEGAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reserva legal ascendia a 5 000 000 euros.

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, a não ser em caso de dissolução da Sociedade, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

No decorrer dos exercícios de 2024 e 2023, as alterações ocorridas nesta rubrica resultam de ajustamentos nas participações por via do método de equivalência patrimonial (Nota 22), cujas variações são reconhecidas em capital próprio e não em resultados.

31. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	92 794 894	103 385 747
Empréstimos por obrigações	102 551 925	98 625 871
	195 346 819	**202 011 619**
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	7 946 627	7 512 751
Empréstimos por obrigações	1 344 111	807 008
	9 290 738	**8 319 759**

a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Até 1 ano	7 946 627	7 512 751
	7 946 627	**7 512 751**
Até 2 anos	7 080 688	7 213 923
Até 3 anos	8 683 453	7 466 054
Até 4 anos	8 686 487	9 068 819
Até 5 anos	9 725 460	9 071 853
Mais de 5 anos	58 618 806	70 565 098
	92 794 894	**103 385 747**
	100 741 521	**110 898 498**

b) Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos por obrigações (não convertíveis) eram compostos pelas seguintes emissões:

					31 dez 2024
	Taxa de juro	Maturidade	Emissão	Em circulação nominal	Obrigações em carteira
José Mello 2007 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/27	22 750 000	11 500 000	11 250 000
José Mello 2008 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	51 130 000	51 130 000	-
José Mello 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	200 000	-
GMP 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	310 000	-
José Mello 2023 1ª (a.)	Taxa fixa - 4,5%	jun/28	32 300 000	32 300 000	-
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (b.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	3 200 000	3 200 000	-
			109 890 000	**98 640 000**	**11 250 000**

					31 dez 2023
	Taxa de juro	Maturidade	Emissão	Em circulação nominal	Obrigações em carteira
José Mello 2007 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/27	22 750 000	11 500 000	11 250 000
José Mello 2008 1ª	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	51 130 000	51 130 000	-
José Mello 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	200 000	-
GMP 2010 1ª	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	310 000	-
José Mello 2023 1ª (a.)	Taxa fixa - 4,5%	jun/28	29 900 000	29 900 000	-
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (b.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	4 000 000	4 000 000	-
			108 290 000	**97 040 000**	**11 250 000**

(a.) A emissão obrigacionista "José Mello 2023 1ª" corresponde a obrigações escriturais e nominativas, com data de reembolso no dia 15 de junho de 2028 e taxa de juro fixa bruta de 4,5% e visa refinanciar novos projetos e gerir a tesouraria.

(b.) A emissão obrigacionista "Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023 – 2028" visou financiar o projeto de investimento realizado pela José de Mello Capital na remodelação do seu edifício de escritórios na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o qual incorporou diversas medidas de eficiência energética e utilização de materiais mais sustentáveis e sem substâncias nocivas, mas também de valorização do capital humano (incluindo a criação de espaços mais confortáveis, modernizados e seguros para os colaboradores, assim como a criação de acesso a utentes de mobilidade reduzida na entrada do edifício) tendo, assim, impactos ambientais e sociais positivos.

32. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos de locação têm a seguinte maturidade:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Até 1 ano	321 664	277 734
	321 664	**277 734**
Entre 2 a 5 anos	231 190	211 238
	231 190	**211 238**
	552 853	**488 972**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Depreciação do direito de uso (Nota 10)	259 875	241 797
Juros dos contratos de locação	13 223	12 193
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor	5 421	20 761
	278 518	**274 751**

33. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Fornecedores, conta corrente	628 959	1 090 721
Adiantamentos de clientes	5 558	-
	634 517	**1 090 721**

34. OUTROS CREDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal	1 608	-	3 019	-
Garantias e cauções	-	5 610	-	-
Credores por subscrições não liberadas:				
Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund	-	1 390 500	-	2 085 750
Fundo de Capital de Risco Faber Tech II	-	42 645	-	89 230
Fundo de Capital de Risco Faber Tech III	247 291	752 709	-	-
Entidades relacionadas (Nota 37)	-	-	4 053 072	-
Outros credores	141 974	-	143 612	-
	390 873	**2 191 464**	**4 199 704**	**2 174 980**

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes respeitantes a entidades relacionadas resultam principalmente de pagamentos antecipados por conta de IRC, no âmbito do RETGS (Nota 14).

Os montantes respeitantes a Credores por subscrições não liberadas respeitam a outros investimentos, referidos na Nota 23.

35. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar ao pessoal	5 082 392	3 641 482
Estudos e consultas	78 731	412 527
Imposto Municipal sobre Imóveis	12 968	12 968
Seguros a liquidar	265	265
Outros acréscimos de gastos	37 213	39 283
	5 211 569	**4 106 524**
Rendimentos diferidos:		
Rendas e alugueres	5 610	3 927
Outros rendimentos diferidos	3 425	11 243
	9 035	**15 170**
	5 220 604	**4 121 694**

36. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

36.1 Recebimentos relativos a investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os recebimentos relacionados com investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Fundo Faber Partners	13 703	6 441
JMCWSG, S.A.	-	7 500 000
Mellosocfam, S.A.	-	5 000
Fundo de Compensação do Trabalho	-	307
	13 703	**7 511 748**

36.2 Dividendos recebidos

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
CUF, S.A.	18 767 250	18 767 250
Bondalti Capital, S.A.	13 050 000	30 000 000
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	6 400 000	74 964 295
Fundo Faber Tech II	8 026	-
	38 225 276	**123 731 545**

36.3 Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os pagamentos relativos a investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
JMCWSG, S.A.	2 340 000	-
Fundo Shilling Founders Fund	695 250	695 250
Fundo Faber Tech II	48 368	28 150
Ravasqueira Vinhos, S.A.	-	203 480
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	-	51 260
Lifthium Energy, S.A.	-	42 500
Fundo de Compensação do Trabalho	-	4 325
	3 083 618	**1 024 964**

37. PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a natureza dos saldos com empresas subsidiárias, associadas e outras partes relacionadas estão descritas abaixo:

Partes relacionadas	Atividade	Localização	Serviços prestados	Serviços recebidos
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	Saúde	Lisboa		Higiene e segurança no trabalho
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Residências assistidas	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Bondalti Capital, S.A.	Indústria química	Lisboa	Empréstimos, serviços de apoio à gestão	Empréstimos
Lifthium Energy Capital, S.A.	Indústria de refinação	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Comitur Imobiliária, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Imobiliário	Sesimbra	Serviços de apoio à gestão	
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
MGI Capital, S.A.	Consultoria	Lisboa	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	
MGICapital - International Financing, SGPS, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
MGIGP - Gestão de Ativos, S.A.	Consultoria	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Guimarães de Mello, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Mellosocfam, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	SGPS	Funchal	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	Exploração agrícola	Arraiolos	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	
JMCWSG, S.A.	Vitivinícola	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Vitivinícola	Arraiolos	Empréstimos, cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	
Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda.	Vitivinícola	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	Vitivinícola	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda.	Vitivinícola	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Negociação	Lisboa	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	Negociação de contratos

Os saldos a receber e a pagar, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com as partes relacionadas, apresentam o seguinte detalhe:

31 dez 2024									
	Clientes	Outros devedores	Outros ativos correntes	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Emprést. obtidos	Emprést. conced.	Prestações suplementares
Subsidiárias	37 252	1 527 367	942	-	-	8 288	66 517 394	23 303 556	27 185 240
Outras partes relacionadas	305 534	2 100	351	27 387	-	900	-	17 026 360	-
	342 786	**1 529 467**	**1 293**	**27 387**	**-**	**9 188**	**66 517 394**	**40 329 917**	**27 185 240**

31 dez 2023									
	Clientes	Outros devedores	Outros ativos correntes	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Emprést. obtidos	Emprést. conced.	Prestações suplementares
Subsidiárias	60 359	-	22 361	-	4 053 072	25 593	61 180 000	23 821 517	21 119 745
Outras partes relacionadas	173 679	-	-	8 845	-	2 972	-	16 906 360	-
	234 038	**-**	**22 361**	**8 845**	**4 053 072**	**28 565**	**61 180 000**	**40 727 877**	**21 119 745**

As transações ocorridas entre a Sociedade e as empresas subsidiárias, associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

31 dez 2024					
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Subsidiárias	43 562	309 611	22 031	150 694	2 812 088
Outras partes relacionadas	51 197	518 571	11 914	-	-
	94 760	**828 182**	**33 944**	**150 694**	**2 812 088**

31 dez 2023					
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos suplementares	Rendimentos financeiros	Gastos financeiros
Subsidiárias	53 241	182 317	16 518	-	625 127
Outras partes relacionadas	55 518	529 859	31 122	22 361	249 167
	108 759	**712 176**	**47 640**	**22 361**	**874 294**

Os termos ou condições praticadas entre as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos sociais da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram os seguintes:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Remunerações	5 528 214	8 120 000

38. CONTINGÊNCIAS

GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade tinha prestado garantias a terceiros conforme segue:

- Fiança constituída para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários no montante de 265 milhões de euros;
- Penhor financeiro sobre qualquer montante pago pela CUF, S.A. a título de distribuições decorrentes das ações, a favor de instituições bancárias, para garantia de um financiamento;
- Penhor financeiro de 1.679.040 ações da CUF, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos;
- Promessa de penhor financeiro sobre as "Novas ações" da CUF, S.A. para garantia de um financiamento;
- Hipoteca sobre as frações A, B, D, I e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n. os 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n. os 24, 24-A e 24-B, ambos em Lisboa, para garantia de um financiamento;
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 3 367 443 euros em contas bancárias junto de instituições crédito (Nota 28);
- Promessa de penhor financeiro sobre as "Novas ações" da Bondalti Capital, S.A. para garantia de um financiamento;
- Penhor financeiro de 4.084.400 ações Bondalti Capital, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de um financiamento;
- Penhor mercantil sobre 513.570 ações da CUF, S.A., a favor dos titulares das obrigações emitidas no âmbito da emissão de obrigações com oferta particular;
- Livrança em branco subscrita para garantir as responsabilidades assumidas no âmbito da emissão de obrigações de sustentabilidade "Sustainability Bonds José de Mello 2023-2028";
- Livrança em branco subscrita pela Sociedade como garantia das obrigações associadas à emissão de papel comercial;
- Aval prestado sob livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de Contrato de Mútuo;
- Aval prestado sob livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de Contrato de Abertura de Crédito.

39. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

39.1 Princípios gerais

A Sociedade, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo José de Mello, o qual a Sociedade integra, tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos a Sociedade identificou um conjunto de riscos associados ao seu desempenho financeiro considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

A Sociedade tem um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposta. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que a Sociedade se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

39.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se, essencialmente, exposta aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras.

Através da política de controlo adotada, é monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados da Sociedade.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Sociedade procura contratar financiamentos com taxa de juro fixa.

39.3 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Sociedade, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e Outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e monitorização regular dos valores em dívida.

A Sociedade não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 5.

Em 31 de dezembro de 2024 é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

39.4 Riscos de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pela Sociedade.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, a Sociedade procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

40. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não existem quaisquer outros acontecimentos com impactos materiais entre a data da demonstração da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2025, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

42. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 66.° A do Código das Sociedades Comerciais, o Revisor Oficial de Contas da José de Mello Capital, S.A. é a RSM & Associados – Sroc, Lda., a qual faturou à Sociedade, no exercício de 2024, honorários no valor de 43 200 euros (acrescidos de IVA à taxa legal), relativos à revisão legal das contas individuais e consolidadas.

43. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da sociedade José de Mello Capital, S.A. encontra-se descrita no Relatório do Conselho de Administração, considerado parte integrante do presente conjunto de Relatório e Contas, referente a 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15 - 1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132 - 3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de José de Mello Capital, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.342.014.408 euros e um total de capital próprio de 1.117.021.805 euros, incluindo um resultado líquido de 82.515.296 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 164 000€

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de maio de 2025

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15 - 1° 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132 - 3° 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2024-

Senhores Accionistas,

1. Em conformidade com as disposições legais e com contrato da Sociedade o Fiscal Único da «José de Mello Capital, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2024, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.

2. Com a periodicidade que julgou conveniente manteve o acompanhamento da actividade da «José de Mello Capital, S.A.», através dos contactos que manteve com os Serviços e com a Administração e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte.

3. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

4. No seu Relatório de Gestão o Conselho de Administração refere a forma como se processou a actividade da empresa no decorrer do exercício e os principais factores condicionantes que estiveram na origem dos resultados alcançados.

5. O Fiscal Único, tendo presente o peso dos "Resultados relativos a empresas associadas", de 93.403.168 euros, no resultado líquido do exercício em 2024, é de

PARECER

a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2024 apresentadas pelo Conselho de Administração;

b) que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 82.515.296 euros apresentada pelo Conselho de Administração, seja aprovada.

Lisboa, 16 de maio de 2025

O FISCAL ÚNICO

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 508 612 181 | Capital Social 144.000€



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Capítulos

01
02
03
04
05
06
07

JOSÉ DE MELLO

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	6 , 7	1 453 972 072	1 286 895 844
Reversões de perdas por imparidade	39	7 612 316	3 920 623
Reversões de provisões	39	245 000	72 058 297
Outros rendimentos operacionais	8	32 877 250	32 315 442
Total de rendimentos operacionais		**1 494 706 638**	**1 395 190 207**
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	9	(450 255 124)	(388 760 287)
Variação da produção	10	5 559 758	(13 048 857)
Fornecimentos e serviços externos	11	(527 894 429)	(440 400 522)
Gastos com o pessoal	12	(294 923 833)	(257 760 648)
Amortizações e depreciações	6 , 19	(85 885 774)	(77 144 326)
Provisões	6 , 39	(5 265 317)	(543 368)
Perdas por imparidade	6 , 39	(3 609 358)	(76 025 935)
Outros gastos operacionais	13	(23 716 484)	(15 132 490)
Total de gastos operacionais	**6**	**(1 385 990 560)**	**(1 268 816 434)**
Resultados operacionais	**6**	**108 716 077**	**126 373 773**
Gastos financeiros	6 , 14	(54 848 137)	(49 283 794)
Rendimentos financeiros	6 , 14	7 044 599	4 311 072
Resultados relativos a empresas associadas	6 , 14	43 088 128	39 282 363
Resultados relativos a atividades de investimento	6 , 14	(343 653)	213 033
Resultados financeiros	**6**	**(5 059 063)**	**(5 477 325)**
Resultados antes de impostos	**6**	**103 657 015**	**120 896 447**
Impostos sobre o rendimento	6 , 15	(6 951 482)	(11 022 548)
Resultado líquido do exercício das operações em continuação		**96 705 533**	**109 873 899**
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	5 , 6	(169 935)	(1 675 266)
Resultado líquido consolidado		**96 535 598**	**108 198 633**
Atribuível a:			
Detentores de capital	6 , 17	81 482 795	95 145 076
Interesses que não controlam	6 , 35	15 052 803	13 053 556
Resultado por ação:			
Básico	17	16,30	19,03
Diluído	17	16,30	19,03

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada da posição financeira dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos não correntes:			
Goodwill	6 , 18	701 824 323	678 528 237
Ativos intangíveis	6 , 19	57 784 674	46 618 184
Direito de uso	20	123 893 341	115 365 246
Ativos fixos tangíveis	6 , 21	839 880 348	758 997 942
Propriedades de investimento	22	15 330 952	15 728 069
Investimentos em associadas	23	316 214 319	300 243 426
Ativos financeiros disponíveis para venda	24	5 343 257	6 727 204
Ativos biológicos	25	300 488	-
Ativos por impostos diferidos	26	15 515 814	18 709 192
Outros devedores	27	3 286 699	104 451
Total de ativos não correntes		**2 079 374 215**	**1 941 021 952**
Ativos correntes:			
Inventários	29	64 095 538	65 275 044
Clientes e adiantamentos a fornecedores	6 , 30	158 357 074	154 258 002
Outros devedores	27	28 874 669	28 419 184
Ativo por imposto corrente	31	5 228 347	5 868 603
Estado e outros entes públicos	31	10 322 992	8 089 390
Outros ativos correntes	28	37 604 418	32 884 003
Caixa e equivalentes a caixa	6 , 32	245 153 578	235 404 919
Total de ativos correntes		**549 636 616**	**530 199 145**
Ativos não correntes detidos para venda	21 , 22	491 476	-
Total do ativo	**6**	**2 629 502 307**	**2 471 221 097**

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Capital próprio:			
Capital	33	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	34	5 000 000	5 000 000
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	34	(585 895)	(440 674)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	34	60 542 240	45 301 062
Resultados transitados	34	944 696 207	874 622 279
Resultado líquido consolidado	17	81 482 795	95 145 076
Capital próprio atribuível a acionistas		**1 116 135 347**	**1 044 627 744**
Interesses que não controlam	35	88 399 602	75 964 712
Total do capital próprio		**1 204 534 949**	**1 120 592 456**
Passivos não correntes:			
Empréstimos	6 , 36	707 827 249	693 617 085
Credores por locações	6 , 37	100 311 630	92 392 921
Benefícios aos empregados	38	2 823 446	2 695 248
Provisões	39	24 204 055	19 397 825
Outros credores	40	11 984 658	7 843 522
Passivo por impostos diferidos	26	30 691 374	25 266 482
Instrumentos financeiros derivados	44	1 171 329	862 383
Total de passivos não correntes		**879 013 741**	**842 075 466**
Passivos correntes:			
Empréstimos	6 , 36	169 684 166	147 733 042
Credores por locações	6 , 37	26 193 542	22 246 387
Fornecedores e adiantamentos de clientes	6 , 42	173 128 673	167 644 817
Passivos por imposto corrente	31	8 399 775	23 413 306
Estado e outros entes públicos	31	12 238 283	11 602 420
Outros credores	40	35 876 578	30 289 396
Outros passivos correntes	41	120 432 601	105 623 806
Total de passivos correntes		**545 953 617**	**508 553 175**
Total do passivo	**6**	**1 424 967 358**	**1 350 628 641**
Total do passivo e capital próprio		**2 629 502 307**	**2 471 221 097**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada do outro rendimento integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	31 dez 2024	31 dez 2023
Resultado líquido consolidado	**96 535 598**	**108 198 633**
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que poderão vir a ser reclassificados para resultados:		
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	(219 361)	(669 209)
Subsídios	(33 168)	(5 554 980)
	(252 529)	**(6 224 189)**
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que não serão reclassificados para resultados:		
Plano de Pensões	(38 254)	(11 303)
Variação da reserva de conversão cambial	-	(910 340)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	23 080 193	16 209 355
Outros	63 931	170 023
Alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	(3 200 408)	(8 934 803)
	19 905 461	**6 522 932**
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio	**19 652 932**	**298 743**
Rendimentos integrais consolidados	**116 188 530**	**108 497 375**
Atribuível a:		
Detentores do capital	93 319 984	90 826 640
Interesses que não controlam	22 868 546	17 670 736

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reserva legal	Justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura	Revalorização de ativos fixos tangíveis	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**25 000 000**	**5 000 000**	-	**34 976 563**	**810 065 237**	**92 459 106**	**69 661 960**	**1 037 162 866**
Aplicação do resultado consolidado de 2022:								
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	1 565 172	(1 565 172)	(983 635)	(983 635)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	90 893 934	(90 893 934)	-	-
Variação no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(440 674)	-	-	-	(228 535)	(669 209)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	10 673 860	(1 026 303)	-	5 535 495	15 183 052
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	-	-	340 456	-	-	340 456
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	-	-	(12 090 083)	-	-	(12 090 083)
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	-	(910 340)	-	(227 585)	(1 137 926)
Planos de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(7 443)	-	(3 860)	(11 303)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(5 554 980)	-	(3 269)	(5 558 248)
Interesses sem controlo atribuídos de/a acionistas	-	-	-	-	(1 074 320)	-	(1 814 240)	(2 888 560)
Outros	-	-	-	(349 361)	(969 050)	-	(104 129)	(1 422 540)
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(6 610 000)	-	(8 921 047)	(15 531 047)
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	95 145 076	13 053 556	108 198 633
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**25 000 000**	**5 000 000**	**(440 674)**	**45 301 062**	**874 622 279**	**95 145 076**	**75 964 712**	**1 120 592 456**
Aplicação do resultado consolidado de 2023:								
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	38 217 250	(38 217 250)	(9 869 680)	(9 869 680)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	56 927 826	(56 927 826)	-	-
Variação no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(145 221)	-	623	-	(74 989)	(219 586)
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	15 198 307	-	-	7 881 886	23 080 193
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	-	42 870	(3 200 408)	-	(60 795)	(3 218 334)
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	-	-	(114 386)	-	(478 003)	(592 389)
Planos de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(25 191)	-	(13 064)	(38 254)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(33 168)	-	(3 269)	(36 437)
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	-	(21 698 618)	-	-	(21 698 618)
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	81 482 795	15 052 803	96 535 598
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**25 000 000**	**5 000 000**	**(585 895)**	**60 542 240**	**944 696 207**	**81 482 795**	**88 399 602**	**1 204 534 949**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1 540 936 098	1 423 556 224
Pagamentos a fornecedores		(1 027 194 422)	(920 561 462)
Pagamentos ao pessoal		(278 210 344)	(239 425 234)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(19 182 084)	(9 089 975)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(45 029 071)	(28 448 394)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**171 320 176**	**226 031 158**
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	43	30 356 876	211 426 226
Ativos tangíveis		579 368	63 932
Ativos intangíveis		-	50 467
Propriedades de investimento		752 176	771 067
Subsídios de investimento		10 742 127	18 506 919
Juros e rendimentos similares		5 838 867	1 499 255
Dividendos	43	546 160	190 226
Outros		1 375 000	51 266
		50 190 574	**232 559 359**
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	43	(32 624 311)	(35 686 354)
Ativos tangíveis		(75 946 758)	(66 512 834)
Ativos intangíveis		(11 077 974)	(10 892 784)
Propriedades de investimento		(9 328)	-
Outros		(120 969)	(1 523 000)
		(119 779 339)	**(114 614 972)**
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(69 588 765)**	**117 944 387**
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		574 228 495	545 886 388
Subsídios e doações		5 300	-
Outros		-	25 577
		574 233 795	**545 911 965**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(556 948 149)	(710 395 553)
Amortização de contratos de locação financeira		(21 274 244)	(23 663 366)
Juros e gastos similares		(54 203 734)	(47 204 108)
Dividendos pagos e resultados distribuídos	43	(30 557 356)	(16 514 682)
Outros		(500 000)	-
		(663 483 482)	**(797 777 709)**
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(89 249 687)**	**(251 865 744)**
Efeito cambial (4)		230 091	(210 143)
Variação de caixa e seus equivalentes (5)=(1)+(2)+(3)+(4)		12 711 814	91 899 658
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	**32**	**232 396 639**	**140 496 981**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**32**	**245 108 453**	**232 396 639**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Capital, S.A. ("Empresa" ou "JM Capital"), é uma sociedade anónima, constituída em Portugal em 22 de outubro de 2001, com o NIPC 505 765 640, inicialmente, com a denominação SOGEFI II – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A.. Tem como atividade principal a prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade e assessoria em recursos humanos, *marketing* e comunicação e imagem. A sua sede social situa-se em Lisboa, na Av. 24 de Julho, 24.

O universo empresarial da JM Capital ("Grupo") é formado pela Empresa e pelas suas empresas subsidiárias e associadas descritas na Nota 4. O Grupo consubstancia-se como um dos maiores grupos empresariais portugueses, liderando áreas estruturantes da economia nacional. Opera em quatro plataformas base de negócio: i) Indústria química e tratamento de águas; ii) Saúde; iii) Vinho; e, iv) Infra-estruturas e mobilidade. A acrescer a estas áreas, tem operações no sector do imobiliário, energia e ambiente.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") quer os *International Accounting Standards* ("IASs") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respetivas interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo em operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, operacional, comercial e outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a qual considerou as expetativas de crescimento da atividade e os prazos de reembolso da dívida contratualmente estabelecidos, bem como os compromissos assumidos, incluindo os resultados dos eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades e cumprir integralmente com as suas obrigações, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros, em valores arredondados às unidades, salvo indicação em contrário, uma vez que esta é a moeda funcional das operações da Empresa.

2.1.1 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES OU INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2024

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos não correntes com "covenants" - Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	1 de janeiro de 2024

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgações) : Acordos de financiamento de fornecedores - as alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores, ou reverse *factoring*, para permitir: a) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e b) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 - Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação - Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

2.1.2 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES OU INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS, MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

a) Já endossadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade - A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõem os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo. Esta alteração visa clarificar: i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável); ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.	1 de janeiro de 2025

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - As alterações efetuadas referem-se a: (a) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; (b) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: i) ativos sem direito de recurso; ii) instrumentos contratualmente associados; e iii) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo ("ESG"); c) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e d) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2026
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações: Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis - As alterações propostas resultam do facto de os contratos de compra e venda de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis terem-se tornado dominantes na estratégia de mitigação das emissões de carbono. Por a sua geração estar dependente de condições naturais não controláveis, estes contratos estão sujeitos à variabilidade da quantidade gerada, pelo que poderão existir diferenças entre as quantidades geradas e as necessidades de consumo, levando à venda de parte da eletricidade adquirida. As alterações incluem: a) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio"; b) permissão de designação como instrumento de cobertura; c) novos requisitos de divulgação.	1 de janeiro de 2026

Norma / Interpretação	Data de eficácia
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras - A IFRS 18 substitui a IAS 1, e tem por objetivo melhorar a divulgação do desempenho financeiro das entidades e promover a prestação de informação mais transparente e comparável. A Demonstração dos resultados passa a ser apresentada em três categorias: operacional, investimento e financiamento, existindo ainda a categoria do imposto sobre o rendimento. Esta estrutura de apresentação por categorias, é assegurada pela obrigação de incluir subtotais como "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos". Adicionalmente, a IFRS 18 exige a divulgação das bases de cálculo dos indicadores incluídos no relatórios e contas e comunicados efetuados e a reconciliação com os subtotais apresentados nas demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações - A IFRS 19 tem como objetivo permitir, às entidades consideradas elegíveis, a preparação de demonstrações financeiras em IFRS com requisitos de divulgação mais reduzidos do que os exigidos pelas várias IFRS, mantendo-se, contudo, a obrigação de aplicar, em geral, todos os requisitos de mensuração e reconhecimento das IFRS. São consideradas elegíveis as entidades que: i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para prestação pública; e ii) não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, porque não têm títulos de dívida ou de capital cotados, não estão em processo de cotação, nem têm como atividade principal a guarda de ativos a título fiduciário.	1 de janeiro de 2027

Norma / Interpretação	Data de eficácia
Melhorias Anuais – Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas e tem impacto nas seguintes normas: IAS 1 – Esta melhoria clarifica relativamente à contabilidade de cobertura, que as coberturas já existentes no GAAP anterior têm de ser elegíveis e de cumprir com os critérios de qualificação da IFRS 9 para serem mantidas. Caso contrário tem de ser registada a descontinuação da contabilidade de cobertura. IFRS 7 – Estas melhorias pretendem: a) O alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "*inputs* não observáveis"; b) A clarificação de que o guia de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação da IFRS 7. IFRS 9 – Estas melhorias referem-se: a) Clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo de locação, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; b) Eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa ao reconhecimento inicial de uma conta a receber, a qual deve ser registada ao valor estimado da IFRS 15 e não ao justo valor. IFRS 10 – Esta melhoria refere-se à simplificação da definição do "de facto *agent*". IAS 7 – Esta melhoria refere-se ao alinhamento de designação dos métodos de mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, com a IAS 27, eliminando a referência ao 'método do custo' ainda incluída na IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo ainda não concluiu o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não se espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2 Alterações de políticas, estimativas e erros

Exceto pelo impacto da adoção das novas normas e interpretações ou das suas alterações que entraram em vigor para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2023, com impactos na posição financeira consolidada ou no resultado consolidado das operações, nem foram detetados erros ou omissões materiais, relativos a exercícios anteriores.

2.3 Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo i) detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas, é apresentada separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam (Nota 35). Esta rubrica corresponde à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não direta, ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da perda do respetivo controlo.

As transações, os saldos significativos e os dividendos distribuídos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das empresas controladas podem ser ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do Grupo, antes de poderem ser integradas.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas.

b) Interesses que não controlam

Os interesses que não controlam são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo correspondente justo valor dos ativos e passivos das entidades controladas que não são direta ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo na data de aquisição de controlo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo grupo tenha sido recuperada.

Alterações nos interesses detidos pelo Grupo em entidades controladas que não resultem na perda do controlo sobre as mesmas são contabilizadas como transações de capital próprio. Os valores contabilísticos dos interesses detidos pelo Grupo e por interesses que não controlam são ajustados para refletir alterações dos seus interesses relativos (percentagem detida no controlo) detidos nas mesmas. Qualquer diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlem e o justo valor recebido ou pago é reconhecido diretamente em resultados transitados e atribuído aos detentores do Grupo.

Quando o Grupo perde o controlo de uma entidade, um ganho ou uma perda são reconhecidos em resultados, calculados pela diferença entre i) a soma do justo valor recebido e o justo valor de qualquer interesse retido na entidade e ii) o valor líquido contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e passivos daquela entidade e quaisquer interesses que não controlam. Todos os montantes previamente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados em relação

àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse desreconhecido os correspondentes ativos ou passivos da subsidiária (i.e, reclassificando-os para resultados).

c) Empresas associadas

Uma associada (Nota 23) é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, ou na qual tenha o direito de nomear membros dos respetivos órgãos de gestão.

Estes investimentos financeiros em associadas encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica Resultados relativos a empresas associadas (Nota 14), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica Resultados transitados, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das associadas podem ser ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do grupo, antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial.

No caso particular de variações patrimoniais em empresas associadas, decorrentes do aumento de capital com prémios de emissão, dos quais resulta uma diluição de participação detida, o ajustamento correspondente no valor de participação financeira é efetuado por contrapartida de ganhos relativos a investimentos.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) Concentração de atividades empresariais e *Goodwill*

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, enquadrados no âmbito da IFRS 3, são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica *Goodwill* ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas, conforme aplicável.

O *goodwill* de empresas subsidiárias sedeadas no estrangeiro bem como os ajustamentos de justo valor dos ativos e passivos na data de aquisição da subsidiária, encontram-se registados na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamentos de conversão cambial.

O valor do *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de *goodwill* constatadas no exercício são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício na rubrica Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas, excetuando no caso do *goodwill* implícito nos investimentos em associadas.

Nas situações em que as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, sejam negativas, as mesmas são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

Decorrente da exceção prevista na IFRS 1, o Grupo adotou as disposições da IFRS 3 às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2006. O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para as IFRS foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e objeto de análises de imparidade anualmente.

e) Outros investimentos

Os Outros investimentos relativos a instrumentos de capital não cotado, cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, encontram-se reconhecidos pelo respetivo custo de aquisição.

2.4 Políticas Contabilísticas

2.4.1 RÉDITO

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados quando ocorre a transferência do controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é fiavelmente mensurável.

Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser atribuída. Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a eventual existência de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expetativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou serviço é menor do que um ano, o que ocorre na generalidade dos serviços que o Grupo presta. O mesmo acontece quando o Grupo recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

2.4.2 ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do exercício a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis qualificáveis, ou seja, ativos cujo período de construção ou produção seja superior a um ano, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do ativo seja interrompido.

2.4.3 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento do exercício são compostos por imposto corrente e impostos diferidos.

A Empresa estima os impostos sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), abrangendo todas as empresas em que a sociedade dominante detém uma participação, direta ou indireta, em pelo menos 75% do respetivo capital social e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a sociedade dominante do RETGS foi a José de Mello Capital, S.A..

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento das empresas controladas e das empresas associadas é calculado com base nas taxas em vigor dos países das respetivas sedes:

	Taxa
Portugal	21%
Espanha	25%
Angola	25%

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base no método do balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, bem como os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração consolidada da posição financeira.

Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados periodicamente e avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas suficientes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas desenvolvem a sua atividade, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2019 a 2024 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Grupo considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas referidas à data de 31 de dezembro de 2024.

Para todas as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, o Grupo procede a uma avaliação da probabilidade de desfecho desses processos, e sempre que seja provável que as Autoridades Fiscais aceitem um tratamento tributário incerto os valores de imposto registados são consistentes com os declarados. Quando existe incerteza na posição das Autoridades Fiscais, essa incerteza é considerada e refletida na mensuração do imposto, em cumprimento do IFRC 23.

2.4.4 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos quando é provável que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente aprovadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido ou de liquidação do passivo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, as respetivas derramas sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos ativos e impostos passivos diferidos. No final de 2024 foi aprovado o OE para 2025 pela Lei n.° 45-A/2024, de 31 de dezembro, que outorgou a descida da taxa de IRC para 20%. Com efeito, considerou-se a taxa que se espera aplicar ao lucro tributável dos períodos em que as diferenças temporárias se espera que se revertam.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

2.4.5 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da empresa-mãe (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da empresa-mãe.

2.4.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado líquido do ano em que o gasto ocorre.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados consolidados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, os valores incorridos são classificados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controlados pelo Grupo, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis podem ser finitas ou indefinidas. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados periodicamente quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade. Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

Para os ativos intangíveis com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada. As vidas úteis definidas para cada categoria de ativo são as seguintes:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3 - 5
Software	3 - 4
Propriedade industrial e direitos	3 - 20
Outros ativos intangíveis	3 - 5

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Amortizações e depreciações.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é reconhecido em resultados no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos intangíveis relevantes do Grupo são os seguintes:

a) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando o Grupo pode demonstrar:

- a exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- a sua intenção para o completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- a disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- a capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

b) Software

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

c) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização. A amortização é efetuada no período de utilização exclusiva de cada patente.

d) Direitos

d.1) Direitos de exploração

Nesta rubrica encontra-se refletido o direito de exploração de um parque de estacionamento por um período de 50 anos e o direito de exploração de um conjunto de marcas, imóveis, vinhas, instalações e equipamentos, por um período de 20 anos.

d.2) Direitos de emissão

As licenças de emissão de CO_2 atribuídas ao Grupo no âmbito do PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO_2), são reconhecidas de acordo com a IAS 38 – Ativos intangíveis, na rubrica Ativos intangíveis por contrapartida de Diferimentos, pelo valor de mercado na data da atribuição.

As licenças adquiridas são reconhecidas em Ativos intangíveis por contrapartida da correspondente conta a pagar ou de disponibilidades.

Pelas emissões de CO_2 efetuadas pelo Grupo, e tendo por base o critério FIFO, é reconhecido um gasto em Depreciação e amortização por contrapartida de Amortizações acumuladas de ativos intangíveis e, simultaneamente, é transferido para Outros rendimentos operacionais, por contrapartida de Subsídios, um montante equivalente à redução da quota parte de subsídio (na rubrica Rendimentos diferidos) correspondente.

Sempre que o Grupo efetua emissões de CO_2 sem ser detentor das respetivas licenças, é reconhecida uma provisão, nos termos da IAS 37 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, pelo montante correspondente à melhor estimativa de preço para a sua obtenção, acrescido da estimativa do montante das penalizações em que se incorrerá pela emissão de CO_2 sem licença.

As vendas de direitos de emissão dão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, o qual é registado em Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais, respetivamente.

Uma vez que existe um mercado ativo para direitos de emissão, os mesmos são revalorizados no final de cada período ao valor de mercado sendo simultaneamente ajustada a rubrica Diferimentos consoante se trate de licenças atribuídas ou licenças adquiridas.

d.3) Direito de utilização

Esta rubrica corresponde à aquisição de marcas, logotipos e dos respetivos direitos de utilização exclusivos, correspondendo a quantia escriturada ao custo de aquisição. Tratando-se de um ativo sem vida útil definida, não será sujeito a amortização, sendo objeto de testes de imparidade periodicamente, ou quando existam indícios de que a quantia escriturada é superior ao seu valor de mercado.

d.4) Trespasse

Nesta rubrica encontra-se refletido o trespasse de três clínicas e o direito de exploração de uma convenção sobre serviços de radiologia.

2.4.7 LOCAÇÕES

Um contrato constituiu, ou contém, uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

a) Grupo como Locatário

O Grupo avalia se um contrato contém ou não um ativo por direito de uso no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo por direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos em que é locatário, exceto para os contratos de curta duração (prazo de doze meses ou inferior) e de baixo valor. Para esses contratos, o Grupo reconhece os gastos de locação numa base linear como um gasto operacional.

DIREITO DE USO

O Grupo reconhece um direito de uso no momento em que o ativo se encontra disponível para uso. O direito de uso inclui os custos iniciais incorridos para colocar o ativo disponível.

Os Ativos por direito de uso são mensurados pelo valor inicial do Passivo de locação correspondente, acrescido de pagamentos de locação efetuados antes ou na data de início da locação e eventuais gastos diretos iniciais e deduzido de eventuais montantes recebidos. Os Ativos por direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de amortizações, depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos por direito de uso são amortizados ou depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente, conforme segue:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	3 - 7
Equipamento administrativo	4-8
Equipamento de transporte	4
Direito de superfície	40
Outros ativos	4 - 8

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11 Imparidade de ativos não correntes.

Sempre que o Grupo espere vir a incorrer em custos de desmantelamento do ativo por direito de uso, ou em gastos com a reparação do local onde o mesmo se encontra instalado ou do ativo subjacente à locação por via de condição exigida pelos termos e condições do contrato de locação, é reconhecida uma provisão e mensurada de acordo com a IAS 37. Os referidos gastos são incluídos no correspondente ativo por direito de uso, na medida em que os gastos estejam relacionados com o mesmo.

Se um arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente ou o preço do direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início do contrato de locação.

Os ativos por direito de uso são apresentados numa linha separada da demonstração consolidada da posição financeira. O Grupo aplica a IAS 36 na determinação do valor recuperável do ativo subjacente, sempre que necessário, tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11 Imparidade de ativos não correntes.

As parcelas de renda variável que não dependam de um índice ou de uma taxa não são incluídas na mensuração do passivo e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como um gasto operacional, na demonstração consolidada dos resultados, no exercício a que os mesmos dizem respeito.

PASSIVO DE LOCAÇÃO

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto operacional do exercício.

O passivo da locação é mensurado subsequentemente: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa; e, iii) reduzindo pelos pagamentos de locação efetuados.

CONTRATOS DE CURTA DURAÇÃO E DE BAIXO VALOR

O Grupo adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta

duração e de baixo valor, o Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

b) Grupo como Locador

As locações nas quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional.

As locações em que o Grupo é locador, respeitam à cedência de espaços existentes nos hospitais (para exploração de atividades não clínicas) e de espaços no Edifício Sede (para exploração de atividades administrativas e de apoio à gestão).

2.4.8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo e encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição e instalação, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo considera os Imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares ("IASS") (que englobam as rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária ("TAI") como uma classe de ativos separada, encontrando-se esta escriturada pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização. Quando a quantia escriturada dessa classe é aumentada ou diminuída como resultado de uma revalorização, a variação é reconhecida no capital próprio; no caso das diminuições, a redução é reconhecida até ao ponto de qualquer saldo remanescente existente no capital próprio com respeito a esse bem.

Os custos de manutenção e reparação correntes, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

As depreciações são calculadas numa base linear por duodécimos, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

	Anos de vida útil
IASS, TAI e Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	2 - 20
Equipamento administrativo	2 - 17
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 20

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos Nota 2.4.11.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo de vender e o valor contabilístico) é reconhecido nos resultados do ano como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais (Notas 8 e 13), no ano em que o ativo é desreconhecido.

Para os ativos existentes, considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os Ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

2.4.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem imóveis detidos para obter rendas, não se destinando ao fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

O Grupo adotou o modelo do custo como critério de mensuração das Propriedades de investimento. O valor das Propriedades de investimento inclui o custo de aquisição, o imposto de selo (suportado com a aquisição) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT"). Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, como o Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI") e o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis ("AIMI"), são

reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica Propriedades de investimento; caso contrário, são reconhecidas como um gasto no exercício em que ocorrem.

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método da linha reta durante o período de vida útil estimado, que varia entre 10 e 50 anos.

2.4.10 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Esta rubrica inclui ativos não correntes (ou grupos para alienação) cuja quantia escriturada será recuperada através de uma venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos e;
- A sua venda é altamente provável, isto é: i) a hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupos para alienação); ii) foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano; iii) o ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente; e, iv) a venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para além de um ano não excluem que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda são mensurados pelo menor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender, é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender um ativo, é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Os ativos não correntes, enquanto estiverem classificados como detidos para venda ou enquanto fizerem parte de um grupo para alienação classificado como detido para venda, não são depreciados (ou amortizados).

Uma operação descontinuada é uma componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente dos restantes do Grupo. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como detida para venda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme previsto pela IFRS 5, a face da demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos naqueles anos reflete numa única rubrica (resultado líquido do exercício das operações descontinuadas), os resultados, após impostos, das unidades operacionais descontinuadas (Nota 5.4).

2.4.11 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCLUINDO *GOODWILL*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos não correntes com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre i) o justo valor deduzido de custos para vender e ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato no resultado líquido do exercício, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da quantia recuperável do

ativo. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida no resultado líquido do exercício. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.4.12 INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculada em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. Este corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

O custo dos inventários inclui: i) custos de compra; ii) custos de conservação; e iii) outros custos incorridos para colocar os inventários nas condições pretendidas.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor líquido dos inventários através do reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é reposto quando deixem de existir os motivos que a originaram.

As estimativas do preço de venda tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do exercício na medida em que tais acontecimentos confirmam condições existentes no fim do exercício.

2.4.13 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos benefícios:

a) Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

b) Férias e Subsídio de férias

De acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento e são refletidas na rubrica Outros passivos correntes, por contrapartida de resultados.

c) Benefícios com Pensões de Reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os gastos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais, elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os gastos com Pensões são registados na rubrica Gastos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no exercício, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

A remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, inclui os ganhos (perdas) atuariais, sendo essas quantias reconhecidas em Outro rendimento integral dentro do âmbito do capital próprio.

Os gastos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

d) Benefícios de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com alguns dos antigos e atuais colaboradores um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica Gastos com o pessoal.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

e) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Com a publicação da Lei n.° 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.° 294-A/2013, tinham entrado em vigor no dia 1 de outubro desse ano os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho ("FCT") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT"). Nesse contexto, as empresas que contratassem um novo trabalhador eram obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial de uma indemnização em caso de despedimento.

Tendo em conta as características de cada Fundo era considerado o seguinte:

- as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, eram reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas no rendimento integral;
- as entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, eram reconhecidas como gasto do exercício a que respeitavam.

No entanto, a Lei n.° 13/2023, de 3 de abril, veio alterar o Código do Trabalho e legislação conexa, no âmbito da agenda do trabalho digno e veio introduzir diversas alterações em vários diplomas legislativos.

No que diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho, ainda que se não proceda a qualquer alteração aos respetivos regimes jurídicos, a sua entrada em vigor apresenta impactos significativos pela suspensão de algumas obrigações que a Lei n.° 70/2013, de 30 de agosto, impõe aos empregadores. Com efeito, suspendeu as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho. No dia 15 de dezembro de 2023 foi publicado o Decreto-Lei n.° 115/2023 que estabelece novos regimes jurídicos dos fundos. As obrigações relativas ao FCT são extintas e as relativas ao FGCT ficam suspensas. Assim, as empresas que tenham contribuído para os FCT terão, até 2026, a possibilidade de resgatar os montantes retidos nesse fundo.

O empregador pode fazer o pedido de mobilização dos valores do FCT, nomeadamente se os destinarem a:

- apoio à habitação dos trabalhadores, através do financiamento de investimentos ou custos da mesma;
- apoio em creches e refeitórios, quando haja acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores;
- financiamento de formação certificada e qualificação dos trabalhadores.

2.4.14 PROVISÕES

São constituídas provisões quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de ações passadas, quando é provável uma saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e esta possa ser medida com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido, para liquidar a obrigação presente à data de cada demonstração consolidada da posição financeira, revistas periodicamente e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Em particular são constituídas provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou em consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários.

2.4.15 RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

a) Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no artigo 272.° do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, como capital social.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida, como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos ou gastos inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica Resultados transitados.

b) Reserva legal

De acordo com o artigo 295.° do CSC, pelo menos 5% do resultado, apurado nas demonstrações financeiras separadas da Empresa-mãe, tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artigo 296.° do CSC).

c) Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui as variações por aumentos ou reduções no justo valor dos IASS e dos TAI que, de acordo com o n.° 2 do artigo 32.° do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, realizados, extintos ou liquidados.

d) Justo valor dos instrumentos de cobertura

Esta rubrica inclui as variações no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro. De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor, através de componentes de Capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados.

e) Resultados transitados

Esta rubrica reflete a apropriação dos resultados de anos anteriores realizados e não distribuídos, da Empresa, das empresas controladas e das empresas associadas.

f) Dividendos antecipados

Esta rubrica reflete os eventuais adiantamentos sobre lucros efetuados no decurso do exercício ao abrigo do disposto no artigo 297.° do CSC, desde que cumpra os seguintes termos: i) sejam efetuados no segundo semestre de cada ano; e, ii) não exceda metade das importâncias que seriam distribuíveis à data a que se reporta o balanço intercalar.

2.4.16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo que resulta de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente existe em resultado de:

- uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou
- uma obrigação presente que resulte de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros, seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.4.17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

a) Ativos financeiros

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL

Os ativos financeiros são inicialmente classificados e subsequentemente mensurados em categorias.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das caraterísticas contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. O Grupo mensura um ativo financeiro ao seu justo valor, adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação no momento inicial. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa, ou para as quais o Grupo adota o expediente prático, são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamento de juros ("*solely payments of principal and interest*" - SPPI) sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos "fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamento de juros", é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Um Ativo financeiro é classificado como corrente quando i) o Grupo espera realizar o ativo no decurso normal do seu ciclo operacional ou até doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, ii) o ativo é detido essencialmente para finalidades de negociação, ou iii) o ativo é um caixa ou um equivalente de caixa, conforme definido na IAS 7 – Demonstrações dos fluxos de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado;
ii. Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados;
iii. Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento;
iv. Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para receber os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de Clientes, Outros devedores, Outros ativos e Outros instrumentos financeiros.

O Grupo considera que o justo valor destas contas é equivalente ao seu valor nominal.

iii. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

O Grupo decidiu classificar os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria.

DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da demonstração consolidada da posição financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos, no âmbito de um acordo no qual o Grupo: i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato transferir, vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e, iii) o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e
- O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Clientes, Outros devedores e Outros ativos financeiros

O Grupo reconhece uma imparidade para as perdas esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas. Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Contudo, e nomeadamente no que respeita a contas a receber de partes relacionadas, se não ocorrer qualquer aumento do risco de crédito do respetivo instrumento financeiro, o Grupo mensura a perda por imparidade daquele instrumento por um montante equivalente às perdas esperadas no período de doze meses ("12 *months expected credit losses*").

OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, o Grupo avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, o Grupo tem em conta o *rating* de crédito do instrumento de dívida.

Os Investimentos detidos até à maturidade dizem respeito a obrigações emitidas por uma entidade relacionada, pelo que são considerados investimentos com baixo risco de crédito. O Grupo analisa a informação financeira disponível mais recente, de modo a detetar situações de risco.

O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido há mais de 90 dias. Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expetativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL

Os passivos financeiros são classificados como empréstimos (incluindo descobertos bancários), contas a pagar a fornecedores, outros credores, outros passivos e outros passivos financeiros ou derivados (designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz).

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os Passivos financeiros são classificados como correntes quando i) se espera que venham a ser liquidados no decurso normal do ciclo operacional do Grupo, ii) o passivo seja detido essencialmente para finalidades de negociação, iii) a liquidação do passivo esteja prevista para um período de doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira ou o Grupo não tinha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Empréstimos
Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados no resultado líquido quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração consolidada dos resultados.

Fornecedores, Outros credores, Outros passivos e Outros passivos financeiros
Os saldos de Fornecedores, Outros credores, Outros passivos e Outros passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, sempre que aplicável, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Estas rubricas são reconhecidas como passivos correntes, exceto se estiver contratualizada a sua liquidação após doze meses seguintes à data da demonstração consolidada da posição financeira.

DESRECONHECIMENTO

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita, cancelada ou expira.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

O Grupo considera que o justo valor dos passivos financeiros se aproxima do seu valor contabilístico.

c) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

RECONHECIMENTO INICIAL E SUBSEQUENTE

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

No início da relação de cobertura, o Grupo designa formalmente e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

Nos termos da IFRS 9, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura. O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados como se segue:

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Capital próprio, enquanto que a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Capital próprio deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração consolidada dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção (assim que o fluxo de caixa coberto ocorra), qualquer quantia acumulada remanescente no rendimento integral é contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

2.4.18 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de perda de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada de fluxos de caixa, esta rubrica compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos, da demonstração consolidada da posição financeira.

2.4.19 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e exfluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

2.4.20 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

i. que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
ii. cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
iii. relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

2.4.21 ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os dividendos de investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas Outros ativos correntes, Outros ativos não correntes, Outros passivos correntes e Outros passivos não correntes.

2.4.22 ATIVOS, PASSIVOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em outras divisas, que não euros, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração consolidada da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando-se para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração consolidada da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários, cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, nomeadamente:

- as diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira que, na prática, se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- as diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram os critérios de eficiência estabelecidos na IFRS 9.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração consolidada da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de Capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração consolidada dos resultados e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apuradas na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.4.23 SUBSÍDIOS

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos líquidos de impostos diferidos. Estes subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o Grupo cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido. Especificamente, os subsídios ao investimento cuja principal condição respeita à compra, construção ou outra forma de aquisição de ativos não correntes (incluindo ativos fixos tangíveis) são reconhecidos como diferimentos passivos na demonstração consolidada da posição financeira e transferidos para resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil dos ativos relacionados.

Os subsídios à exploração, que não estejam relacionados com ativos, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício de acordo com os gastos incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- no que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- no que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é, amortizações e depreciações e/ou ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

2.4.24 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos registados pelo Grupo correspondem exclusivamente às vinhas detidas para exploração. No reconhecimento inicial e em cada data de relato, estes ativos são mensurados ao justo valor deduzido dos gastos estimados necessários para a sua venda, sempre que esse justo valor possa ser mensurado de forma fiável. Caso não seja possível determinar o justo valor de forma fiável, os ativos biológicos são registados pelo seu custo, deduzido de quaisquer amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, até que o justo valor possa ser mensurado de forma fiável.

As plantações de vinha são valorizadas pelo seu custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. A depreciação inicia-se a partir do momento em que a vinha está em condições de produção e ocorre durante 20 anos.

2.5 Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data (acontecimentos após a data da

demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos), são refletidos nas demonstrações financeiras, caso originem um impacto material.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data (acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos), são divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras.

2.6 Principais estimativas e Julgamentos da gestão

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, bem como os seus rendimentos e gastos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento, na experiência de eventos passados e/ou recorrentes e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

ANÁLISE DE IMPARIDADE DO *GOODWILL*

O valor do *goodwill* é testado anualmente e sempre que haja evidências de estar em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada. Para esse efeito, o Grupo prepara projeções com base nos orçamentos e planos de negócio mais recentes aprovados pelo Conselho de Administração.

VIDA ÚTIL DE ATIVOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS, DIREITO DE USO E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e é revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Grupo opera.

CUSTOS DE DESENVOLVIMENTO

Os custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.4.6. a). A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica, normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração. Na determinação das quantias a serem capitalizadas o Conselho de Administração faz suposições acerca dos fluxos de caixa esperados que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS

A categoria de Imóveis Afetos a Serviços de Saúde de unidades hospitalares (“IASS”) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”), incluídos em Ativos fixos tangíveis são, à data da demonstração consolidada da posição financeira, valorizados pela sua quantia escriturada revalorizada com base em avaliações efetuadas por entidades externas independentes, através do método do rendimento e do custo de reposição. Quando, à data da demonstração consolidada da posição financeira, o justo valor dos Imóveis Afetos a Serviços de Saúde em curso não seja fiavelmente mensurável, os mesmos são valorizados ao custo até que o seu justo valor possa ser fiavelmente mensurável o que habitualmente ocorre com a conclusão da respetiva construção.

LOCAÇÕES – ESTIMATIVA DA TAXA INCREMENTAL, DO PRAZO DA LOCAÇÃO E MÉTODO DE VALORIZAÇÃO

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo da locação.

O Grupo não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer que seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as

mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições do financiamento. Com efeito, o Grupo estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado a que tem acesso.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão em permanecer no contrato de locação. O Grupo avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Hospitais e clínicas - o Grupo avalia a possibilidade de exercer com "uma certeza razoável a opção de prorrogação" da locação deste tipo de ativos. Nesse sentido, e tendo em consideração o crescimento do Grupo nos últimos anos e a crescente necessidade de expandir, o Grupo não consegue afirmar com uma certeza razoável que estes contratos de locação serão renovados no final do prazo inicial;
- Outros imóveis – para esta categoria, o Grupo analisa contrato a contrato, e em caso de existência de uma cláusula de opção de renovação, é aferida a razoabilidade e a expectativa de renovar o contrato;
- Equipamentos e Viaturas – este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

IMPARIDADE DE CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos ao longo de um período de 5 anos, ajustada por fatores prospetivos específicos identificados pelo Grupo como os mais adequados a cada grupo de clientes, com características e histórico de incumprimentos semelhantes. Adicionalmente, o Grupo tem em consideração os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a pressupostos julgamentais, nomeadamente:

- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além do período explícito de projeção;
- Taxa de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e impostos diferidos requer o exercício de julgamento e está sujeito a interpretações. Diferentes interpretações poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

Somente são reconhecidos impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual possam ser utilizados.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE PROVISÕES

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade, para a qual o Grupo recorre, sempre que necessário, a peritos especialistas nas matérias em apreço.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por alterações dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

PROVISÕES CONTRATUAIS

As provisões contratuais respeitam a provisões reconhecidas para fazer face a responsabilidades relativas ao término dos contratos de gestão dos Hospitais de Vila Franca de Xira e de Braga.

ESCALA VILA FRANCA – SOCIEDADE GESTORA DO ESTABELECIMENTO, S.A. ("ESCALA VILA FRANCA")

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. ("ARSLVT"), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2021 do Estabelecimento Hospital de Vila Franca.

Relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2021 encontravam-se em curso à data de fecho, o processo de encerramento de apuramento da Produção real, sendo que o mesmo já deveria ter sido concluído em junho do ano seguinte, respetivamente.

O Conselho de Administração do Grupo CUF entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, no âmbito daquelas provisões e perdas por imparidade sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO E RESTAURO

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauração do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos; e
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A avaliação das responsabilidades por Benefícios de Reforma e de Saúde atribuídos a alguns dos antigos e atuais colaboradores do Grupo Bondalti é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios a empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

- Taxa de Crescimento Salarial, Taxa de Rendimento do Fundo e Taxa Técnica de juro;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público de Portugal; e
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas de Portugal.

Alterações nos pressupostos podem ter um impacto relevante nas responsabilidades.

CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

O Grupo teve em atenção os resultados atingidos e entende que as medidas em vigor e as que estão a ser tomadas ao nível da libertação de meios operacionais (por redução de consumos e aumento de produtividade), são suficientes para garantir o normal funcionamento da atividade, bem como o cumprimento do reembolso da dívida, não estando, por conseguinte, posta em causa a continuidade das operações.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras, incluindo a informação dos eventos subsequentes (Nota 49). No entanto, dado o número de fatores qualitativos envolvidos, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas são registadas em resultados de forma prospetiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

2.7 Gestão de Riscos Financeiros

2.7.1 PRINCÍPIOS GERAIS

O Grupo, à semelhança da generalidade dos grupos empresariais, encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos o Grupo identificou um conjunto de riscos associados ao desempenho financeiro de cada empresa incluída na consolidação considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Grupo detém um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposto. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

2.7.2 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados do Grupo e a sua posição financeira.

O Grupo encontra-se, essencialmente, exposto aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Através da política de controlo adotada procuram-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afeta negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados do Grupo.

Periodicamente, o Grupo analisa a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e taxa variável.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio. O Grupo encontra-se exposto às variações cambiais, em particular à variação cambial do dólar americano (USD) e do kwanza angolano (Kz).

2.7.3 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais do Grupo, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e Outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e, monitorização regular dos valores em dívida.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O Grupo tem em vigor contratos de *factoring* sem recurso mediante os quais cede os créditos e em que o controlo dos créditos e parte dos riscos e benefícios são transferidos para a entidade de *factoring*.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2024 é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os saldos evidenciados na rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda respeitam, essencialmente, ao FCT, o qual é garantido pelo Instituto de Gestão e Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P..

c) Investimentos detidos até à maturidade

A monitorização dos Investimentos detidos até à maturidade, que incluíam em 2022 obrigações emitidas pela Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. era feita periodicamente pela gestão, mediante a análise dos relatórios e contas das entidades emitentes, sendo tidos em consideração os seguintes indicadores: análise da situação patrimonial das sociedades; análise do grau de solvabilidade; capacidade de gerar recursos líquidos a partir da utilização dos ativos e análise da evolução da situação financeira; e, análise dos pareceres dos respetivos revisores. Adicionalmente, era analisado o rating desta entidade pela Agência DB.

2.7.4 RISCO METEOROLÓGICO

Existem riscos meteorológicos que podem afetar significativamente as vinhas e as operações de vinificação. Condições climáticas adversas, como geadas, tempestades de granizo, calor excessivo ou chuvas fortes, podem danificar as videiras, afetar a qualidade das uvas e afetar o desempenho geral do negócio.

O ano de 2024 foi em Portugal um ano acima de normal em termos de precipitação. Ainda assim, mantém-se a necessidade de trabalhar o uso de todos os recursos de forma sustentável.

Durante o ano 2024 houve poucos eventos extremos e a maioria das regiões vitivinícolas em Portugal tiveram boa produtividade com ligeira queda no Alentejo. A produção mundial foi maior que em 2023 apesar de se assistir em vários pontos do globo ao abandono de vinha.

Adicionalmente, a disponibilidade de água tem sido de extrema importância para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, tornando fundamental que o Grupo seja mais eficiente no uso desta, mas também que garanta o seu armazenamento em barragens e albufeiras próprias. A este nível é inevitável algum investimento futuro nestas infraestruturas, na procura alternativa de água no subsolo, na adequação de centrais de bombagem e sistemas de rega como um todo, para um melhor e mais eficiente uso deste bem escasso.

2.7.5 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e,
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pelo Grupo.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

3. ESTIMATIVA DE JUSTO VALOR

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

- **Nível 1:** cotações de mercados líquidos de ativo e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira;
- **Nível 2:** modelos de avaliação geralmente aceites, baseados em *inputs* observáveis no mercado alternativos aos referidos no nível 1;
- **Nível 3:** modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

O Grupo tem valorizado ao justo valor, os ativos e passivos indicados nos quadros seguintes, nos quais está também indicada a respetiva hierarquia:

	31 dez 2024		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 47)	9 241 649	-	-
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 21)	-	-	562 179 614
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24)	-	135 084	4 711 643
Passivos valorizados ao justo valor			
Direito de concessão (Nota 40)	-	1 179 266	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 44)	-	1 171 329	-

	31 dez 2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 47)	8 370 810	-	-
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 21)	-	-	530 739 142
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24)	-	2 120 564	4 083 788
Passivos valorizados ao justo valor			
Direito de concessão (Nota 40)	-	1 206 305	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 44)	-	862 383	-

O justo valor dos Direitos de emissão, uma vez que existe um mercado ativo, foi apurado com base no seu valor de mercado.

O justo valor (valor revalorizado) das rubricas Terrenos e Edifícios, relativa a IASS e a TAI foi determinado por avaliadores independentes externos, tendo por base *inputs* não observáveis no mercado.

O justo valor dos Ativos financeiros disponíveis para venda é determinado pela cotação de mercado e não diferem substancialmente do seu custo.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi determinado por entidades terceiras, tendo por base *inputs* observáveis no mercado e de acordo com os modelos e técnicas geralmente aceites.

4. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

4.1 Empresas consolidadas

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Empresa	Sede	31 dez 2024		31 dez 2023
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
Serviços comuns e outros:				
JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A. ("JM Capital")	Lisboa	Empresa-mãe		
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Infra-estruturas:				
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) ("JM Investimentos")	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%
Saúde:				
CUF, S.A. ("CUF") e subsidiárias ("Grupo CUF")	Lisboa	65,85%	65,85%	65,85%
CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("CUF SGPS")	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
CUF - Serviços de Saúde, Administrativos e Operacionais, ACE	Carnaxide	65,84%	99,98%	99,92%
CUF - Gestão de Clientes e de Serviços de Saúde, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Academia CUF, Sociedade Unipessoal Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Açores, S.A. (a.)	S.Miguel	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Cascais, S.A. (b.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Coimbra, S.A. (c.)	Coimbra	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Descobertas, S.A. (d.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Santarém, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Porto S.A. (e.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Tejo, S.A. (f.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	31 dez 2024		31 dez 2023
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (g.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospital CUF Viseu, S.A.	Viseu	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica CUF Alvalade S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Clínica CUF Belém S.A. (h.)	Lisboa	65,85%	100,00%	96,40%
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A. (h.)	Lisboa	-	-	96,40%
Clínica Dr. Luís Álvares S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
HD Medicina Nuclear, S.A.	Lisboa	46,09%	70,00%	70,00%
Ecografia de Cascais Lda. (b.)	Cascais	-	-	100,00%
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	Lisboa	65,85%	100,00%	100,00%
Centro Logístico CUF, Unipessoal Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.	Viseu	65,85%	100,00%	100,00%
Infrahealth – Gestão de Infraestruturas Unipessoal, Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
SIMPLYGREEN - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Hospimob - Imobiliária, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
CUF – Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Digihealth, S.A.	Carnaxide	57,95%	88,00%	88,00%
IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A. (i.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	100,00%
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. (j)	Porto	52,68%	80,00%	51,00%
Cliave – Clínica do Vale do Ave, Lda. (j.)	Porto	35,56%	54,00%	27,54%
Clínicas Expresso, Lda. (j.)	Porto	46,10%	70,00%	35,70%
Expresso à Noite – Serviços Médicos de Urgência Lda. (j.)	Porto	50,41%	76,56%	39,05%
Clínica Médico – Cirúrgica Nossa Senhora da Guia Lda. (j.)	Porto	52,68%	80,00%	40,80%
Medentine – Medicina Dentária, Lda. (j.)	Porto	55,97%	85,00%	43,35%
Saúde:				
CUF Arrifana de Sousa, S.A. (k.)	Penafiel	65,85%	100,00%	-
Clínica Nossa Senhora do Bom Despacho S.A. (k.)	Penafiel	65,85%	100,00%	-
Centro Cardiológico Pedro Bernardo Almeida Lda. (k.)	Penafiel	65,85%	100,00%	-
Clínica Médico - Cirúrgica do Marco de Canaveses, S.A. (k.)	Penafiel	65,85%	100,00%	-
MultiCMAS, Lda. (k.)	Penafiel	65,85%	100,00%	-
Centros de Saúde CUF, S.A. (l.)	Carnaxide	65,85%	100,00%	-
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A. e subsidiárias ("Grupo JM Residências")	Lisboa	69,58%	69,58%	69,58%
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Lisboa	48,71%	70,00%	70,00%
Burkina - Sociedade Imobiliária, S.A.	Lisboa	48,71%	70,00%	70,00%
Imobiliário:				
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A. (JM Imobiliária) e subsidiárias ("Grupo JM Imobiliária")	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Comitur Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Sesimbra	66,67%	66,67%	66,67%
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A. ("Bondalti") e subsidiárias ("Grupo Bondalti")	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Chemicals, S.A. ("B. Chemicals")	Estarreja	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	31 dez 2024 % efetiva	31 dez 2024 % de controlo	31 dez 2023 % de controlo
Elnosa - Eletroquímica del Noroeste, S.A.	Pontevedra	100,00%	100,00%	100,00%
Nutriquim - Produtos Químicos S.A.	Barreiro	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Cantábria, S.A.	Torrelavega	100,00%	100,00%	100,00%
Miralcalis - Activos de Produção de Cloro, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Innovnano - Materiais Avançados, S.A.	Coimbra	100,00%	100,00%	100,00%
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Water Solutions, S.A.	Porto Salvo	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti H2, S.A. ("Bondalti H2")	Estarreja	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott, Gestão e Tratamento de Águas S.A.	Sintra	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott Madeira - Gestão e Tratamento de Águas, Unipessoal, Lda.	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%
Enkrott África - Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	Luanda	80,00%	80,00%	80,00%
Enkrott España, S.L.U.	Barcelona	100,00%	100,00%	100,00%
Grupo Aguas Alfaro, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Agua, Energia y Medioambiente, Servicios Integrales, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Laboratorios Alfaro, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Aguas Rioja Medioambiente, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Agua, Gestion y Tratamientos, Servicios Integrales, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%	100,00%
Bondalti Ibérica, S.L.U. (m.)	Barcelona	100,00%	100,00%	-
Bondalti Cloro, S.A. (n.)	Estarreja	100,00%	100,00%	-
Renoeste - Valorização de Recursos Naturais S.A. (o.)	Pombal	-	-	100,00%
Indústria de refinação:				
Lifthium Energy Capital, S.à r.l. (p.)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	-
Lifthium Energy, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Lifthium Energy Cantabria, S.A. (q.)	Cantábria	100,00%	100,00%	-
Lift One Capital, SGPS, S.A. (r.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Lift One, S.A. (r.)	Lisboa	100,00%	100,00%	-
Vinho:				
JMCWSG, S.A. e subsidiárias ("WS Group")	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Arraiolos	100,00%	100,00%	100,00%
Ravasqueira Bio, Unipessoal Lda.	Arraiolos	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. (s.)	Alenquer	100,00%	100,00%	-

(a.) O Grupo CUF concretizou, em 24 de março de 2023, a aquisição de 100% do capital social da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A.; em setembro de 2023, a empresa alterou a sua designação social para Hospital CUF Açores, S.A..

(b.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Cascais, S.A., da Clínica CUF São Domingos de Rana, da Clínica CUF Nova SBE e do Hospital CUF Sintra. Com efeitos contabilísticos reportados a 1 de janeiro de 2024, a empresa incorporou por fusão a subsidiária Ecografia de Cascais, Lda., tendo integrado por essa via a atividade médica anteriormente desenvolvida por aquela entidade.

(c.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Coimbra, S.A. e da Clínica CUF Leiria, cuja abertura ocorreu em janeiro de 2023.

(d.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Descobertas, S.A. e da Clínica CUF Montijo.

(e.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Porto S.A., do Hospital CUF Trindade, Instituto CUF e da Clínica CUF São João da Madeira.

(f.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Tejo, S.A., da Clínica CUF Miraflores, da Clínica CUF Almada e da Clínica CUF Barreiro, a qual foi adquirida em outubro de 2023, passando a marca CUF em fevereiro de 2024. Inclui ainda a atividade de serviços domiciliários desenvolvida pelo Grupo CUF.

(g.) A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Torres Vedras, S.A. e da Clínica CUF Mafra.

(h.) Em novembro e dezembro de 2023, a CUF, S.A. celebrou contratos de compra e venda de ações para a aquisição de interesses que não controlam de ações representativas do capital social da Clínica CUF Belém S.A., e, indiretamente, da Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A., pelo montante de, aproximadamente, 2,9 milhões de euros (Nota 43.3). Em 2024 adquiriu as remanescentes participações sociais pelo montante global de 306 milhares de euros (Nota 43.3), passando a CUF SGPS a deter 100% da Clínica CUF Belém S.A.. Com efeitos contabilísticos reportados a 1 de janeiro de 2024, a empresa incorporou por fusão a subsidiária Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A., tendo integrado por essa via a atividade médica anteriormente desenvolvida por aquela entidade.

(i.) No exercício de 2024, a Sagies – Segurança e Saúde no Trabalho, S.A., alterou a sua designação social para IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A. ("IMO SAG"). Adicionalmente, em março de 2024, a IMO SAG realizou uma entrada de ativos na Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. (anteriormente designada de ATL).

(j.) Em junho de 2023 foi celebrado um acordo de aquisição entre a CUF, S.A. ("CUF") e a Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A. ("ATL"), segundo o qual a ATL cedeu à CUF 51% do capital social pelo montante de 3,32 milhões de euros, e 51% dos créditos acionistas ATL, no montante de 87 milhares de euros (Nota 43.3). Em março de 2024, a IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A. realizou uma entrada de ativos na Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. (anteriormente designada de ATL), correspondente a novas ações (59,18%), diluindo-se a participação da CUF, S.A. para 20,82%. Com efeito, o Grupo CUF passou a deter 80% do Grupo Preveris. Atualmente, a Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. é acionista de cinco empresas que formam o Grupo Preveris, e dedica-se à prestação de serviços de saúde, segurança e higiene no trabalho. Adicionalmente, o acordo parassocial confere à CUF, S.A. uma opção de compra da totalidade das ações, a qual poderá ser exercida a qualquer momento entre 2029 e 2031. O Grupo CUF considera altamente provável o exercício desta opção, pelo que registou nas suas contas em 2024, o montante de 4,2 milhões de euros (Nota 18 e Nota 40).

(k.) A 5 de janeiro de 2024, o Grupo CUF concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa ("Arrifana de Sousa"), detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa. Estas novas unidades (já integradas na rede CUF) incluem um hospital em Penafiel e seis clínicas localizadas em Alpendurada, Lousada, Marco de Canaveses, Paredes, Penafiel e Vila Meã. Em dezembro de 2024 a Cmasdentária – Clínica de Medicina Dentária, Lda., subsidiária da Clínica Arrifana de Sousa, S.A., foi fusionada nesta última, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024. Adicionalmente, ainda em 2024, a Clínica Médica Arrifana de Sousa, S.A. alterou a sua designação social para CUF Arrifana de Sousa, S.A..

(l.) Em outubro de 2024, o Grupo CUF, anunciou a aquisição da miMed – Cuidados de Saúde, S.A., detentor de uma rede de 13 clínicas localizadas na região da Grande Lisboa. Esta aquisição veio reforçar a presença junto das populações e proporcionar um acompanhamento ainda mais próximo da saúde dos portugueses e das suas famílias, robustecendo a sua rede nacional com a criação de unidades de cuidados de proximidade. A miMed – Cuidados de Saúde, S.A. alterou a sua designação social para Centros de Saúde CUF, S.A..

(m.) Em fevereiro de 2024 foi constituída a sociedade Bondalti Ibérica, S.L.U. com vista à operação de lançamento de uma OPA à empresa espanhola Ercros, S.A..

(n.) Em 2024, foi constituída a Bondalti Cloro, S.A. com a perspetiva da construção de uma nova unidade de cloro no Complexo Químico de Estarreja.

(o.) Em janeiro de 2024 a Renoeste – Valorização de Recursos Naturais S.A. foi alienada (Nota 5.3).

(p.) Em abril de 2024, foi constituída a sociedade Lifthium Energy Capital, S.à r.l., pela José de Mello Capital, S.A. (85%) e pela Bondalti Capital, S.A. (15%) por entrada em espécie de ações da Lifthium Energy, S.A.; por esse motivo, não se verifica qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

(q.) A sociedade Lifthium Energy Cantabria, S.A., foi constituída em abril de 2024 e vai dedicar-se à exploração, processamento e comercialização de lítio e derivados de lítio.

(r.) A Lift One Capital, SGPS, S.A. e a Lift One, S.A. foram legalmente constituídas pela Lifthium Energy Capital, S.à r.l. em 2024, mas o início de atividade e a realização do capital social apenas ocorreram em janeiro de 2025.

(s.) Em janeiro de 2024, o Grupo adquiriu a totalidade do capital da sociedade Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. ("Quinta de Pancas"), entidade que tem como objeto social a exploração vitícola de propriedades, quer suas quer alheias, atividade vitivinícola, engarrafamento e comercialização de vinhos de qualquer tipo e aproveitamento turístico dessas suas atividades. A operação abrangeu a compra da sociedade e de todos os seus ativos.

4.2 Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Empresa	Sede	31 dez 2024		31 dez 2023
		% efetiva	% de controlo	% de controlo
MGICAPITAL - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%
Rubicone Bidco, S.A. ("Rubicone")	Lisboa	16,73%	16,73%	16,73%
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	22,39%	34,00%	34,00%
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Carnaxide	32,93%	50,00%	50,00%
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	Estarreja	49,90%	49,90%	49,90%
Enkrott Química Cabo Verde (a.)	Cidade da Praia	50,00%	50,00%	50,00%

(a.) A sociedade Enkrott Química Cabo Verde encontra-se praticamente sem atividade nos últimos anos.

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitaram essencialmente a:

5.1 Entradas em 2024

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
CUF Arrifana de Sousa, S.A. (a.)	Penafiel	jan/2024	65,85%	100,00%
Clínica Nossa Senhora do Bom Despacho, S.A. (a.)	Penafiel	jan/2024	65,85%	100,00%
Centro Cardiológico Pedro Bernardo de Almeida, Lda. (a.)	Penafiel	jan/2024	65,85%	100,00%
Clínica Médico - Cirúrgica do Marco de Canaveses, S.A. (a.)	Penafiel	jan/2024	65,85%	100,00%
MultiCMAS, Lda. (a.)	Penafiel	jan/2024	65,85%	100,00%
Centros de Saúde CUF, S.A. (b.)	Lisboa	out/2024	65,85%	100,00%
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. (c.)	Lisboa	jan/2024	100,00%	100,00%

(a.) A 5 de janeiro de 2024, a CUF concluiu o processo de aquisição do Grupo Clínica Médica Arrifana de Sousa ("Arrifana de Sousa"), detentor de várias unidades de saúde nos concelhos do Tâmega e Sousa. Estas novas unidades incluem um hospital em Penafiel e seis clínicas que dispõem de mais de 30 especialidades médicas e cirúrgicas e de uma oferta alargada de serviços clínicos. No final de 2024, e empresa alterou a designação social para CUF Arrifana de Sousa, S.A..

(b.) Em outubro de 2024, a CUF adquiriu a miMed – Cuidados de Saúde, S.A., ("miMed") uma rede de 13 clínicas especializada em consultas de Medicina Geral e Familiar, Medicina Ocupacional, Medicina Dentária, Psicologia e Nutrição e cuidados de Enfermagem. No final de 2024, a empresa alterou a designação social para Centros de Saúde CUF, S.A..

(c.) Em janeiro de 2024, no âmbito da implementação de um Plano estratégico de desenvolvimento das suas atividades no setor vitivinícola, a JMCWSG, S.A. adquiriu a totalidade do capital social da Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. ("Quinta de Pancas"). A operação abrangeu a compra da sociedade e de todos os seus ativos e passivos.

Nas respetivas datas de aquisição, o justo valor dos ativos e passivos adquiridos era como se segue:

	Arrifana de Sousa	miMed	Quinta de Pancas	Total
Ativos líquidos adquiridos:				
Ativos intangíveis	45 334	-	258 580	303 914
Direito de uso	1 703 670	2 474 008		4 177 678
Ativos fixos tangíveis	14 438 375	2 297 804	790 343	17 526 521
Investimentos financeiros	9 810	-	4 238	14 048
Ativos financeiros disponíveis para venda	56 530	-	125	56 655
Ativos por impostos diferidos	962 807	30 032	-	992 840
Ativos biológicos	-	-	399 125	399 125
Inventários	119 758	55 836	544 331	719 925
Clientes e adiantamentos a fornecedores	3 165 038	50 604	35 040	3 250 683
Outros devedores	27 512	388 310	-	415 822
Ativo por imposto corrente	220 117	-	-	220 117
Estado e outros entes públicos	4 871	3 372	-	8 243
Outros ativos	557 900	172 426	-	730 327
Caixa e equivalentes a caixa	1 966 549	462 598	26 979	2 456 125
Empréstimos	(10 089 431)	-	(1 714 655)	(11 804 086)
Credores por locações	(1 707 055)	(2 615 938)	-	(4 322 993)
Provisões	-	(46 000)	-	(46 000)
Passivo por impostos diferidos	(411 997)	-	-	(411 997)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(574 738)	(262 497)	(127 101)	(964 336)
Passivo por imposto corrente	-	(13 206)	-	(13 206)
Estado e outros entes públicos	(163 385)	(148 363)	(25 977)	(337 725)
Outros credores	(158 854)	(74 348)	-	(233 202)
Outros passivos	(1 773 688)	(965 837)	(234 381)	(2 973 907)
Capital Próprio adquirido	**8 399 124**	**1 808 800**	**(43 353)**	**10 164 571**

	Arrifana de Sousa	miMed	Quinta de Pancas	Total
Percentagem de participação	100,00%	100,00%	100,00%	
Goodwill (Nota 18)	15 086 209	3 824 541	997 973	
Interesses que não controlam	262 090	-	-	
Valor de aquisição	**23 223 242**	**5 633 341**	**954 620**	

O Grupo adquiriu o controlo do Grupo Arrifana de Sousa e da Quinta de Pancas em janeiro de 2024 e da miMed em outubro de 2024. Assim, os resultados incluídos na consolidação, compreendem o período de doze e dois meses, respetivamente, ocorrido após as datas das referidas transações.

5.2 Entradas em 2023

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
Hospital CUF Açores, S.A.	S. Miguel	mar/23	65,85%	100,00%
Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Porto	jun/23	33,58%	51,00%
Ravasqueira Vinhos, S.A. ("RAVV")	Arraiolos	jan/23	100,00%	100,00%

Em outubro de 2022, foi assinado um acordo de princípio com os acionistas da HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A., para aquisição da totalidade do capital daquela unidade hospitalar, localizada no município de Lagoa, em São Miguel, tendo-se concretizado a respetiva transação em 24 de março de 2023. De salientar que em setembro de 2023 a empresa alterou a sua designação social para Hospital CUF Açores, S.A..

Em junho de 2023 foi celebrado um acordo de aquisição entre a CUF e os acionistas da Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A. (“ATL”), segundo o qual os seus acionistas alienaram à CUF 51% do capital social da ATL pelo montante de 3,32 milhões de euros, incluindo 51% dos créditos acionistas na ATL, no montante de 87 milhares de euros, gerando um *goodwill* no montante de 3,2 milhões de euros. A ATL é acionista de cinco empresas que formam o Grupo Atlanticare e dedica-se à prestação de serviços de saúde, segurança e higiene no trabalho.

Em janeiro de 2023, no âmbito da implementação de um Plano estratégico de desenvolvimento das suas atividades no setor vitivinícola, o Grupo adquiriu a totalidade do capital social da RAVV.

A entrada destas entidades no perímetro de consolidação, teve o seguinte impacto nas presentes demonstrações financeiras consolidadas:

	Hospital CUF Açores, S.A.	Atlanticare – Serviços de Saúde, S.A.	Ravasqueira Vinhos, S.A.	Total
Ativos líquidos adquiridos:				
Ativos intangíveis	197 110	2 131	152 032	351 273
Direito de uso	604 707	904 416	-	1 509 123
Ativos fixos tangíveis	31 288 993	1 082 958	4 390 417	36 762 368
Ativos financeiros disponíveis para venda	74 350	40 108	40 266	154 725
Ativos por impostos diferidos	952 822	-	-	952 822
Inventários	513 931	21 991	8 633 388	9 169 310
Clientes e adiantamentos a fornecedores	527 599	1 749 403	6 605 225	8 882 227
Estado e outros entes públicos	-	18 055	504 074	522 130
Outros devedores	320 724	454 898	2 250 816	3 026 437
Outros ativos	591 624	1 015 082	66 424	1 673 130
Caixa e equivalentes a caixa	475 445	203 618	1 586 139	2 265 202
Empréstimos	(20 499 866)	(1 391 632)	(7 358 371)	(29 249 868)
Credores por locações	(598 138)	(1 179 129)	-	(1 777 267)
Provisões	-	-	(883 540)	(883 540)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(680 165)	(1 751 509)	(3 588 641)	(6 020 315)
Estado e outros entes públicos	(132 102)	(184 227)	(745 348)	(1 061 676)
Outros passivos	-	(757 945)	(1 185 074)	(1 943 019)
Outros credores	(3 970 739)	(240 422)	(4 650)	(4 215 810)
Capital Próprio adquirido	**9 666 295**	**(12 203)**	**10 463 158**	**20 117 250**
Percentagem de participação	100,00%	51,00%	100,00%	
Goodwill (Nota 18)	11 333 705	3 245 503	8 436 842	
Valor de aquisição	**21 000 000**	**3 233 300**	**18 900 000**	

O Grupo adquiriu o controlo do Hospital CUF Açores, S.A. em abril de 2023 e da ATL em outubro de 2023. Assim, os resultados incluídos na consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendem o período de nove meses e três meses, respetivamente, ocorridos após as datas das referidas transações. A aquisição do controlo da RAVV ocorreu em janeiro de 2023, pelo que os resultados incluídos na consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendem o período de doze meses.

5.3 Saídas em 2024

Nos primeiros dias de janeiro de 2024, foi concretizada a alienação da participada Renoeste – Valorização de Recursos Naturais, S.A., num negócio que englobou a venda da totalidade dos imóveis e ativos, bem como a contratação dos trabalhadores e a cessão da posição contratual no contrato de concessão que a empresa mantinha com o Estado Português.

A saída desta entidade do perímetro de consolidação teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Renoeste - Valorização de Recursos Naturais, S.A.
Ativos fixos tangíveis	715 993
Ativos por impostos diferidos	410 817
Clientes e adiantamentos a fornecedores	13
Estado e outros entes públicos	109 679
Outros devedores	168
Outros ativos	1 736
Caixa e equivalentes a caixa	75 343

	Renoeste - Valorização de Recursos Naturais, S.A.
Provisões	(55 964)
Passivo por imposto corrente	(1 010)
Fornecedores	(13 115)
Estado e outros entes públicos	(1 678)
Outros passivos	(7 725)
Capital Próprio alienado	**1 234 255**
Percentagem de participação	100%
Mais-Valia (Nota 8)	1 823 745
Valor de venda	**3 058 000**
Liquidação por meios monetários (Nota 43.3)	1 558 000
Valor a receber (Nota 27)	1 500 000

5.4 Outras operações

DIGIHEALTH E HASPAC

No dia 6 de novembro de 2007, o Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. ("HAS"), atualmente denominada Digihealth, S.A. ("Digihealth"), que geria o Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca EPE, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, razão pela qual esta atividade foi descontinuada. Consequentemente, a atividade de uma outra empresa do Grupo (participada diretamente pela Digihealth), a HASPAC - Patologia Clínica, S.A. ("Haspac") que explorava em regime exclusivo o Serviço de Patologia Clínica da Digihealth, foi, igualmente, descontinuada.

No âmbito do processo de arbitragem entretanto aberto, o Tribunal Arbitral proferiu em 12 de dezembro de 2012 um Acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. ("ARSLVT") a pagar à Digihealth a importância de 18 123 526 euros acrescido de juros, como compensação pela denúncia do contrato de concessão. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou qualquer montante. A ARSLVT instaurou uma ação de anulação do Acórdão Arbitral que ainda corre termos no Tribunal Central Administrativo Sul e que ainda se encontra pendente de decisão.

No final do primeiro semestre de 2014, a Digihealth concluiu que os diversos esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objetivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores, a Digihealth sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade, a Finanfarma – Sociedade de Factoring, S.A., sociedade controlada por uma entidade relacionada, disposta a celebrar um contrato de *factoring* e a pagar uma quantia muito avultada (15 milhões de euros) pela aquisição do crédito da Digihealth sobre a ARSLVT, e que implicou o recurso a um Processo Especial de Revitalização ("PER"). A estratégia preconizada pela Digihealth mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de agosto de 2014 a Digihealth iniciou um PER tendo sido aprovado por 84% dos credores, e posteriormente homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa em 5 de março de 2015.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos Credores (47,98%) representativos do passivo da Haspac, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de 67% que permitisse efetuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da Haspac viu-se forçada a avançar com um pedido de apresentação voluntária à insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada insolvente no dia 19 de fevereiro de 2015 e nomeado o Administrador de Insolvência, o qual ainda se mantém em funções.

À semelhança de exercícios anteriores, foi considerado pelo Grupo CUF que não se verifica um controlo efetivo da subsidiária Haspac, sob gestão de um Administrador de Insolvência, pelo que a mesma foi excluída do perímetro de consolidação.

No que respeita à subsidiária atualmente designada por Digihealth, o Conselho de Administração desenvolveu a sua atividade de acordo com o enquadramento e os compromissos assumidos com os credores, nomeadamente o Processo Especial de Revitalização (PER). Este processo limita a atuação da Administração à realização de ativos com o único propósito de liquidar os passivos relativos aos credores reconhecidos no âmbito do PER.

Não obstante, após o trânsito em julgado da sentença homologatória do PER, a Digihealth manteve-se em atividade e com um novo objeto social, alteração essa concretizada em Assembleia Geral de acionistas, a qual também teve a concordância da Comissão de credores da mesma.

Exceto quanto à utilização dos eventuais ativos recuperáveis, cujo destino será a liquidação das responsabilidades que se materializem na parte vendida dos ativos financeiros efetivamente recuperados, o Grupo CUF, entende que detém o controlo efetivo sobre a referida entidade, assim

como, o poder e capacidade de usar esse mesmo poder para afetar o valor dos resultados da nova atividade.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os contratos de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares de Braga e Vila Franca de Xira terminaram em 31 de agosto de 2019 e 31 de maio de 2021, respetivamente.

Durante os exercícios de 2024 e 2023, as operações económicas associadas a estes contratos relacionaram-se, fundamentalmente, com a gestão de clientes e fornecedores e das respetivas contas a receber e a pagar. Foi ainda objeto de atividade o acompanhamento de processos litigiosos com o Estado em resultado do desenvolvimento daquelas atividades.

Conforme previsto pela IFRS 5, a demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 reflete numa única rubrica (resultado líquido do exercício das operações descontinuadas), os resultados líquidos, após impostos, desta unidade operacional descontinuada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os resultados das operações descontinuadas foram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Rendimentos operacionais:		
Outros rendimentos operacionais	10 430	294 806
Total de rendimentos operacionais	**10 430**	**294 806**
Gastos operacionais:		
Custo das vendas	(8 630)	(168 343)
Fornecimentos e serviços externos	(113 520)	(51 651)
Gastos com o pessoal	(957)	(65 642)
Amortizações e depreciações	-	(142)
Provisões e perdas por imparidade	(30 258)	(1 651 926)
Outros gastos operacionais	(27 000)	(32 368)
Total de gastos operacionais	**(180 365)**	**(1 970 072)**
Resultados operacionais	**(169 935)**	**(1 675 266)**
Resultados antes de impostos	**(169 935)**	**(1 675 266)**
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	**(169 935)**	**(1 675 266)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral ("TA") para analisar de prova não analisada no julgamento do processo de Subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade de prestação de serviços de cuidados de saúde públicos desenvolvidos pela entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do TA, o Grupo teve de devolver o montante de 1,6 milhões de euros, anteriormente liquidados pela Administração Regional de Saúde do Norte ("ARSN"). Face ao enquadramento descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber (Nota 27 (c.)) e uma provisão no mesmo montante (Nota 39.3 (f.)).

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados no modelo interno de informação de gestão. A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração aloca recursos ao segmento, avalia o seu desempenho, toma decisões estratégicas e gere e controla os negócios.

Assim, o Grupo apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

- Saúde (inclui Residências);
- Indústria química;
- Indústria de refinação de lítio;
- Vinho;
- Outros (inclui Serviços comuns, Imobiliária e Outros serviços).

O segmento "Saúde" agrega o Grupo CUF e o Grupo JM Residências. O Grupo CUF tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde nas seguintes áreas: i) Prestação de cuidados de saúde privados, através da exploração de treze hospitais, dezoito clínicas de ambulatório e duas unidades de imagiologia clínica; ii) Setor imobiliário e infraestruturas, que inclui cinco entidades,

através da exploração de dezasseis imóveis (gestão e arrendamento de infraestruturas de saúde) e de doze parques de estacionamento; iii) Medicina no trabalho, que inclui, quer unidades que prestam serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, quer unidades que prestam cuidados personalizados de saúde no domicílio; e iv) Prestação, além da gestão de participações sociais, de serviços de gestão, formação, contabilidade, *marketing*, consultoria, limpeza e manutenção, aluguer de equipamento médico, de negociação e aprovisionamento. A área de Prestação Pública, anteriormente desenvolvida pelo Grupo CUF, foi considerada uma unidade operacional descontinuada. O Grupo JM Residências, em estreita articulação com o Grupo CUF, centra a sua atividade no desenvolvimento de soluções residenciais para idosos e de programas de recuperação e reabilitação ortopédica, geriátrica e neurológica, através da gestão e exploração de duas unidades residenciais.

O segmento "Indústria Química" é composto pelo Grupo Bondalti, produtor industrial químico que atua em 3 áreas: i) Área dos Químicos, com produção e comercialização de produtos químicos industriais nos segmentos orgânicos (anilina e derivados) e inorgânicos (cloro-alcalis); ii) Área Imobiliária, atuando na compra e venda de bens imóveis; e, iii) Área de tratamento e reciclagem de águas para consumo humano e industrial, com produção e comercialização de produtos e tecnologias para o tratamento de águas residuais.

O segmento "Indústria de refinação de lítio" é composto pelo Grupo Lifthium, que tem como objetivo o desenvolvimento de um processo produtivo que visa revolucionar a indústria de refinação de lítio através da implementação de tecnologias sustentáveis e inovadoras, assentes na criação da primeira fábrica de lítio em Portugal e uma das primeiras na Europa. Em 2023, esta área de negócio estava incluída no segmento "Indústria Química", mas em 2024 o Grupo decidiu proceder à restruturação da organização, dada a redobrada importância do projeto, passando a contar com o apoio e envolvimento direto de uma equipa exclusivamente dedicada ao mesmo.

O segmento "Vinho" é composto, para além da sociedade *holding*, por cinco entidades que se dedicam à exploração vitícola de propriedades, à atividade vitivinícola, ao engarrafamento e comercialização de vinhos e, ainda, ao aproveitamento turístico dessas atividades (enoturismo).

O segmento "Outros" inclui entidades cujas atividades vão desde a prestação de serviços de consultadoria e contabilidade, serviços de negociação centralizada de bens e serviços, e, ainda, atividade imobiliária (promoção e administração de bens imóveis e gestão de investimentos imobiliários e turísticos).

Os resultados de cada segmento (após a eliminação de transações intrasegmento), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram os seguintes (em milhares de euros):

	31 dez 2024						
	Saúde	**Indústria química**	**Indústria de refinação**	**Vinho**	**Outros**	**Eliminações**	**Consolidado**
Vendas e prestações serviços	**893 269**	**534 733**	**-**	**23 523**	**3 981**	**(1 534)**	**1 453 972**
Outros rendimentos operacionais	13 077	19 640	6 280	637	1 460	(360)	40 735
Outros gastos operacionais	(813 718)	(513 325)	(17 637)	(22 614)	(20 607)	1 909	(1 385 991)
Resultado operacional do segmento	**92 628**	**41 049**	**(11 356)**	**1 547**	**(15 166)**	**15**	**108 716**
Gastos financeiros	(35 521)	(6 027)	(34)	(709)	(15 653)	3 096	(54 848)
Rendimentos financeiros	1 901	4 258	4	8	3 983	(3 111)	7 045
Resultados relativos a associadas	46	361	-	-	42 681	-	43 088
Resultados de atividades de investimento	(1)	-	-	-	(343)	-	(344)
Resultados financeiros	**(33 575)**	**(1 408)**	**(29)**	**(700)**	**30 668**	**(15)**	**(5 059)**
Resultados antes de impostos	**59 054**	**39 641**	**(11 386)**	**846**	**15 502**	**-**	**103 657**

	31 dez 2024						
	Saúde	Indústria química	Indústria de refinação	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Impostos sobre o rendimento	(15 242)	941	(25)	(270)	7 645	-	(6 951)
Resultado das operações descontinuadas	(170)	-	-	-	-	-	(170)
Interesses sem controlo	(15 065)	23	-	-	(11)	-	(15 053)
Resultado líquido consolidado	**28 577**	**40 604**	**(11 411)**	**577**	**23 135**	**-**	**81 483**

	31 dez 2023					
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações serviços	**755 514**	**503 630**	**23 309**	**5 761**	**(1 320)**	**1 286 896**
Outros rendimentos operacionais	12 641	19 767	1 035	74 859	(7)	108 294
Outros gastos operacionais	(694 692)	(456 410)	(21 902)	(97 176)	1 364	(1 268 816)
Resultado operacional do segmento	**73 463**	**66 988**	**2 443**	**(16 556)**	**37**	**126 374**
Gastos financeiros	(29 985)	(3 407)	(347)	(19 079)	3 534	(49 284)
Rendimentos financeiros	1 218	3 920	15	2 729	(3 571)	4 311
Resultados relativos a associadas	134	440	-	38 709	-	39 282
Resultados de atividades de investimento	157	1	1	53	-	213
Resultados financeiros	**(28 476)**	**955**	**(331)**	**22 412**	**(37)**	**(5 477)**
Resultados antes de impostos	**44 986**	**67 942**	**2 112**	**5 856**	**-**	**120 896**
Impostos sobre o rendimento	(5 141)	(18 302)	(439)	12 861	-	(11 023)
Resultado das operações descontinuadas	(1 675)	-	-	-	-	(1 675)
Interesses sem controlo	(13 230)	161	-	15	-	(13 054)
Resultado líquido consolidado	**24 940**	**49 800**	**1 673**	**18 732**	**-**	**95 145**

As transações intrasegmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Os ativos e passivos dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, eram como segue (em milhares de euros):

	31 dez 2024						
	Saúde	Indústria química	Indústria de refinação	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Goodwill	94 357	23 224	-	9 435	574 809	-	701 824
Ativos intangíveis	44 291	10 220	-	3 017	256	-	57 785
Direito de uso	103 382	18 260	297	1 338	617	-	123 893
Ativos fixos tangíveis	642 779	155 184	931	13 746	27 240	-	839 880
Clientes e adiantamentos a fornecedores	79 844	72 356	160	5 860	970	(834)	158 357
Caixa e equivalentes a caixa	122 201	24 311	137	3 753	94 751	-	245 154
Outros ativos	83 822	142 590	26 352	19 934	551 336	(321 424)	502 609
Ativos relativos aos segmentos	**1 170 675**	**446 146**	**27 876**	**57 083**	**1 249 980**	**(322 258)**	**2 629 502**
Empréstimos e credores por locação	652 800	91 068	318	9 672	316 694	(66 535)	1 004 017
Fornecedores e adiantamentos de clientes	105 439	60 111	3 559	4 143	659	(782)	173 129
Outros passivos	158 453	78 866	587	3 363	37 338	(30 786)	247 822
Passivos relativos aos segmentos	**916 692**	**230 044**	**4 465**	**17 178**	**354 691**	**(98 102)**	**1 424 967**

	31 dez 2023					
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Goodwill	71 811	23 472	8 437	574 809	-	678 528
Ativos intangíveis	34 229	9 544	2 702	144	-	46 618
Direito de uso	94 531	20 307	-	526	-	115 365
Ativos fixos tangíveis	588 561	134 993	11 007	24 436	-	758 998
Clientes e adiantamentos a fornecedores	87 340	58 448	8 335	519	(385)	154 258
Caixa e equivalentes a caixa	62 337	60 766	2 605	109 696	-	235 405
Outros ativos	82 479	135 561	14 622	487 581	(238 195)	482 049
Ativos relativos aos segmentos	**1 021 288**	**443 091**	**47 709**	**1 197 712**	**(238 580)**	**2 471 221**
Empréstimos e credores por locação	571 853	105 753	8 490	333 615	(63 722)	955 989
Fornecedores e adiantamentos de clientes	93 500	69 136	4 192	1 137	(320)	167 645
Outros passivos	139 252	77 991	3 811	39 596	(33 655)	226 994
Passivos relativos aos segmentos	**804 605**	**252 880**	**16 493**	**374 349**	**(97 697)**	**1 350 629**

A informação adicional relevante em termos de relato por segmentos, é conforme segue (em milhares de euros):

	31 dez 2024						
	Saúde	Indústria química	Indústria de refinação	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital	73 777	45 658	9 217	4 948	4 784	-	138 384
Amortizações em resultados	(55 149)	(28 124)	(165)	(1 527)	(920)	-	(85 886)
Provisões e perdas por imparidade	(7 419)	(653)	-	-	(803)	-	(8 875)

	31 dez 2023					
	Saúde	Indústria química	Vinho	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital	75 171	36 390	9 748	884	-	122 193
Amortizações em resultados	(49 430)	(26 415)	(580)	(719)	-	(77 144)
Provisões e perdas por imparidade	(2 717)	(924)	-	(72 928)	-	(76 569)

7. RÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as vendas e prestações de serviços têm a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Vendas:		
Produtos acabados e intermédios	571 167 078	492 786 063
Mercadorias	49 738 847	50 586 990
Subprodutos, resíduos e refugos	177 504	236 467
Devoluções de vendas	(8 998 383)	(3 542 536)
Descontos, abatimentos e outros	(70 489 800)	(25 795 068)
	541 595 246	**514 271 915**

	31 dez 2024	31 dez 2023
Prestações de serviços:		
Atividade hospitalar e clínica	866 430 272	729 831 720
Gestão e tratamento de águas	14 678 869	11 898 692
Higiene, segurança e medicina no trabalho	11 553 848	11 487 467
Serviços de apoio e assistência	8 436 850	8 019 799
Estacionamento	6 268 749	5 678 296
Performance Fee	1 937 346	2 703 240
Serviços de contabilidade e apoio à gestão	2 783 374	2 664 698
Rendas	298 762	252 892
Formação	7 111	6 971
Descontos, abatimentos e outros	(18 355)	80 154
	912 376 827	**772 623 929**
	1 453 972 072	**1 286 895 844**

VENDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as vendas do Grupo aumentaram 5%; este crescimento, com origem no Grupo Bondalti, deveu-se ao aumento das quantidades produzidas (e vendidas), sobretudo de anilina, nitrobenzeno e ácido nítrico.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Paralelamente, o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 também demonstra um aumento da atividade hospitalar e clínica do Grupo CUF face ao exercício anterior, tendo-se verificado a realização de mais cirurgias e uma maior afluência aos serviços permanentes, assim como um forte crescimento nalgumas áreas como Ortopedia, Urologia, entre outras. Por outro lado, a expansão da atividade através da aquisição de novos hospitais e clínicas (Hospital CUF Açores, Grupo Preveris, Arrifana de Sousa e miMed) justificam também o aumento desta rubrica.

8. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros rendimentos operacionais têm a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Subsídios (a.)	9 197 024	2 883 477
Apoio à prestação do serviço de banda de reserva de regulação (b.)	8 394 383	11 543 224
Cedência de espaço e materiais (c.)	1 957 701	1 587 119
Utilização de Direitos de emissão CO_2 (d.)	1 830 532	2 123 603
Mais-valia na alienação de partes de capital (e.)	1 823 745	-
Cedência de exploração e de utilização de ativos	1 490 395	807 824
Ensaios, exames, análises clínicas e consumíveis	1 080 350	477 660
Diferenças de câmbio operacionais (f.)	821 366	886 327
Ganhos obtidos na alienação de ativos (g.)	659 443	61 176
Regularização de saldos e estimativas	629 927	174 975
Aluguer de equipamentos	437 136	408 767
Trabalhos para a própria empresa	411 542	316 982
Ganhos em inventários	388 166	570 196
Descontos contratuais e de pronto pagamento	295 684	219 908
Indemnizações e Compensações recebidas (h.)	234 906	2 998 416
Rappel	211 711	213 047
Recuperação de dívidas	46 749	1 186 559
Outros rendimentos operacionais e suplementares	2 966 491	5 856 182
	32 877 250	**32 315 442**

(a.) Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui o montante de 6,3 milhões de euros concedido à Lífthium Energy, S.A. ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência ("PRR") destinado ao desenvolvimento de um projeto de investigação e desenvolvimento do processo tecnológico de refinação do lítio; foi concedido a este projeto o estatuto de Projeto de Interesse Nacional ("PIN"). Inclui, ainda, o reconhecimento de "Subsídios à exploração", no montante de 1,7 milhões de euros, relativo a Créditos de Emissores Indiretos de CO_2, com o objetivo de reduzir os gases de efeito estufa.

(b.) No exercício de 2024, verificou-se uma diminuição do apoio à prestação do serviço de Banda de Reserva de Regulação.

(c.) A rubrica Cedência de espaço e materiais inclui, essencialmente, os valores relativos à exploração dos parques de estacionamento e das áreas de cafetaria das unidades hospitalares do Grupo.

(d.) Os rendimentos com a utilização de direitos de emissão, respeitam à imputação do subsídio atribuído pelo Fundo Português de Carbono, pela redução de emissões de CO_2 (Nota 47).

(e.) Em janeiro de 2024, registou-se um ganho na alienação da subsidiária Renoeste – Valorização de Recursos Naturais S.A., sociedade detida pelo Grupo desde 1989 (Nota 5.3).

(f.) As diferenças de câmbio operacionais registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro e decorrem da aquisição de matérias-primas.

(g.) Nesta rubrica estão incluídas as mais valias contabilísticas obtidas na alienação de Ativos fixos tangíveis (Nota 21) e de Propriedades de investimento (Nota 22).

(h.) Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui o valor de 228 mil euros recebido pela rescisão de um Contrato de Promessa de Compra e Venda ("CPCV") de um terreno localizado na Murtosa e pertencente à Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos S.A., uma vez que a escritura não foi realizada dentro do prazo estipulado no referido CPCV.

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o custo das vendas foi apurado como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Inventários em 1 de janeiro (Nota 29)	50 534 593	51 473 807
Alteração de perímetro		
- entradas (Nota 5)	221 745	1 130 590
Regularização de inventários	1 100 286	(16 057 116)
Atividades descontinuadas	(8 630)	(168 343)
Compras	444 708 767	402 915 943
Inventários em 31 de dezembro (Nota 29)	46 301 638	50 534 593
	(450 255 124)	**(388 760 287)**

10. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a variação da produção foi apurada como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Inventários em 1 de janeiro (Nota 29)	(18 530 221)	11 536 062
Regularização de inventários	34 587 742	12 540 205
Alteração de perímetro		
- entradas (Nota 5)	498 180	7 502 811
Inventários em 31 de dezembro (Nota 29)	(22 115 460)	(18 530 221)
	5 559 758	**(13 048 857)**

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Honorários (a.)	283 282 779	232 324 518
Trabalhos especializados (b.)	55 479 325	44 822 324
Subcontratos (c.)	37 240 866	36 261 948
Eletricidade (d.)	36 773 564	22 368 465
Transportes de pessoal e de mercadorias (e.)	32 741 042	29 967 206
Conservação e reparação	32 521 829	29 552 697
Combustíveis e outros fluidos	11 527 893	11 407 123
Publicidade e propaganda	6 075 706	5 339 528
Seguros	5 165 474	4 543 640
Rendas e alugueres	5 024 276	5 702 007
Deslocações e estadas	4 247 711	3 266 032
Comunicação	3 967 978	3 502 481
Água	3 243 409	3 176 634
Material de escritório	1 731 186	986 778
Recolha de resíduos	1 315 082	1 204 343
Limpeza, higiene e conforto	1 135 529	768 839
Ferramentas e utensílios	1 105 288	923 779
Vigilância e segurança	1 012 379	842 575
Contencioso e notariado	669 292	400 524
Serviços e materiais de consumo operacional	548 339	287 506
Comissões	237 501	249 437
Outros fornecimentos e serviços	2 847 982	2 502 138
	527 894 429	**440 400 522**

A rubrica Fornecimentos e serviços externos registou um crescimento de cerca de 20% face ao exercício anterior, o qual é, essencialmente, justificado pelo aumento do Volume de negócios em 13%, conforme detalhado na Nota 7.

(a.) A rubrica Honorários, que em 31 de dezembro de 2024 representa 54% do total dos fornecimentos e serviços externos, engloba, essencialmente, os montantes pagos a profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e auxiliares) das diversas unidades clínicas e hospitalares do Grupo CUF.
(b.) A rubrica Trabalhos especializados engloba trabalhos clínicos, outsourcing de sistemas de informação, e assistência técnica administrativa. Inclui, ainda cerca de 3,3 milhões de euros referentes a trabalhos de consultoria de novos projetos, entre os quais a OPA à Ercros, S.A. e outros projetos de expansão. Face ao período homólogo esta rubrica aumentou 10,6 milhões de euros - para esse crescimento a Lifthium Energy, S.A. contribuiu com, aproximadamente, 4 milhões de euros de aumento pela contratação de trabalhos especializados de consultores para o projeto de desenvolvimento do processo produtivo de refinação do lítio.
(c.) A rubrica Subcontratos inclui, essencialmente, a contratação de serviços específicos como i) catering, ii) limpeza, iii) transporte de doentes, iv) engarrafamento externo, v) subcontratação de pessoal e vi) meios complementares de diagnóstico e terapêutica ("MCDTs").
(d.) Durante o exercício de 2024, no Grupo Bondalti, verificou-se um aumento do preço da eletricidade no mercado energético, bem como um aumento das tarifas de acesso às redes e, ainda, a inclusão de uma taxa específica para suportar a Tarifa social da eletricidade em Portugal.
(e.) Durante o exercício de 2024, o aumento das vendas e a subida dos custos de transporte, impulsionados pelo aumento do preço dos combustíveis, originaram o aumento da rubrica Transportes de pessoal e de mercadorias.

As rubricas Honorários, Trabalhos especializados e Subcontratos são das mais relevantes e estão diretamente ligadas ao Volume de negócios. O grau em que o Grupo recorre à subcontratação e trabalhos especializados reflete o mix dos negócios do Grupo e dos segmentos em que eles se desenvolvem.

12. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Remunerações dos colaboradores	187 142 191	160 583 225
Encargos sobre remunerações	46 736 145	39 692 971
Gastos de ação social	15 715 695	12 573 832
Remunerações dos órgãos sociais	15 541 064	16 828 306
Seguros	8 528 363	6 953 752
Indemnizações	1 827 115	1 629 040
Formação	950 388	966 061
Benefícios	676 559	190 762
Pessoal deslocado	178 510	528 342
Outros gastos com o pessoal	17 627 804	17 814 357
	294 923 833	**257 760 648**

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se, essencialmente, ao incremento do número de colaboradores.

A rubrica Outros gastos com o pessoal inclui, entre outros, prémios de desempenho e assistência médica.

O número de colaboradores ao serviço das empresas incluídas no perímetro de consolidação nos exercícios findos naquelas datas, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saúde	8 084	7 284
Indústria química	784	749
Vinho	105	77
Indústria de refinação	36	-
Outros	93	98
	9 102	**8 208**

13. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, decompõe-se como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Demo Plant (a.)	7 527 961	-
Impostos diretos e indiretos (b.)	6 137 831	5 721 008
Donativos (c.)	2 557 323	2 681 499

	31 dez 2024	31 dez 2023
Diferenças de câmbio operacionais (d.)	1 722 591	1 513 831
Taxas	1 193 879	759 995
Quotizações	1 097 320	1 010 780
Multas e penalidades contratuais	1 047 443	38 548
Perdas em inventários (e.)	704 907	996 170
Dívidas incobráveis	526 356	40 071
Perdas obtidas na alienação e abate de ativos (f.)	110 187	1 665 997
Ofertas e amostras de inventários	69 586	16 384
Outros	1 021 100	688 209
	23 716 484	**15 132 490**

(a.) O montante de 7,5 milhões de euros corresponde a gastos associados a equipamentos, engenharia e trabalhos de adaptação, necessários para o funcionamento do Centro Tecnológico de Coimbra, a unidade de investigação e desenvolvimento do processo tecnológico de refinação de lítio.

(b.) A rubrica Impostos diretos e indiretos reflete, essencialmente, os montantes relativos a IMI, AIMI e Imposto do selo.

(c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Donativos inclui, para além de diversos montantes entregues a instituições de solidariedade social, a quantia de um milhão de euros destinados à Universidade Católica Portuguesa (no âmbito de um protocolo celebrado entre o Grupo e esta instituição de ensino), 250 mil euros destinado à Associação Topsail e 140 mil euros concedidos à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

(d.) As diferenças de câmbio operacionais, registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro, decorrente da aquisição de matérias-primas.

(e.) A rubrica Perdas em inventários é relativa a quebras registadas para regularização/acertos de inventários.

(f.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Perdas obtidas na alineação e abate de ativos refere-se, essencialmente, à menos valia obtida na alienação de um terreno em Loulé.

14. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, têm a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Gastos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	38 494 756	36 335 976
Locações	6 313 490	5 002 166
Empréstimos obrigacionistas	1 727 289	1 057 408
Outros juros	264 470	208 539
Comissões e serviços bancários	4 182 451	4 875 144
Encargos financeiros com *factoring*	2 021 044	1 688 141
Encargo com garantia bancária - OPA	1 780 587	-
Encargos com emissão de empréstimos obrigacionistas	22 924	196
Diferenças de câmbio desfavoráveis	20 598	3 975
Outros gastos financeiros	20 528	112 248
	54 848 137	**49 283 794**
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	6 124 956	3 259 902
Rendimentos de imóveis	84 497	143 094
Outros rendimentos financeiros	835 147	908 076
	7 044 599	**4 311 072**
Resultados relativos a empresas associadas:		
Aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 23)	43 088 128	39 282 363
	43 088 128	**39 282 363**
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros ao justo valor (a.)	(343 729)	178 611
Outros resultados de atividades de investimento	76	34 422
	(343 653)	**213 033**

(a.) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe dos Ganhos/(Perdas) em instrumentos financeiros registados ao justo valor é o seguinte:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Fundo de Compensação do Trabalho	(1 729)	165 957
Fundo Bem Comum FCR	(227 625)	-
Fundo Faber Tech II	51 872	12 654
Fundo Shilling Founders Fund	(166 247)	38 871
	(343 729)	**178 611**

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Desde 2014, a JM Capital e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75%, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"); coexistem ainda mais três grupos ao abrigo deste regime – o Grupo CUF, o Grupo SPSI e o Grupo Águas Alfaro, em conjunto com as suas respetivas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75%. O RETGS consiste na soma algébrica dos resultados fiscais de todas as empresas que integram o respetivo perímetro de tributação. A sociedade dominante do grupo fiscal é responsável pelo apuramento global dos resultados fiscais e pela autoliquidação do imposto devido pelo grupo, enquanto as empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto como se fossem tributadas numa ótica individual. Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto vigente, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A Empresa e as suas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa nominal de 21%; em simultâneo, numa ótica individual, as empresas do Grupo são tributadas à taxa nominal de 17% aplicável aos primeiros 50 000 euros de matéria coletável (com atividade e direção efetiva em territórios do Interior, é possível a aplicação de taxa de 12,5%), se qualificada como pequena e média empresa ou empresa de pequena-média capitalização (Small Mid Cap), e à taxa nominal de 21%, a partir desse limite, à qual pode ser acrescida a Derrama Municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 euros a 7 500 000 de euros, de 5% entre 7 500 000 euros a 35 000000 de euros e de 9% superior a 35 000 000 euros. Nos termos do artigo 88.° do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Grupo encontra-se adicionalmente sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

A Lei do Orçamento do Estado para 2023 ("OE 2023"), com entrada em vigor a 1 de janeiro, veio eliminar a limitação temporal de dedução de prejuízos fiscais em exercícios seguintes, quer para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de 2023 em diante, quer para os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores e cujo período de dedução ainda se encontre em curso. Ainda no âmbito do OE 2023, o limite anual da dedução ao lucro tributável foi reduzido para 65% a partir de 2023 (em vez de 70%, em vigor até essa data). A dedução, aplicável em cada período de tributação, pode ser majorada 10 p.p. quando a diferença resulte de prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, conforme previsto na Lei n.° 27-A/2022, de 24 de julho (Orçamento Suplementar de 2021).

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (situações nas quais o prazo previsto é de dez anos), tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos podem ser alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo e das suas participadas sedeadas em Portugal dos anos 2021 a 2024, inclusive, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada, que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	20 776 349	31 706 558
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	(8 586 229)	(17 290 639)
Reconhecimento SIFIDE	-	1 407 329
	12 190 119	**15 823 247**
Imposto diferido (Nota 26)	(5 238 637)	(4 800 698)
Encargo do exercício	**6 951 482**	**11 022 548**

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 26).

16. DIVIDENDOS

Na sequência de deliberações em Assembleia Geral ocorridas em 9 de janeiro de 2024 e de 28 de maio de 2024, a Empresa procedeu à distribuição de Resultados transitados no montante global de 21 698 618 euros.

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. No entanto, será proposta a distribuição de resultados acumulados de exercícios anteriores, no montante de 23 570 000 euros. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no mês de maio de 2025.

17. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Resultado por ação básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	81 482 795	95 145 076
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5 000 000	5 000 000
Resultado líquido por ação básico	**16,30**	**19,03**

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. *GOODWILL*

Os valores do *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
José de Mello - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (a.)	342 701 952	342 701 952
Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. (a.)	208 451 745	208 451 745
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) (b.)	23 293 281	23 293 281
Hospital CUF Porto S.A.	22 499 909	22 499 909
Bondalti Capital, S.A.	19 001 638	19 052 956
CUF Arrifana de Sousa, S.A. (c.)	15 086 209	-
Hospital CUF Tejo, S.A.	13 937 569	13 937 569
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A. (d.)	10 056 701	3 245 503
Hospital CUF Açores, S.A. (e.)	9 742 109	11 333 705
Ravasqueira Vinhos, S.A.	8 436 842	8 436 842
Hospital CUF Coimbra, S.A.	7 703 735	7 703 735
Hospital CUF Santarém, S.A.	7 035 102	7 035 102
Grupo Aguas Alfaro	4 221 903	4 418 631
Centros de Saúde CUF, S.A. (f.)	3 824 541	-
CUF, S.A.	2 627 945	2 627 945
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. (g.)	997 973	-
Hospital CUF Viseu	624 000	624 000
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	616 412	616 412
Hospital CUF Cascais, S.A.	491 285	491 285
Comitur Imobiliária, S.A.	361 547	361 547
Hospital CUF Descobertas, S.A.	97 265	97 265
CUF - Investimentos Imobiliários, S.A.	13 261	13 261
Clínica CUF Belém, S.A.	837	837
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.	561	560
IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A. (d.)	-	1 584 193
	701 824 323	**678 528 237**

(a.) No exercício de 2017 as sociedades José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. foram incorporadas por fusão na, anteriormente designada, SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A. (atualmente José de Mello Capital, S.A.). Destas operações de fusão não decorreram quaisquer impactos nas contas consolidadas, pelo que o valor de *goodwill* se mantém, face ao registado em 31 de dezembro de 2016.

(b.) Nos exercícios de 2010 e 2011, por forma a concentrar num único veículo as entidades acionistas da Brisa, ocorreram no Grupo operações de fusão por incorporação das subsidiárias Window Blue, SGPS, S.A. e Egadi, SGPS, S.A. na JM Investimentos, da Impegest, SGPS, S.A. na Orla, SGPS, S.A. e, posteriormente, da Orla, SGPS, S.A. na JM Investimentos.

(c.) Em janeiro de 2024, a CUF, S.A. concluiu a aquisição de 100% do capital social da Clínica Médica Arrifana de Sousa, S.A., que, entretanto, alterou a sua denominação para CUF Arrifana de Sousa, S.A., pelo montante de 23,2 milhões de euros, o que gerou um *goodwill* de 15,1 milhões de euros (Nota 5).

(d.) A variação no *goodwill* da Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A., decorre da incorporação do valor da opção de compra, conforme referido na Nota 4.1 j) e, adicionalmente, da entrada de ativos afetos ao negócio de serviços de saúde, segurança e higiene no trabalho efetuada pela IMO SAG Investimentos Imobiliários, S.A..

(e.) No exercício de 2024, com base em novas informações que não existiam à data de aquisição, o *goodwill* do Hospital CUF Açores, S.A. foi revisto e alterado, essencialmente pela mensuração pelo justo valor dos interesses que não controlam.

(f.) Em outubro de 2024, a CUF adquiriu 100% da miMed – Cuidados de Saúde, S.A., que, entretanto, alterou a sua denominação social para Centros de Saúde CUF, S.A., tendo apurado um *goodwill* de 3,8 milhões de euros, conforme mencionado na Nota 5.1.

(g.) Em janeiro de 2024, a JMCWSG, S.A. adquiriu 100% da sociedade Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda., pelo montante de 955 mil euros, o que gerou um *goodwill* de 998 mil euros.

Estes valores não incluem o *goodwill* reconhecido em empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial, sendo, para esses, apresentado na rubrica Investimentos em associadas.

Na sequência dos testes de imparidade realizados ao Grupo, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*.

19. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis	Intangíveis em curso (b.)	Total
Ativo bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**3 151 967**	**31 026 956**	**10 827 657**	**683 397**	**9 002 172**	**54 692 149**
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	726 398	100 000	-	26 532	852 930
Adições	45 963	3 075 184	2 792 305	-	9 285 505	15 198 956
Variação de justo valor (Nota 47)	-	-	1 785 883	-	-	1 785 883
Direitos de emissão atribuídos	-	-	4 031 137	-	-	4 031 137
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 056 603)	-	-	(2 056 603)
Transferências	-	170 206	-	-	(170 206)	-
Abates e regularizações	(829 230)	(9 675)	(13 486)	-	-	(852 390)
Reclassificações (internas)	-	-	-	-	(68 561)	(68 561)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2 368 701**	**34 989 068**	**17 466 893**	**683 397**	**18 075 443**	**73 583 502**
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	485 756	258 580	42 500	-	786 836
Adições	-	5 615 990	-	-	8 884 543	14 500 532
Variação de justo valor (Nota 47)	-	-	(599 918)	-	-	(599 918)
Direitos de emissão atribuídos	-	-	3 303 993	-	-	3 303 993

	Projetos de desenvolvimento	Software	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis	Intangíveis em curso (b.)	Total
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 126 306)	-	-	(2 126 306)
Transferências	-	5 451 583	-	-	(5 451 583)	-
Abates e regularizações	(42 633)	(30 889)	(675)	-	-	(74 198)
Reclassificações (internas)	68 561	-	-	-	-	68 561
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2 394 628**	**46 511 508**	**18 302 566**	**725 897**	**21 508 402**	**89 443 001**
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**(2 323 725)**	**(16 665 058)**	**(1 478 131)**	**(671 094)**	**-**	**(21 138 007)**
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(501 359)	-	-	-	(501 359)
Abates e regularizações	987	12 961	2 070 219	-	-	2 084 167
Custos financeiros capitalizados	-	-	(1 097 255)	-	-	(1 097 255)
Amortização	(1 277)	(3 950 431)	(2 361 156)	-	-	(6 312 863)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2 324 015)	(21 103 887)	(2 866 323)	(671 094)	-	**(26 965 318)**
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(482 922)	-	-	-	(482 922)
Abates e regularizações	42 633	54 752	2 124 738	-	-	2 222 123
Reversão de imparidades	-	30 142	-	-	-	30 142
Amortização	(15 320)	(4 328 862)	(2 118 170)	-	-	(6 462 352)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2 296 701)**	**(25 830 777)**	**(2 859 755)**	**(671 094)**	**-**	**(31 658 327)**
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2023	44 686	13 885 182	14 600 570	12 303	18 075 443	46 618 184
Em 31 de dezembro de 2024	**97 927**	**20 680 731**	**15 442 811**	**54 803**	**21 508 402**	**57 784 674**

(a.) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica inclui:

i. Direitos de exploração (Parque de estacionamento): o montante de 2,4 milhões de euros, correspondente a um direito de exploração de um parque de estacionamento. Inicialmente foi celebrada uma parceria entre o Hospital CUF Tejo, S.A., a ESLI – Parques de Estacionamento, S.A. e a Câmara Municipal de Lisboa, a qual atribuiu o direito de exploração do parque de estacionamento pelo período de 50 anos (cujo início decorreu em 2015). No ano de 2016 o Hospital CUF Tejo, S.A. cedeu a posição contratual à Infrahealth – Gestão de Infraestruturas Unipessoal, Lda.;

ii. Direitos de exploração (Marcas): correspondem a um direito de exploração de Marcas (que inclui Marcas, Arquivos fotográficos e Materiais gráficos), de Vinhas (fruto, planta e terreno), de Adegas, Equipamentos e Armazéns, no montante de 1,286 milhões de euros. O contrato, assinado em agosto de 2023, prevê o pagamento de uma retribuição anual de 80 000 euros, durante um período de 20 anos, atualizada anualmente de acordo com o Índice de Preços do Consumidor ("IPC"). De acordo com o estabelecido na IFRS 9, no reconhecimento inicial, este ativo foi contabilizado por contrapartida do reconhecimento da obrigação futura de liquidação da retribuição anual;
A rubrica inclui, adicionalmente, os montantes de 100 000 euros e 258 580 euros referentes ao registo das marcas "Guarda Rios" e "Quinta de Pancas", respetivamente;

iii. Trespasses: a rubrica inclui o montante de 990 milhares de euros referentes ao trespasse da Clínica CUF Montijo (adquirido durante o exercício de 2022), o trespasse da Clínica CUF São Domingos de Rana pelo montante de 150 milhares de euros, o trespasse da Clínica de Saúde do Barreiro (aquisição em outubro de 2023) pelo montante de 206 milhares de euros e o montante de 350 milhares de euros respeitante a uma convenção celebrada para a prestação de serviços de radiologia pelo Hospital CUF Sintra;

iv. Direitos de emissão de gases: inclui o montante de 9,2 milhões de euros, correspondente às licenças de emissão de CO_2 atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças (Nota 47); e

v. Direitos de utilização: correspondem à aquisição de um conjunto de marcas e logótipos (com registo nacional e internacional) e dos respetivos direitos de utilização exclusivos, no montante de 1,3 milhões de euros. É esperado que da exploração destes direitos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sendo os mesmos controladas pelo Grupo e correspondendo a quantia escriturada ao seu custo de aquisição.

(b.) O valor registado na rubrica Intangíveis em curso inclui essencialmente os gastos incorridos, desde 2020, com o desenvolvimento e implementação do projeto Go Forward, o qual consiste na reformulação dos sistemas operacionais das unidades de prestação de serviços de saúde do Grupo CUF, no montante global bruto de 24,1 milhões de euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, já se encontra em funcionamento o sistema relativo ás várias clínicas da rede CUF, nas funcionalidades que lhe são distintas, prevendo-se que durante o ano de 2025 seja feita a implementação nos hospitais de média dimensão.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a rubrica Amortizações, depreciações e perdas por imparidade teve as seguintes contrapartidas na demonstração consolidada dos resultados:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos intangíveis		
Amortização	6 462 352	6 312 863
Direito de uso (Nota 20)		
Amortização	23 219 009	20 565 245
Depreciação	-	65 237
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)		
Depreciação	55 992 833	50 090 737
Revisão de estimativa	-	1
Perdas por imparidade	686 225	58 534
Propriedades de investimento (Nota 22)		
Depreciação	111 732	110 243
Ativos biológicos (Nota 25)		
Depreciação	99 847	-
Total de Amortizações e depreciações	**85 885 774**	**77 144 326**
Total de Perdas por imparidade (Nota 39)	**686 225**	**58 534**

20. DIREITO DE USO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de superfície	Outros ativos	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**54 341 235**	**95 564 654**	**847 955**	**5 947 352**	**2 210 007**	**200 695**	**159 111 898**
Alterações de perímetro (Nota 5)	419 866	1 466 632	-	-	-	-	1 886 498
Adições (a.)	22 018 316	11 252 788	-	3 328 466	-	34 550	36 634 120
Alienações, abates e regularizações	(1 532 729)	(2 797 720)	-	(1 155 032)	-	-	(5 485 482)
Transferências	-	139 979	-	-	364 000	(34 550)	469 429
Regularizações	11 904 738	-	-	185 453	-	-	12 090 192
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**87 151 426**	**105 626 334**	**847 955**	**8 306 239**	**2 574 007**	**200 695**	**204 706 655**
Alterações de perímetro (Nota 5)	5 183 812	48 247	219 885	457 452	-	-	5 909 395
Adições (b.)	9 889 002	12 593 840	-	5 471 913	-	-	27 954 755
Alienações, abates e regularizações	(353 433)	(2 110 755)	-	(1 010 007)	-	-	(3 474 195)
Reavaliações	205 057	-	-	-	-	-	205 057
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**102 075 864**	**116 157 665**	**1 067 839**	**13 225 596**	**2 574 007**	**200 695**	**235 301 666**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**(19 603 255)**	**(52 845 695)**	**(778 416)**	**(3 672 480)**	**(316 894)**	**(200 695)**	**(77 417 436)**
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(41 752)	-	-	-	-	(41 752)
Amortização	-	-	-	-	(65 237)	-	(65 237)
Depreciação	(6 381 212)	(12 389 865)	(69 203)	(1 724 965)	-	-	(20 565 245)
Alienações, abates e regularizações	1 374 941	2 692 290	-	1 077 483	-	-	5 144 714
Regularizações	3 225 006	91 509	-	287 032	-	-	3 603 547
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(21 384 519)**	**(62 493 513)**	**(847 619)**	**(4 032 931)**	**(382 131)**	**(200 695)**	**(89 341 409)**

	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de superfície	Outros ativos	Total
Alterações de perímetro (Nota 5)	(1 543 850)	(32 726)	(43 977)	(111 165)	-	-	(1 731 717)
Depreciação	(7 932 741)	(12 906 182)	(36 898)	(2 343 188)	-	-	(23 219 009)
Alienações, abates e regularizações	112 709	1 861 171	-	909 930	-	-	2 883 810
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(30 748 401)**	**(73 571 249)**	**(928 495)**	**(5 577 354)**	**(382 131)**	**(200 695)**	**(111 408 325)**
Valor líquido:							
Em 31 de dezembro de 2023	65 766 907	43 132 821	335	4 273 307	2 191 876	-	115 365 246
Em 31 de dezembro de 2024	**71 327 462**	**42 586 416**	**139 344**	**7 648 242**	**2 191 876**	**-**	**123 893 341**

(a.) O aumento verificado no exercício 2023, na rubrica Terrenos e Edifícios, diz respeito, essencialmente, à renegociação do contrato de arrendamento do Hospital CUF Viseu.
(b.) O aumento verificado no exercício 2024, na rubrica Terrenos e Edifícios respeita essencialmente a: um contrato de arrendamento (6,5 milhões de euros) de um espaço que irá servir de apoio às várias unidades, e onde irá operar o Centro Logístico e o Centro de Esterilização; prolongamento de um contrato de arrendamento, por mais 10 anos (610 milhares de euros); e, atualizações de renda em diversos contratos.

Os valores registados na rubrica Terrenos e Edifícios respeitam essencialmente a contratos de arrendamento de instalações de saúde detidos por terceiros, nas quais o Grupo opera a sua atividade de prestação de saúde privada. A rubrica engloba também contratos de arrendamento de outras instalações, nas quais o Grupo desenvolve serviços de cariz administrativo e de apoio essencial à atividade (escritórios onde operam os serviços partilhados e o *call center*).

A rubrica Equipamento básico engloba, essencialmente, direitos de uso relativos a contratos de locação de equipamentos médicos. As adições ocorridas nesta rubrica, respeitam essencialmente à aquisição de diversos equipamentos médicos.

O valor registado na rubrica Direito de Superfície respeita a um contrato de cedência em regime de direito de superfície, da Câmara Municipal de Cascais ao Hospital CUF Cascais, S.A.. Este contrato respeita à cedência do direito de superfície do Hospital Ortopédico José de Almeida, composto por dois imóveis situados no município de Cascais, e foi constituído pelo período de 40 anos.

Os abates e regularizações evidenciados estão relacionados com o término antecipado de contratos.

Todos os ativos classificados como Direito de uso encontram-se valorizados ao custo.

21. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais (c.)	Edifícios e outras construções (c.)	Equipamento básico	Outros ativos fixos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**549 807 491**	**13 024 232**	**109 356 619**	**507 135 434**	**52 702 358**	**11 824 447**	**1 243 850 582**
Alterações de perímetro (Nota 5)	26 021 810	-	863 354	13 191 111	2 882 437	3 017 274	45 975 986
Adições	3 343 172	2 450 315	7 574 134	22 215 006	4 671 300	30 094 568	70 348 495
Alienações e abates	-	(4 461)	(1 572 191)	(119 030)	(90 011)	-	(1 785 694)
Transferências	-	-	5 820 581	1 127 064	784 428	(7 558 082)	173 990
Efeito da variação cambial	-	(44 438)	(339 777)	(44 856)	(318 028)	-	(747 100)
Regularizações	-	-	399 940	(291 002)	(38 970)	(59 785)	10 182
Excedente de revalorização	20 942 961	-	-	-	-	-	20 942 961
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**600 115 434**	**15 425 648**	**122 102 661**	**543 213 726**	**60 593 513**	**37 318 421**	**1 378 769 402**
Alterações de perímetro (Nota 5)	6 924 199	(219 649)	(1 664 030)	(3 131 427)	2 588 443	605 415	5 102 950
Adições	5 871 182	347 252	8 536 345	15 555 309	4 761 616	60 848 005	95 919 709
Alienações e abates	-	(805 004)	(398 855)	(332 137)	(707 279)	-	(2 243 275)
Transferências	-	-	4 254 995	37 358 636	1 013 045	(42 842 942)	(216 266)
Reclassificação para ativo não corrente detido para venda (d.)	-	(167 182)	(563 702)	-	(1 470)	-	(732 354)
Reclassificação para propriedades de investimento	-	(118 611)	(436 836)	-	-	-	(555 447)
Regularizações	55 692	715 993	71 713	362 032	2 463	(390 862)	817 030
Transferência para gastos operacionais	-	-	-	-	-	(8 976 683)	(8 976 683)
Excedente de revalorização	29 098 768	-	(22 616)	326 874	(117 901)	-	29 285 125
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**642 065 276**	**15 178 447**	**131 879 674**	**593 353 012**	**68 132 429**	**46 561 354**	**1 497 170 191**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**(65 014 151)**	**(219 308)**	**(64 995 173)**	**(393 804 561)**	**(41 868 666)**	**-**	**(565 901 859)**

	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais (c.)	Edifícios e outras construções (c.)	Equipamento básico	Outros ativos fixos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso	Total
Alterações de perímetro (Nota 5)	(1 348 739)	-	(243 259)	(5 818 117)	(1 803 453)	-	(9 213 568)
Depreciação	(11 502 612)	-	(7 097 928)	(27 358 182)	(4 132 015)	-	(50 090 737)
Constituição de imparidades	-	-	(79 294)	-	-	-	(79 294)
Reversão de imparidades	3 275 407	-	74 617	-	-	-	3 350 023
Regularizações	(209 508)	3 509	(116 715)	106 643	69 788	-	(146 283)
Efeito da variação cambial	-	-	199 068	35 969	363 897	-	598 933
Alienações e abates	-	-	1 546 879	86 784	77 662	-	1 711 326
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(74 799 604)**	**(215 799)**	**(70 711 805)**	**(426 751 465)**	**(47 292 787)**	**-**	**(619 771 460)**
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	215 799	2 984 980	9 172 774	(665 974)	-	11 707 579
Depreciação	(15 237 587)	-	(5 532 736)	(31 309 963)	(3 912 547)	-	(55 992 833)
Constituição de imparidades	(686 225)	-	-	-	-	-	(686 225)
Reversão de imparidades	5 414 442	-	-	74 617	-	-	5 489 058
Regularizações	-	-	95 295	88 006	2 629	-	185 931
Efeito da variação cambial	-	-	10 646	1 871	43 997	-	56 514
Alienações e abates	-	-	374 214	258 738	732 461	-	1 365 413
Transferências	-	-	3 179	62 550	(65 729)	-	-
Reclassificação para ativo não corrente detido para venda (d.)	-	-	215 480	-	1 470	-	216 950
Reclassificação para propriedades de investimento	-	-	139 230	-	-	-	139 230
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(85 308 974)**	**-**	**(72 421 517)**	**(448 402 872)**	**(51 156 480)**	**-**	**(657 289 843)**
Valor líquido:							
Em 31 de dezembro de 2023	525 315 830	15 209 849	51 390 856	116 462 261	13 300 725	37 318 421	758 997 942
Em 31 de dezembro de 2024	**556 756 302**	**15 178 447**	**59 458 157**	**144 950 140**	**16 975 948**	**46 561 354**	**839 880 348**

O Grupo determinou que os Imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares ("IASS") e os Terrenos e recursos naturais da atividade imobiliária ("TAI"), constituem uma classe de ativos separada, baseada na natureza, características, utilização e riscos a ela associados. Esta classe encontra-se escriturada pela quantia revalorizada e o ganho/perda, líquido do efeito de imposto é reconhecido no capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor de imparidade acumulada para os IASS era de 0,4 e 5,3 milhões de euros, respetivamente.

(a.) As avaliações dos imóveis são efetuadas anualmente por decisão da gestão e elaboradas por duas entidades externas registadas na CMVM. Com referência a 31 de dezembro de 2024, as entidades especializadas independentes que realizaram as avaliações foram a Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliações Imobiliárias, Lda. ("Ktesios") e a Savillis Portugal – Consultoria, Lda. ("Savillis"). As avaliações seguem métodos distintos, de acordo com as características de cada imóvel:

i. **Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Descobertas 1 e 2, Clínica CUF Almada, Clínica CUF S. João da Madeira, Clínica CUF Belém, Hospital CUF Cascais, Instituto CUF, Hospital CUF Torres Vedras e Hospital CUF Porto**
Para a avaliação destes imóveis foi utilizado o Método do Rendimento. O método de capitalização do rendimento visa determinar o valor de um imóvel em função da sua capacidade de produzir rendimentos. Relaciona o rendimento futuro (num pressuposto de otimização e em atenção ao tempo de vida económica), com o seu valor presente e de forma a obter-se o valor de mercado (numa ótica de continuidade da utilização). Este método vocaciona-se para a determinação do valor presente de rendimentos futuros, segundo a valorização de mercado e o estado de conservação atuais.
Neste método as taxas de capitalização utilizadas refletem o comportamento do mercado de habitação em Portugal, quando analisada a rentabilidade de projetos de investimento de médio/longo prazo. Pela análise das taxas de capitalização médias do mercado imobiliário de Portugal, concluiu-se que a taxa de 6% (6,5% em 2023) reflete o valor do rendimento esperado por um investidor no mercado de espaços destinados a serviços, para imóveis devolutos (imóveis que se encontram no mercado para arrendar).
No método do rendimento, o valor do imóvel concluído, considerando o arrendamento, foi estimado tendo em conta a capitalização direta da renda atual. O método do rendimento por capitalização direta é utilizado em casos em que se pode considerar a renda como perpétua e constante, sendo que no imobiliário a perpetuidade do rendimento é considerada em cenários de 20 a 25 anos.

ii. **Hospital CUF Santarém e Hospital CUF Açores**
Estes imóveis são os únicos imóveis afetos a serviços de saúde de unidades hospitalares que não possuem contrato de arrendamento, uma vez que são detidos pela sociedade prestadora de cuidados de saúde (Hospital CUF Santarém, S.A. e Hospital CUF Açores, S.A.). Para a avaliação destes imóveis a Ktesios utilizou o Método do Custo.
O Método do Custo tem por base a "obra nova" (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indiretos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado.
O custo da construção será afetado com um fator (fator ou coeficiente de conservação patrimonial) de modo a traduzir o estado de conservação patrimonial do bem à data da avaliação. A aplicação do método do Custo obriga à estimativa dos valores do terreno edificado e do logradouro (infraestruturado ou livre). O valor do terreno é estimado com base no princípio da máxima utilidade (ou aptidão) e uso otimizado, tal como se estivesse livre.
As avaliações dos imóveis acima identificados foram ainda efetuadas tendo em conta o estado de uso atual dos imóveis. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido ajustada às características dos imóveis em avaliação.

iii. **Clínica CUF Marco de Canaveses, Clínica CUF Paredes (U-4B), Clínica CUF Paredes (U-11) e Clínica CUF Penafiel**
As avaliações destes quatro imóveis foram efetuadas pela Savills, com base no método de comparação do mercado. O método da comparação do mercado visa determinar o valor de mercado de um imóvel em função das características do imóvel, a sua localização e o facto de existir um mercado de arrendamento para este tipo de imóveis.

Os imóveis, considerados estratégicos para a operação privada da saúde, como os Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Instituto CUF, Hospital CUF Descobertas (Expansão), Hospital CUF Descobertas, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Santarém, Clínica CUF São João da Madeira e imóvel MultiCMAS foram dados como garantia real de empréstimos detidos pelo Grupo (Nota 36 e Nota 46).

(b.) O saldo da classe IASS e TAI inclui, ainda, um terreno (com uma área total de 3.685.000 m2), situado em Sesimbra, para fins de promoção imobiliária (pertencente à filial Herdade do Vale da Fonte - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.). Este terreno foi reavaliado em 2008, com base num relatório da CB Richard Ellis, S.A., que lhe atribuiu um valor de 18 milhões de euros. Durante o exercício de 2021 a CBRE Consultoria e Avaliação de Imóveis, Unipessoal, Lda. efetuou uma nova avaliação, determinando que o valor de mercado do terreno era de 12 milhões de euros; em consequência, nessa data, foi efetuado um ajuste negativo na revalorização do terreno no montante de 5,5 milhões de euros.

(c.) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nas rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções estão incluídas as frações assignadas à atividade de residências assistidas nos montantes de 15,4 milhões de euros e 16,2 milhões de euros, respetivamente.

(d.) final do exercício de 2024, encontrava-se numa fase bastante avançada o processo de negociação para a alienação de um imóvel correspondente ao 4.º piso do n.º 19 da Rua D. Luís I, situado na freguesia da Misericórdia, em Lisboa. Neste contexto, o Grupo procedeu à reclassificação deste ativo de ativos fixos tangíveis para ativos não correntes detidos para venda, pelo respetivo valor líquido contabilístico, no montante de 491 476 euros. Em março de 2025, foi celebrado o contrato promessa de compra e venda do referido imóvel, pelo valor de 2,5 milhões de euros.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são detidas para obter rendas ou para valorização de capital ou para ambas as finalidades. Por isso, uma propriedade de investimento gera fluxos de caixa altamente independentes dos outros ativos detidos pela entidade, os quais ou são rentabilizados através do seu uso na produção de bens e serviços ou são ocupados pelas empresas do Grupo. Neste último caso a propriedade não se qualifica como propriedade de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo reclassificada para Ativos fixos tangíveis, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário na perspetiva de Grupo; porém, da perspetiva da entidade que a possui, tal propriedade é uma propriedade de investimento nas suas demonstrações financeiras separadas.

Conforme descrito na Nota 2.4.9. o Grupo adota o modelo do custo na valorização das suas propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor da rubrica Propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**14 438 721**	**6 738 256**	**21 176 977**
Adições	11 340	-	11 340

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Alienações e abates	(1 497 922)	(1 285 174)	(2 783 096)
Transferências e regularizações	(460 456)	(565 847)	(1 026 303)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**12 491 683**	**4 887 235**	**17 378 918**
Adições	-	9 328	9 328
Alienações (a.)	(545 306)	(567 437)	(1 112 743)
Reclassificação de ativos fixos tangíveis	118 611	436 836	555 447
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12 064 987**	**4 765 963**	**16 830 950**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**-**	**(2 206 451)**	**(2 206 451)**
Depreciação	-	(110 243)	(110 243)
Utilização de imparidade	-	555 782	555 782
Abates	-	(3 044)	(3 044)
Alienações	-	113 106	113 106
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(1 650 849)**	**(1 650 849)**
Depreciação	-	(111 732)	(111 732)
Reclassificação de ativos fixos tangíveis	-	(139 230)	(139 230)
Reclassificação para ativo não corrente detido para venda	-	23 928	23 928
Alienações (a.)	-	377 885	377 885
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(1 499 998)**	**(1 499 998)**
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2023	12 491 683	3 236 386	15 728 069
Em 31 de dezembro de 2024	**12 064 987**	**3 265 965**	**15 330 952**

(a.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Bondalti alienou um imóvel localizado em Estarreja, tendo apurado uma mais valia de 447 mil euros (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Terrenos - Estarreja	3 943 423	4 300 113
Terreno - Lavradio	3 831 278	3 831 278
19 apartamentos - Junqueira	2 906 252	2 920 817
1 loja na Rua Dom Luís I	341 817	-
2 lojas no empreendimento "Aveiro Centrum"	446 759	454 781
Outros	3 861 424	4 221 079
	15 330 952	**15 728 069**

23. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

O detalhe dos investimentos em associadas, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Partes de capital (a.)	Prestações acessórias	Partes de capital (a.)	Prestações acessórias
Rubicone Bidco, S.A.	104 846 245	202 521 405	62 994 363	231 025 308
Greenimolis - Investimentos, S.A.	477 393	7 001 240	475 615	4 251 240
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	977 651	-	1 056 630	-
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	376 979	-	431 115	-
Enkrott Química Cabo Verde	9 155	-	9 155	-
Outros	4 250	-	-	-
	106 691 674	**209 522 645**	**64 966 878**	**235 276 547**

(a.) Esta rubrica inclui participações de capital e *goodwill*.

Os ativos, passivos, capital próprio e resultado líquido, relativos a dados estatutários das Sociedades, isto é, antes de ajustamentos extra contabilísticos de harmonização às políticas

contabilísticas do Grupo, das empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

	Ativo	Passivo	Capitais próprios	Resultado líquido
Rubicone Bidco, S.A.	2 417 825 162	970 144 541	1 447 680 620	(54 470 124)
Greenimolis - Investimentos, S.A.	31 349 199	16 301 312	15 047 887	3 556
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	3 479 164	1 519 943	1 959 221	723 148
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	2 153 313	1 044 551	1 108 762	321 382
Enkrott Química Cabo Verde	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldo em 1 de janeiro	300 243 426	468 042 521
Aplicação de equivalência patrimonial:		
Efeito em resultados	43 088 128	39 282 363
Efeito em capital próprio	(829 449)	(12 090 083)
Dividendos recebidos	(538 134)	(190 226)
Prestações acessórias	(25 753 902)	(194 801 151)
Outros	4 250	2
Saldo em 31 de dezembro	**316 214 319**	**300 243 426**

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados relativos a participações em associadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Rubicone Bidco, S.A.	42 681 331	38 708 672
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	360 851	439 830
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	44 168	128 934
Greenimolis - Investimentos, S.A.	1 778	4 928
	43 088 128	**39 282 363**

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas associadas, não é sujeito a amortização e é sujeito a testes anuais de imparidade, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, tal como disposto na Nota 2.3 (c.).

24. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados ao justo valor através de resultados, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Ativos com valor de mercado disponível:						
Ações:						
Ynvisible Interactive Inc.	25 576	-	25 576	25 576	-	25 576
Outros:						
Fundo Shilling Founders Fund (a.)	2 962 624	-	2 962 624	3 128 871	-	3 128 871
Fundo Faber Tech III (b.)	1 000 000	-	1 000 000	-	-	-
Fundo Faber Tech II (c.)	381 774	-	381 774	337 037	-	337 037
Fundo Bem Comum FCR	272 375	-	272 375	500 000	-	500 000
Hytlantic, S.A.	209 750	(140 457)	69 293	209 750	(117 446)	92 304
Fundo de Compensação do Trabalho (d.)	135 084	-	135 084	2 490 222	(369 658)	2 120 564
	4 987 183	**(140 457)**	**4 846 726**	**6 691 456**	**(487 104)**	**6 204 352**
Ativos sem valor de mercado disponível:						
Partes de capital:						
Faber Partners, S.A. (associação em participação) (e.)	224 065	-	224 065	237 767	-	237 767
Guimarães de Mello, S.A.	97 500	-	97 500	97 500	-	97 500
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.	80 000	-	80 000	80 000	-	80 000
Erase - Agrupamento para a Regeneração Ambiental dos Solos de Estarreja, ACE	22 628	(13 400)	9 228	22 628	(13 400)	9 228
Associação Hylab - Green Hydrogen Collaborative Laboratory	12 500	-	12 500	-	-	-
Outros	73 238	-	73 238	98 357	-	98 357
	509 931	**(13 400)**	**496 531**	**536 252**	**(13 400)**	**522 852**
	5 497 114	**(153 857)**	**5 343 257**	**7 227 708**	**(500 504)**	**6 727 204**

(a.) Em 2021, o Grupo contratou o investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital por realizar ascende a 1 391 mil euros (Nota 40).

(b.) No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo subscreveu 1 milhão de unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech III, no montante de 1 milhão de euros. Em 31 de dezembro de 2024, estava por realizar a totalidade do investimento subscrito (Nota 40), correspondendo a quantia escriturada ao valor nominal do investimento.

(c.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram subscritas 250 mil unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech II, no montante de 250 milhares de euros; em 31 de dezembro de 2024 o justo valor deste investimento corresponde a 381 774 euros, tendo-se procedido à valorização correspondente pelo montante de 51 872 euros (Nota 14); o capital por realizar ascende a 42 645 euros (Nota 40).

(d.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de 1,9 milhões de euros relativo ao Fundo de Compensação do Trabalho, líquido de perdas por imparidade acumuladas, foi reclassificado para a rubrica Outros devedores (Nota 27), dado que o Grupo CUF pretende, até 31 de dezembro de 2026, resgatar esse montante através da formação aos colaboradores.

(e.) Em 2021, o Grupo celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para um capital pool no montante global de 1,5 milhões de euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, S.A.. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzido dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em pro rata, aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos financeiros disponíveis para venda, relativamente aos quais não existe valor de mercado disponível (por não existirem preços de mercado, nem transações comparáveis), encontram-se, por essa razão, registados ao respetivo valor de custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

25. AGRICULTURA

ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos registados no ativo não corrente correspondem ao valor da vinha, valorizada ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, para uma vida útil estimada de 20 anos.

Os movimentos ocorridos nos ativos biológicos, em 31 de dezembro de 2024, foram como segue:

	Vinha
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2024	-
Alterações de perímetro (Nota 5)	3 998 221
Adições	1 541
Alienações	(330)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**3 999 432**
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2024	-
Alterações de perímetro (Nota 5)	(3 599 096)
Depreciação	(99 847)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(3 698 944)**
Valor líquido:	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**300 488**

26. IMPOSTOS DIFERIDOS

O Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos seus ativos e passivos. O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, era o seguinte:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões não aceites fiscalmente	5 696 283	-	6 181 073	-
Prejuízos fiscais reportáveis (a.)	3 230 690	-	6 193 477	-
Benefícios dos empregados (b.)	961 016	-	974 040	-
Imparidades	562 970	-	882 434	-
Instrumentos financeiros derivados (c.)	282 759	-	193 174	-
Inventários	228 873	-	155 150	-
Revalorização de ativos (d.)	101 342	30 543 439	227 411	25 241 681
Outros	4 451 880	147 935	3 902 434	24 801
	15 515 814	**30 691 374**	**18 709 192**	**25 266 482**

(a.) Os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis respeitam, essencialmente, a resultados gerados no Grupo CUF, no montante de 3,15 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e no Grupo Bondalti, no montante de 2,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. À data de 31 de dezembro de 2024 existem diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis no montante de 142,7 milhões de euros (138,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023), que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos. Com a aprovação do OE 2023, os prejuízos fiscais deixaram de ter data limite de reporte, mas ficaram limitados à dedução de 65% do lucro tributável.

(b.) O montante de impostos diferidos ativos, relacionados com os benefícios dos empregados, dizem respeito a um seguro de rendas vitalícias contratado pelo Grupo CUF em janeiro de 2016. Este seguro permitiu dar cumprimento a um contrato existente desde 2000, onde o Grupo CUF se responsabilizou por assegurar o pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social em 1 de janeiro de 2016.

(c.) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Ativos por impostos diferidos relativos a instrumentos financeiros derivados, apresenta um saldo de 283 mil euros (193 mil euros em 31 de dezembro de 2023), decorrente da celebração de um novo contrato de swap em fevereiro de 2023 (Nota 44).

(d.) No que concerne aos impostos diferidos passivos, estes dizem respeito à revalorização dos ativos fixos tangíveis, bem com às diferenças temporárias decorrentes das depreciações consideradas para efeitos fiscais.

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados e nas oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas.

27. OUTROS DEVEDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	17 047 988	-	16 906 360	-
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. (a.)	5 502 334	65 532 657	4 086 469	67 606 591
Direito de superfície (b.)	1 962 700	-	1 254 882	-
Adiantamento processo HBCC (c.)	1 641 757	-	1 641 757	-
Alienação de participações financeiras	1 500 000	-	-	
Depósito caução (d.)	1 084 908	-	1 084 908	-
Pessoal	953 937	-	679 590	-
Devedores duvidosos	724 787	-	724 787	-
Cauções (e.)	691 651	-	567 066	-
Hospital de Vila Franca de Xira, E.P.E. (f.)	642 298	-	642 298	-
Reembolso de IVA (Bélgica)	571 011	-	-	-
Reclamações fiscais e judiciais	103 074	-	84 524	-
Fornecedores - saldos devedores	18 256	-	14 819	-
Fundo de Compensação do Trabalho (g.)	-	2 295 857	-	-
Lhea Association For Lifelong Health Education (h.)	-	1 350 000	-	-
Adiantamentos para aquisição de participações	-	-	112 296	-
Projeto Go Forward	-	-	2 499 975	-
Outros devedores	3 566 890	9 499	3 760 546	104 451
	36 011 591	**69 188 013**	**34 060 277**	**67 711 042**
Perdas por imparidade (Nota 39)	**(7 136 923)**	**(65 901 314)**	**(5 641 092)**	**(67 606 591)**
	28 874 669	**3 286 699**	**28 419 184**	**104 451**

(a.) Em 31 de dezembro de 2024, os montantes de 5,5 milhões de euros e 65,5 milhões de euros (4 milhões de euros e 67,6 milhões de euros, em 2023), respeitam a um crédito resultante das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis ("VMOC") emitidos pela MGI Capital, S.A.. No exercício de 2023, o Grupo reverteu a provisão constituída em exercícios anteriores e reconheceu uma imparidade sobre o valor em dívida, uma vez que o plano de pagamento da mesma não está a ser cumprido pela entidade devedora.
(b.) Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui 1,5 milhões de euros, referentes ao montante a receber da Placegard, resultante da venda do direito de superfície em subsolo sobre uma parcela de terreno adjacente ao estacionamento do Edifício Expansão do Hospital das Descobertas; inclui, ainda o direito de superfície de um lote de terreno localizado no Barreiro no montante de 393 mil euros.
(c.) O montante de 1,6 milhões de euros é relativo ao processo de subsistemas e Hepatite C. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral ("TA"), para analisar prova não analisada no julgamento do processo de subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade da entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do Tribunal Arbitral, o Grupo CUF devolveu o montante de 1,6 milhões de euros anteriormente liquidados pela ARSN. Face ao descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber e uma provisão no mesmo montante de, aproximadamente, 1 642 milhares de euros (Nota 39.3).
(d.) No exercício de 2022, para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal (Processo "SISA Expocomitur"), o Grupo constituiu um depósito caução, no montante de 230 826 euros, a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, em substituição parcial de uma hipoteca prestada pela subsidiária SIT Cojo. Em 2023, essa garantia foi novamente parcialmente substituída, através de um reforço, no montante de 854 082 euros, do depósito caução. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante total do depósito caução ascende a 1 084 908 euros.
(e.) Em 31 de dezembro de 2024 esta rubrica inclui: o montante de 160 000 euros concedidos como caução e garantia pela assinatura de um contrato, ao abrigo do qual, em troca de uma retribuição anual, se passou a exercer os direitos de exploração de um conjunto de marcas, imóveis, vinhas, instalações e equipamentos; 240 000 euros como caução de arrendamento de um polo logístico e de engarrafamento em Vendas Novas, destinado a aumentar a capacidade de resposta quer no mercado nacional quer no de exportação; 47 166 euros como caução de arrendamento de um escritório em Carnaxide; e, 4 700 euros de garantia bancária prestada a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira (Alfândega).
(f.) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o montante de 642 milhares de euros, diz respeito aos valores de inventários que não foram devolvidos pelo Hospital Vila Franca de Xira, aquando do término do contrato de parceria público privada em 2021, o qual está incluído no acerto de contas final com a ARSLVT. Este montante tem associado uma perda por imparidade no mesmo montante.
(g.) O montante de 2,3 milhões de euros engloba o FCT do Grupo CUF, que anteriormente se encontrava registado na rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda, e que se pretende resgatar, até 31 de dezembro de 2026, para promover formação aos seus colaboradores.
(h.) Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui os montantes referentes a contratos mútuos com parceiros que se materializaram em empréstimos concedidos a outras partes relacionadas do Grupo CUF.

28. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Acréscimos de rendimentos:		
Rendimentos por produção não faturada (a.)	14 847 082	14 847 082
Prestação de serviços médicos não faturados (b.)	9 541 960	13 298 973
Rappel	9 431 625	6 715 465
Subsídios (c.)	6 280 448	-
Obras e equipamentos	1 913 000	-
Juros a receber	1 506 573	1 746 733
Performance fee	1 293 374	1 287 943
Notas de créditos a receber	462 394	1 026 504
Outros acréscimos de rendimentos	607 581	748 870
	45 884 038	**39 671 570**

	31 dez 2024	31 dez 2023
Gastos diferidos:		
Seguros	2 016 380	3 988 303
Contratos de outsourcing de sistemas de informação	895 514	744 313
Comissão de garantia bancária (d.)	252 040	-
Protocolo Autoridade Nacional Proteção Civil	140 000	280 000
Loja "*Online*"	41 389	54 460
Quotizações	35 000	-
Rendas e alugueres	31 559	20 734
Juros diferidos	24 484	40 806
Diferimento do preço de venda	-	28 093
Outros gastos diferidos	726 390	531 844
	4 162 755	**5 688 553**
Perdas por imparidade (Nota 39) (a.)	**(12 442 375)**	**(12 476 119)**
	37 604 418	**32 884 003**

(a.) Na rubrica Rendimentos por produção não faturada estão incluídos os acréscimos de rendimentos com a ARSLVT, I.P., decorrentes do apuramento da produção real de 2013 a 2021 (e que, ainda, se encontram em processo de conferência e encerramento), de acordo com o previsto no Contrato de Gestão do Hospital de Vila Franca de Xira, bem como acréscimos de serviços prestados e não faturados a terceiros e, ainda, medicamentos a faturar. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Produção do exercício de 2013	2 443 757	2 443 757
Produção do exercício de 2014	2 770 113	2 770 113
Produção do exercício de 2015	115 595	115 595
Produção do exercício de 2016	388 617	388 617
Produção do exercício de 2017	663 633	663 633
Produção do exercício de 2018	3 406 131	3 406 131
Produção do exercício de 2019	4 120 458	4 120 458
Produção do exercício de 2020	938 778	938 778
	14 847 082	**14 847 082**
Perdas por imparidade (Nota 39)	(11 304 151)	(11 304 151)
	3 542 931	**3 542 931**

O Grupo constituiu provisões relativas a disputas mantidas com a ARS Norte e ARSLVT conforme referido na Nota 39, e que respeitam a riscos de responsabilidade de alguns dos montantes acima apresentados.

(b.) A rubrica Prestação de serviços médicos não faturados respeita a atos médicos prestados mas ainda não faturados aos clientes. Estes pendentes de faturação resultam essencialmente das seguintes situações: falta de termo de responsabilidade, faturação apenas no final do tratamento e falta de confirmação dos códigos de faturação.

(c.) Nesta rubrica está registado o montante do subsídio a receber pela Lifthium Energy, S.A., ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência ("PRR"), no âmbito da candidatura 58 – New Genaration Storage ("NGS").

(d.) O montante de 252 040 euros, refere-se à periodização dos gastos financeiros com a garantia bancária relativa ao montante da OPA apresentada pelo Grupo Bondalti, junto da CNMV em Espanha, à sociedade Ercros, S.A..

29. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Mercadorias e matérias-primas:						
Matérias-primas (a.)	20 247 583	(1 815 799)	18 431 784	25 332 484	(1 491 472)	23 841 012
Materiais diversos	11 744 866	-	11 744 866	9 677 117	-	9 677 117
Mercadorias	7 762 813	(2 505 761)	5 257 052	8 270 067	(2 298 299)	5 971 769
Matérias subsidiárias	4 539 065	-	4 539 065	5 115 295	-	5 115 295
Embalagens	1 284 902	-	1 284 902	1 338 471	-	1 338 471
Matérias em trânsito	722 408	-	722 408	801 158	-	801 158
	46 301 638	**(4 321 560)**	**41 980 079**	**50 534 593**	**(3 789 770)**	**46 744 823**
Produtos em curso e acabados:						
Produtos acabados e intermédios	11 090 621	(13)	11 090 608	11 624 650	(467 662)	11 156 988
Produtos e trabalhos em curso	11 024 852	-	11 024 852	7 373 233	-	7 373 233
	22 115 473	**(13)**	**22 115 460**	**18 997 883**	**(467 662)**	**18 530 221**
	68 417 111	**(4 321 573)**	**64 095 538**	**69 532 476**	**(4 257 432)**	**65 275 044**

(a.) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Matérias-primas engloba: i) matérias (essencialmente benzeno) para a produção de produtos orgânicos e inorgânicos (6,5 milhões de euros); ii) material de consumo clínico (7,9 milhões de euros), iii) produtos farmacêuticos (3,8 milhões de euros) e iv) vinho (1,1 milhões de euros).

30. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Clientes, conta corrente	155 704 468	(1 024 809)	154 679 659	152 080 121	(1 227 033)	150 853 088
Clientes de cobrança duvidosa	15 801 274	(15 801 274)	-	15 799 608	(15 799 608)	-
Clientes, títulos a receber	970 417	-	970 417	273 435	-	273 435
Adiantamentos a fornecedores	2 706 998	-	2 706 998	3 131 478	-	3 131 478
	175 183 156	**(16 826 082)**	**158 357 074**	**171 284 643**	**(17 026 641)**	**154 258 002**

Os montantes apresentados na demonstração consolidada da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 39.2).

O Conselho de Administração entende que, o valor contabilístico dos clientes e adiantamentos a fornecedores é próximo do seu justo valor, uma vez que os mesmos não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

No final do ano de 2024 foram desreconhecidos créditos de clientes no montante de 41,2 milhões de euros (43,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023) no âmbito de contratos de *factoring* celebrados com uma entidade bancária, considerando que, em resultado das respetivas condições contratuais, o Grupo deixou de reter o controlo sobre os referidos créditos, não mantendo os respetivos riscos e benefícios significativos à data da demonstração consolidada da posição financeira.

31. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTO CORRENTE E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTO CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos do imposto corrente eram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	5 228 347	5 868 603
	5 228 347	**5 868 603**
Saldos credores:		
RETGS, retenções e outros	8 349 028	23 212 134
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	50 747	201 172
	8 399 775	**23 413 306**

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10 307 646	8 071 343
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	3 178
Outros	15 347	14 870
	10 322 992	**8 089 390**
Saldos credores:		
Contribuições para a Segurança Social	5 346 442	4 702 351
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 604 357	3 755 450
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3 279 981	3 129 229
Outros	7 503	15 390
	12 238 283	**11 602 420**

32. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Depósitos bancários a prazo	128 508 946	108 289 729
Depósitos bancários à ordem	112 481 242	123 034 472
Numerário	4 163 390	4 080 719
	245 153 578	**235 404 919**
Descobertos bancários (Nota 36)	(45 124)	(3 008 280)
	245 108 453	**232 396 639**

A rubrica Caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas de depósitos à ordem em instituições financeiras.

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Depósitos bancários à ordem inclui o montante de 9 231 milhares de euros e 12 933 milhares de euros, respetivamente, referentes a créditos recebidos de clientes cedidos a entidades bancárias no âmbito de contratos de *factoring*.

33. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital no montante de 25 000 000 euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

34. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

RESERVA LEGAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Reserva legal ascendia a 5 000 000 euros, encontrando-se totalmente constituída. A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual apurado nas contas separadas tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica inclui as variações no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, líquidos de efeito fiscal. De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos, quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados.

REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica inclui as variações por aumentos ou reduções de justo valor dos IASS e TAI (Nota 21), líquidos de efeito fiscal. De acordo com a legislação em vigor, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, apenas relevam para poderem ser distribuídos, quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados.

RESULTADOS TRANSITADOS

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de Resultados transitados distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras separadas da Empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

35. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a quota parte dos interesses que não controlam no resultado líquido e capitais próprios consolidados, tem a seguinte composição:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Resultado líquido	**Capital próprio**	**Resultado líquido**	**Capital próprio**
Saúde:				
CUF, S.A.	15 033 360	84 989 040	13 187 091	72 487 296
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	31 224	1 822 401	42 616	1 791 179
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A.	(22 803)	(789 165)	(160 792)	(683 335)
Outros:				
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	11 022	2 377 326	(15 359)	2 369 572
	15 052 803	**88 399 602**	**13 053 556**	**75 964 712**

36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	456 429 315	491 136 924
Empréstimos por obrigações	183 824 277	129 696 868
Papel comercial	67 573 657	72 696 227
Outros empréstimos obtidos	-	87 067
	707 827 249	**693 617 085**
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	88 798 407	108 224 225
Papel comercial	53 247 419	20 124 109
Empréstimos por obrigações	18 093 203	2 939 988
Factoring (a.)	9 430 013	12 933 482
Descobertos bancários (Nota 32)	45 124	3 008 280
Contas corrente caucionadas	70 000	-
Outros empréstimos obtidos	-	502 957
	169 684 166	**147 733 042**
	877 511 415	**841 350 127**

(a.) A 31 de dezembro de 2024, esta rubrica refere-se, essencialmente (8,6 milhões de euros), a créditos de clientes cedidos no âmbito de contratos de *factoring* sem recurso. Este instrumento financeiro permite a antecipação de recebimentos, mantendo, contudo, o risco de crédito sobre os clientes na esfera do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo mantinha contratado, mas não utilizado, com o sistema bancário, entre linhas de crédito de curto prazo e contas correntes caucionadas, um montante total máximo de 94,9 milhões de euros e 103,3 milhões de euros, respetivamente.

36.1 Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos por obrigações eram compostos pelas seguintes emissões:

Emitente	Taxa de juro	Maturidade	Valor em dívida em 31 dez 2024		
			Nominal	Corrente	Não corrente
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	310 119	-
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	1 450 000	406	1 450 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	200 079	-
José de Mello 2023 1ª (b.)	Taxa fixa, 4,5%	jun/28	32 300 000	29 965	32 205 066
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (c.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	3 200 000	786 401	2 379 465
José de Mello Saúde 2019/2025 (d.)	Euribor a 6M + 3,75%	mai/25	35 000 000	15 020 000	-
José de Mello Saúde 2019/2027 (d.)	Euribor a 6M + 3,875%	jan/27	61 710 000	1 746 232	56 044 158
CUF SGPS S.A. 2024-2029 (d.)	Euribor a 6M + 4,75%	dez/29	93 000 000	-	91 745 587
				18 093 203	**183 824 277**

Emitente	Taxa de juro	Maturidade	Valor em dívida em 31 dez 2023		
			Nominal	Corrente	Não corrente
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	jun/25	310 000	152	310 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 0,75%	jun/28	1 450 000	560	1 450 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor a 6M + 2,00%	dez/25	200 000	98	200 000
José de Mello 2023 1ª (b.)	Taxa fixa, 4,5%	jun/28	29 900 000	28 319	29 864 765
Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028 (c.)	Euribor a 6M + 1,275%	dez/28	4 000 000	777 879	3 078 659
José de Mello Saúde 2019/2025 (d.)	Euribor a 6M + 3,75%	mai/25	35 000 000	1 890 493	33 353 433
José de Mello Saúde 2019/2027 (d.)	Euribor a 6M + 3,875%	jan/27	61 710 000	242 487	61 440 010
				2 939 988	**129 696 868**

(a.) Em 2017, ocorreram no Grupo quatro operações de fusão por incorporação das subsidiárias José de Mello Participações II, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello, S.G.P.S. S.A. na sociedade, anteriormente denominada, SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A., a qual passou a designar-se José de Mello Capital, S.A..

(b.) A emissão obrigacionista "José de Mello 2023 1ª" corresponde a obrigações escriturais e nominativas, com data de reembolso a 15 de junho de 2028, com taxa de juro fixa bruta de 4,5% e visa refinanciar novos projetos e gerir a tesouraria.

(c.) A emissão obrigacionista "Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023 – 2028" visou financiar o projeto de investimento realizado pela JM Capital na remodelação do seu edifício de escritórios localizado na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o qual incorporou diversas medidas de eficiência energética e utilização de materiais mais sustentáveis e sem substâncias nocivas, mas também de valorização do capital humano (incluindo a criação de espaços mais confortáveis, modernizados e seguros para os colaboradores, assim como a criação de acesso a utentes de mobilidade reduzida na entrada do edifício) tendo, assim, impactos ambientais e sociais positivos.

(d.) Os empréstimos por obrigações emitidos pela CUF e pela CUF SGPS foram colocados junto de investidores institucionais e aprovadas a admissão à negociação nos mercados regulamentados Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e Bourse de Luxembourg – Societé de la Bourse de Luxembourg, S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a CUF SGPS emitiu em mercado regulado 120 mil obrigações, com um valor nominal unitário de 500 euros no valor global de 60 milhões de euros, mensurado pelo custo amortizado.
Denominada "Obrigações ligadas à sustentabilidade CUF SGPS S.A. 2024-2029", esta emissão dirigiu-se ao público em geral. A emissão tem um prazo de 5 anos e seis meses, beneficiando de uma taxa de juro fixa bruta de 4,75% ao ano. As obrigações foram admitidas à negociação no Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e o reembolso ocorrerá a 11 de dezembro de 2029.
O lançamento desta oferta surge após a agência de rating, EthiFinance Ratings S.L., ter atribuído à CUF SGPS um rating de longo prazo de investment grade de BBB-, e um Outlook Estável, notação suportada na qualidade creditícia atribuída ao conglomerado empresarial a que pertence.
As obrigações são ligadas a critérios de sustentabilidade e a CUF compromete-se a pagar uma remuneração adicional de 1,25 euros por cada obrigação na data de reembolso destas, caso a CUF SGPS não cumpra as metas de desempenho de sustentabilidade definidas no âmbito desta emissão: i) formação inclusiva e ii) atingir 40% de carros elétricos ou híbridos na sua frota de 2028.
Em outubro de 2024, ocorreu ainda uma operação de Exchange e de New Money entre as obrigações da CUF SGPS 2024-2029 e da CUF SA 2025 e 2027. O montante total cifrou-se nos 33,5 milhões de euros, dividido da seguinte forma:

- Exchange das obrigações da CUF, S.A. de 2025 no montante de 18,48 milhões de euros;
- Exchange das obrigações da CUF, S.A. de 2027 no montante de 4,76 milhões de euros;
- New Money de 10,30 milhões de euros.

As obrigações da CUF SGPS 2024-2029 passam assim, a ter o valor nominal de 93 milhões de euros, encontrando-se reconhecido ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva, pelo montante de 91 746 milhares de euros.
As obrigações da CUF, S.A. reduziram no montante de 23,14 milhões de euros, passando a ter um valor 72,81 milhões de euros.
Estes contratos têm incluídas obrigações de cumprimento do rácio de endividamento "Dívida Financeira Líquida / EBITDA". Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo CUF cumpria os covenants financeiros em todos os empréstimos por obrigações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os valores evidenciados nesta rubrica apresentam-se líquidos das obrigações próprias detidas em carteira, que ascendem a 11,25 milhões de euros.

36.2 Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Empréstimos bancários tem a seguinte composição:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Financiamentos sindicados (a.)	52 852 378	230 563 189	51 182 069	265 919 384
Contratos de Mútuo (b.)	32 918 145	187 176 416	52 503 258	188 325 195
Outros financiamentos (c.)	3 027 884	38 689 711	4 538 898	36 892 345
	88 798 407	**456 429 315**	**108 224 225**	**491 136 924**

(a.) Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui:

i. o montante de, aproximadamente, 73,7 milhões de euros (76,6 milhões de euros em 2023) relativos a um financiamento sindicado de longo prazo contraído pela B. Chemicals em 2019, que lhe permitiu refinanciar a totalidade da sua divida e criar condições para novos investimentos nos exercícios seguintes; este financiamento pressupõe o cumprimento de rácios de autonomia financeira com um mínimo de 25% e do endividamento líquido sobre o EBITDA com um máximo de 3,25X. Na data do fecho do exercício os rácios estavam a ser cumpridos.
ii. o montante de, aproximadamente, 212,1 milhões de euros (233,6 milhões de euros em 2023) relativos a dois sindicados bancários da JM Capital e da JM Investimentos; ambos os financiamentos obedecem a limites contratuais padrão de mercado, que, na data de fecho do corrente exercício, se encontram cumpridos.

(b.) Nos Contratos de Mútuo, o indexante de referência usado é a taxa EURIBOR, cujo prazo varia entre 3M e 12M, acrescido de um spread em linha com o praticado no mercado para operações similares.

(c.) Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui um empréstimo contraído junto do Banco de Sabadell, S.A. para financiar parcialmente a compra dos dois imóveis assignados à atividade de residências assistidas localizados na Junqueira e na Parede, onde o Grupo exerce a atividade de exploração e gestão de estabelecimentos de apoio e assistência a idosos.

Alguns destes financiamentos têm associado garantias e colaterais descritos na Nota 46.

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Até 1 ano	88 798 407	108 224 225
	88 798 407	**108 224 225**
Mais de um ano e não mais de cinco anos	322 046 702	309 369 283
Mais do que cinco anos	134 382 613	181 767 641
	456 429 315	**491 136 924**
	545 227 723	**599 361 149**

36.3 Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a dívida por papel comercial apresentava a seguinte decomposição:

Segmento	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Saúde (a.)	52 197 419	67 573 657	20 124 109	72 696 227
Vinho	1 050 000	-	-	-
	53 247 419	**67 573 657**	**20 124 109**	**72 696 227**

(a.) O Grupo tem contratados cinco programas de Papel comercial para financiamento de tesouraria de curto prazo com um limite de 116 milhões de euros, dos quais 49 milhões de euros se encontravam utilizados à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O Grupo tem ainda contratados dois programas de Papel comercial de longo prazo para financiamento da obra do Hospital CUF Tejo, S.A. com um limite de 95 milhões de euros, encontrando-se à data da demonstração consolidada da posição financeira por liquidar o montante de 71 milhões de euros.

Apesar de existirem programas com maturidade superior a um ano, existem renovações anuais, sem possibilidade de renovação unilateral por parte do Grupo CUF, pelo que o Papel Comercial é todo classificado como corrente, com exceção do programa de papel comercial da subsidiária CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. (contratado com a Caixa de Crédito Agrícola para financiamento da construção do Hospital CUF Tejo), dado que existe uma tomada firme por parte do banco até à maturidade contratada do programa.

Estes programas de papel comercial preveem covenants financeiros comuns em contratos de financiamento. Os contratos têm incluídas obrigações de cumprimento dos seguintes rácios de endividamento: Dívida Financeira Líquida (considerada dívida financeira bruta deduzidos de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros) / EBITDA (correspondente ao Resultado Operacional acrescido de Amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade); Rácio de cobertura do serviço da dívida (EBITDA / Gastos Financeiros) e Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo). Estes covenants financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CUF.

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo CUF, cumpria todos os covenants financeiros nos programas de papel comercial. Em 2023, embora não tenham existido alterações nos montantes ou prazos contratados, foram assinados dois aditamentos ao financiamento do Hospital CUF Tejo, que incluiam convenants ESG ("Environmental, Social and Governance"), nomeadamente a medição anual de performance ao nível da Qualidade e Segurança Clínica, bem como de indicadores de Sustentabilidade de acordo com os índices GRI, tendo sido definidos KPIs ("Key Performance Indicator") graduais a partir de 2023 e até final dos programas de financiamento, cujo incumprimento não impacta a segregação da dívida.

O imóvel do Hospital CUF Tejo encontra-se constituído como garantia real no programa de Papel Comercial com o montante contratado de 95 milhões de euros.

37. CREDORES POR LOCAÇÕES

As rendas vincendas de contratos de locação em vigor em 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentavam as seguintes maturidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Pagamentos mínimos da locação financeira:		
Não mais de um ano	26 193 542	22 246 387
Mais de um ano e não mais de cinco anos	63 163 463	53 670 954
Mais do que cinco anos	37 148 167	38 721 967
	126 505 172	**114 639 308**

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram reconhecidos os seguintes montantes em gasto:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Valor dos gastos reconhecidos no exercício:		
Amortização e depreciação do direito de uso (Nota 20)	23 219 009	20 630 482
Juros dos contratos de locação	6 313 490	5 002 166
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor (a.)	5 024 276	5 702 007

(a.) O Grupo tem alguns contratos de locação com duração inferior a 12 meses e de baixo valor. Nessas situações o Grupo reconhece as respetivas rendas como gastos operacionais quando incorridos.

38. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Existem no Grupo planos de benefícios definidos com pensões de reforma e planos de saúde, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos. Estes planos são os seguintes:

38.1 Benefícios de reforma

SEGMENTO SAÚDE

A subsidiária Hospital CUF Tejo, S.A. tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado com uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da "retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde". O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do Hospital CUF Tejo.

Segundo o relatório de avaliação preparado pela CFPO Consulting – Soluções Atuariais e Financeiras, Lda., o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração consolidada da posição financeira, é estimado em 758 milhares de euros (803 milhares de euros em 2023), tendo a provisão para pensões de reforma sido ajustada em conformidade.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método "*Projected Unit Credit*", tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Taxa de desconto	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade:		
Para homens	TV 88/90	TV 88/90
Para mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Número de reformados	45	47
Idade média	80,07	79,07

SEGMENTO INDÚSTRIA QUÍMICA

Conforme indicado na Nota 2.4.13., algumas empresas do Grupo Bondalti têm compromissos para com alguns dos seus antigos e atuais colaboradores, e somente com estes, com quem foi assumida essa responsabilidade, pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

A fim de estimar as suas responsabilidades, as empresas do Grupo Bondalti têm o procedimento de obter no final de cada ano, um relatório de avaliação atuarial, apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, Lda.. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os estudos atuariais quantificaram o montante dos compromissos por serviços passados em 1 862 mil euros e 1 657 mil euros, respetivamente, sendo a responsabilidade para com estes benefícios ajustada para esse montante.

Os estudos atuariais supra referidos foram efetuados utilizando o método denominado por "*Projected Unit Credit*", e têm os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Taxa de crescimento salarial para a Segurança Social	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	0,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,75%	0,75%
Revalorização dos salários da Segurança Social	1,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV80	EKV80

38.2 Benefícios de saúde

A B. Chemicals tem ainda a responsabilidade de suportar os custos com internamento, consultas e intervenções cirúrgicas conforme regulamento dessa subsidiária e acordo vigente com o Hospital CUF Tejo, S.A., bem como a parte não comparticipada dos medicamentos parcialmente comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde (apenas dos medicamentos sujeitos a comparticipação pelo Serviço Nacional de Saúde) de alguns dos seus antigos (oriundos da ex-Quimigal) e atuais colaboradores, e somente a estes, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi criada uma provisão para o efeito, a qual é atualizada de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada independente. Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, Lda. o valor das responsabilidades com serviços passados da B. Chemicals com Atos Médicos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é estimada em 203 mil euros e 235 mil euros, respetivamente, registada na rubrica Benefícios aos empregados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos na rubrica Benefícios aos empregados foram os seguintes:

	Plano Pensões de Reforma	Plano de atos médicos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**2 723 584**	**270 684**	**2 994 268**
Custo dos juros	51 745	-	51 745
Benefícios pagos	(420 082)	-	(420 082)
Ganhos e perdas atuariais	104 778	(35 461)	69 317
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2 460 025**	**235 223**	**2 695 248**
Custo dos juros	48 543	-	48 543
Benefícios pagos	(247 209)	-	(247 209)
Ganhos e perdas atuariais	358 916	(32 052)	326 863
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2 620 275**	**203 171**	**2 823 446**

39. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

39.1 Perdas por imparidade de ativos não correntes

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos não correntes, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi o seguinte:

	Ativos intangíveis (Nota 19)	Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	Propriedades de investimento (Nota 22)	Investimentos em associadas (Nota 23)	Ativos disponíveis para venda(Nota 24)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**-**	**13 217 188**	**729 216**	**11 440 112**	**383 058**	**29 001 001**
Imparidades	-	58 534	-	-	117 571	176 105
Regularizações	-	75 785	-	-	(125)	75 660
Reversão	-	(3 408 557)	-	-	-	(3 408 557)
Utilização	-	-	(555 782)	-	-	(658 103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**9 942 950**	**173 434**	**11 440 112**	**500 504**	**25 186 105**
Alterações no perímetro (Nota 5)	30 142	(3 726 675)	-	-	-	(3 696 533)
Imparidades	-	686 225	-	-	23 011	709 235
Regularizações	-	(584 082)	-	-	-	(584 082)
Transferência	-	-	-	-	(369 658)	(369 658)
Reversão	(30 142)	(5 489 058)	-	-	-	(5 519 200)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**829 359**	**173 434**	**11 440 112**	**153 857**	**15 725 867**

39.2 Perdas por imparidade de ativos correntes

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos correntes, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi o seguinte:

	Outros devedores (Nota 27)	Outros ativos (Nota 28 (a.))	Inventários (Nota 29)	Clientes (Nota 30)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**1 567 071**	**11 284 555**	**5 474 548**	**17 006 246**	**35 332 419**
Reforço	71 693 060	1 171 968	1 048 510	1 936 292	75 849 830
Utilização	-	-	(2 003 736)	(1 754 116)	(3 757 852)
Reversão	-	-	(261 903)	(250 163)	(512 066)
Regularizações	7 148	-	-	-	7 148
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	-	-	-	(31 711)	(31 711)
Transferência	(19 596)	19 596	-	-	-
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	13	120 094	120 108
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**73 247 683**	**12 476 119**	**4 257 432**	**17 026 641**	**107 007 875**
Reforço	87 614	683 187	962 977	1 166 346	2 900 123
Utilização	-	-	(525 639)	(793 470)	(1 319 109)
Reversão	(658 069)	(716 931)	-	(718 116)	(2 093 116)
Regularizações	(8 649)	-	243 401	144 681	379 432
Transferência	369 658	-	-	-	369 658
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	(616 597)	-	(616 597)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**73 038 237**	**12 442 375**	**4 321 573**	**16 826 082**	**106 628 267**

(a.) Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecida a imparidade, no montante de 1 171 968 euros, sobre os juros da dívida que resultou da conversão das opções de venda sobre os VMOC emitidos pela MGI Capital, S.A. (Nota 39.3 (e.)).

39.3 Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi o seguinte:

	Contingências fiscais e judiciais (a.)	Outras responsabilidades (b.) (c.)	Investimentos em associadas	Outros (d.)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**4 079 326**	**6 647 386**	**71 693 060**	**6 104 983**	**88 524 756**
Reforço	100 307	275 000	-	168 062	543 368
Utilização	(52 245)	(60 760)	-	(75 941)	(188 945)
Reversão	(13 797)	-	(71 693 060)	(351 440)	(72 058 297)
Transferências	15 000	7 559	-	(22 559)	-
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	35 000	1 648 637	-	-	1 683 637
Alterações de perímetro (Nota 5)	112 743	-	-	770 797	883 540
Regularizações	-	-	-	9 765	9 765
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4 276 334**	**8 517 823**	**-**	**6 603 667**	**19 397 825**
Reforço	154 803	138 600	-	4 971 914	5 265 317
Utilização	(140 040)	-	-	(104 046)	(244 086)
Reversão	(94 478)	-	-	(150 522)	(245 000)
Custos financeiros (Nota 14)	-	-	-	9 763	9 763
Transferências	7 496	(1 000)	-	(6 496)	-
Atividades descontinuadas (Nota 5.3)	30 200	-	-	-	30 200
Alterações de perímetro (Nota 5)	46 000	-	-	(55 964)	(9 964)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**4 280 316**	**8 655 423**	**-**	**11 268 316**	**24 204 055**

(a.) Esta rubrica inclui as seguintes provisões:

i. Processos judiciais: provisões que decorrem de processos interpostos pelos clientes das várias unidades ao Grupo CUF, no montante de 1,54 milhões de euros, no âmbito da atividade de prestação de serviços hospitalares; estas provisões são constituídas com base na avaliação e graduação do risco dos processos. Em 31 de dezembro de 2024 existiam processos interpostos contra o Grupo sendo a responsabilidade estimada pelo Grupo aquela que não se encontra coberta pelos seguros por si contratados, no montante de, aproximadamente, 25 milhões de euros (27,5 milhões de euros em 2023).

ii. Contingências fiscais: em março de 2022, o Tribunal Constitucional concedeu provimento a um recurso do Ministério Público e ordenou a reforma da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, relativamente a uma ação de oposição à execução tributária instaurada pela JM Imobiliária e relativa a uma dívida de SISA imputada pela Autoridade Tributária e Aduaneira à JM Imobiliária, na sua qualidade de acionista da Expocomitur - Promoção e Gestão Imobiliária, S.A., sociedade entretanto liquidada. Apesar do processo não estar ainda concluído, mas tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores legais, a JM Imobiliária constituiu uma provisão pela totalidade do valor em causa de 2 264 314 euros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor foi reforçado em 120 009 euros e 62 655 euros, respetivamente, na sequência da atualização dos valores relativos a juros compensatórios, juros de mora e custas.

(b.) No âmbito da Nutriquim – Produtos Químicos, S.A. e por forma a contemplar o plano de desmantelamento da empresa, foi constituída em 2013 uma provisão, no montante global de 1 150 milhares de euros; no decorrer dos exercícios de 2015 a 2023, esta provisão foi sendo utilizada, para fazer face a custos nesse âmbito, sendo que o montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2024 ascende a 471 milhares de euros.

(c.) Em fevereiro de 2009 o Grupo Bondalti decidiu descontinuar em definitivo as atividades produtivas de ureia e amoníaco. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dessa decisão de descontinuação, o Grupo tinha, inicialmente, constituída uma provisão no montante de 58 milhões de euros; nos exercícios de 2009 a 2017 a provisão foi reduzida no montante de 53 milhões de euros por se terem já liquidado as responsabilidades inerentes a indemnizações a trabalhadores, rescisões contratuais com fornecedores, operações de desmantelamento das instalações desativadas e limpeza de terrenos. No decorrer dos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a presente provisão foi reforçada em 138,6 milhares de euros e 275 milhares de euros, respetivamente, por se considerar que, apesar da inexistência de acontecimentos, decorrente do aumento dos preços verificado nos últimos anos, já não estaria adequada ao valor de mercado. O montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2024 ascende a 5,914 milhões de euros, a qual, no entender do Conselho de Administração do Grupo, será suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades que ainda possam advir do processo de descontinuação dessa atividade produtiva.

(d.) Esta rubrica inclui as seguintes provisões:

i. Riscos contratuais - As provisões para outros riscos contratuais foram constituídas para fazer face a um conjunto de riscos decorrentes do término dos Contratos de Gestão em Regime de Parceria Público-Privada com as sociedades Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (entretanto fusionada na CUF, S.A.). e Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.. No exercício de 2023, o Tribunal da Relação decidiu solicitar a repetição do julgamento em Tribunal Arbitral ("TA"), para analisar prova não analisada no julgamento do processo de subsistemas e da Hepatite C, relativamente à atividade da entidade Escala Braga (entretanto fusionada na CUF, S.A.). Como resultado, e ao abrigo da decisão do Tribunal Arbitral, o Grupo devolveu o montante de 1,6 milhões de euros anteriormente liquidados pela ARSN. Face ao descrito, o Grupo constituiu uma conta a receber (Nota 27) e uma provisão no mesmo montante.

ii. Outras provisões: As outras provisões correspondem a provisões constituídas para fazer face a responsabilidades para com terceiros associados à sua atividade operacional. Em 31 de dezembro de 2024, o reforço desta provisão inclui o montante de 4,77 milhões de euros para fazer face a possíveis riscos fiscais.

Durante os exercícios de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Reforço	Reversão	Reforço	Reversão
Imparidade de ativos não correntes	709 235	(5 519 200)	176 105	(3 408 557)
Imparidade de ativos correntes	2 900 123	(2 093 116)	75 849 830	(512 066)
	3 609 358	**(7 612 316)**	**76 025 935**	**(3 920 623)**
Provisões	5 265 317	(245 000)	543 368	(72 058 297)
	5 265 317	**(245 000)**	**543 368**	**(72 058 297)**

40. OUTROS CREDORES CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	-	2 458 269	-	2 458 269
Fornecedores de investimentos (a.) (b.)	17 427 048	743 456	10 444 185	1 221 512
Honorários (c.)	7 664 123	-	7 047 574	-
Adiantamento IAPMEI (d.)	5 989 000	-	5 989 000	-
Aquisição de investimentos financeiros (e.)	1 062 402	5 129 880	3 025 469	1 675 375
Adiantamentos ao pessoal e sindicatos	757 019	-	678 554	-
Autoridade Nacional de Proteção Civil (f.)	140 000	-	280 000	-
Garantias e cauções	43 984	-	63 554	-
Direito de concessão (g.)	25 171	1 154 095	1 206 305	-
Credores por subscrições não liberadas (h.)	247 291	2 185 854	-	2 174 980
Outros credores	2 520 540	313 103	1 554 755	313 386
	35 876 578	**11 984 658**	**30 289 396**	**7 843 522**

(a.) Não corrente: Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, diz respeito à dívida de 743 456 euros (1 221 512 euros em 2023) da Bondalti Cantábria, S.A. ao principal fornecedor (Solvay) da reconversão da fábrica de cloro-álcalis, situada em Torrelavega, que iniciou a produção em 2020 e que só será liquidada num prazo superior a um ano.

(b.) Corrente: Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Fornecedores de investimentos registou um aumentou em comparação ao ano anterior, principalmente, devido à aquisição de equipamentos destinados à paragem geral de manutenção do Polo Químico de Estarreja e à Reconversão Tecnológica da Eletrólise, projetos que irão decorrer durante o ano 2025.

(c.) A rubrica Honorários refere-se aos valores a liquidar aos colaboradores do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente.

(d.) Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, corresponde a um adiantamento efetuado pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. no âmbito da agenda New Generation Storage (NGS) do Plano de Recuperação e Resiliência, projeto que ainda se encontra numa fase inicial (Nota 41 c.)).

(e.) Esta rubrica inclui os montantes a pagar relativos à aquisição dos seguintes investimentos financeiros: opção de compra dos remanescentes 20% da Preveris no montante de 4,2 milhões de euros; Hospital CUF Trindade (1 049 mil euros em 2024 e 2023); Clínica Dr. Luís Álvares, S.A. (270 mil euros em 2024 e 360 mil euros em 2023); e, trespasse da Clínica CUF Montijo (300 mil euros em 2024 e 2023). Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica incluía: aquisição do ICIL (1,35 milhões de euros); e, dois adiantamentos para a aquisição de terrenos localizados em Faro e no Seixal no montante (560 mil euros); estes saldos foram regularizados no decorrer de 2024.

(f.) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, este montante corresponde a um acordo de comparticipação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a liquidar em 2025.

(g.) Este montante corresponde ao valor presente da obrigação futura de pagamento do Direito de exploração do WineStone Group (Nota 19 a) ii)), cuja mensuração subsequente, de acordo com a IFRS 9, é efetuada pelo justo valor através de resultados.

(h.) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui:

i. o capital por realizar, no montante de 1 391 mil euros (2 086 mil euros em 2023), do investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund (Nota 25 (c.));

ii. o capital por realizar, no montante de 43 mil euros (89 mil euros em 2023), no prazo máximo de 5 anos, do investimento no Fundo de Capital de Risco Faber Tech II (Nota 25 (a.));

iii. o capital por realizar no Fundo de Capital de Risco Faber Tech III, no montante de 1 milhão de euros.

41. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	59 691 787	51 958 356
Gastos operacionais (a.)	11 003 377	13 592 297
Honorários médicos a liquidar (b.)	6 360 654	6 116 903
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	1 003 002	897 821
Informática	780 050	879 579
Juros, comissões e encargos bancários	606 447	450 367
Taxas de recursos híbridos e tratamento de afluentes	502 242	416 000
Distribuição e *marketing*	433 099	280 133
Notas de crédito a emitir	203 000	-
Refaturações	147 833	-
Estudos e consultas	78 731	412 527
Rappel	-	356 047
Outros acréscimos de gastos	731 749	329 367
	81 541 970	**75 689 396**
Rendimentos diferidos:		
Subsídios para investimento (c.)	21 983 598	15 342 471
Subsídios de Direitos de emissão	9 241 649	8 034 155
Responsabilidade por emissão de notas de crédito (d.)	4 708 666	4 708 666
Direitos de superfície	392 700	419 650
Faturação	216 616	72 855
Rendas e alugueres	18 327	20 605
Notas de crédito	-	142 950
Adiantamentos	-	38 719
Outros rendimentos diferidos	2 329 075	1 154 339
	38 890 630	**29 934 410**
	120 432 601	**105 623 806**

(a.) Nesta rubrica constam os acréscimos de gastos efetuados no fecho do ano, referentes às rubricas Custo das vendas, Fornecimentos e serviços externos (MCDTs, Seguros e Trabalhos Especializados), Gastos com o pessoal e Outros gastos operacionais.

(b.) A rubrica Honorários refere-se à estimativa de valores a liquidar aos colaboradores do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é baseada no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço e nos tempos de trabalho realizados.

(c.) Os valores dos subsídios recebidos pelo Grupo Bondalti, visam implementar reformas e/ou apoiar as empresas na transição para a sustentabilidade. Em 31 de dezembro de 2024, o valor evidenciado (21,9 milhões de euros) diz, essencialmente, respeito a: i) 13,3 milhões de euros do Projeto H2 Enable, ao abrigo do PRR, com vista ao desenvolvimento de um projeto de produção de "hidrogénio verde"; ii) 7,3 milhões de euros do Projeto C11 Repower, concedidos pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. destinados a proceder à reconversão tecnológica do Polo Químico de Estarreja, com vista à descarbonização do polo, através da criação de um parque fotovoltaico, instalação de baterias de armazenamento de energia e renovação de eletrolisadores; e iii) 1,4 milhões de euros relativos ao Plano de Expansão da Capacidade concedidos pelo AICEP.

(d.) A rubrica Responsabilidade por emissão de notas de crédito respeita a responsabilidades reconhecidas para com a ARSLVT, IP em resultado da diferença entre os montantes adiantados ao longo dos exercícios 2020 e 2021 e a produção real efetuada. Esta situação resulta do fecho do valor faturado, que é o contratado, ser superior ao valor real de produção apurado pelo Grupo CUF naqueles exercícios.

42. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Fornecedores, conta corrente	150 815 851	141 508 810
Fornecedores, faturas em receção e conferência	12 592 703	16 943 650
Fornecedores, títulos a pagar	4 016	3 042
Adiantamentos de clientes	9 716 104	9 189 316
	173 128 673	**167 644 817**

43. NOTAS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

43.1 Recebimentos relativos a investimentos financeiros

Os recebimentos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes entidades:

Contraparte	Classificação	31 dez 2024	31 dez 2023
Rubicone Bidco, S.A.	Prestações acessórias	28 543 559	195 074 645
Renoeste - Valorização de Recursos Naturais, S.A.	Alienação de participação financeira	1 558 000	-
Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada S.A.	Alienação de participação financeira	120 000	120 000
Fundo de Compensação do Trabalho	Reembolsos	94 653	165 141
Faber Partners, S.A.	Reembolsos	13 703	6 441
Guimarães de Mello, S.A.	Prestações acessórias	-	9 000 000
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Reembolso de obrigações	-	7 000 000
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	Prestações acessórias	-	55 000
Guimarães de Mello II - Portugal, S.A.	Redução de capital social	-	5 000
Outros		26 962	-
		30 356 876	**211 426 226**

43.2 Dividendos recebidos

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
A.Q.P. - Aliada Química de Portugal, Lda.	439 830	190 226
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	98 304	-
Fundo Faber Tech II	8 026	-
	546 160	**190 226**

43.3 Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Os pagamentos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respeitam às seguintes entidades:

Contraparte	Classificação	31 dez 2024	31 dez 2023
CUF Arrifana de Sousa, S.A.	Aquisição de negócio	23 223 242	-
CUF Arrifana de Sousa, S.A.	Disponibilidades adquiridas	(1 966 549)	-
Centros de Saúde CUF, S.A.	Aquisição de negócio	5 633 341	
Centros de Saúde CUF, S.A.	Disponibilidades adquiridas	(462 598)	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Prestações acessórias	2 750 000	179 250
ICIL - Instituto Clínico e Imunológico de Lisboa, Lda.	Aquisição de negócio	1 355 000	-
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	Aquisição de negócio	954 620	-
Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda.	Disponibilidades adquiridas	(26 979)	-
Fundo Shilling Founders Fund	Reforço de participação	695 250	695 250
Clínica CUF Belém S.A.	Reforço de participação	306 452	2 888 560
Hospital CUF Açores, S.A.	Aquisição de negócio	74 363	21 000 000
Hospital CUF Açores, S.A.	Disponibilidades adquiridas	-	(475 445)
Fundo Faber Tech II	Entregas	48 368	28 150
Rubicone Bidco, S.A.	Prestações acessórias	39 657	94 244
Guimarães de Mello, S.A.	Prestações acessórias	-	9 000 000
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	Aquisição de negócio	-	3 233 000
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	Prestações acessórias	-	87 000
Preveris - Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.	Disponibilidades adquiridas	-	(203 618)
Hospital CUF Trindade, S.A.	Aquisição de negócio	-	456 188

Contraparte	Classificação	31 dez 2024	31 dez 2023
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Aquisição de negócio	-	203 480
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Disponibilidades adquiridas	-	(1 602 841)
Clínica Dr. Luís Álvares S.A.	Aquisição de negócio	-	90 000
Fundo de Compensação do Trabalho	Entregas	-	13 138
Outros		142	-
		32 624 311	**35 686 354**

43.4 Dividendos pagos

Os dividendos pagos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram efetuados pelas seguintes entidades:

	31 dez 2024	31 dez 2023
José de Mello Capital, S.A.	20 687 675	6 610 000
CUF, S.A.	9 732 750	9 732 750
HD - Medicina Nuclear, S.A.	136 930	77 044
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	-	61 746
Clínica CUF Belém S.A.	-	33 142
	30 557 356	**16 514 682**

44. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros do Grupo CUF, foi contratado em fevereiro de 2023, um instrumento financeiro destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro sob a forma de *swap* de taxas de juro, para cobrir 33,8 milhões de euros do papel comercial do Hospital CUF Tejo. O instrumento financeiro derivado contratado respeita as características do referido papel comercial por forma a ser considerado produto de cobertura.

Existe uma relação entre o item coberto e o instrumento de cobertura, na medida em que as condições (período e taxa de referência) dos financiamentos e dos instrumentos de cobertura são as mesmas. O Grupo estabelece um rácio de cobertura 1:1 para a relação de cobertura. Os testes de eficácia são efetuados no início da cobertura e períodos posteriores, esperando-se que a cobertura seja altamente eficaz em alcançar alterações de compensação nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto relativamente ao qual a cobertura foi designada. Esta expectativa é demonstrada pela elevada correlação estatística entre os fluxos de caixa do item coberto e os do instrumento de cobertura.

A característica do instrumento financeiro derivado contratado, associado a operações de financiamento, era a seguinte:

Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa	Montante	Maturidade	Objetivo económico	Justo valor	
				31 dez 2024	31 dez 2023
Swap's de taxa de juro	33 800 000	jun 2032	Cobertura *cash flow* de Papel comercial	1 171 329	862 383
	33 800 000			**1 171 329**	**862 383**

45. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a JM Capital (“Empresa-mãe”) e as empresas do grupo foram eliminados no processo de consolidação.

Os saldos entre o Grupo e as outras partes relacionadas estão descritos abaixo:

	31 dez 2024				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	-	2 622 084
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	33 877	-	36 387	97 356	-
Fundação Amélia da Silva de Mello	425	-	-	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	219 720	139 981	117 836	230 253	-
Grupo Rubicone Bidco	106 879	202 533 270	-	-	-
Grupo MGICapital	27 706	351	-	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	5 436	17 026 360	-	-	-
LHEA Association for Lifelong Health Education	-	1 350 000	-	-	-
Mellosocfam, S.A.	431	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	-	-	-	179 826	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	110 096
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	134 256
	394 472	**221 049 962**	**154 224**	**507 435**	**2 866 436**

	31 dez 2023				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	-	2 569 758
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	8 168	-	-	355 135	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	86 769	-	139 981	19 175	-
Grupo Rubicone Bidco	61 294	231 025 308	-	-	-
Grupo MGICapital	15 636	-	-	15 835	700
Guimarães de Mello, S.A.	3 506	16 906 360	-	202 833	-
LHEA Association for Lifelong Health Education	-	-	1 350 000	-	-
Mellosocfam, S.A.	1 292	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	3 093	-	-	599	2 272
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	69 760
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	91 718
	179 758	**247 931 668**	**1 489 981**	**593 577**	**2 734 207**

Adicionalmente, as transações ocorridas entre o grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão descritas abaixo:

	31 dez 2024				
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	52 326	-
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	-	-	1 038 819	-	-
Fundação Amélia da Silva de Mello	-	-	240 000	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	22 699	17 557	292 132	-	-
Grupo Rubicone Bidco	191 393	2 632	744 814	-	-
Grupo MGICapital	14 430	9 065	-	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	40 477	-	933 315	-	-

	31 dez 2024				
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Mellosocfam, S.A.	4 200	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	-	-	23 662	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	3 726	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	4 899	-
	273 199	**29 254**	**3 272 742**	**60 951**	**-**

	31 dez 2023				
Partes relacionadas	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	51 859	-
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	-	-	1 151 898	-	12 000
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	4 435	-	207 000	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	12 000	-	327 556	-	4 928
Grupo Rubicone Bidco	174 290	-	784 249	-	-
Grupo MGICapital	-	10 472	28 999	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	34 200	-	-	-	-
L.A.R.F. - Imobiliária S.A.	1 500	-	-	-	-
Mellosocfam, S.A.	4 200	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A.	32 904	-	13 737	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	3 257	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	4 282	-
	263 530	**10 472**	**2 513 440**	**59 397**	**16 928**

Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

BENEFÍCIOS ATRIBUÍDOS AO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Os benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão e que correspondem à totalidade das retribuições pagas aos membros do Conselho de Administração da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram de 5 528 milhares de euros e 8 120 milhares de euros, respetivamente.

46. CONTINGÊNCIAS

46.1 Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias a terceiros conforme segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
CNMV - Comisión Nacional del Mercado de Valores	329 170 316	-
Garantias a clientes	4 375 675	5 799 317
EDP Clientes S.A.U.	700 000	700 000
REN Rede Elétrica Nacional, SA	260 213	260 213
Autarquias locais	74 282	74 282
Merlin Properties, Socimi, SA	28 948	28 948
Autoridad Portuaria de Vigo	24 500	24 500
Instituto Superior Técnico	-	23 500
Agência Portuguesa do Ambiente	18 974	21 122
Fornecimentos diversos	14 964	14 964
Bureau of Indian Standards	10.000 USD	10.000 USD
Outros	6 500	6 500
	334 674 371	**6 953 345**

46.2 Seguros de caução

Os seguros de caução assumidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como se segue:

	31 dez 2024	31 dez 2023
Autoridade Tributária e Aduaneira	200 000	200 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais	119 120	76 628
	469 120	**426 628**

46.3 Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado as seguintes garantias reais a terceiros (a favor de instituições bancárias para garantia de financiamento), que consistem no penhor sobre as seguintes ações (número de ações):

	31 dez 2024	31 dez 2023
Ações Bondalti Capital, S.A.	4 084 400	4 084 400
Ações CUF, S.A.	2 192 610	2 154 540

46.4 Garantias reais prestadas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo tinha prestado garantias reais a instituições financeiras, através da hipoteca dos seguintes imóveis: Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Instituto CUF, Hospital CUF Descobertas (Expansão), Hospital CUF Descobertas, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Santarém, Clínica CUF São João da Madeira e imóvel Multicmas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a CUF Cascais constituiu a favor de instituições financeiras hipoteca de primeiro grau sobre o Direito de Superfície por si detido, livre de ónus ou encargos, até ao pagamento integral das obrigações emergentes do contrato de financiamento, no montante de 1,35 milhões de euros, entre a LHEA Association for Lifelong Health

Education, da qual a CUF Cascais é parceira e a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, C.R.L. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures Sintra e Litoral, C.R.L..

OUTRAS GARANTIAS

- No âmbito de um contrato de financiamento celebrado (em junho de 2019) pela B. Chemicals e para garantia do bom cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo, foi constituída hipoteca sobre terrenos, penhor de equipamentos, penhor de saldos de contas bancárias, penhor sobre as ações representativas do capital social da Elnosa e da Bondalti Cantábria, ações e suprimentos da Miralcalis e cedidos em garantia alguns créditos e suprimentos;
- Garantia sob a forma de hipoteca sobre as frações A, B, D, I e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n.°s 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I, do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n.° 24, ambos em Lisboa, para garantia de um financiamento;
- Fiança constituída pela José de Mello Capital, S.A. para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários no valor de 265 milhões de euros;
- Penhor financeiro sobre qualquer montante pago pela CUF, S.A. a título de distribuições decorrentes das ações, a favor de instituições bancárias, para garantia de um financiamento;
- Aval prestado pela José de Mello Capital, S.A. sobre uma livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de um Contrato de Mútuo;
- Aval prestado pela José de Mello Capital, S.A. sobre uma livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de um Contrato de Abertura de Crédito;
- Livrança em branco subscrita pela José de Mello Capital, S.A. como garantia das obrigações associadas à emissão de papel comercial;
- Livrança em branco subscrita pela José de Mello Capital, S.A. para garantir as responsabilidades assumidas no âmbito da emissão de obrigações de sustentabilidade “Sustainability Bonds José de Mello Capital 2023-2028”;
- Garantia sob a forma de fiança constituída pela José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários;
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 13 297 573 euros em contas bancárias junto de instituições crédito;
- Promessa de penhor financeiro sobre as “Novas ações” da CUF, S.A. para garantia de um financiamento;
- Promessa de penhor financeiro sobre as “Novas ações” da Bondalti Capital, S.A. para garantia de um financiamento;
- A CUF, S.A. é avalista no âmbito dos contratos de *leasing* financeiro de equipamentos médicos, celebrados pelas várias sociedades do Grupo CUF;
- Livrança em branco subscrita pela CUF Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizada pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Tejo, S.A.. Especificamente, para o papel comercial contratado pela CUF Investimentos foi apresentada como garantia a consignação das rendas pagas pelo Hospital CUF Tejo, S.A.;
- A consignação de todos e quaisquer rendimentos provenientes de contratos de arrendamento que tenham por objeto o imóvel Hospital CUF Cascais e o Hospital CUF Sintra, foi apresentada como garantia dos financiamentos contraídos pela Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A. e Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A., respetivamente;
- Duas livranças em branco subscritas pela Hospimob - Imobiliária, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Porto, S.A.;
- Duas livranças em branco subscritas pela CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A., no âmbito da contratação de dois mútuos com hipoteca;
- No âmbito de um financiamento mútuo, a CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. subscreveu uma livrança em branco, avalizada pela CUF, S.A.;
- O Hospital CUF Santarém, S.A. subscreveu, como forma de garantia para os financiamentos mútuos celebrados com uma instituição bancária, uma livrança em branco;
- Livrança em branco, subscrita pelo Hospital CUF Tejo, S.A., Clínica CUF Alvalade, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Clínica CUF Belém, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A., Hospital CUF Coimbra, S.A., Hospital CUF Porto, S.A., Hospital CUF Viseu, S.A., Hospital CUF Açores, S.A. e CUF Arrifana de Sousa, S.A. no âmbito de vários contratos de locação;
- No âmbito do papel comercial contratado foram subscritas, para cada contrato, uma livrança em branco pelas entidades emitentes, CUF, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A. e Hospital CUF Tejo, S.A.;
- No âmbito do papel comercial contratado, foram subscritas para cada contrato, uma livrança em branco pela entidade emitente CUF – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Aval prestado pela CUF, S.A. e Hospital CUF Descobertas, S.A. no âmbito do contrato de mútuo.
- Livrança em branco subscrita pela CUF - Investimentos Imobiliários, S.A., no âmbito do contrato de financiamento mútuo;
- Livrança em branco subscrita pela CUF SGPS, no âmbito do contrato de financiamento mútuo.
- Três livranças em branco subscritas pelo Hospital CUF Açores, S.A.. no âmbito de contratos de financiamento mútuo;
- No âmbito dos contratos de financiamentos mútuos e locações, foram subscritas livranças em branco pela Preveris – Prevenção, Saúde e Segurança no Trabalho, S.A.;

- Livrança em branco subscrita pela Greenimolis – Investimentos, S.A. e avalizada em 50% pela CUF, S.A. no âmbito da contratação do financiamento mútuo destinado à construção do Edifício Hospitalar de Leiria;
- Livrança em branco subscrita pela JMCWSG, S.A., S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato no âmbito do papel comercial;
- Livrança em branco subscrita em conjunto pela JMCWSG, S.A., S.A., Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda., Ravasqueira Vinhos, S.A., Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda. e Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda. a favor de uma instituição financeira, como garantia de um contrato no âmbito do papel comercial;
- Aval prestado pela JMCWSG, S.A. sobre livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. para garantia de um contrato de mútuo;
- Aval prestado pela JMCWSG, S.A., S.A. sob a forma de livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira para garantia do contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente;
- Dois Avais prestados pela JMCWSG, S.A., S.A. sobre livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A., para garantia de dois contratos de *factoring*;
- Dois Avais prestados pela JMCWSG, S.A. sobre livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A., para garantia de dois contratos de locação financeira;
- Aval prestado pela JMCWSG, S.A. sobre livrança em branco subscrita pela Quinta de Pancas Vinhos, Unipessoal Lda., para garantia de um contrato de locação financeira;
- Dois Avais prestados pela JMCWSG, S.A. sobre livrança em branco subscrita pelo Quinta do Côtto Vinhos, Unipessoal Lda., para garantia de dois contratos de locação financeira;
- Aval prestado pela JMCWSG, S.A. sobre livrança em branco subscrita pela Quinta do Retiro Novo, Unipessoal Lda., para garantia de um contrato de locação financeira;
- Doze livranças em branco subscritas pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de várias instituições financeiras para o financiamento de contratos de locação financeira de vários equipamentos;
- Duas livranças em branco subscritas pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de mútuo;
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de abertura de crédito;
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de abertura de crédito em regime de conta corrente;
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores;
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato de *factoring*;
- Livrança em branco subscrita pela Ravasqueira Vinhos, S.A.. a favor de uma instituição financeira como garantia de um contrato no âmbito do papel comercial;
- Duas livranças em branco subscritas pela Burkina – Sociedade Imobiliária, S.A. e avalizadas pela S.P.S.I. – Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A. e pela José de Mello – Residências e Serviços, SGPS S.A., para garantia do contrato de mútuo;
- Hipoteca de primeiro grau sobre os dois edifícios afetos a Residências Assistidas, um sito na Rua Arquiteto Resende Carvalheira, na união das freguesias da Carcavelos e Parede, concelho de Cascais e o outro sito na Travessa da Praia, n.° 1 e 1-A, na freguesia da Alcântara, concelho de Lisboa, para garantia do contrato de mútuo;
- Hipoteca sobre a fração autónoma designada pela letra E do prédio urbano "Aveiro Centrum" a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira.

46.5 Outros compromissos e contingências

- No âmbito de um projeto de substituição dos eletrolisadores na fábrica de cloro em Estarreja, a B. Chemicals contraiu em 2022 um crédito documentário no valor de 10,2 milhões de euros; em 31 de dezembro de 2024, o saldo em dívida é de 840 mil euros, cujo vencimento ocorrerá em 2025.
- A 1 de julho de 2022, a CUF foi notificada pela Autoridade da Concorrência ("AdC") da decisão relativa ao processo de contra-ordenação levantado, por esta entidade, em 14 de março de 2019 contra a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde por alegado envolvimento num acordo ou prática concertada restritivos da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares privados por parte dos subsistemas de saúde públicos ADSE e IASFA, e cuja Nota de Ilicitude havia sido notificada em 29 de julho de 2021.
  Em termos muito resumidos, a AdC arquivou o processo de contraordenação no que se refere a uma eventual coordenação e/ou concertação de comportamentos no sentido de pressionar a regularização da dívida do IASFA, em particular, por parte das visadas Luz Saúde e CUF, por concluir não existir prova suficiente para permitir a responsabilização das visadas.
  Distintamente, no que se refere às negociações com a ADSE, a AdC concluiu que as empresas visadas coordenaram os seus interesses e comportamentos no âmbito das negociações com a ADSE, relativamente à sua tabela de preços e regras, bem como ao processo de regularização das faturas de 2015 e 2016, sobretudo, através e com a participação da APHP, o que configura um acordo ou prática concertada, nos termos das alíneas a) e b) do n.° 1 do artigo 9.° da Lei da Concorrência, tendo como objeto impedir, falsear ou restringir, de forma sensível, a concorrência.

Nesses termos, foram aplicadas coimas a todas as empresas visadas, sendo que no caso da CUF, S.A. a coima ascende a 74,98 milhões de euros, sendo a José de Mello Capital, S.A. responsável solidária pelo pagamento da coima.
Convicta do escrupuloso cumprimento da Lei da Concorrência, a CUF, S.A. e a José de Mello Capital, S.A., rejeitam em absoluto a decisão da AdC e o seu fundamento legal, pelo que recorreram junto das instâncias judiciais competentes, com vista a garantir o total esclarecimento da verdade dos factos e a reposição da justiça, numa situação que de forma grave atenta contra a sua boa conduta e bom nome. Com efeito, o Grupo não reconheceu nenhuma provisão para o processo acima referido. Em maio de 2023 foi emitido um despacho pelo Tribunal da Concorrência, Supervisão e Regulação ("TCSR") condicionando o efeito suspensivo do recurso, e em consequência da obrigação do pagamento da coima aplicada pela AdC à prestação de garantia no valor correspondente a 50% do valor da mesma.
Em 17 de abril de 2024, o TCRS proferiu uma sentença, já transitada em julgado, que determinou essencialmente o seguinte: i) em conformidade com os recentes Acórdãos do Tribunal Constitucional (Acórdão n.° 687/2021 e Acórdão n.° 91/2023), que encerraram a discussão então em curso sobre a necessidade ou não de autorização judicial prévia para a busca e apreensão de correspondência eletrónica, o desentranhamento e devolução à CUF e demais visadas de todas as mensagens de correio eletrónico apreendidas com autorização do Ministério Público nas respetivas instalações, com exceção do Hospital Particular do Algarve, S.A. (cuja autorização foi concedida através de juiz de instrução criminal); ii) a declaração de nulidade da nota de ilicitude e da decisão final da AdC; iii) a devolução dos autos à AdC, que regressam à fase de inquérito, competindo a esta autoridade decidir os ulteriores termos do processo; e iv) o levantamento das cauções.

46.6 Ativos contingentes

Na sequência da assinatura de um contrato de comodato com vigência por cinco anos, resultante da operação de cisão ocorrida em 2022 na Sociedade Agrícola D. Diniz, S.A., procedeu-se à transferência do Direito de exploração de terrenos e outros ativos para a RAVASQUEIRA VINHOS, S.A., que, por dificuldades na determinação da sua valorização, não se encontra registado na demonstração da sua posição financeira, sendo apenas relevado como ativo contingente.

47. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As medidas relativas às alterações climáticas têm constituído um elemento fundamental da política de ambiente, com óbvias implicações no futuro próximo, tendo sido delineado, neste âmbito, um conjunto inovador de políticas e medidas, pelo qual se conseguiram introduzir importantes elementos de interação com os agentes económicos, numa verdadeira concretização da responsabilidade partilhada.

Dentro desta temática, merece destaque o regime de comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa "CELE" (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), em atividades que são responsáveis por cerca de 45% das emissões de GEE da UE, como seja a queima de combustíveis, a refinação de óleos minerais, a metalurgia, a produção de clínquer, cal e vidro, a cerâmica, a pasta e papel, os químicos e a aviação.

O limite global de emissões da GEE definido a nível da UE tem sido reduzido ao longo do tempo. No quarto período de implementação do CELE (2021-2030) foi introduzido um fator de redução linear de 2,2% na quantidade toral de licenças de emissão disponíveis (em vez de 1,74% no período de 2013-2020).

Uma licença de emissão permite a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono (CO_2) equivalente durante um determinado período. A obtenção de licenças de emissão é feita, por regra, através de leilão. As receitas geradas pelos leilões das licenças de emissão atribuídas a Portugal integram o Fundo Ambiental.

Parte das licenças de emissão é atribuída gratuitamente, como regra transitória deste regime, nomeadamente para evitar a «fuga de carbono» - a transferência da produção para países onde as restrições em matéria de emissões são menos rigorosas. Ficam de fora da atribuição gratuita de licenças de emissão, a produção de eletricidade e a captura, transporte e armazenamento de dióxido de carbono. A atribuição de licenças de emissão a título gratuito tem vindo a ser reduzida e, à exceção do aquecimento urbano, será eliminada até 2030.

Foram atribuídas à B. Chemicals para o exercício de 2024, 50.927 licenças (52.183 em 2023).

Neste momento a APA - Agência Portuguesa do Ambiente – ainda não publicou a quantidade de licenças que serão atribuídas nos restantes anos (2023-2030) no âmbito do quarto período de implementação do CELE.

O movimento, em toneladas de dióxido de carbono e o seu respetivo valor, referente às licenças de emissão de gases com efeito de estufa, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi o seguinte:

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo inicial	**108 360**	**8 370 810**	**83 777**	**5 783 489**
Utilizadas (Nota 8)	(25 609)	(1 830 532)	(27 490)	(2 123 603)
Variação de Justo valor (Nota 19)	-	(599 918)	-	1 785 883
Atribuídas	50 927	3 640 262	52 183	4 031 137
Ajustamentos e transferência	(4 388)	(338 973)	(110)	(1 106 097)
Saldo em 31 de dezembro	**129 290**	**9 241 649**	**108 360**	**8 370 810**

As emissões reais no decorrer do ano 2024 foram de 25.609 toneladas de CO_2 (27.490 toneladas de CO_2 em 2023). Relativamente às emissões atribuídas, verificou-se um diferencial positivo de 129.290 toneladas de CO_2 desde a implementação deste sistema, as quais ficam disponíveis para utilização futura.

Os movimentos ocorridos em ajustamentos e justo valor são considerados na rubrica Ativos Intangíveis e Rendimentos a reconhecer.

48. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2025, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas sem alterações significativas.

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

49.1

Em novembro de 2024, a CUF celebrou um acordo com a José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A. e com o Grupo Ageas Portugal, que visa a aquisição de 100% do capital da S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A. ("SPSI"), entidade que disponibiliza serviços e soluções à população sénior com a marca Domus Vida (residências situadas na Parede e Junqueira/Lisboa). Em 15 de janeiro de 2025, a Autoridade da Concorrência deliberou adotar a decisão de não oposição à aquisição, estando prevista a conclusão da mesma em 30 de abril de 2025.

49.2

Em dezembro de 2024, a S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A. apresentou aos seus acionistas um projeto de cisão, propondo-se destacar parte do seu património correspondente à participação acionista detida pela S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A. na Burkina - Sociedade Imobiliária, S.A., para com ela constituir uma nova sociedade anónima, cujo exclusivo objeto consistirá na gestão de participações sociais.

49.3

A 7 de março de 2025, a CUF estabeleceu, com os acionistas do Grupo HPA Saúde, um acordo de parceria para a aquisição de uma participação de 75% naquele grupo hospitalar, por um valor máximo estimado correspondente ao rácio de 7,5%, calculado sobre o seu ativo consolidado, por referência a 30 de junho de 2024. Fundado em 1996, o Grupo HPA Saúde é um operador de referência no panorama hospitalar em Portugal, atualmente constituído por cinco hospitais e 17 clínicas localizadas no Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira. Tal como usualmente sucede numa transação desta natureza, a conclusão do processo de aquisição da referida participação, que será reforçada num horizonte de quatro anos, depende da verificação de todas as condições previstas no acordo (incluindo condições precedentes), bem como, igualmente, da sua notificação prévia à Autoridade da Concorrência e da não oposição por parte desta entidade.

49.4

Em 19 de dezembro de 2024, a Rubicone MidCo B.V. (“MidCo”) e a JM Investimentos aprovaram um Projeto de Fusão entre a Rubicone BidCo, S.A. (“BidCo”) e a Brisa – Auto Estradas de Portugal S.A. (“BAE”), no qual a Bidco será incorporada na BAE, mediante a transferência global do património da Bidco, incluindo todos os bens, direitos, obrigações e posições contratuais que o integram à data de produção de efeitos da fusão (que corresponderá à data do registo definitivo da fusão junto da Conservatória do Registo Comercial), para a BAE, que manterá a sua existência jurídica, extinguindo-se a Bidco.

Esta operação de fusão insere-se no âmbito de um processo de reorganização do grupo societário e económico, de que fazem parte a Brisa e a Bidco, tendo em vista a racionalização, a simplificação e a transparência da sua estrutura societária. Adicionalmente terá efeitos positivos na capacidade de financiamento da Brisa, cujo aumento dos capitais próprios permitirá a implementação do plano estratégico definido, incluindo a expansão internacional, através de concursos para novas concessões e desenvolvimento de outras áreas de negócio.

De acordo com o Projeto de Fusão, as ações representativas do capital da BAE detidas pela Bidco serão atribuídas aos seus acionistas – MidCo e JM Investimentos – passando estas duas sociedades a ser as acionistas da Brisa, na mesma proporção das participações atualmente detidas no capital social da Bidco.

49.5

Em março de 2025, a José de Mello – Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) alterou a sua denominação para José de Mello – Investimentos, S.A., transferiu a sua sede para Lisboa e redefiniu o seu objeto social para prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas e planeamento estratégico.

49.6

O Grupo Bondalti anunciou, a 5 de março de 2024, o lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre 100% das ações da empresa espanhola Ercros, S.A. através da sua subsidiária Bondalti Ibérica, S.L.U., constituída para este efeito em fevereiro de 2024, com sede em Barcelona.

A oferta foi feita a um preço de 3,60 euros por ação da Ercros, S.A. o que representa um prémio de 40,6% sobre a cotação de fecho das ações no dia anterior de 2,56 euros. Assim, a oferta poderá ascender a 329 170 316 euros.

A oferta está condicionada à aceitação de mais de 75% do capital e à obtenção de todas as aprovações regulamentares e governamentais relevantes, que serão descritas no prospeto que acompanhará a oferta.

Espera-se que o desfecho da OPA à Ercros, S.A. ocorra durante o ano de 2025, muito possivelmente durante o 2º semestre.

O objetivo da Bondalti, após concluída a operação, é retirar as ações da Ercros, S.A. da bolsa espanhola.

49.7

Não existem quaisquer outros acontecimentos entre a data da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15–1º 1749–112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132–3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de José de Mello Capital, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2.629.502.307 euros e um total de capital próprio atribuível a acionistas de 1.116.135.347 euros, incluindo um resultado líquido de 81.482.795 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 612 181 | Capital Social 144.000€

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

– obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de maio de 2025

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

RSM & Associados – Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15–1 | 1749–112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132–3 | 4150–682 Porto
T: +351 22 2074 350 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Contas Consolidadas -

- Exercício de 2024 -

1. Nos termos do artº 508º D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas das empresas pertencentes à Sociedade consolidante – José de Mello Capital, S.A..

2. De acordo com o mencionado no Relatório Consolidado de Gestão as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.

3. Com base nas análises a que procedemos à documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas consolidadas, que também emitimos, é nosso

PARECER

a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia; e

b) que reflectem a situação financeira em 31 de dezembro de 2024 do conjunto das empresas compreendidas na Consolidação.

Lisboa, 16 de maio de 2025

O FISCAL ÚNICO

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 | Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380
NIPC 501 613 181 | Capital Social 184.000€

7

ANEXOS

7.1 Posições Acionistas **217**
7.2 Tabela GRI **228**

7.1 Posições Acionistas

ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

No capital da sociedade	31 dez 2024		Transmissão gratuita (a.)	31 dez 2023	
Vasco Maria Guimarães José de Mello	192.853	3,86%	-	192.853	3,86%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	296.701	5,93%	-	296.701	5,93%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	369.095	7,38%	891	369.986	7,41%
João Maria Guimarães José de Mello	203.981	4,08%	-	203.981	4,08%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	278.157	5,56%	-	278.157	5,56%
Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck	333.789	6,68%	-	333.789	6,68%
João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%
João Pedro Stilwell Rocha e Melo	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%
Luís Eduardo Brito Freixial de Goes	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%
Rui Alexandre Pires Diniz	12.369	0,25%	-	12.369	0,25%

(a.) Transmissão gratuita ocorrida em 29 de novembro de 2024.

Em sociedades que estão numa relação de domínio ou de grupo com a empresa

Não aplicável

7.2 Tabela GRI

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021		
2-1 Detalhes da Organização	1.7 Onde estamos José de Mello Capital, SA Avenida 24 de Julho, 24 1200-480 Lisboa	
2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização	Sobre este relatório	
2-3 Período de relato, frequência e contactos	Sobre este relatório	
2-4 Reformulação das informações	Em 2024, foi alterada a metodologia de cálculo do indicador 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais, passando a ser considerado apenas como fornecedores locais os fornecedores nacionais (Portugal). Esta alteração foi refletida também em nos dados de 2023.	
2-5 Verificação externa	Sobre este relatório	
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	1.6 O nosso Portefólio 4.1.3 Estratégia e modelo de negócio	
2-7 Colaboradores	4.3.1 Mão de obra própria	

	2024			2023			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores permanentes	1 908	5 853	7 761	1 771	5 425	7 196	1 608	4 799	6 407
Colaboradores temporários	199	893	1 092	229	778	1 007	216	863	1 079
Colaboradores a full-time	1 947	6 161	8 108	1 848	5 694	7 542	1 704	5 212	6 916
Colaboradores a part-time	160	585	745	153	509	662	132	454	586
Total	**2 107**	**6 746**	**8 853**	**2 000**	**6 203**	**8 203**	**1 824**	**5 662**	**7 486**

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-8 Trabalhadores que não são colaboradores	4.3.1 Mão de obra própria	
2-9 Estrutura de *governance* e sua composição	4.1.2 Governação	
2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de *governance*	4.1.2 Governação	
2-11 Presidente do mais alto órgão de *governance*	4.1.2 Governação	
2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* na supervisão da gestão dos impactos	4.1.2 Governação 4.1.4 Tópicos Materiais	
2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	4.1.2 Governação	
2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* no relato de sustentabilidade	Sobre este relatório 4.1.4 Tópicos Materiais	
2-15 Conflitos de interesse	4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes	
2-16 Comunicação de preocupações críticas	4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes	
2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de *governance*	4.1.2 Governação	
2-18 Avaliação de desempenho do mais alto órgão de *governance*	Uma parte significativa da remuneração dos Administradores Executivos da José de Mello Capital é determinada pelo grau de sucesso e pelos resultados do Grupo e das suas plataformas/empresas participadas. Assim, o nível de desempenho demonstrado tem a finalidade de evidenciar o crescimento sustentável verificado nos negócios e o comprometimento com os objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs. Esta abordagem, através de uma avaliação do cumprimento de objetivos de desempenho, anuais e plurianuais, revistos anualmente, visa também assegurar um alinhamento entre os interesses da gestão, os interesses dos acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade a longo prazo dos negócios do Grupo.	
2-19 Políticas de remuneração	A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é da competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de acionistas, que assegura que as remunerações são adequadas, contribuem para a estratégia empresarial e para a sustentabilidade da Sociedade, refletem o perfil de risco e os objetivos e interesses de longo prazo da Sociedade, mostrando-se ainda em linha com as melhores práticas do setor. A Comissão de Vencimentos está também atenta aos referenciais de mercado, em particular a critérios e práticas de mercado nacionais e internacionais, e socorre-se, sempre que pertinente, a estudos de mercado e benchmarking. A remuneração dos quadros dirigentes, e demais colaboradores da José de Mello Capital, é da competência da Comissão Executiva. No que respeita ao Conselho de Administração, os Administradores não executivos auferem uma remuneração fixa, que deverá ser definida de acordo com as melhores práticas do setor, considerando as respetivas responsabilidades e disponibilidade, e revista periodicamente. Deverá ainda ter em atenção a necessidade de manutenção do foco na atividade e no adequado acompanhamento da vida societária. A remuneração dos Administradores Executivos inclui duas componentes: a remuneração fixa e a remuneração variável.	

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-20 Processo para determinação da remuneração	A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de Acionistas. A definição das remunerações dos Administradores deve suportar o alinhamento com os interesses dos acionistas, estar centrada na criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada e rigorosa, contribuindo para a estratégia do Grupo José de Mello, para os seus valores, interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade. Para os quadros dirigentes e outros colaboradores da José de Mello Capital a decisão sobre a determinação da remuneração é da competência da Comissão Executiva, que está necessariamente atenta aos critérios de equidade interna e competitividade externa.	
2-21 Rácio da remuneração total anual		

Rácio da remuneração total anual	2024	2023
JdM	8,08	9,26
Bondalti:		
Grupo Bondalti Chemicals	6,07	6,99
Grupo Bondalti Water Solutions - Enkrott	8,26	5,47
Grupo Bondalti Capital	5,25	6,69
Grupo Bondalti Water Solutions - AEMA	2,83	3,68
CUF	11,47	11,40
WIneStone	6,67	5,170

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	1.1 O compromisso da nossa liderança	
2-23 Políticas	4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes	
2-24 Incorporação de Políticas	2.3 Resiliência das operações - Gestão de Riscos e Oportunidades 4.1.3 Estratégia e modelo de negócio	
2-25 Processos para remediar impactos negativos	2.3 Resiliência das operações - Gestão de Riscos e Oportunidades 4.1.3 Estratégia e modelo de negócio 4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes	

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes	
2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Em 2024 não foram registados casos de não conformidade com leis e regulamentos.	
2-28 Participação em associações	A José de Mello Capital é associada, entre outras, das seguintes entidades: • Associação Business Roundtable Portugal Vasco de Mello, Presidente (em representação da José de Mello Capital) • ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores Salvador de Mello, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e membro do Conselho Estratégico (em representação do Grupo José de Mello) Vasco de Mello, Membro do Conselho Estratégico (em representação da Brisa) Rui Diniz, Membro da Direção Raúl Galamba, Membro do Conselho Estratégico • Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa • COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação Vasco de Mello, Presidente da Mesa da Assembleia Geral • GRACE - Associação Empresas Responsáveis • Instituto Português de Corporate Governance • PCS – Plataforma do Crescimento Sustentável	
2-29 Abordagem de envolvimento de partes interessadas	4.1.4 Tópicos Materiais 4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de denunciantes 4.4.4 Gestão de Marca e Reputação	
2-30 Acordos de negociação coletiva		

% de colaboradores com acordo de negociação coletiva	2024	2023
JdM	0%	0%
Bondalti	67%	66%
CUF	92%	95%
WineStone	0%	0%

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 3: Temas Materiais		
3-1 Processo de definição de temas materiais	4.1.4 Tópicos Materiais	
3-2 Lista de temas materiais	4.1.4 Tópicos Materiais	
3-3 Gestão dos temas materiais		
Investimento Responsável	4.4.3 Investimento responsável	
Desempenho económico e eficiência operacional	3.1 Desempenho financeiro e operacional O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-o anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-23, 2-26, 2-27, 201-4, 204-1, 205-3 e 206-1.	
Ética, transparência e integridade	4.4.1 Cultura Empresarial e Proteção de Denunciantes O grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-23, 2-26, 2-27, 201-4, 204-1, 205-3, 206-1.	
Gestão da Marca e Reputação	4.4.4 Gestão de marca e reputação	
Inovação	4.4.5 Inovação O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, com recurso a KPIs próprios.	
Alterações climáticas	4.2.2 Alterações climáticas O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-o anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 302-1, 302-3, 305-1, 305-2.	
Atração, retenção e desenvolvimento das pessoas	4.3.1 Mão de obra própria O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-7, 2-21, 401-1, 401-2, 401-3, 404-, 405-2 E 406-1.	
Diversidade e inclusão	4.3.1 Mão de obra própria O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 405-1, 405-2 e 406-1.	
Envolvimento com a sociedade	4.3.2 Comunidades afetadas	

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
	O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 203-2 e 413-1.	

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 201: Desempenho económico 2016		
201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	3.1 Desempenho financeiro e operacional	

	2024	2023	2022
Valor económico direto gerado (€)	1 474 488 992 €	1 320 280 466 €	1 256 277 735 €
Valor económico distribuído (€)	1 290 853 261 €	1 167 962 610 €	1 087 266 267 €
Custos Operacionais	915 590 994 €	849 388 856 €	842 783 919 €
Salários e Benefícios dos Colaboradores	286 337 324 €	256 744 969 €	213 853 305 €
Pagamentos a Investidores	50 106 263 €	51 168 696 €	24 820 435 €
Pagamentos ao Estado	-35 494 798 €	-7 470 709 €	-3 080 252 €
Donativos e outros investimentos na comunidade	3 323 882 €	3 189 380 €	2 728 356 €
Valor económico acumulado(€)	**183 635 731 €**	**152 317 856 €**	**169 011 467 €**

201-4 Apoio financeiro recebido do governo	4.1.3 Estratégia e modelo de negócio	

	2024	2023	2022
Apoio recebido do governo (€)	2 880 139,92 €	2 897 639 €	1 115 709 €

GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016		
203-2 Impactos económicos indiretos significativos	4.3.2 Comunidades afetadas	

GRI 204: Práticas de Compra 2016	
204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	Gestão de fornecedores Consideram-se fornecedores locais todos os fornecedores com NIF português.

	2024	2023	2022
Percentagem de gastos com fornecedores locais (%)	69%	71%	67,5%

GRI 205: Combate à Corrupção 2016	
205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas adotadas	4.4.1 Cultura empresarial e Proteção de denunciantes Durante o ano de 2024 não foram verificados casos de corrupção no Grupo José de Mello.
GRI 206: Concorrência desleal 2016	
206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas antitrust e monopólio	1 ação judicial pendente referente a concorrência desleal e violações de leis antitrust e antimonopólio em que a JdM foi identificada como participante.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 302: Energia 2016		
302-1 Consumo de energia dentro da organização	4.2.2 Alterações climáticas	

	2024	2023	2022
Energia consumida (GJ)	3 825 317	3 046 385	2 893 604

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 303: Água e efluentes 2018		
303-3 Captação de água	4.2.2 Alterações climáticas	

	2024	2023	2022
Total de água captada (m^3)	3 622 774	3 355 049	3 195 475

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 305: Emissões 2016		
305-1 Emissões diretas (âmbito 1) de gases de efeito estufa (GEE)	4.2.2 Alterações climáticas A emissões do Grupo José de Mello são calculadas segundo a metodologia do GHG Protocol.	

	2024	2023	2022
Emissões de âmbito 1 (tCO_2e)	34 804	37 196	34 343

305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de gases com efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	4.2.2 Alterações climáticas	O valor de emissões de âmbito 2 location-based da Bondalti inclui somente Bondalti Chemicals por indisponibilidade de informações referente à Bondalti Water Solutions. (ano 2023)

	2024	2023
Emissões de âmbito 2 location-based (tCO_2e)	80 236	109 264
Emissões de âmbito 2 market-based (tCO_2e)	66 418	78 063

305-3 Outras emissões indiretas (âmbito 3) de gases de efeito estufa (GEE)	4.2.2 Alterações climáticas

	2024	2023
Outras emissões de gases com efeito de estufa (âmbito 3) (t CO2eq)	1 589 220	1 115 823
C1. Aquisição de bens e serviços	867 929	627 225
C2. Bens de Capital	22 232	11 578
C3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2)	30 798	29 763
C4. Transporte e distribuição a montante	25 533	27 901
C5. Resíduos gerados na operação.	4 418	3 389
C6. Deslocações em serviço	1 340	610
C7. Deslocações pendulares	20 685	24 617
C8. Ativos alugados a montante.	-	373
C9. Transporte e distribuição a jusante	24 114	2 953
C10. Processamento dos produtos vendidos	589 891	387 336
C11. Uso de produtos vendidos	347	-
C12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	1 846	-
C13. Ativos alugados (jusante)	-	-
C14. Franchisados	-	-
C15. Investimentos	88	80

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 401: Emprego 2016		
401-1 Novas contratações e rotatividade de trabalhadores	4.3.1 Mão de obra própria	

	2024			2023			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Novas contratações	**402**	**1312**	**1714**	**462**	**1490**	**1952**	**412**	**1529**	**1941**
< 30 anos	150	593	743	187	617	804	183	724	907
Dos 30 aos 50 anos	211	617	828	234	776	1010	191	671	862
≥ 50 anos	41	102	143	41	97	138	38	134	172
Taxa de novas contratações	**5%**	**15%**	**19%**	**6%**	**18%**	**24%**	**6%**	**20%**	**26%**
< 30 anos	2%	7%	8%	2%	8%	10%	2%	10%	12%
Dos 30 aos 50 anos	2%	7%	9%	3%	9%	12%	3%	9%	12%
≥ 50 anos	0%	1%	2%	0%	1%	2%	1%	2%	2%
Saídas	**290**	**1079**	**1369**	**310**	**975**	**1285**	**323**	**1161**	**1484**
< 30 anos	82	399	481	109	382	491	127	478	605
Dos 30 aos 50 anos	155	522	677	162	483	645	149	552	701
≥ 50 anos	53	158	211	39	110	149	47	131	178
Turnover	**3%**	**12%**	**15%**	**4%**	**12%**	**16%**	**4%**	**16%**	**20%**
< 30 anos	1%	5%	5%	1%	5%	6%	2%	6%	8%
Dos 30 aos 50 anos	2%	6%	8%	2%	6%	8%	2%	7%	9%
≥ 50 anos	1%	2%	2%	0%	1%	2%	1%	2%	2%

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
401-2 Benefícios oferecidos a trabalhadores em tempo integral que não são oferecidos a trabalhadores temporários ou de período parcial	4.3.1 Mão de obra própria	
401-3 Licença maternidade/paternidade	4.3.1 Mão de obra própria	

	2024			2023			2022		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Colaboradores com direito a licença de parentalidade	2 107	6 746	8 853	2 001	6 203	8 204	1 838	5 664	7 502
Colaboradores que usufruíram da licença de parentalidade	104	402	506	130	374	504	78	238	316
Nº de colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade	74	268	342	125	356	481	74	228	302
Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade e continuaram empregados doze meses após o seu retorno ao trabalho	108	314	422	87	316	403	83	297	380
Taxa de retorno	71%	67%	68%	96%	95%	95%	95%	96%	96%
Taxa de retenção	86%	88%	88%	118%	139%	133%	-	-	-

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018		
403-9 Acidentes de trabalho	4.3.1 Mão de obra própria	

	2024	2023	2022
Óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
Acidentes de trabalho com consequências graves (excluindo óbitos)	28	15	25
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	52	35	34
Horas trabalhadas	15 996 477	13 632 054	13 138 868
Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,00	0,00	0,00
Índice de acidentes de trabalho com consequências graves (excluindo óbitos)	1,75	1,10	1,90
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	3,25	2,57	2,59
Principais tipos de acidentes de trabalho	Queda, pancada, mau jeito, esforço, lesões superficiais e fratura simples.		

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
403-10 Doenças profissionais	4.3.1 Mão de obra própria	

	2024	2023	2022
Doenças profissionais de comunicação obrigatória	0	3	5
Principais tipos de doenças profissionais		Afeções músculo-esqueléticas.	

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
404-1 Média de horas de formação por ano, por colaborador	4.3.1 Mão de obra própria	

	2024	2023	2022
Órgãos de *governance*	18,10	46,94	3,18
Gestão de topo	41,62	26,90	16,10
Restantes colaboradores	20,99	18,57	16,99

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
405-1 Diversidade em órgãos de *governance* e colaboradores	4.1.2 Governação 4.3.1 Mão de obra própria	

	2024	2023	2022
Órgãos de *Governance*			
Homens	76%	77%	76%
Mulheres	24%	23%	24%
< 30 anos	0%	0%	0%
Dos 30 aos 50 anos	15%	26%	20%

≥ 50 anos	85%	74%	80%
Gestão de Topo			
Homens	67%	56%	50%
Mulheres	33%	44%	50%
< 30 anos	0%	0%	0%
Dos 30 aos 50 anos	58%	66%	74%
≥ 50 anos	42%	34%	26%
Restantes Colaboradores			
Homens	23%	23%	23%
Mulheres	77%	77%	77%
< 30 anos	21%	20%	22%
Dos 30 aos 50 anos	61%	62%	62%
≥ 50 anos	17%	17%	17%

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	A informação referente à proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens da Bondalti, pode ser consultada no respetivo Relatório Integrado.	Informação consolidada indisponível, uma vez que alguns colaboradores integram mais do que uma empresa do grupo e seria impossível evitar a duplicação de pessoas. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.

JdM		Winestone		Lifthium		CUF	
Diretores	0,71	Operations	0,86	Operations	0,57	Administrativos	1,02
Técnicos	1,02	Executives	0,87	Executives	-	Auxiliares	1,00
Apoio	0,94	Specialist	0,82	Specialist	0,83	Enfermeiros	0,96
Administrativos	-	Manager	1,05	Manager	0,53	Internos	0,98
Outros	1,82	Head	0,83			Médicos	0,96
						Serviços Gerais	0,98
						Téc. Sup. Saúde/Diag. Terap.	0,97
						Téc. Seg./Med. Trab.	0,99
						Dirigentes* (SN)	0,78
						Gestão Intermédia (SN)	0,90
						Técnicos (SN)	0,99

GRI 406: Não Discriminação 2016

406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas adotadas	4.3.1 Mão de obra própria Em 2024 não foram registados casos de discriminação no Grupo José de Mello.

GRI 413: Comunidades locais 2016

413-1 Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	4.3.2 Comunidades Afetadas



JOSÉ DE MELLO

josedemello.pt

José de Mello Capital, SA
Avenida 24 de Julho, 24 | 1200-480 Lisboa